



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXIII - Nº 776

ABR/MAI/JUN 97

MONUMENTO VOTIVO
MILITAR BRASILEIRO
Pistoia, Italia



ISSN 0011-7641

SUMÁRIO

EDITORIAL	01
NACIONALISMO	05
Jorge Calvário dos Santos	
SOBERANIA LIMITADA – MODELO NACIONAL DO SÉCULO 21?	19
Lydia M. Garner	
ÁFRICA CENTRAL: EXPEDIENTE DA HISTÓRIA	47
Therezinha de Castro	
MARK WAYNE CLARK – UM HERÓI AMIGO DO BRASIL	45
Adhemar Rivermeir de Almeida	
O CONFLITO NA IUGOSLÁVIA E AS NAÇÕES UNIDAS: UMA VISÃO ANALÍTICA	59
Valério Stumpf Trindade	
A CONDUTA MILITAR HOLANDESA NO BRASIL	77
Marcos da Cunha e Souza	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA (C&T) – O QUINTO CAMPO DO PODER?	91
Ruy Barbosa Campos	
HISTÓRIA MILITAR NO BRASIL	99
Luiz Bonfim	
O MORAL: MULTIPLICADOR (OU DIVISOR) DE FORÇA	107
Gil Cordeiro Dias Ferreira	
A MARINHA PORTUGUESA NO BRASIL	117
Dino Willy Cozza	
COMENTÁRIOS	133
INFORMAÇÕES	143
DESTAQUES DA IMPRENSA	153

Pelo mesmo preço e superando a qualidade do programa editorial de 1996, a BIBLIEC lanza seu programa para 1997. São onze excelentes obras, entregues a domicílio e de preço baixíssimo, além da vantagem do pagamento parcelado.

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

Por Um Exército Profissional - Charles de Gaulle

Obra muito citada e, na verdade, pouco conhecida. O autor, então coronel do Exército Francês, nela propunha, antes da Segunda Guerra Mundial, uma alternativa de organização para o seu Exército - a "qualidade" de uma força profissional, altamente adestrada e bem equipada e a "quantidade" de forças de reserva e orientadas da formação do serviço militar obrigatório, para mobilização.

A Marcha da Insensatez - Barbara W. Tuchman

Uma esclarecedora análise histórica que, a partir da Guerra de Tróia, resulta numa síntese irrefutável - o paradoxo de opções políticas absolutamente contrárias aos mais legítimos interesses dos próximos governos que por elas decidiram. Antológico é o capítulo "Uma Lanterna na Popa", uma lição viva da Filosofia da História, onde se aborda o excesso de poder na base da insensatez política.

A Marcha da Coluna - João Alberto Lins de Barros

Livro resultante de um projeto de memórias, é uma narrativa vibrante dos episódios vividos na coluna revolucionária que, partindo do interior do Rio Grande do Sul, percorreu todo o Brasil, na década de 1920 e em decorrência do levante de 5 de julho de 1924, na cidade de São Paulo. João Alberto foi figura de destaque nessa marcha e na política brasileira, depois de 1930. Uma obra onde se entrelaçam aspectos militares, políticos, sociais, humanos, etc., numa leitura muito agradável.

Uma História da Guerra - John Keegan

O que é guerra? Uma resposta há de impar, sempre, uma visão interdisciplinar. Havendo, nela, uma ética a preponderante? Segundo cada analista ou pensador militar, a própria avaliação determina essa perspectiva. Bem conhecida é a concepção de Clausewitz, privilegiando o sentido político da guerra. Outra é a abordagem de Keegan, apreciando o fenômeno social que é a guerra numa amplitude muito maior, abrangente - a cultura guerrilheira. Obra para ler, meditar e, sempre, consultar, o que quer que seja - um clássico da literatura militar.

A Revolta na Armada - Heitor Lúcio Martins

Prêmio Tasso Fragoso de 1996, a obra do historiador naval Heitor Lúcio Martins nela renova a fidelidade dos pesquisadores em face das fontes e a capacidade de interpretação objetiva dos fatos ocorridos na chamada "Consolidação da República". Melhor dir-se-ia "Revolução na Armada", aspecto interativo é um quadro generalizado de conflagração intensa - a "Guerra Civil do Brasil". Riquíssima bibliografia e asentadas notícias dão ao livro o caráter de obra indispensável ao estudo da nossa história republicana.

O Cerne da Discórdia - Vitor Izquierdo

Com o subtítulo "A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro", o autor realiza uma bem fundamentada análise da participação da política brasileira na condução do conflito, destacando os conflitos partidários e a superposição deles aos interesses militares. A atuação de Caxias, política e militar, é bem apreciada e as conclusões apontam para a afirmação do Exército no cenário das grandes decisões nacionais.

Psicanálise do Pensamento Neoliberal - Eduardo Maccarenhas

O propósito do autor é "descrever as ideias que obstruem a inteligência política brasileira e estabelecer a conexão entre elas e o neoliberalismo do atual pensamento politicamente correto". Sendo o autor um psicanalista, para ele próprio "o livro significa um ato psicanalítico ampliado". As vezes polêmica, a obra é de leitura agradável e de um estilo muito claro.

O Militar e o Diplomata - Delano Teixeira Menezes

Política, Estratégia, Relações Internacionais, sua integração, sua integração, uma síntese segura são os assuntos dessa obra. Apreciação teórica, epistórica, envolvimento histórico e também psicológico conduzem, na leitura, à apreciação do divórcio que no Brasil existe entre o pensamento político e a ação política, cuja harmonia é indispensável à afirmação nacional. Sem fins determinados, todo o esforço para isso será em vão.

A Farsa de Churchill - Louis C. Kitzke

Era uma versão jornalística, bem estruturada e apoiada em fontes históricas, de uma trama secreta, que teria sido conduzida por Winston Churchill e pelo Serviço Secreto Inglês, para negociações confidenciais com Hitler (a partir do voo de Rudolph Hess para a Inglaterra) e que excluiriam a Inglaterra do conflito em troca de liberdade de ação da Alemanha no continente europeu. Na verdade, uma manobra inglesa para abastecer a crise da invasão e ganhar tempo para manobras políticas.

Instituições em Crise - Dutra e Góes Monteiro: Duas Vidas Paralelas - Nilton Freixo

Com a seriedade que o tempo permite à análise histórica, eis um perfil de duas vidas paralelas em face de tempos de crise políticas internas e de convulsões internacionais. A obra é, também, um magnífico registro da fidelidade do soldado brasileiro à sua Pátria.

Campanha ao Noroeste da Itália - Willis D. Crrittenberger

As diversas referências aos feitos da Força Expedicionária Brasileira fariam com que esse relato se constituísse num histórico de guerra do qual todos os brasileiros podem orgulhar-se.

COLEÇÃO TAUNAY

Exercício do Comando - A Chefia e a Liderança Militares - Sérgio de Avelar Coutinho

Canudos: Uma Interpretação Histórica (Antologia) - Oliveira Lirreto

Cruzes Brancas - Joaquim Xavier da Síveira

ASSINATURAS ANUAIS

Coleção General Benício: R\$ 120,00 (pagáveis em três vezes e cartão de crédito)

Revistas: A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, Revista Militar de Ciência e Tecnologia (no BRASIL) - R\$ 15,00

A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, Revista Militar de Ciência e Tecnologia (EXTERIOR) - US\$ 30,00

Cartões de Crédito Credicard Mastercard e Diners Club International

Urgência gratuita de todo o Brasil: (0800) 23.8365

Biblioteca do Exército Editora - Palácio Duque de Caxias - Praça Duque de Caxias, 25 - Centro

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20221-260 - (021) 519.5707 / Telefax: (021) 519.5569 - E-mail: bibliex@ism.com.br

Nacionalismo

Jorge Calvário dos Santos*

Após uma apreciação síntese sobre a origem do nacionalismo e a formação da consciência nacionalista, o autor comenta o significado de nacionalidade e o espírito que deve presidir uma política nacionalista. Faz, a seguir, um paralelo entre nacionalismo e cidadania, esboça o momento da nacionalidade brasileira e conclui expressando que esta não pode submeter-se aos interesses de nacionalidades estrangeiras.

AS ORIGENS

Ainda que procurem ofuscar, a idéia mais vigorosa dos nossos tempos é o *nacionalismo*. O *nacionalismo*, ainda que fato evidente, não foi previsto pelos pensadores dos séculos XVIII e XIX. É impossível pensar em *nacionalismo* antes do surgimento do Estado moderno, no período que vai do século XVI ao XVIII. Na verdade, só é possível pensar em *nacionalismo* a partir do surgimento do conceito de nação, com a Revolução Francesa. A palavra nação deriva do

latim "nasci", isto é, da noção de nascimento.

À Revolução Francesa coube o mérito de gerar idéias novas. Uma das mais importantes é a idéia de nação. A luta contra certas imagens pode levar à criação de novas imagens. Um dos resultados da Revolução Francesa é a substituição da pessoa do rei, que assumia caráter mitológico, por outra pessoa de caráter mitológico, que é a nação, como afirma Jouvenel. Um ser transcendente, a nação, passou a ocupar o lugar de um ser imanente, o rei. Como conceito de nação, surgiu o sentimento nacional, que gerou a idéia de interesse do soberano. Quanto a esse tema, vejamos uma citação de Guizot:

"Por certo, o devotamento à pátria, o dever para com a pátria não são sentimentos novos, que nossos pais não tivessem conhecido; no entanto, existe uma diferença profunda entre suas idéias e as nossas, entre seu estado de ânimo e o nosso, em relação a esse objeto. A fidelidade entre as pessoas, dirigida tanto para os superiores como para os iguais era, na antiga sociedade francesa, o princípio e o sentimento dominante; está nas suas origens e na base de suas principais instituições; os laços pessoais eram os laços sociais. No longo curso de nossa história, a civilização expande-se; as diversas classes passaram por um processo de aproximação e de assimila-

* Coronel Aviador. Membro do Corpo Permanente da ESG

ção; o número de pessoas independentes e influentes sofreu um crescimento enorme; os indivíduos retiraram-se dos grupos particulares, aos quais antes pertenciam, para ingressar e viver numa esfera geral; a unidade nacional elevou-se acima da organização hierárquica. O Estado, a nação, a pátria, esses seres coletivos e abstratos tornaram-se, tal qual os seres vivos e reais, objeto de respeito e desafeição. O dever para com a pátria, o devotamento à pátria assumiram, no espírito da maior parte das pessoas, força superior à dos antigos devotamentos, à do antigo dever de fidelidade para com as pessoas. Também foram sentimentos nobres e desinteressados que animaram o exército republicano e o exército de Condé durante os combates deploráveis que travaram nas margens do Reno; mas diferente era sua fé moral e política, tanto na natureza como no objeto: uns sofriam e morriam para conservar-se fiéis a seu rei, à sua classe, a seu nome, outros para defender e servir a pátria, uma idéia sem corpo, um nome comum a todos, pátria esta da qual nada haviam recebido além da honra de nas-

cer em seu seio e à qual acreditavam dever entregares totalmente, tão-só por ser ela a França. A mesma transformação realizou-se na vida civil; a preocupação do interesse público, dos perigos públicos, tornou-se mais generalizada e mais forte que a das relações e dos afetos individuais. Foi em virtude de causas profundas e sob o império dos grandes fatos sociais que, sem qualquer premeditação, por puro instinto, os dois partidos em luta se designaram, em 1789, como partido realista e partido patriota: num estava vivo o dever para com o rei e o devotamento ao mesmo, como chefe e representante da pátria; noutro, o dever e a dedicação voltada diretamente à própria pátria, constituíam o princípio, o laço de união, o sentimento dominante."

O surgimento da nação é um fenômeno fundamental na História. Sua importância na ordem internacional é devida ao fato de que as modificações geográficas se processam no sentido de congruência com as nacionalidades. No Brasil, o nacionalismo surgiu como manifestação contra o invasor holandês.

A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NACIONALISTA

Existem palavras que representam a cristalização de um sentimento em uma idéia, "nacionalismo" é uma delas. O jornalista e livreiro Rodolphe Zacharie Becker, preso por Napoleão, em 1812, atribui especial valor ao nacionalismo.

"Todos sabem que a nação germânica não forma um Estado único, como acontece com a nação francesa, espanhola, inglesa e outras mais. Divide-se em numerosos Estados diferentes, e parte desses Estados acha-se incorporada a outros Estados, como o Império Francês, a Hungria, a Rússia, a Suíça, a Dinamarca, os Estados Unidos da América do Norte. Ao exortar, portanto, os alemães em geral a cultivarem as virtudes nacionais e a soterrarem os ressentimentos provinciais, não se lança qualquer apelo político. É como se exortássemos os gascões, os normandos, os habitantes da Champanha, os borguinhões, os naturais de Beaune, a desistirem do rancor que os habitantes das diversas regiões da França manifestam uns contra os

outros, por meio de epítetos ultrajantes. Os membros de minha sociedade ideal devem cumprir as leis do lugar em que se encontram: cada um deve exercer a velha lealdade e fidelidade germânica para com o governo do qual é súdito. É o que os alemães realmente fizeram no curso dos séculos, e é o que fazem hoje na Hungria, na Transilvânia, na Livônia, Holstein e principalmente na Alsácia; e é o que não deixarão de fazer, de sua vez, os habitantes das províncias recém-incorporadas ao Império Francês, da mesma forma que os refugiados franceses que se encontram em Berlim, Leipzig, Hanover ou Cassel contam-se entre os melhores cidadãos dos Estados alemães, sem que tenham deixado de ser franceses e de se sentirem honrados com isso. Essa ligação com a nação, que poderíamos chamar de nacionalismo, harmoniza-se perfeitamente com o patriotismo voltado para o Estado do qual se é súdito..."

No prefácio que escreveu para "Le Nationalisme Français", 1871-1914, Raoul Girardet assim definiu o nacionalismo: "O desejo de conservar a independência,

de manter íntegra a soberania e de afirmar a grandeza do Estado-nação." À idéia de nacionalismo, juntam-se os conceitos de sociedade, de nação e de Estado. Esses três conceitos se reforçam mutuamente, se o Estado é legitimado por sua origem nacional e pela função que desempenha para dar condições à nação de garantir os seus objetivos nacionais permanentes. O nacionalismo é uma idéia força que conquista as mentes e corações dos homens. O nacionalismo é um estado de espírito que corresponde a um fato político.

O processo de integração das massas populares numa forma política comum é o crescimento e a solidificação do nacionalismo. Sendo assim, o nacionalismo pressupõe a existência, de fato ou como ideal, de uma forma de governo, em um território grande e definido, nos diz Kohn. O território é o fator externo mais importante na formação da nacionalidade.

As massas se intensificaram com a nação, sua cultura individual com a nacional, sua vida com as da nacionalidade. O nacionalismo, desde então, tem dominado os impulsos e as atitu-

des das sociedades. Tem servido para justificar a autoridade do Estado bem como para legitimar o uso da força.

O SIGNIFICADO DE NACIONALISMO

Do ponto-de-vista teórico, o conceito de nacionalismo é o desdobramento político e intensivo de dois outros conceitos, diretamente ligados à natureza humana: patriotismo e civismo. O nacionalismo, para se manter legítimo, deve manter-se nos limites, racional e afetivo, de suas duas raízes. O nacionalismo é um conceito de ordem política.

O nacionalismo origina-se na vontade de preservar e estimular a identidade nacional e cultural de um povo. O patriotismo, que pode ser definido como um sentimento de afeto, orgulho e lealdade que os indivíduos sentem pelo seu país, é uma condição para o nacionalismo.

O que podemos dizer quanto aos conceitos de nação? Essa palavra tem conteúdo subjetivo próprio e não existem sinônimos absolutos. Hoje, no Brasil, constatamos uma rejeição ao vocábulo "nação" e a

seus derivados "nacionalidade" e "nacionalismo". A diferença essencial entre os conceitos de patriotismo e nacionalismo é a conotação política implícita a esse último vocabulário.

Os que rejeitam ou contestam o conceito de nação pregam a internacionalização. Mas, como muito bem destaca Bautista Vidal, "Internacionalização é proveniente do vocabulário internacional, que é relativo às relações entre nações. Como, então, pode haver internacionalização se não existem as nações?"

O Estado-nação, elemento unitário e autônomo da organização política e social, consolida-se em paralelo com o prevalecimento de tropas regulares. O nacionalismo passa, então, a ser o cimento ideológico para a formação das nações independentes. Sem nacionalismo não teria sido possível a formação de exércitos regulares e, sem esses, não teria sido possível a defesa de nações livres. O nacionalismo foi, portanto, estimulado sempre que a constituição de um exército se fez necessária para a formação de uma nação-Estado. Mas, de modo

geral, o nacionalismo, ou pelo menos seu germe, precede a geração de um exército regular, como também da própria nação.

Dentre as várias concepções de nacionalismo, uma das mais simples e livre de preconceitos de qualquer espécie é aquela proposta por Stuart Mill, na obra "Governo Representativo",

A diferença essencial entre os conceitos de patriotismo e nacionalismo é a conotação política implícita a esse último vocabulário.

de 1861, e que é a seguinte: "Cada Estado deve coincidir, em todos os aspectos, com a sua nação. E uma unidade, e uma identidade própria devem ser criadas em cada nação. E a nação deve ser liberada de controles externos."

Ernest Gellner, no seu livro "Nacionalismo e Democracia", afirma que: "O nacionalismo é notoriamente uma das mais poderosas forças do mundo moderno... O nacionalismo é, basicamente,

um movimento que concebe o natural objeto da lealdade humana como sendo uma unidade muito ampla, definida pela compartilha da linguagem ou cultura. É "anônimo", no sentido de que seus membros não têm elos positivos entre si, e que as subdivisões, dentro da nação, não têm importância comparável à das mais amplas unidades. (Isso é muito diferente de várias formas sociais tribais, onde o clã pode ser tão importante quanto uma tribo, o subclã tão importante quanto o clã e assim por diante)."

Rogério Cerqueira Leite, em seu livro "Quem tem medo do Nacionalismo?", faz referência à definição

clássica de nação, do "Dicionário Moderno de Sociologia", de Theodorson e Theodorson: "Nação é um agrupamento político autônomo, delimitado territorialmente, cujos membros compartilham de uma lealdade a instituições comuns. Esse agrupamento confere um sentido de unidade à comunidade."

O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa traz a seguinte definição de nação: "agrupamento hu-

mano, em geral numeroso, cujos membros, fixados num território, são ligados por laços históricos, culturais, econômicos e lingüísticos."

Ainda de acordo com o "Dicionário Moderno de Sociologia", de Teodorson: "Nacionalidade é a participação e identificação com uma Nação em particular. Nesse sentido do termo, que é essencialmente político, nacionalidade freqüentemente envolve uma cultura comum".

Para Jaques Maritain, a nação não é uma sociedade, mas sim uma comunidade. Uma comunidade das mais complexas, mais completa e mais importante gerada pela civilização.

Barbosa Lima Sobrinho entende que a substância do nacionalismo, pois, é uma atitude contra algum objetivo definido. Não por ser oposição sistemática, mas por entender que, no objetivo visado, está um obstáculo ao amplo e completo desenvolvimento nacional.

Para Hohn, o nacionalismo é, antes de tudo, um estado de espírito, uma atitude consciente que, desde a Revolução Francesa, se torna de fato cada vez mais comum entre a humanidade.

Percebem-se, aos poucos, os motivos, a malfilia e as intenções que orientam a impugnação do conceito de nação, e das razões ideológicas que fazem do *nacionalismo* uma ameaça para certos setores ilegítimos do poder.

Muitos se preocupam ante as dificuldades para superar o atual estado de coisas, indesejável mas aparentemente consolidado pelo passar dos anos. Talvez ignoremos a capacidade de luta do ser humano, quando fundamentada numa vontade firme.

Muito recentemente, tivemos a maravilhosa lição de Mahatma Gandhi que, com pouco mais que a força de seu espírito, levou o povo indiano à libertação do colonialismo inglês. Giovani Papini, no seu livro, "Gog", reproduz as palavras de Gandhi:

"O senhor quer saber por que desejamos expulsar os ingleses da Índia? A razão é simples. Foram os ingleses que fizeram nascer em mim essa idéia, genuinamente europeia. Meu pensamento se foi formando durante minha longa permanência em Londres. Lá deixa-me conta de que nenhum povo europeu suportaria ser administrado e dirigido por homens de outro povo. Entre os ingleses, sobretudo, esse sentido da dignidade e da autonomia nacional é muito desenvolvido. Não quero os ingleses na minha casa precisamente porque me pareço muito com eles. Os meus ancestrais se preocupavam muito pouco com as questões das terras e menos ainda com as da política. Submersos na contemplação do Atman, do Brahman, do absoluto, deixavam apenas fundir-se na alma única do universo... A cultura inglesa, de sentido ocidental, introduzida através da conquista, mudou nosso conceito de vida. Digo "nossa" no sentido dos intelectuais, pois o povo permaneceu durante séculos refratário à mensagem europeia de liberdade política. O primeiro a sentir-se impregnado das idéias ocidentais fui eu e me converti no guia dos hindus precisamente porque sou o menos hindu de todos os meus irmãos"...

"O europeísmo impregnou de tal maneira a Índia, que nos vimos obrigados ao confronto com a Europa. O movimento gandhisto é o movimento dos hindus convertidos ao europeísmo contra os europeus renegados, isto

é, contra os ingleses que morreriam de vergonha se fossem mandados pelos franceses ou pelos alemães..." ... "Um hindu autêntico pode tolerar ser escravo: um hindu anglicanizado quer ser dono da Índia".

O ESPÍRITO DE UMA POLÍTICA NACIONALISTA

Com a vontade progressivamente reativada e com astúcia, saberemos avançar, como povo, como nação, para assumir, definitivamente, o controle do nosso destino.

Não se conhece experiência histórica que tenha permitido a qualquer povo superar suas dificuldades básicas de sobrevivência e bem-estar que não fosse por meio do controle do seu destino. Só é possível construir uma nação livre e soberana quando seu povo decide seu próprio destino, quando compartilha da lealdade aos interesses nacionais dessa nação.

A política tradicionalmente praticada pelos investimentos estrangeiros no Brasil, assim como nos países fontes de matérias-primas, nos países de economia colonial e reflexa, nos pa-

ses em desenvolvimento, tem de ceder o lugar à política diferente, em que o sentido do desenvolvimento se caracterize pela preocupação de criar condições internas para a valorização humana, em ritmo determinado pela nossa capacidade e interesse em superar nossas deficiências.

Esse é o espírito de uma política nacionalista. Nele, o primeiro lugar pertence ao esforço nacional, cujos objetivos se concretizam na mobilização progressiva, mas imediata, das riquezas e recursos que permitam ao País tomar o rumo do desenvolvimento de todos os brasileiros.

Os fundamentos da política nacionalista residem, portanto, na formação de uma consciência política própria, de modo que os destinos do País não estejam em mãos estranhas, porém em mãos de nossos próprios concidadãos, que tenham firmes compromissos com a nação e conhecimento de nossas próprias possibilidades.

A política nacionalista preocupa-se, acima de tudo, com a situação e condições de vida que a estrutura econômica permite ao povo. No atual quadro conjuntural do

País e em face das tarefas que sua superação reclama, a posição nacionalista é a única politicamente compatível com a visão de um Brasil consciente de seu destino histórico.

Não pode ser considerada livre a nação que não consegue ver satisfeitas as necessidades essenciais de alimentação, habitação, saúde e educação de seu povo. Pode-se considerar livre quem não consegue proporcionar a escolaridade básica à totalidade de seu povo? Como, então, condenar-se como perigoso, descabido, chauvinista, antiquado, um sentimento de preservação das mínimas condições de vida com dignidade para todos, como é pretendido pelo nacionalismo?

Assim sendo, cabe a pergunta: por que o nacionalismo é tão desmerecido, tão atacado e até mesmo condenado? A resposta é ampla e abrangente. Ela dispensa comentários quando se trata do Brasil, que adotou um modelo de crescimento econômico e de desenvolvimento político dependente dos países hegemônicos.

O suporte ao nacionalismo surge da população nascida no território que limita geograficamente a nação.

Esta, necessita de sua população para que possa sobreviver.

Segundo dados da pesquisadora Elza Berquó, coordenadora do Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas, enquanto a perspectiva de vida média dos brasileiros aumentou de 45% num período de 40 anos, foram necessários apenas 15 anos para que a fecundidade das brasileiras tivesse um declínio de 48%. Destes, 19% ocorreram em 4 anos, de acordo com resultados de 1984. Nessas condições, o Brasil deverá ter uma população máxima de 183,5 milhões de habitantes no ano 2000, o que é pouco, confrontando com as dimensões de nosso território e com as populações de nações potencialmente comparáveis.

Essa situação é de extrema gravidade e é resultante, fundamentalmente, da campanha promovida por organismos internacionais de que é necessário implantar um programa de controle de natalidade, pois enfrentamos os "riscos decorrentes da superpopulação". Sobre esse tema, pronunciou-se oportunamente, o General A.

C. de Andrade Serpa: "Tudo poderá ser recuperado. Apenas uma única coisa não pode jamais acontecer: é a interrupção do nascimento de brasileiros". Vale a pena lembrar a célebre frase de Lyndon Johnson: "Cinco dólares investidos contra o crescimento da população são mais eficazes do que cem dólares investidos no desenvolvimento econômico".

Considerável parcela de nossos concidadãos conhece mais a história da colonização norte-americana do que a do Brasil. Como é possível admitir tal fato?

A influência estrangeira sobre nossa sociedade tem sido uma constante. Até o início da Segunda Guerra Mundial, o Brasil mirava-se na Europa. A influência francesa era marcante, até no vestir, mais adequado a um país de clima frio como os da Europa. Após a Segunda Guerra Mundial, a influência norte-americana tornou-se marcante em todos os setores da vida nacional, até

no uso frequente de palavras da língua inglesa em substituição às da língua nacional.

O mais importante, porém, é o forte processo de aculturação que a sociedade sofre, trazendo embutido até mesmo a rejeição dos valores e símbolos nacionais. Expressiva maioria de nossa população não conhece sequer o hino nacional brasileiro. Considerável parcela de nossos concidadãos conhece mais a história da colonização norte-americana do que a do Brasil. Como é possível admitir tal fato?

Para Herber e Fiche, o idioma é fundamental na formação e na vida da nacionalidade. Os brasileiros, nesse aspecto, têm tudo a seu favor. O Estado nacional brasileiro corresponde a uma única nação. Uma nação, um Estado onde todos falam a mesma língua, onde todos se entendem. De norte a sul de leste a oeste é fato incontestável a unidade da língua. A língua é sinal de manutenção de uma nacionalidade.

Observa-se que o nacionalismo tende a se desenvolver no setor menos favorecido da população. Isso pode ser explicado como uma manifestação em relação à

Em 1845, a Inglaterra aprovou o "Bill Aberdeen", um terrível atentado contra a soberania brasileira. Não podendo considerar um ato de guerra feito contra o Império e que não seria repelido com guerra, porque infelizmente, o Brasil nunca foi e não é potência marítima, o Imperador D. Pedro II portou-se com galhardia. Ao abrir a 3^a sessão da 7^a legislatura, em 3 de maio de 1846, D. Pedro II proferiu o seguinte trecho:

"A cessação das medidas convencionadas entre o Brasil e a Grã-Bretanha, para reprimir o tráfico de escravos, foi notificada em tempo oportuno pelo meu governo ao de S. M. Britânica. Depois dessa notificação, passou uma lei no Parlamento Britânico sujeitando, à jurisdição dos tribunais ingleses, os navios brasileiros suspeitos de empregados naquele tráfico.

"O meu governo protestou contra esse ato, dando desse protesto conhecimento a todas as potências amigas. Fiel ao empenho contraído de pôr termo ao tráfico de africanos, não deixará contudo o meu governo de defender as prerrogativas da minha coroa e a vossa coadjuvação leal e patriótica."

A Câmara dos Deputados manifestou o seu apoio integral a D. Pedro II e sua repulsa à violência britânica, aprovando por unanimidade, a seguinte veemente declaração:

"A Câmara dos Deputados considera inconciliável com os princípios de independência e soberania nacional o ato do Parlamento Britânico, que sujeita, à jurisdição de tribunais estrangeiros, os navios brasileiros suspeitos de se empregarem naquele tráfico, e por isso aplaude e toma parte no protesto que o governo de V. Majestade Imperial apresentou contra este ato.

"A Câmara, apreciando a fidelidade com que o governo de V. Majestade Imperial tem procurado satisfazer o empenho contraído com a Grã-Bretanha, acompanha também V. Majestade Imperial e afiança a leal e unânime coadjuvação dos brasileiros na sustentação das prerrogativas da coroa e direitos nacionais."

Observamos que o Imperador e a Câmara souberam opor o espírito nacionalista à força brutal da Inglaterra, repelindo, ainda que verbalmente, o atrevimento inglês que procurava ultrajar a soberania brasileira atentando

contra a dignidade de um Brasil livre.

Foi Artur Bernardes que, com apoio de Clodomiro de Oliveira e Raul Ribeiro da Silva, enfrentou bravamente os trustes estrangeiros que ambicionavam o minério de ferro brasileiro. Bernardes soube dizer não em defesa dos elevados interesses brasileiros.

Essa atitude de Artur Bernardes lhe custou caro. Foi duramente atacado e objeto de infâmias. Mas, graças à sua atitude, o País conseguiu, com Getúlio Vargas, construir a Companhia Siderúrgica Nacional, que só tem trazido benefícios à Nação e foi crucial para nosso processo de industrialização.

Chama a atenção o discurso que Getúlio Vargas, intransigente defensor da soberania nacional brasileira, proferiu, como paraninfo da turma de aspirantes do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da 1^a Região Militar. Dessa impressionante peça de eloquência, transbordante de sentimento nacionalista, reproduz o seguinte trecho:

"A verdadeira política internacional deve consistir não somente em evitar conflitos armados, mas

*antes de tudo em preveni-
los, eliminando as suas
causas. O exemplo ensina
mais do que as palavras.
As nações que querem ser
respeitadas têm obrigação
de demonstrar com fatos,
que sabem respeitar os di-
reitos e interesses alheios.
E essa demonstração é um
dever imperioso para to-
dos, principalmente para
aqueles que se apresentam
como padrões de civili-
zação e se proclamam pa-
ladinos da liberdade dos
povos. Pelo arbítrio, pela
prepotência, nunca será
possível realizar o ideal da
paz. A violência gera a vi-
olência e as violações dos
nossos direitos provocarão
reações e represálias.*

*“É preciso ainda não es-
quecer que nos azares da
guerra, a sorte dos que se
consideram poderosos, de-
pende muitas vezes do jogo
das circunstâncias e, não
raro, a decisão de lutar
transforma em fortes os su-
portes fracos, dando-lhes
meio de influir na marcha
vitoriosa dos acontecimen-
tos.”*

O nacionalismo é a única base ideológica que o Estado tem para, junto com a população, promover e priorizar políticas de desenvolvimento nacional.

Outro exemplo clássico e esclarecedor a esse respeito é o caso do petróleo. À época, tínhamos marcante atuação de brasileiros da melhor estirpe e nacionalistas ardorosos. Com enormes sacrifícios defenderam os interesses da Nação.

O Brasil precisava, por inúmeras razões, descobrir e refinar petróleo. Montar uma indústria integrada de petróleo, da extração ao refino, para satisfazer nossas necessidades internas. Não houve nenhuma grande empresa para abraçar tal tarefa de relevante interesse da Nação brasileira.

O General Júlio Caetano Horta Barbosa convenceu Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro e, por meio deles, chegou a Getúlio Vargas, que deu apoio total a essa orientação nacionalista. Em carta a Getúlio Vargas, por ocasião do achado de petróleo em Lobato, no Recôncavo baiano, dizia o General Horta Barbosa: *“Essa vi-
tória do organismo estatal
não foi alcançada senão à
custa de grandes esforços,
enfrentando a ofensiva do
truste internacional, multi-
forme em seus processos e
métodos, para evitar a cri-
ação da indústria-base, indo
desde o suborno à imprensa*

*e aos homens do governo,
até o ataque pessoal à
honorabilidade dos ho-
mens.”*

A posição nacionalista teve a virtude de priorizar o problema de descobrir o petróleo e refiná-lo no País. O *nacionalismo* colocou os interesses nacionais na mais alta prioridade na questão petróleo. Dessa maneira, foi determinado que ele fosse encaminhado segundo nossas necessidades, interesses e reivindicações, e não ao sabor das conveniências técnicas e comerciais dos trustes.

A importância da questão do petróleo se deve a ser a energia o recurso material mais estratégico para o desenvolvimento e a segurança das nações. A segurança é preocupação fundamental na política internacional de energia. Isso é devido ao seu papel vital desempenhado nas nações, bem como pela localização das fontes de energia fóssil. Uma nação importadora preocupa-se, principalmente, com a segurança de suas fontes de fornecimento de energia. Todos sabemos as consequências de uma interrupção no suprimento de petróleo. Essa interrupção se torna extremamente grave, à medida em

que os países dependam de sua importação.

A luta foi dura. Os trustes sempre foram poderosos. Graças a nacionalistas valerosos como Monteiro Lobo- to, Horta Barbosa, Euzébio Rocha e outros, a posição nacionalista foi conquistando a consciência popular. Por isso, o problema do petróleo foi colocado, acima de tudo, na dependência da vontade da Nação, como uma tarefa nacional, nos termos formulados também pela Nação unida e não pelos interesses dos trustes. Como consequência direta, temos a PETROBRAS S.A. uma empresa nacional, que detém o monopólio da prospecção. A empresa tem prestado significativos serviços à Nação. É uma das maiores empresas do mundo e é extremamente bem conceituada e competitiva dentre as corporações multinacionais que atuam na mesma área. Sua competência e capacidade técnica é reconhecida mundialmente. A PETROBRAS representa um sistema de defesa e de proteção, para o aproveitamento da riqueza nacional estratégica.

Os antigos trustes são hoje as implacáveis e gigantescas corporações trans-

nacionais. Dizem querer explorar o petróleo, porém à sua maneira, à sua vontade, sem considerar os interesses nacionais. Procuram por todos os meios inviabilizar a empresa. Ainda não conseguiram, graças a manifestações nacionalistas de brasileiros, que lutam de peito aberto contra todas as formas de interesses que querem impedir que o País alcance sua autonomia na produção de óleo. Na verdade, o que está por trás é o mesmo interesse que havia à época da criação da PETROBRAS: colocar o Brasil totalmente dependente de energia. A energia é o principal fator para o desenvolvimento. Sem energia a Nação não pode desenvolver-se e muito menos defender-se.

Ruy Barbosa, em sua famosa oração aos moços, já nos alertava: "Um povo dependente no seu próprio território e nele mesmo sujeito ao domínio dos senhores, não pode aspirar seriamente, nem seriamente manter, a sua independência do estrangeiro."

Em seu livro "Estudos Nacionalistas", Barbosa Lima Sobrinho cita Alberto Torres, ilustre cidadão brasileiro, que combateu a in-

fluência dos sindicatos estrangeiros na economia brasileira; fazia questão de proclamar que "o nosso nacionalismo não é uma aspiração sentimental, nem um programa doutrinário, que pressuponha um colorido mais forte do sentimento ou do conceito patriótico. É um simples movimento de restauração conservadora e reorganizadora", capaz de assegurar ao Brasil, como dizia o próprio Torres, "a posse da direção dos nossos destinos".

É importante ressaltar que as Forças Armadas brasileiras sempre tomaram partido e contribuíram significativamente para as causas nacionais, nunca se absolveram, sempre souberam dar o exemplo.

O BRASIL CLAMA POR SEU NACIONALISMO

A evolução dos Estados unitaristas, a secularização da vida política, o desenvolvimento do indivíduo que tenha fé na liberdade e confiança no potencial do homem formam a base do florescimento do nacionalismo.

O nacionalismo precisa afirmar-se, conquistar a sociedade, como característi-

ca básica é fundamental. Portanto, habilitando-nos a distinguir nossos problemas, formulá-los e solucioná-los nos termos dos legítimos interesses da Nação.

O *nacionalismo* não rejeita nem receia a participação estrangeira. Não preconiza de modo algum posição isolacionista ou autárquica. Apenas, expressa que as regras, para essa participação, sejam definidas em função dos interesses nacionais.

No Brasil, o *nacionalismo* representa a consciência do seu tempo histórico, dos seus problemas, das dificuldades consequentes à conjuntura nacional e internacional.

Nos países em desenvolvimento, a política nacionalista é fundamentada por uma consciência política própria, de tal modo que a imagem da nação seja reflexo do sentimento do seu próprio destino, de suas próprias possibilidades e traçado por mãos de seus cidadãos. Seus cidadãos são considerados, pela política nacionalista, seu maior patrimônio e a eles e por eles tudo deve ser feito. Por tudo isso, os

nacionalistas devem estar atentos e prontos a agirem em defesa dos interesses nacionais.

A contemplação estática da realidade imediata pode conduzir ao adiamento de ações políticas aparentemente inviáveis. Não se deve perder de vista que a realidade imediata não se constitui apenas dos fatos que nos são perceptíveis. Essa realidade se constitui desses fatos e também da capacidade de procurar a liberação de qualquer tipo de restrição aos propósitos nacionais. Assim, aconteceu na Independência e na defesa do petróleo brasileiro,

o *nacionalismo* constrói essa atmosfera. No momento a Nação carece dessa atmosfera. Por isso, os nacionalistas têm por obrigação contribuir para a sua formação. Uma atmosfera nacionalista que contamine a nação com a vontade e o propósito primordial de sua libertação do domínio externo com o objetivo de construir uma solidária e respeitada nação.

O processo de desvalorização e desmonte em que

vivemos decorre de uma inconsistente e planejada campanha promovida pelos detentores do poder mundial, como instrumento necessário da estratégia de dividir e destruir para conquistar. Só uma política nacionalista, visando a um projeto nacional poderá mobilizar a consciência e impulsionar a vontade nacional, para que a nação possa se liberar das perversas pressões exercidas pelos países hegemônicos, que nos inviabilizam.

Os brasileiros terão em breve que decidir entre duas opções incompatíveis: manter sua cultura, nacionalidade e soberania, ou subordinar-se ao condomínio multinacional, sem dignidade, sem amor próprio e sem decidir seu destino. Essa é decisão que cabe a todo brasileiro de verdade e sobre a qual os nacionalistas têm papel de fundamental e relevante importância. O brasileiro não pode sentir-se estrangeiro em seu território.

O *nacionalismo* brasileiro não pode se submeter aos interesses do *nacionalismo* estrangeiro.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedicto. *Nação e Consciência Nacional* - Ed. Ática.
- BAUTISTA VIDAL, José Walter. *Soberania e Dignidade. Raízes da Sobrevivência*. Ed. Vozes.
- BERTRAND DE JOUVENEL. *As Origens do Estado Moderno*. Ed. Zahar.
- BOBBIO, Norberto et all. *Dicionário de Política* - Ed. UNB.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *O Pensamento Nacionalista e os Cadernos de Nossa Temp*o - Ed. UNB - Biblioteca do Pensamento Político Republicano.
- DOS SANTOS, Jorge Calvário. *Biomassa, a opção energética*. Defesa Nacional nº 771, 1º trimestre de 1996.
- EVANS, Peter. *A Tríplice Aliança*. Ed. Zahar.
- GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e Democracia* - Ed. UNB.
- KOHN, Hans. *Historia del Nacionalismo*. Fondo de Cultura Económica. México. 1949.
- LACOMBE, A. Jacobina et. *O Cidadão e o Cívismo*. IBRASA - INL - Instituto Nacional do Livro.
- LEITE, Rogério Cerqueira. *Quem Tem Medo do Nacionalismo?* - Ed. Brasiliense.
- MENDONÇA, Nadir Domingues. *O Uso dos Conceitos* - Ed. Vozes.
- PAPINI, Giovani - GOG. *Edição Livros do Brasil-Lisboa* - Coleção Dois Mundos.
- PEREIRA, Osny Duarte. *Estudos Nacionalistas*. Ed. Fulgor.
- RODRIGO, Lídia Maria. *Nacionalismo no Pensamento Filosófico* - Ed. Vozes.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. *Estudos Nacionalistas* - Ed. Civilização Brasileira _____, *Desde Quando Somos Nacionalistas*. Ed. Vozes.

Soberania Limitada, Modelo Nacional do Século 21?¹

Lydia M. Garner*

Reprodução de matéria publicada no Caderno de Estudos Estratégicos (nº3, Especial, março de 1996), órgão de divulgação do CEBRES – Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos.

Um dos temas neste fim de século, na área de estudos internacionais, é distinguir a Nova Ordem Mundial que irá substituir aquela que desapareceu com a queda da União Soviética. Para alguns estudiosos, o mundo está num período de transição e caminhando em direção a um sistema político e econômico mundial, baseado nos valores universais dos países da Europa Ocidental e dos EUA.

Uma observação curiosa da cena mundial indica a

existência de várias forças que põem em perigo a balança política, militar e econômica dos países desenvolvidos, os quais têm o maior interesse em preservar a harmonia política entre si, a hegemonia militar e o bem-estar econômico que alcançaram desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Dentre essas, observa-se a força de desintegração política caracterizada por conflitos étnicos e religiosos, massas de refugiados e nacionalismo.² Outra é o bai-

xo crescimento econômico nos sete países industrializados – Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Inglaterra e EUA – e o alto nível de desemprego,³ seguido pela eliminação de empregos causados pelo avanço implacável da tecnologia, que está canibalizando mão-de-obra remunerada em todas as áreas das economias capitalistas europeias e criando a pior crise de desemprego desde a Depressão Mundial de 1930. Essa crise está afetando tanto os países industrializados como os em desenvolvimento, com 1 em cada 3 indivíduos no globo, ou desempregado, ou não ganhando o suficiente para prover um nível de vida

* Professora Ph.D. da Southwest Texas State University.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

² Paul Kennedy, "True Leadership for the Next Millennium", The New York Times, 3 janerio 1991, p. E11.

³ Na Europa Ocidental, o nível de desemprego é 10.9% da força de trabalho; nos EUA, 8.6 milhões.

mínimo.⁴ Esse empobrecimento consistente de aproximadamente 2/3 do mundo (incluindo várias regiões da África, Oriente Médio e América Latina) tende a ser exacerbado com as projeções alarmantes de crescimento demográfico nas próximas décadas.⁵ E uma terceira força é o começo da contestação da supremacia militar dos países industrializados. Cada uma dessas forças tem a capacidade de causar instabilidade, de repercutir grandemente nas economias e nas doutrinas geopolíticas dos países industrializados, de instituir o caos, enfim, de pôr em perigo a balança de poder dos países industrializados.

Em consequência, alguns saudosistas já defendem o argumento de que o fim do colonialismo foi um erro, semelhante ao que ocorreu com a queda do Império Romano, que foi uma catás-

trofe para o Oeste, e advogam o retorno das esferas de influência e, até mesmo, de colonialismo sob a égide das Nações Unidas ou outras entidades regionais, em países em processo de desintegração, os quais se beneficiariam de um *status semicolonial* segundo o qual o "mundo civilizado" tem a missão moral de "ir a esses lugares desesperados e governar". De acordo com esse argumento, as últimas duas décadas ensinaram que a sobrevivência do sistema internacional de lei depende do "poder de países chaves que podem agir".⁶

Obviamente, uma Nova Ordem Mundial não é articulada num vácuo mas, em parte, é o produto de reações a realidades políticas e econômicas, com medidas que são vagarosamente articuladas e que vagarosamente se solidificam. Algumas dessas medidas já são discerníveis

no cenário mundial e, imperceptivelmente, uma nova ordem mundial está começando a ser delineada.

Essa projetada Nova Ordem Mundial é baseada no conceito de soberania supranacional articulada pelos EUA, que reflete a "visão universal de democracia e capitalismo industrial" e o de soberania limitada dos países em desenvolvimento nas áreas que põem em perigo a hegemonia dos países industrializados.⁷

Analisemos algumas das áreas afetadas por esse conceito de soberania supranacional.

Um dos documentos que articulam essa nova direção da política mundial é aquele preparado pelo Departamento de Defesa dos EUA, em 1992, que prevê um cenário mundial dominado somente por uma superpotência, os EUA, a qual impede o aparecimento de rivais na Europa, Ásia, ou nos territórios da antiga União Soviética, e cuja posição pode ser perpetuada através de comportamento construtivo e poder militar, um conceito descrito como "dominação benevolente". Nesse cenário, as guerras generalizadas não existem; áreas de conflitos regionais sofrem ação

⁴ Sally Jacobsen, "Down and Out in Europe", *Austin American-Statesman*, 13 março 1991, pp. H1, H10; Bob Deans "Painful Period of Adjustment Lies Ahead for Several 67 Nations", *Austin American-Statesman*, 13 março 1991, p. H10.

⁵ Chris Hedges, "Islam Bent into Ideology: Vengeful Vision of Hope", *The New York Times*, 23 outubro 1991.

⁶ Paul Johnson, "Colonialism's Back-and Not a Moment Too Soon", *The New York Times Magazine*, 18 Abril 1993, pp 22, 43-44; Charles William Maynes, "Realpolitik for the 90s", *The New York Times*, 22 Dezembro 1993, p. A13.

⁷ Franklin W. Knight, *The State of Sovereignty and the Sovereignty of States*, em *Americas: New Interpretative Essays*, ed., (New York: Oxford University Press, 1992), p.11.

imediata, a fim de impor "respeito pelas leis internacionais, limitar violência internacional, encorajar a expansão de governos democráticos e a abertura de sistemas econômicos"; interesses vitais dos EUA como: acesso a matérias-primas, proliferação de armas atômicas e sistemas balísticos, perigos terroristas a cidadãos americanos e perigos de tráfico de narcóticos à sociedade americana são defendidos.⁸

Esse cenário prevê uma condição mundial em que uma grande dose de micromanejamento dos negócios de outros países faz-se necessária. Como bem descreveu um comentarista, a função do presidente e da diplomacia americana é "ocupar-se de assuntos de outros países".⁹ Organizações internacionais auxiliam nessa função. O aumento das fun-

ções das Nações Unidas com um Centro de Controle para coordenar as missões de paz, inclusive em áreas até então consideradas fora da jurisdição das Nações Unidas, como a América Latina, está produzindo um órgão mais crescentemente intrometido do que aquele do período da Guerra Fria, ou, nas palavras do Mr. Boutros Boutros-Gali, "finalmente a ONU está fazendo aquilo

péia e o reavivamento da SEATO (Tratado de Organização do Sudeste da Ásia) tem por fim conter a China, caso esta não responda a uma política construtiva.¹⁰ Nesse cenário, uma das prioridades é promover o desarmamento mundial.

O desarmamento nuclear é o único tipo de desarmamento militar que tem relevância para os países nucleares, pois a nova geração de tecnologia militar que permite aos países industrializados, cobertos pela tecnologia dos EUA, obliterar oponentes sem nunca engajar as forças do inimigo, torna obsoletas estratégias e armamentos de exércitos convencionais, como a invasão do Panamá e a Guerra do Golfo Pérsico bem demonstraram. Essa superioridade tecnológica continua a ser desenvolvida com a nova geração de armas laser.

O novo rifle a ser adotado pelo Exército dos EUA para substituir os M-16 é três vezes mais mortal, tem um alcance duplo, as balas são granadas que têm o poder de obliterar árvores e rochas, e sem a possibilidade de errar o alvo, por ser guiado por um raio laser.

⁸ Patrick E. Tyker, "U.S. Strategy Plan Calls for Insuring no Rivals Develop", The New York Times, 8 Março 1992, pp. 1, 14.

⁹ Thomas L. Friedman, "Friends Like Russia Make Diplomacy a Mess", The New York Times, 28 Março 1993, p. E5; Friedman, "Diplomacy is Minding Other Nations Business", The New York Times, 30 Janeiro 1994, E5.

¹⁰ Paul Lewis, "U.N. is Developing Control Center to Coordinate Growing Peacekeeping Role", The New York Times, 28 Março 1993, p. 10 y; Ronald D. Asmus, Richard L. Kluge, e F. Stephen Larrabee, "Security for All Europe, in Seven Tricky Steps", The New York Times, 27 Agosto 1993; Thomas L. Friedman, "Dust Off the SEATO Charter", 28 Junho 1995, p. A 13; ONU aprova intervenção no Haiti", Jornal do Brasil, 1 Agosto 1994, p. 19; Boutros Boutros-Gali, "Beleaguered Are the Peacekeepers", The New York Times, 30 Outubro 1994, p. E15.

O novo rifle a ser adotado pelo Exército dos EUA para substituir os M-16 é três vezes mais mortal, tem um alcance duplo, as balas são granadas que têm o poder de obliterar árvores e rochas, e sem a possibilidade de errar o alvo, por ser guiado por um raio laser.

para que foi criada". A previsão expansão da OTAN assegura a estabilidade euro-

O raio laser também será usado numa nova arma, o Laser Countermeasure System, que projeta um raio laser capaz de cegar um homem a 914 metros de distância e será usado contra sistemas eletro-óticos em tanques, armas telescópicas, binóculos, *snipers*, grupos de reconhecimento e outras forças terrestres inimigas que ataquem as forças americanas.¹¹ Mas, se a guerra convencional está se tornando obsoleta, o mesmo não acontece com a tecnologia nuclear.

Na prática, essa tecnologia é a única que dá a um país pequeno paridade com um país nuclear, o melhor exemplo sendo o da Coréia do Norte, país que se acredita possuir a bomba atômica, de ideologia contrária à dos EUA, mas que é tratado com medidas conciliatórias

e promessas de ajuda econômica ao invés de ser invadido e obliterado. Nem o pedido de intervenção contra a Coréia do Norte feito pela Agência Internacional de Energia Atômica para poder inspecionar instalações nucleares levou os EUA a emitirem ultimatos ou embargos.¹² É a eliminação dessa habilidade de países outros que não os cinco reconhecidamente nucleares (Inglaterra, China, França, Rússia e EUA) de desenvolverem, produzirem e adquirirem armas atômicas que é a razão do esforço para o desarmamento mundial, o qual está sendo implementado de vários modos.

Um foi demonstrado, em abril de 1995, por ocasião da conferência para a extensão do Tratado de Não-Proliferação de Armas Atômicas, quando os países nucleares

pressionaram para uma extensão definitiva e incondicional, a qual foi aprovada, e deu o monopólio de armas atômicas aos cinco países nucleares. Mas houve oposição.¹³ O Oriente Médio, liderado pelo Egito, opôs-se à extensão definitiva, enquanto Israel não assinasse o Tratado. A Índia e o Paquistão, países não signatários do Tratado e que, supostamente, possuem armas nucleares, declararam-se contra. Somente a pressão intensa de Washington, ao cobrar favores de países não-nucleares, que se oponham à prorrogação definitiva, como México, Egito e Venezuela, permitiu a aprovação permanente do Tratado.¹⁴ Entre os muitos pontos de crítica, estão os de que a concessão dá aos países nucleares uma "carta branca" para permanecerem nucleares permanentemente sem incentivo para desarmamento; de que divide as nações em dois grupos (o dos que têm e o dos que não têm armas nucleares) e de que os países nucleares bloqueiam a transferência de tecnologia nuclear para fins pacíficos aos países não-nucleares. Independentemente da crítica individual de vários países, a pergunta essencial é se o

¹¹ Nican Waters, "Army to replace M-16 With deadlier high-tech weapon", Austin American-Statesman, 29 Maio 1995, p. A26; "Blinking laser weapon under fire", Austin American-Statesman, Maio 1995.

¹² David E. Sanger, "Atomic Energy Agency Asks U.N. to Move Against North Koreans", The New York Times, 2 Abril 1993; International; Douglas Jehl, "North Korea Isn't Convinced it Should Stay in Nuclear Pact", The New York Times, 5 Junho 1993, p. Y3.

¹³ Barbara Crossette, "Discord on Renewing Pact on Spread of Nuclear Arms", The New York Times, 17 Abril 1995, p. A1, A4.

¹⁴ Barbara Crossette, "Egypt Against Indefinite Extension of Pact on Spread of Atom Arms", The New York Times, 21 Abril 1995, p. A6; Crossette, "Arab Dissent Over Israeli Delays Decision on Nuclear Treaty", The New York Times, 11 Maio 1995, p. A7; Sanjay Hazarika, "India Assails Pact to Curb Atomic Arms", The New York Times, 16 Maio 1995, p. A4; Barbara Crossette, "Treaty Aimed Halting Spread of Nuclear Weapons Extended", The New York Times, 12 Maio 1995.

mente, leva à posse de armas atômicas. Assim, uma classe de nações fica desarmada militarmente, por ser proibida de desenvolver armas nucleares para qualquer dos fins e, consequentemente, não goza de soberania perfeita.

Por outro lado, assim que a prorrogação definitiva do Tratado foi aprovada, os países nucleares, ao invés de começarem a tomar medidas para diminuir o arsenal atômico, anunciaram novos testes atômicos. Em 16 de maio de 1995, a China explodiu uma bomba atômica subterrânea. Em 16 de junho, a França anunciou planos para testes atômicos; em 17 de junho, o Pentágono anunciou que iria pedir o restabelecimento de testes atômicos subterrâneos e permissão para detonar bombas ainda mais poderosas.

Mais recentemente, as medidas para promover o desarmamento mundial estão começando a ser expandidas a armas convencionais. Por exemplo, quando foi anunciado recentemente que o Irã tinha contratado, com a Polônia, a compra de 100 tanques de desenho soviético, os EUA aplicaram tremenda pressão sobre a Polônia que, em menos de

24 horas, resultou no cancelamento da entrega dos tanques. A venda de *cluster bombs* por uma companhia americana à Turquia foi criticada, com o argumento de que a Turquia poderia fazer mal uso dessa tecnologia, dada a sua campanha contra os Curdos.¹⁹ Assim, países que têm indústria de armamentos podem ficar sujeitos a pressões destinadas a impedir a venda ou a entrega de armas.

Uma outra medida que limita a soberania nacional é a aplicação, em um país, de legislação pertinente a assuntos internos de outros países. A legislação mais importante passada nesse sentido é a decisão da Corte Suprema dos EUA de dar interpretação unilateral ao Tratado de Extradição entre México e EUA, no sentido de dar, a esse país, o direito de raptar cidadãos mexicanos no México para serem julgados nos EUA, sob o argumento de que o Tratado não proíbe explicitamente o uso de raptor. A decisão foi baseada num

precedente de 1886, no qual um cidadão peruano foi raptado de seu país para enfrentar julgamento em Illinois. Na ocasião, o Peru não criticou a ação americana, mas na decisão recente, o governo do México protestou vigorosamente e denunciou a decisão como uma violação da soberania mexicana.²⁰

Esse ato da Corte praticamente anulou, unilateralmente, o Tratado de Extradição e deu, aos EUA, o direito de violar clandestinamente território de outros países para cumprir leis e decisões judiciais aprovadas nos EUA. A decisão, que se aplica, também, a cidadãos de outros países declarados criminosos pelo sistema americano, foi imediatamente denunciada por muitos países, mas ainda está em vigor, com os EUA apenas prometendo ao México que "não haveria mais raptos de suspeitos do território mexicano", sem, todavia, qualquer promessa de que tal medida não será usada no futuro.

¹⁹ Raymond Bonner, "Iran Buying 100 Tanks From Poland", *The New York Times*, 11 Maio 1995, p.A3, "No Cluster Bombs for Turkey", *The New York Times*, 10 Jan 1995, p.A10.

²⁰ Linda Greenhouse, "High Court Backs Seizing Foreigner for Trial in U.S.", *The New York Times*, 11 Junho 1992, pp.A1, A12.

Além de ser unilateral, a decisão não admite reciprocidade, ou seja, a equivalência moral entre tais atos cometidos por autoridades americanas em outros países e semelhantes atos cometidos por outros países dentro dos EUA. De acordo com o Assistente Procurador Geral dos EUA, ao ser inquirido se tais atos não dariam também direito a países como Irã, Nicarágua e Panamá de cometerem atos semelhantes contra cidadãos americanos dentro dos EUA, sua resposta foi clara: *"Eu rejeito qualquer idéia de equivalência moral entre os EUA e países fora da lei!"* Mas esse ato não é único.²¹

Um outro projeto de lei, sob consideração no Congresso dos EUA, é o que propõe apertar ainda mais o embargo contra Cuba por meios tais, como a proibição da importação de certos produtos nos EUA de países que comerciam com Cuba, a proibição de subsidiárias

estrangeiras de companhias americanas de terem qualquer contato financeiro com Cuba, a proibição da entrada nos EUA de cidadãos estrangeiros que tenham negociado em Cuba em propriedades expropriadas de cidadãos americanos, e o direito de cidadãos americanos de reivindicar o retorno de propriedade abandonada ou confiscada, quando Fidel Castro tomou o poder em 1959, o que significa que, praticamente, tudo que foi construído desde então, ou prédios agora usados para outros fins, pode ser reivindicado. Essa proposta de legislação tem recebido fortes protestos do Canadá, México e outros países, como uma forma de legislar assuntos internos de outras nações, criar um segundo nível de boicote, não somente contra Cuba, e boicote contra países que têm comércio com Cuba.²²

Intromissão nos assuntos domésticos de outros países

ocorre em várias formas e, recentemente, avisos de alerta a certos países de como devem proceder em assuntos de soberania nacional estão se tornando comuns. A China foi avisada de que os EUA têm interesse em saber como a transição de Hong Kong, da Inglaterra para a China em 1997, vai ocorrer. O Cônsul Geral dos EUA em Hong Kong estipulou as condições sob as quais Hong Kong deve ser governada: *"continuação de autonomia, mercado livre, adesão firme à regra da lei, proteção de direitos humanos e desenvolvimento de instituições democráticas."* O Ministério das Relações Exteriores da China imediatamente denunciou os comentários, os quais classificou como *"irresponsáveis"* e *"interferência em assuntos internos da China"*.²³

Meios aparentemente pacíficos podem, em certas circunstâncias, ser também meios de interferência interna em outros países. As medidas que estão sendo aventureadas em Washington para permitir maior comunicação entre os cidadãos dos EUA e os de Cuba, são destinadas, não a promover entendimento e relações pacíficas

²¹ Tim Golden, "Mexicans Mollified Over Drug Ruling", The New York Times, 18 Junho 1992; Neil A. Lewis, "U.S. Officials Clash at Hearing on Seizure of Fugitives Abroad", The New York Times, 9 Novembro 1992.

²² Clyde H. Farnsworth, "Congress Move on Cuba Irks Canada and Mexico", The New York Times, 23 Maio 1995, p.A3; Barbara Crossette, "Cuba Plans Big Rallies to Oppose a U.S. Bill", The New York Times, 16 Abril 1995, p.Y5.

²³ Edward A. Gargan, "China Warned on Freedoms in Hong Kong", The New York Times, 25 Maio 1995, p.A7.

entre os dois países, mas sim para solapar o regime cubano. Organizações de notícias, grupos de interesse e maior troca de idéias entre vários grupos, poderão operar em Cuba, mas com a finalidade de reportar abusos, entre outros. Enfim, um monitoramento de Cuba e um modo de forçar a mudança do regime.²⁴

Etnia é a mais recente força no esforço de mudar situações internas de outros países. Os afro-americanos estão se tornando uma força importante na política americana e advogando que afro-americanos dos EUA estabeleçam ligações comerciais com países africanos, como forma de desenvolver aquelas economias. Mas esse movimento tem também uma agenda política, que começou com uma campanha de isolamento político, social e econômico para pressionar a ditadura militar da Nigéria a restaurar a democracia. Esse movimento é recente e já foi usado para pressionar o go-

verno dos EUA a intervir no Haiti, com a greve de fome do líder da organização Trans-África, e está se expandindo para criar um movimento de solidariedade entre os afro-americanos e os descendentes de africanos nos países da América Latina. Piedad Córdoba de Castro, uma senadora colombiana de descendência africana, que recentemente visitou os EUA sob o patrocínio da Organização de Africanos das Américas, declarou que é difícil criar conscientização dos descendentes de africanos na América Latina, porque esses países “não classificam seus cidadãos por raça”. Além da interferência nos assuntos internos de outros países, esse movimento redefine nacionalidade, ao inserir o fator étnico.²⁵

Uma outra forma de interferência nos assuntos internos de outros países é a expansão no exterior de agências que revigoraram a lei e combatem o crime nos EUA, como o FBI, que no

momento está planejando uma academia de polícia em Budapeste. A exportação para outros países de agências americanas que combatem o crime, é defendida como uma necessidade para combater o terrorismo internacional, tráfico de narcóticos, imigração ilegal, fraude financeira, contrabando de armas, lavagem de moeda, possível roubo e venda de materiais nucleares ou substâncias biológicas perigosas.

A maior parte desses crimes são os mais importantes na agenda americana, porque estão afigindo aquela sociedade, mas note-se que, com a expansão das forças policiais no exterior, a guerra contra o crime nos EUA está ocorrendo em solo estrangeiro e em países cujos problemas criminais sejam até de natureza diferente. Essa cooperação entre forças nacionais e agências americanas, bem-vinda de uma certa forma, tem também um outro efeito, o de estender uma malha de supervisão e coleção de informação no país estrangeiro, que pode ser usada para exercer pressão, caso o país em questão não se posicione no nível desejado por essas agências.

²⁴ Steven Greenhouse, "To Undermine Castro, U.S. Is Planning Wider Links With Cubans", The New York Times, 12 Junho 1995, p.A6.

²⁵ Steven Greenhouse, "U.S. Blacks Urged to Aid African Lands", The New York Times, 10 Maio 1995, p.A3; Karen de Witt, "In a First, African-Americans Open Campaign Against a Black Government", The New York Times, 17 Março 1995, p. A4; Karen de Witt, "Black Unit Finds Voice in Colombia", The New York Times, 18 Abril 1995, p.A4.

Um dos melhores exemplos é o que se passa na Colômbia, país na mira dos EUA na questão de tráfico de drogas e sobre o qual essa supervisão está sendo exercida. Em 1^o de março de 1995, o governo do Presidente Clinton criticou severamente o governo da Colômbia como o "principal centro mundial de cocaína" e de não estar tomando medidas suficientes para eliminar o tráfico de drogas. Mas, ao mesmo tempo, invocou "interesses nacionais vitais" para não cortar ajuda econômica e vetar empréstimos do Banco Mundial à Colômbia, acreditando que a cooperação é o melhor modo de pressionar a Colômbia a combater o tráfico. Não obstante, dois meses mais tarde, jornais publicaram que membros do governo americano, há muito tempo suspeitam que o Presidente da Colômbia, Ernesto Samper, está envolvido em drogas, chegando ao ponto de acautelarem Samper que eles suspeitam que sua campanha estava sendo financiada por fontes envolvidas com drogas. A decisão dos EUA de não considerar a Colômbia como um país que combate drogas foi um

choque para o corpo político e o Presidente Samper que, desde então, sob forte pressão dos EUA, tem tomado medidas acertadas contra o tráfico de drogas. O mínimo que se pode deduzir é que o Presidente da Colômbia não tem realmente o poder discricionário, que é parte do cargo de presidente, no que se refere à luta contra drogas. Ao contrário, se não agir de forma aceitável, pode ser acusado de proteger traficantes de drogas.

O México, recentemente, também já se curvou à pressão dos EUA no combate ao tráfico de drogas e foi levado a alterar significativamente a função das Forças Armadas mexicanas que, pela primeira vez, vão ser usadas na luta contra drogas, mas num país onde as relações entre os militares e os policiais, e entre ambos e o público são extremamente tensas.²⁶

Uma outra área que está se tornando objeto de grande escrutínio pelos países industrializados é a da economia mundial, devido à necessidade absoluta desses países de encontrarem novos mercados para exportação. Mas a realidade é que esses novos mercados não mais existem nos países industrializados. De acordo com estimativas do Fundo Monetário Internacional, a economia dos EUA estava prevista para crescer somente 3% em 1994, nível baixo para manter crescimento no número de empregos e baixar o déficit em exportações. A recessão da economia europeia e do Japão não permite aumentar exportações; a proteção de mercados está fora de cogitação e a única solução é uma reforma no sistema de *trade* mundial, baseada na redução de tarifas e barreiras comerciais e abrir novos mercados. As áreas do globo mais promissoras para abrir novos mercados estão na Ásia e na América Latina, áreas que, pela primeira vez, "irão crescer mais rápido do que os países industrializados na próxima década" e que muitos acreditam, irão ul-

²⁶ Steven Greenhouse, "U.S. Says Colombia Refuses To Cooperate in Drug War", The New York Times, 2 Março 1995, p.AY. "Colombian president may be linked to drugs", Austin American-Statesman, 28 Abril 1995, p.A12; Tim Golden, "Mexico Plans Bigger Role For Military Against Drugs", The New York Times, 23 Maio 1995, p.A3.

trapassar o Japão como consumidores de produtos americanos.²⁷

Essa visão é reforçada pelo novo sistema de avaliar economias, pelo qual a produção nacional é calculada pelos produtos e serviços que a moeda nacional pode adquirir em relação à de outros países, ao invés do antigo que avaliava a produção nacional em dólares e de acordo com a taxa de câmbio. Nesse novo método, a China sobe para o terceiro lugar, atrás dos EUA e Japão, ao invés de décimo, atrás do Brasil (que continua em nono lugar). Essa é a razão pela qual os países industrializados estão lutando para ganhar entrada no mercado Chinês.²⁸ Essa luta para ter acesso a mercados está evoluindo no sentido de criar áreas de "free trade" nessas regiões mais promissoras para criar mercados, principalmente para os EUA.

Nas Américas, o melhor exemplo é o NAFTA (*North Atlantic Free Trade Zone*) entre EUA, Canadá e México. O NAFTA é a expressão culminante da política econômica de neoliberalismo baseada em lucros, competição, eliminação de tarifas e de outras restrições a "free trade". Abre os mercados e a economia do México à economia e investimento dos países do Norte para os

produtores de milho, investimentos para seguro, proteção contra roubos de programas eletrônicos e afeta muitas outras áreas. As vantagens e as consequências para a indústria e os lavradores mexicanos não estão ainda bem claras. Mas o NAFTA não é uma associação entre iguais, mas sim entre a economia mais desenvolvida e tecnologicamente adiantada na História da Civilização e a economia de um país subdesenvolvido. É baseada em desigualdades e, por isso, aberta à exploração.²⁹

O NAFTA não é uma associação entre iguais, mas sim entre a economia mais desenvolvida e tecnologicamente adiantada na História da Civilização e a economia de um país subdesenvolvido. É baseada em desigualdades e, por isso, aberta à exploração.

quais significa mais empresas em indústrias de automóveis, telecomunicações, abertura de mercados para equipamento petroquímico,

O NAFTA é um Acordo, não um Tratado, e o processo de discussão para aprovação no México e nos EUA foi diferente. No México, foi decidido pelo Presidente Carlos Salinas e ratificado, praticamente sem discussão, pelo Congresso, mas com membros da oposição clamando contra "a entrega do país a poderes estrangeiros". Nos EUA, defensores compararam o acordo com a criação da OTAN e a compra dos territórios da Louisiana e do Alasca. No Canadá, a derrota do Partido Conservador, em 1993, foi parcialmente

²⁷ Steven Greenhouse, "Surging Growth in Third World Gives an Economic Lift to U.S.", The New York Times, 18 Agosto 1993; Andrew Pollack, "U.S. Is Shifting Trade Emphasis Away from Japan", The New York Times, 4 Novembro 1994, p.1 Business Day.

²⁸ Steven Greenhouse, "New Tally of World's Economics catapults China into Third Place", The New York Times, 20 Maio 1993, pp.A1, A6.

²⁹ Rod Grubb, "Neo-Classical Economics and Third World Development: The North American Free Trade Act", trabalho apresentado na Southwestern Political Science Association, Março 17-20, 1993, New Orleans, Louisiana, U.S.A.

creditada ao suporte dado ao NAFTA.

Mas o NAFTA é muito mais do que o tradicional acordo de comércio de épocas passadas. Em parte, foi usado por grupos de interesses especiais dos EUA que exerceram grande pressão para que os conceitos e benefícios de leis sociais americanas fossem estendidos ao México, em troca do suporte político para aprovação do Acordo. Em acordos denominados "Parallel Track Agreements", assinados entre as partes contratantes mas fora das negociações centrais. Áreas de tratamento especial, como poluição, qualidade do ar e da água, igual oportunidade para a mulher na força de trabalho, com grupos de observadores para forçar o cumprimento das leis, foram incorporadas no Acordo.

Ainda mais importante foi a pressão exercida no México para garantir o conceito americano de direito de propriedade (que é inalienável, sobre o do país, que impede o confisco), país que tradicionalmente confere à propriedade uma função social. Durante a Revolução Mexicana de 1911, o governo confiscou propriedades para distribuir aos campe-

sinos e, durante a crise financeira dos anos 80, nacionalizou os bancos. Ainda mais, o NAFTA requer que o México adote o estilo americano de sistema legal para proteger direitos intelectuais. O Congresso dos EUA é o órgão que interpreta a letra do Acordo.³⁰

É esse o modelo que muitos pensam estender a toda a América Latina. Para muitos, o NAFTA é apenas o início da integração econômica das Américas, com a possibilidade da inclusão do Chile num futuro próximo. O objetivo é a criação de uma "Free Trade Zone" no Hemisfério Ocidental em dez ou quinze anos, plano que foi discutido na Conferência de Miami, em dezembro de 1994, entre o Presidente Clinton e os presidentes das nações latino-americanas. Essa idéia de uma "Free Trade Zone" para as Américas não é idéia nova. O antecessor do Presidente Clinton, Presidente George Bush, já tinha proposto a

criação da "Enterprise for the Americas Initiative" baseada numa "associação hemisférica", ancorada em "free trade", idéia que já existia no século 19.

No Tratado Comercial entre o México e os EUA, em 1883 (que nunca foi ratificado), um comentador, privadamente, expressou a idéia de que considerava "México e EUA partes integrais dum mesmo sistema comercial. E que era um passo para estabelecer entre os dois países as mesmas condições que existiam entre os vários estados da União Americana." Em realidade, o Tratado era parte de um movimento no Congresso para estabelecer o que um advogado chamou de "Zollverein Americana, uma união alfandegária abraçando as Américas". A entrada do Chile no NAFTA, país pequeno e de economia modesta, não será uma surpresa³¹.

Mas existe uma visão muito mais abrangente do

³⁰ David E. Rosenbaum, "Pact is a symbol of America's direction", Austin American-Statesman, 14 Novembro 1993, p.A8; Jonathan Schleifer, "History Counsels 'No' on Nafta...", The New York Times, 14 Novembro 1993, p.F11.

³¹ Steven Greenhouse, "U.S. Plans Expanded Trade Zone", The New York Times, 4 Fevereiro 1994; David E. Sanger, "Hemisphere Trade Talks: U.S.-Mexican Trade, 1825-1184: 'Hoc opus, hic labor est'", em Hispanic American Historical Review, 71:4 (Novembro 1991), p.723.

que meramente a assinatura de um acordo comercial nessa chamada "associação hemisférica" por parte dos EUA, que data dos anos 80, quando o desejo de expansão econômica na América Latina tornou-se evidente, com propostas do Secretário de Estado James G. Blaines para uma união tariffária e a construção de uma estrada de ferro Pan-Americana, semelhantes aos projetos imperialistas das Estradas de Ferro Berlim-Bagdá e Cairo-Cape Town.

Assim, o NAFTA é muito mais do que um acordo comercial. É, sobretudo, o instrumento que avalia se os EUA vão expandir ou não a sua influência política e econômica sobre a América Latina. Como definiu um autor, David E. Rosenbaum "o NAFTA é um símbolo". Michele Kay vê, no NAFTA, um modo de encorajar reformas no México e um "desejo de forçar o México a vir a ser mais como os EUA na

sua política econômica de meio-ambiente e social". O Vice-Presidente Gore vai mais adiante e vê "uma comunidade de democracias no Hemisfério Ocidental" "integrada por comércio e valores políticos comuns".³² E novos valores continuam a ser adicionados a esse conceito de soberania com uma visão universal. Direitos humanos são agora considerados pelos países do ocidente como direitos universais que sobrepujam tradições religiosas e culturais das outras regiões do globo. O Secretário de Estado dos EUA declarou recentemente que a "universalidade de direitos humanos estabelece um padrão geral de comportamento aceitável em todo o mundo, padrão que Washington aplicará a todos os países", e que direitos humanos são um dos focos da política exterior dos EUA.³³

O estudo publicado, em 1993, pelo *Inter-American Dialogue*, com o título

"Convergence and Community: The Americas in 1993", exemplifica essa fusão de política, economia e valores.

No Capítulo I, descreve a integração econômica do Hemisfério através de acordos internacionais, como idéia vitoriosa que servirá para acelerar a integração global da economia. Reconhece que "a intenção de todo acordo internacional é, precisamente, limitar a escolha soberana das nações contrastantes a fim de obtenham benefícios mútuos", e admite que, para uma comunidade hemisférica sobreviver, tem que ser "fundada em valores comuns", tais como direitos de trabalhadores e o meio-ambiente, ter acesso à assistência técnica para desenvolver legislação e regulamentos nessas áreas.³⁴

No Capítulo II, com o título "The Collective Defense of Democracy", o estudo descreve como esse sistema de integração reconhece a Democracia como a única forma de governo e exercício de poder político, para cuja existência e continuação a comunidade interamericana deveria ter o poder de agir coletivamente, poder que, por sinal, já tem nas Resoluções de Santiago, de 1991, que foram depois

³² Túlio Halperin Donghi, "The Contemporary History of Latin America", ed. and trans. by John Charles Chasteen (Durham: Duke University Press, 1993), p.161; Rosenbaum, "Pact is a symbol"; Michele Kay, "Accord ventures into new territory", *Austin American-Statesman*, 14 Novembro 1993, pp.F1, F8; David Lauter, "Gore, Pact can help create community of democracies", *Austin American-Statesman*, 2 Dezembro 1993, p.A2.

³³ Elaine Sciolino, "At Vienna Talks, U.S. Insists Rights Must Be Universal", *The New York Times*, 15 Junho 1993, pp.A1, A6.

³⁴ "Convergence and Community: The Americas in 1993", A Report of the Inter-American Dialogue, The Aspen Institute, Washington, D.C. 1992, Chap. I, pp.1-19

adotadas pela Organização dos Estados Americanos. Para alcançar esse fim, a *influência das Forças Armadas dos países latino-americanos deve ser diminuída. A OEA e as Organizações Não-Governamentais devem supervisionar as Forças Armadas quanto à missão, tamanho, custos e armas. Governos devem ser pressionados a aceitarem observadores internacionais, caso eleições se achem ameaçadas de fraude, e instituições internacionais financeiras devem monitorar orçamentos militares, e a assistência militar deve ser aquela que fortaleça a autoridade civil.*³⁵

Mas o trecho relevante do Capítulo II é o que se refere a medidas recomendadas no caso de queda de sistema democrático. A medida básica é a intervenção multilateral coletiva para restaurar a democracia, a qual se desenvolve em várias fases: a inicial é o isolamento político e diplomático em todos os níveis; a segunda é o isolamento econômico, com embargo

completo de todo o comércio e suspensão de todos os laços econômicos e financeiros; e a terceira é o embargo de suprimentos militares e, finalmente, intervenção multilateral contra o governo. Esse plano reconhece que intervenção multilateral ou unilateral é um dos assuntos mais contenciosos na América Latina e, por isso, recomenda que o tópico não seja discutido no momento, e que aguarde ocasião oportuna no futuro. Mas muitos autores concordam que o ponto político central da Aliança Interamericana será a "defesa coletiva de democracia".

Essa defesa coletiva, por outro lado, automaticamente requer medidas intrusivas na soberania nacional e coloca os países latino-americanos em situações de conflito, toda vez que um dos membros mudar a forma de governo, principalmente se for governo militar, uma vez que a política externa dos EUA, além de ser guiada por ideologia e interesses geopolíticos que, automaticamente, demonstra hostilida-

de por qualquer forma de governo que não se conforme com o seu modo de ver, logo começa a planejar a queda do governo infrator. As sanções impostas aos governos do Peru e Haiti, após mudança de regime, comprovam esse fato. E, mais recentemente, por ocasião da reação do General Pinochet à ordem de prisão contra antigos subalternos, já correm sugestões nos EUA de que a entrada do Chile no NAFTA depende da continuação do governo democrático.

Sanções não somente isolam o país, também solapam as instituições nacionais em qualquer relação entre estas e companhias estrangeiras operando no país sob embargo. Um exemplo foi a recusa de duas companhias americanas operando no Haiti, a Esso e a Texaco, de obedecer à ordem de um juiz da Corte Civil do Haiti para liberar gasolina para venda ao público, declarando que obedeciam ao embargo, procedimento que merece atenção das autoridades de qualquer país que entra em acordos internacionais e que é um retrocesso à situação de direitos extraterritoriais que existiam no século 19.³⁶ As

³⁵ Ibid., Chp. II, pp. 21-29.

³⁶ Ibid., pp. 30-39; Mark Pecceney, "The Inter-American System as a Liberal Pacific Union?" em Latin American Research Review, vol. 29, n. 3, 1994, pp. 192-93; James E. García, "Chile's attempt to join NAFTA could hinge on democracy", Austin American-Statesman, 25 Junho 1995, p.E; Michael Norton, "Haitian judge tells distributor to release fuel: Shell refuses", Austin American-Statesman, 12 Novembro 1995, p. A8.

sim, diplomacia, comércio e valores são fatores que se complementam em acordos internacionais do país que, por ser supranacional, invoca soberania supranacional com uma "visão universal de democracia".

A falha em subscrever essa visão pode, em alguns casos, levar à retaliação econômica, isolamento diplomático e, se necessário, intervenção. Esse conceito de soberania supranacional, entretanto, entra em conflito com o conceito de soberania em outras regiões do globo, principalmente nos países da América Latina, cujo conceito de soberania é baseado no modelo do século 16, quando o pré-requisito de soberania era o "Estado independente, auto-suficiente e geographicamente definido".³⁷

Considerando essa discussão, como articular algumas características da nova ordem mundial que está se

delineando?

Uma das características, sem dúvida, é a aparição do Estado supranacional, que sobrepuja Estados nacionais, baseado na noção ideológica de que a expansão dos valores dos países industrializados da Europa e dos EUA para o resto do mundo é inevitável; parte do processo racional e mecânico de que o progresso, seja em tecnologia, seja em for-

mação do século 16, como a que ocorreu no século 19, com a partilha colonial da Ásia e da África, e está sendo tentada presentemente a nível supranacional das grandes potências que compartilham do mesmo interesse.³⁸ A aparição do Estado supranacional significa soberania limitada para outras nações em desenvolvimento, e de forma muito mais intrusiva do que nos meados do século 19.

Outra característica é o esforço dos países industrializados de manterem a hegemonia que, no momento, possuem em várias áreas. Na área militar, através do desarmamento nuclear e de armas de alta tecnologia, ao conter a expansão de armas nucleares e impedir que os países não-nucleares recebam qualquer tecnologia para esse fim, e de pressões para desarmar qualquer país que chegue ao ponto de construir armas atômicas. Dessa forma, uma nação soberana não tem realmente a opção de possuir, desenvolver, ou adquirir armas das mais avançadas. Nessa área, qualquer que seja a designação que se

As nações estão divididas em dois grupos, o dos países nucleares e o dos países não nucleares.

mas de governo, seja em valores sociais, é como uma força da natureza que não pode ser contida, enfim, é uma lei universal.

A hegemonia da Europa e dos EUA sobre o resto do mundo é vista como o estado mais desenvolvido da civilização, ou, na expressão de um pesquisador, como "o fim da História".

É um novo tipo de expansão, como a que ocorreu no

³⁷ Knight, "The State of Sovereignty", p.11.
³⁸ Michael Adas, "High Imperialism and the 'New' History", em *Islamic & European Expansion: The Forging of a Global Order*, Michael Adas ed., (Philadelphia: Temple University Press, 1993), pp.328-29; Janet L. Abu-Lughod, "Before European Hegemony, The World System A.D. 1250-1350", (New York: Oxford University Press, 1989), pp.368-70.

divididas em dois grupos, o dos países nucleares e o dos países não nucleares. Por outro lado, a tendência dos países industrializados será a de conter conflitos locais, a fim de não se expandirem em conflitos regionais que requeiram intervenção militar.

Ainda outra característica da nova ordem mundial é o micromanejamento de assuntos internos de outros países através de legislação que se relata diretamente ao governo interno de nações soberanas, desde a disposição de propriedade nacional, à supervisão de assuntos internos e de membros do governo, dessa forma sujeitando o país a uma grande pressão para atingir os fins desejados por outros países.

Uma forma de governo paralelo também está se delineando, com a conexão internacional das Organizações Não-Governamentais com agendas próprias, que estão substituindo os laços diretos entre governos, tradicionalmente mantidos pela diplomacia. Um autor descreve esse fenômeno

como a "privatização das relações internacionais".³⁹

A expansão econômica e busca de novos mercados é a mais sutil de todas essas características da Nova Ordem, pois, inicialmente, apresenta-se simplesmente como uma abertura de mercados que beneficiará a ambos os lados. Mas, em realidade, está entrelaçada a uma visão universal de sistemas e valores. Assim, abraçar essa expansão sem a precaução necessária, é também abraçar um sistema de governo e valores. A arma principal para manter esse sistema é o embargo, através de sanções econômicas em suporte de objetivos de política exterior, arma usada na maioria dos casos pelos países europeus e os EUA contra outras nações.⁴⁰

Pode tal sistema, baseado num estado supranacional e na soberania limitada de outros, ser consolidado e tornar-se o modelo para o século 21? A resposta provável é: Não!

E, por que? Porque esse é um sistema que, longe de ser novo, é antigo, desenhado

do após o fim da Segunda Guerra Mundial, sob a liderança e hegemonia dos EUA, que criaram as Nações Unidas e selecionaram quais os países que se recuperaram industrialmente com o Plano Marshall. O sistema não foi criado para manter todos os países em nível de igualdade, mas, sim, para manter o controle dos assuntos mundiais nas mãos dos membros do Conselho de Segurança e impedir que catástrofes como as duas grandes guerras mundiais, que causaram um nível sem paralelo de destruição, não mais ocorram.

Mas o mundo atual, ao contrário daquele de 1945, é completamente diferente, com países que então não eram industrializados e que agora o são, com tecnologia desenvolvida, alguns autosuficientes. Realisticamente, os países industrializados da Europa não podem experimentar, mais uma vez, destruição semelhante à das duas guerras mundiais sem correrem o risco de se reverterem ao nível de subdesenvolvimento. Economicamente, somente agora os países industrializados estão tentando atingir o nível de integração que existia no mundo no início da Primeira

³⁹ Gilbert W. Merkx, "Editor's Foreword", Latin American Research Review, vol.30, n.1, 1995, p.5.

⁴⁰ Gary Clyde Hufbauer e Jeffrey J. Schott, "Economic Sanctions in Support of Foreign Policy Goals", Institute for International Economics (Cambridge: Mit Press, 1983).

ra Guerra Mundial com seus impérios coloniais e entre si. Um autor caracterizou esse esforço para a integração econômica mundial como "simplesmente pôr o mundo de volta ao nível de integração que tinha sido atingido em 1914".⁴¹

Um outro problema de tentar a integração econômica do Hemisfério, da criação de outros mercados comuns e a globalização do capital, é a implementação de política econômica neoliberal num mundo que não é *"uniformemente capitalista"*, pois além da queda do sistema econômico socialista ser muito recente, o sistema capitalista somente funciona realmente, como deve, nos países industrializados. E a teoria de mercado livre usada em defesa de capitalismo é uma teoria dogmática que, aplicada sem adaptações em outras condições, produz distorções e comoções políticas e sociais, como está sendo ameaçado o México e tem-se observado na Venezuela. E o quadro de

um país socialista como a China, abrindo sua economia que está em crescimento e estar sendo avidamente cortejado pelos países capitalistas é um dos paradoxos que os teoristas de capitalismo estão sem meios de explicar. O que não pode ser respondido com certeza é se esse sistema econômico, que funcionou bem para alguns países, pode ser estendido a todo o mundo com o mesmo resultado.⁴²

Igualmente problemático é o fator de nacionalismo nesse modelo de supranacionalismo. Estudosos desse fenômeno já discernem uma realidade na qual essa mudança não se dará sem conflitos, pois a resistência a intromissões na soberania nacional já se faz ouvir, e as elites políticas dos Estados nacionais já estão opondo resistência contra a incorporação em estruturas supranacionais. No caso da América Latina, o nacionalismo, tradicionalmente, ressurge em resposta a qualquer pressão de dominação, indepen-

dentemente da "insuficiência política e econômica" dos diversos países. O fato de que a soberania dos países latino-americanos estava bem estabelecida por ocasião do começo da expansão dos EUA "complica qualquer projeto de expansão imperial na região".⁴³

Uma outra fonte de controvérsia é o da legitimidade do Conselho de Segurança da ONU, cujos membros não mais representam o poder político, econômico e militar que uma vez possuíam, nem o mundo, no fim do século 20. O poder do Conselho é imenso, é de vida ou de morte sobre as nações do globo, mas funciona numa estrutura arcaica e colonial de superior e inferior. A discussão de como reformar o Conselho de Segurança é na direção de incluir a Alemanha e o Japão, o que praticamente poria os destinos do mundo nas mãos da maioria dos países coloniais do começo do século 20, mas que deixa áreas do globo, como a América Latina, Oriente Médio e Índia, sem representação.

As Nações Unidas, como estão organizadas, não estão à altura de funcionar no século 21. Sem reforma e sem o poder moderador de uma

⁴¹ Keith Bradsher, "Back to the Thrilling Trades of Yesteryear", The New York Times, 12 Março 1995, p. E5.

⁴² Abu-Lughod, pp.370-71.

⁴³ Anthony H. Richmond, "Ethnic Nationalism and Post-Industrialism", em Nationalism, John Hutchinson & Anthony D. Smith eds., (New York: Oxford University Press, 1994) p.297-98; Donghi, p.161.

outra força que sirva de balança ao *status supranacional* de seus cinco membros permanentes, poderá tornar-se uma arma de dominação mundial. A perda de sua legitimidade, como já está acontecendo em várias áreas, é um dos perigos para essa Nova Ordem Mundial.⁴⁴

Em conclusão, a Nova Ordem Mundial, a existência de um Estado supranacional e os esforços para limitar a soberania nacional de nações, a fim de expandir uma visão universal ca-

racterística de uma só região do globo, têm o potencial de criar situações regionais de grande volatilidade, pois o sistema de dependência a uma única superpotência é tremendamente instável, e *"qualquer choque global pode precipitar uma transformação radical"*.⁴⁵

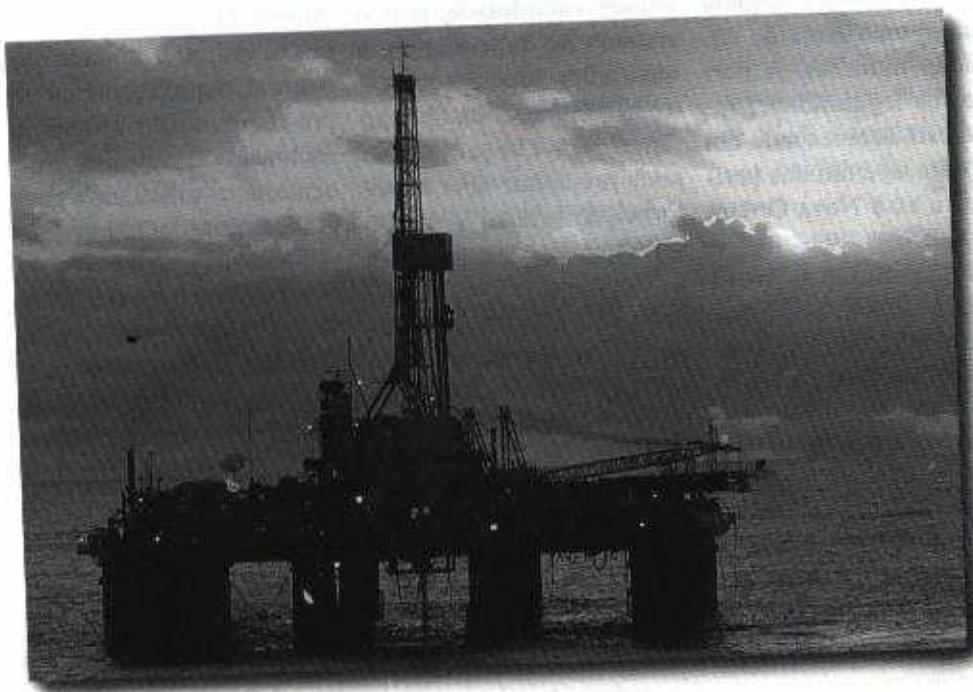
A questão do momento é a de como as nações assinaladas para gozarem de soberania limitada irão reagir a esse modelo e se estarão dispostas a redefinirem vários conceitos, dos quais, o mais importante é o de definição

da soberania nacional. E se o modelo de soberania nacional que tem prevalecido na América Latina, herdado de nosso passado histórico e cultural, o qual requer como pré-requisito de soberania nacional o Estado independente, auto-suficiente e geograficamente definido, poderá coexistir, ou sobreviver na Nova Ordem Mundial. Muito dependerá da visão e preparo das classes governantes, das prioridades selecionadas e do nível de nacionalismo e integração de todos os grupos da Nação. ■

⁴⁴ Craig R. Whitney, "Meddling in the Balkans: A Peril of the Ages", The New York Times, 11 Abril 1993, Seção 4, pp.1, 4; Paul Lewis, "U.S. to Push Germany and Japan for U.N. Council", The New York Times, 13 Junho 1993, p.Y7.

⁴⁵ Abu-Lughod, p.371.

TOQUE DE ALVORADA.



Antes do toque de alvorada, a Petrobras já está acordada. Ela está sempre alerta, marchando junto com as Forças Armadas, dando sua contribuição para o Brasil. Como fornecedora exclusiva da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a Petrobras vai aonde for preciso. Até mesmo às regiões mais distantes do Amazonas, onde ela faz o abastecimento por meio de barcaças. Seja no mar, na terra ou no ar, estamos sempre a postos.

PETROBRAS

Ministério
de Minas
e Energia

Brasil
EM AÇÃO

África Central: Expediente da História¹

Therezinha de Castro*

O artigo apresenta aspectos geográficos, históricos e culturais da África Central, responsável pelos conflitos de que são exemplos, em nossos dias, os Estados do Zaire, Ruanda e Burundi.

Etarefa sobremodo difícil a de definir o que vem a ser África Central. Em consequência, convencionamos tratar-se da zona intertropical, indo da meseta oriental pontilhada por vários lagos, dentre os quais o de Tanganica, e chegando ao litoral do Atlântico, área essa caracterizada pela independência hidrográfica da Bacia do Congo.

Contrastando com o Amazonas, paralelo ao equador terrestre, o Congo corta essa linha imaginária, dife-



37

* Do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

¹ Selecionado pelo PADECENE.

rindo, também, por não se constituir num acesso amplamente aberto para o Atlântico, interrompido por quedas de água, que ferrovias procuram complementar.

A navegabilidade é mais eficiente nos 1.600 km que o rio descreve em grande curva e que o arremete para o sul, desde Kisangani até Kinshasa.

É também de navegação interrompida o Lualaba, que serve a região de Shaba, contrastando com o Kuango e Kasai, vias de união entre Angola e Zaire.

Em consequência, no conjunto, somente o Ubangi, na margem direita, oferece navegação sem interrupção até Bangui, a capital da República Centro-Africana, a 640 km acima da confluência com o Congo.

Em plena zona equatorial, entre 10° de latitude sul, o clima da África Central é quente, com pequena oscilação térmica e considerável pluviosidade.

A vasta depressão do Congo é bem plana no seu interior, com altitudes oscilando dos 280 aos 530 metros. No setor leste, uma cadeia montanhosa serve de muralha entre a bacia fluvial e a fossa tectônica dos grandes lagos; essa divisória de águas vai dos

1.500 aos 3.000 metros, destacando-se então o Rio Lukuga, em vale profundo, através do qual o Lago Tanganika envia sua contribuição à Bacia do Congo.

A navegação é fator condicionante do modo de vida das tribos – destacando as que habitam a mata virgem das dos bosques em galerias, e estas das que se encontram nas savanas periféricas.

Conclui-se que, contribuindo para o isolamento da África Central, a Geografia, concorre também para: "a originalidade das culturas indígenas, o atraso em relação ao padrão de civilização ocidental, o estado de subjeção político-econômico, as dificuldades de acesso comercial e as relações sociais".²

ENCONTRO DE CIVILIZAÇÕES

Em 1484, Diogo Cão, navegador português, descobriu o estuário do Congo, mas pouco se ficava sabendo sobre seu interior coberto por bosques e selvas, impedidas de serem alcançadas pela quase inacessibilidade desse rio.

Na fase exploratória dos europeus, os arqueólogos belgas encontram, nas margens do Rio Lualaba, vastos cemitérios datados dos séculos VIII a IX a.C., demonstrando que já se explutava o cobre de Katanga (atual Shaba), com o qual fabricavam pequenos lingotes em formato de "H" – objetos que talvez tenham servido como moeda. Mas, por outro lado, nada foi encontrado que pudesse provar estarem os africanos dessa área organizados politicamente em Estados.

Sabia-se, no século XVI, que tribos do Congo Inferior estavam submetidas a um chefe supremo que era, na Europa, conhecido como Rio Congo.

Somente em 1816, esse interior passava a ser desvendado, com o Almirante Britânico organizando uma expedição aos cursos médio e superior do Rio Congo. Sob o comando do Capitão James Higston Turkey, 56 europeus tentaram explorar o interior, mas só conseguiram chegar a cerca de 275 km de distância do mar. O "Turkey Disaster" no qual o oficial

² Carlos Delgado de Carvalho – Geografia dos Continentes – Companhia Editora Nacional – Rio, 1943.

inglês e 17 de seus companheiros morreram de febre antes de atingir a 1^a catarata, iria desanistar a conquista interiorana.

Transcorridos 50 anos, caberia à Real Sociedade de Geografia de Londres incentivar as explorações, levando Samuel Baker (1864) a descobrir o Lago Albert, enquanto Burton e Speke chegavam ao Lago Tanganika (1857-58) e David Livingstone (1858-64), atravessando o continente do Índico ao Atlântico, chegava a Lunda para, em viagem por conta própria (1867-73), tentar encontrar as nascentes do Nilo.

Foi então que Henri Morton Stanley, pseudônimo do jornalista John Rowland, iniciou sua carreira de explorador, incumbido de entrevistar Livingstone. Encontrando-se com o compatriota na África Central, escrevia seu artigo "How I Found Livingstone", no qual afirmava que seu entrevistado era um autêntico achado do século.

Na viagem seguinte de Stanley, descrita em "Through the Dark Continent", ele chegava ao Rio Lualaba. Transcorria o ano de 1876 e Leopoldo II da Bélgica reunia, em Brux-

elas, uma Conferência de Geógrafos, a fim de fundar uma organização internacional para explorar e explotar a África Central, que redundaria na *International Association of Congo*.

Além dos ingleses, a África Central passava a interessar aos belgas e alemães. Caberia ao alemão Paul Reichard descobrir, em Katanga (atual Shaba) uma das maiores jazidas de cobre do mundo, animando a posterior expedição do belga Paul Marinels (1891).

Já então a exploração começava a se ligar à política expansionista. Os conflitos surgem e se multiplicam. No sul, chocam-se os interesses ingleses e portugueses, no norte os ingleses e franceses, enfrentando-se, no centro, ingleses e franceses, alemães e belgas.

A exploração científica e exploração utilitária obrigaram o imperialismo europeu a se enfrentar no Congresso de Berlim (1884-85), que fez a partilha política da África, ficando o ponto de atrito da África Central para o Congresso de Bruxelas (1890).

A África Central era considerada, pelos belgas, como se fosse uma unidade se estendendo do Atlântico ao Índico, com base no concei-

to alemão de Mittelafrica. Mas, em 1890, esse conceito era revisto, e imputado tão-somente à grande região da Bacia do Congo, envolvendo um conjunto de 5.398.657 km².

No encontro de civilizações, o embate de países, a África Central, dentro do enfoque geopolítico, iria se constituir num mero expediente da História.

Os belgas no Congo Leopoldville (atual Zaire), os franceses no Congo Brazzaville (hoje República do Congo), os portugueses no enclave de Cabinda/Angola, criava-se a África Oriental Inglesa (Uganda e Quênia), com o anteparo da África Oriental Alemã (Tanzânia, Ruanda e Burundi).

FOCOS DE TENSÕES

Os bantus formavam o grande grupo negro que habitava a África Central. O termo bantu ou "aba-ntu" é plural de uma palavra que significa – ser humano.

Antes da penetração europeia os bantus constituíam grupos ou tribos, guerreiras e pastoris ou agrícolas e industriais. Em seu *habitat* africano, as tribos belicosas se apoderavam dos terrenos

mais férteis, privando as que se dedicavam às plantações, das extensões mais apropriadas para o cultivo.

A Bacia do Congo é o coração desse tribalismo que os europeus iriam conhecer no século XVI. Eram os *tutsis* criadores de gado, o povo de maior estatura da África, contrastando com os *hutus*, baixos e atarracados, sobrevivendo da agricultura.

Em 1899, passavam os dois povos do grupo bantu a viver sob o protetorado da Alemanha que, derrotada em 1918, entregava o território aos belgas. Os *tutsis*, embora em minoria, formaram sempre a elite local, 1950 quando, face ao processo da descolonização, os colonizadores passam a alimentar rivalidades favorecendo os *hutus*, dentro da tática do dividir para melhor governar. Lançam-se então as duas tribos na luta pelo poder, dividindo a área que se estende entre o Zaire/Uganda/Tanzânia e os lagos Kivu/Tanganika. Assim, em 1962, o Burundi (27.834 km²) tornava-se independente, sob o comando dos *tutsis*, ficando Ruanda (26.338 km²) controlada politicamente pelos *hutus*.

Nascendo geopoliticamente sob o signo do dualis-

mo tribal e da tensão, os massacres passaram a ser uma constante nesses países que não são nações, e sim meros expedientes da História, sobrevivendo em crônica instabilidade, instabilidade de nos dois países, onde os *hutus* são maioria (85%) e os *tutsis* a minoria (14%).

Ruanda e Burundi são países sem identidade nacional, autênticos satélites do Zaire (2.344.885 km²), onde se degladiam bantus e sudaneses sob governo ditatorial, desde a independência, em 1960. É esse satalitismo que reúne, hoje, nas suas fronteiras, a rivalidade *tutsi/hutu*. Isso porque, um dos objetivos da Bélgica para conseguir o controle de Ruanda/Burundi após a 1^a Guerra Mundial, foi a presença *tutsi/hutu* como excelente mão-de-obra para a região mineira de Katanga (atual Shaba), que se transformaria em foco de tensão separatista.

E, se no início do século foi notória a rivalidade belgo/alemã, refletida na dos *tutsi/hutu*, atualmente, embora de modo bem mais sutil, se confrontam a França/Inglaterra.

A França tem, no Zaire/Ruanda/Burundi, o seu idioma como língua oficial. Dei-

xando de lado a ajuda humanitária, as rivalidades tribais e consequente pacificação da região, o que deseja, na prática, o Governo de Paris, é retomar sua ascendência sobre Ruanda, bastante voltada para a esfera inglesa.

A África Central perdeu muito de sua importância econômico-estratégica. Não possui grandes reservas de petróleo e somente cerca de 3,5% do comércio internacional vem de lá. Mesmo assim, em nome da franco-fonia, sem querer perder seu espaço internacional, o Governo de Jacques Chirac defendeu a intervenção no Zaire, para onde foram refugiados *hutus*, após o massacre de 1994. Passaram esses a viver em campos de refugiados na região zairense do Kivu. Aí, em outubro de 1996, o exército do Zaire teve que enfrentar uma rebelião dos banyamulengues, como se denominam os *tutsis* zairenses, desejando proclamar a independência das Províncias do Kivu do Norte e do Sul.³

Isso fez com que o Governo do Zaire mandasse

³ Trata-se de mais um foco separatista, semelhante ao que ocorreu em 1977 na província de Katanga (atual Shaba), esmagado com o auxílio da França.

expulsar os refugiados, que regressaram para Ruanda e Burundi, sem saber o que o destino lhes reservava.

Daí os apelos do então Secretário Geral da ONU, Boutros Ghali, para o envio de uma Força Internacional de ajuda aos refugiados, que contou com a má vontade dos Estados Unidos, que já viu, em 1993, numa dessas ajudas humanitárias, soldados seus serem arrastados por milicianos enurecidos na Somália.

Os estrategistas não sabem o que poderão encontrar no Zaire, país que, como Ruanda e Burundi, ainda precisa encontrar a sua independência real. Na África, via de regra, as operações militares são técnica e politicamente difíceis, pois os rebeldes armados formam grupos mal estruturados, lutando contra exércitos ditos nacionais e legais que, no entanto, não obedecem a seus chefes. Esse fato torna prudente condicionar o envio dos "capacetes azuis" somente após a assinatura de um cessar-fogo entre as facções rivais em luta.

CONCLUSÃO

No momento em que o europeu se interessou pelo

interior do continente africano, os exploradores se concentraram na procura das nascentes dos rios. Esse hinterland iria ser desbravado por expedições terrestres já que o continente, alto no litoral, era fechado, só podendo ser desvendado quando algum lugar na costa oferecia melhor acesso que o vale do rio.

As potências européias dividiram a África pensando em assegurar o futuro, dentro do princípio de que a colônia ideal era a que resultasse economicamente auto-suficiente.

Aos poucos, a *unidade de cada um dos sistemas hidrográficos* ia sendo demonstrado, ficando a cena final de toda essa trama para se desenvolver no Congo, na década de 1870-80, com Livingstone e Stanley.

A marcha para o interior era, na realidade, reação, face à necessidade de se obter matérias-primas para uma Europa em febre de industrialização. Diante dessa realidade, não iria ocor-

rer um processo de colonização semelhante ao da América, onde foi bem maior a fixação de bens de raiz. A África transformou-se bem mais numa praça de reserva de produtos necessários.

Por outro lado, a partir do Congresso de Berlim (1894-95), as dissidências mais perigosas entre as potências européias não foram capazes de gerar uma guerra, como as que ocorreram na América.

As potências européias dividiram a África pensando em assegurar o futuro, dentro do princípio de que a colônia ideal era a que resultasse economicamente auto-suficiente.

A Segunda Guerra Mundial mostraria aos africanos que a Europa não era um bloco monolítico. Era um continente de divergência, e deixaria de ser o centro dinâmico das Relações Internacionais. Por isso, os africanos passariam a agir politicamente dentro da auto-suficiência do negro contra o branco e, nesse sentido, o Zaire foi dos melhores exemplos, procurando apagar todo e qualquer vestígio da herança européia.

até mesmo nos nomes e topônimos.⁴

Tudo isso, em grande parte, porque na África inexistiu o processo de assilação,⁵ até mesmo nos territórios portugueses, pois reconheceram os europeus colonizadores que sua segurança estava nas áreas de organização política instável caracterizada pelo tribalismo. E, como eram minoria, os metropolitanos podiam tirar proveito da dissidência entre os grupos negros, alimentando-a mesmo, tal como ocorreu com os tutsis e hutus.

O Congo foi a última das grandes bacias a ser explorada pelos europeus e também a primeira a ser explotada, quando se encontrou o cobre em Katanga. E, nessa região, como nas demais, as tribos negras já vivendo divididas sofreram, com a presença do colonizador, maior processo de desintegração.

Em Ruanda/Burundi, por exemplo não foram perscrutadas as dificuldades, quan-

do se dividia o campo de pasto de grupos nômades tutsis. Permitiam, por outro lado, os governantes belgas, que tribos acostumadas a se moverem livremente, sem o conceito de propriedade de terra, se expandissem com toda a liberdade, por outras áreas já ocupadas pelos hutus sedentários. Encarregadas tão-somente com a manutenção de suas fronteiras coloniais, os países europeus não se preocuparam com os matizes delicados do tribalismo.

Com a independência prematura, a não existência do estado-nação e a forte presença de estado-tribal acirraram-se os conflitos étnicos. Revestindo-se o quadro, os negros expulsam o branco colonizador e seus descendentes, para continuarem lutando entre si. A revanche castigava o continente da barbárie que, hoje, os antigos colonizadores preferem esquecer. As potências mundiais têm interesses bastante limitados no continente africano. A pró-

pria União Européia o manteve atrelado marginalmente, dentro do neocolonialismo das Convenções de Lomé.

A África foi o último continente explorado pelo mundo exterior, o último a travar experiência com a civilização européia e, também, o último a conquistar sua independência dentro da mais caracterizada interdependência.

Em se tratando da África Central, o processo colonizador reflete a entrada de dois novos atores – a Bélgica e a Alemanha.

A Bélgica com o Rei Leopoldo II, homem cuja ambição e habilidade excediam os problemas internos do país que devia governar. Antes de 1865, como Duque de Brabante (1850-60) havia viajado pelo Egito, sonhando com estabelecimentos remotos, um dos quais na ilha asiática de Formosa. Procurando obter na África Central um império ultramarino, passou a manipular os caminhos da diplomacia internacional em benefício de seus interesses privados.

Por sua vez, a Alemanha penetrava na África após sua unificação (1870), apenas para satisfazer o desejo hegemônico, bem mais vo-

⁴ O mapa do Zaire transfigurou-se após a independência, com todas as principais cidades renegando seus antepassados coloniais, mudando para nomes africanos: Elizabethville – Lubumbashi; Leopoldville – Kinshasa; Stanleyville – Kisangani; Costermansville – Bukavu; Coquillaville – Mbandaka; Luluabourg – Kananga; Albertville – Kalembe.

⁵ Processo intenso no Brasil, o país mais mestiço da América.

tado para o poder terrestre na Europa. Não tinha tendências ultramarinas e, ocupando pontos dispersos na África – a atual Namíbia, o Togo, o Camerum e Ruanda/Burundi, se posicionava para um jogo de xadrez geopolítico com plano bastante amplo em política internacional – plano esse, que consistia em desviar a hostilidade francesa contra ela na Europa, além de fomentar rivalidades na África para colocar-se como árbitro entre as ambições dos governos de Paris e Londres.

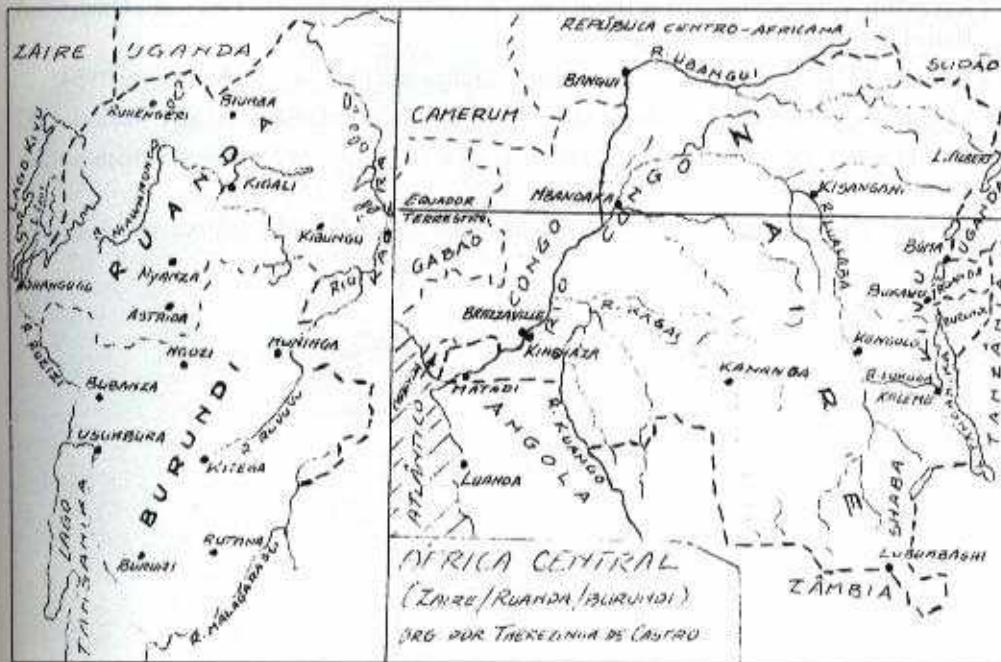
Foi pois, em Berlim, que se traçou o destino geopolítico da África Central. No eixo norte/sul (Cabo ao Cairo) pretendido pela Inglaterra se contrapondo ao leste/oeste (Atlântico ao Índico) da França, o centro da encruzilhada estava em Ruanda/Burundi.

E desse destino geopolítico subsiste a herança do negro contra o negro.

Em 7 de abril de 1994, um misterioso míssil derrubou o avião no qual viajava Juvenal Habyarimana, o primeiro presidente eleito, representante da maioria hutu.

Até então a minoria tutsi havia dominado o poder em Kigali, a capital de Ruanda. Nas eleições de 1993, após décadas de predomínio dos tutsis, era eleito outro presidente hutu, Melchior Ndayaye. Esse só se manteve em Usumbura, a capital do Burundi, por apenas três meses, pois foi assassinado por militares tutsis.

Desde então, Ruanda/Burundi vivem em estado de guerra civil latente, após a matança de tutsis, como revanche, e de hutus, como represália. E, nesse estágio de tribalismo que põe o ne-



Mapa da África Central, segundo a definição deste artigo.

gro contra o negro, os tutsis continuam, como no passado colonial, quando eram a elite, a tratar os hutus como seus servos. E, na senda do escravagismo, o fantasma de um governo chefiado por um membro da tribo hutu, que é maioria, se converte em séria ameaça para a supremacia da minoria tutsi.

Ao pesadelo que se impõe, a tropa multinacional formada pela ONU em novembro de 1996, não conseguiu chegar até lá. Coube

seu comando ao Canadá e dela participava o Brasil com 120 militares selecionados entre os que já eram "capacetes azuis" em Angola.

São convocadas duas nações americanas. Omitem-se os responsáveis e as grandes potências, concluindo-se que a região não atrai a cobiça dos Ocidentais. Muito pelo contrário, afasta-os, pois a África Central, autêntico expediente da História, encontra-se carregada de gravíssimos problemas étni-

cos, sociais, políticos e econômicos.

Problemas, que a ONU, por certo, não há de resolver, mesmo que desenterrando o passado expediente da História. Indiciados os dois grandes envolvidos — Bélgica e Alemanha, mesmo assim, continuaria o impasse. Na África Central é onde ainda está bem vivo o racismo do negro contra o branco metropolitano destemperado pelo aparthiedismo tribal do negro contra o negro. ☽

BIBLIOGRAFIA

- FRITZGERALD, Walter. *África (Geografia, Econômica e Política)*. Ediciones Omega S.A. Barcelona: 1950.
- ZISCHKA, Anton. *África, Reserva da Europa*. Ediciones Omega S.A. Barcelona: 1954.
- OLIVER, Roland e Tage, J. D. *Breve História de África*. Alianza Editorial S.A. Madrid: 1952.
- WHITTLESEY, Derwent. *Geografia Política — Fondo de Cultura Económica*. Buenos Aires 1948.
- CASTRO, Therezinha de. *África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*. Bibliex Rio: 1980.

Mark Wayne Clark – Um Herói, Amigo do Brasil

Adhemar Rivermar de Almeida*

O artigo reverencia o 52º aniversário do término da Segunda Guerra Mundial (8 de maio de 1945), reproduzindo matéria publicada na Revista do IGHMB (nº 82/96). Nela, o autor apresenta uma síntese biográfica do Comandante do V Exército Norte-Americano e do XV Grupo-de-Exército Aliado, escalões enquadrantes do grande comando sob cujas ordens operou a FEB na Itália.



O Marechal Mascarenhas de Moraes condecora o General Mark Clark.

O general norte-americano Mark Wayne Clark era, à época em que nos comandou, em campos de Itália, primeiramente como Comandante do V Exército Americano e, no final, como Comandante do XV Grupo de Exércitos, um homem alto, narigudo, de sorriso meio irônico, e magro demais para quem já estava beirando os 50, pois nasceu a 1º de maio de 1896. Constituiu-se numa das figuras mais curiosas e valentes da II Guerra Mun-

* Coronel de Infantaria. Sócio efetivo do IGHMB. Participou da Segunda Guerra Mundial no 11º Regimento de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira. Presidente da ANVFEB durante sete mandatos.

dial, curiosa como homem e como militar.

Como homem, Mark Clark era um indivíduo saudável, esportivo, jogador de tênis e pingue-pongue, além de grande apaixonado pela caça e pela pesca de linha. Em West Point, fez o curso sem grande relevo, pois, se foi bem em filosofia e história, sentiu enormes dificuldades com a matemática. Formou-se em 1917, muito mal classificado, pois foi o 111º em uma turma de 139 alunos, cercado todavia da amizade de seus colegas, que o chamavam pelo apelido de "Opie", porque fora um dia surpreendido a acompanhar as aventuras de um herói de histórias em quadrinhos, chamado "Opie Dillydock".

Mal saído dos bancos escolares, embarcava para a França, a fim de tomar parte na Primeira Guerra Mundial e, nos Vosges, já comissionado no posto de Capitão de Infantaria, recebia o seu batismo de fogo, ferido por estilhaço de granada de artilharia, quando comandava a Companhia K do 11º Regimento de Infantaria.

E foi só. A guerra de 14/18, para os americanos, durou pouco mais de um ano. Mark Clark sentiu as natu-

rais emoções do regresso festivo ao solo pátrio, das paradas da vitória, do carinho e entusiasmo do povo de seu país, e do reinício da vida nas fileiras de sua amada Infantaria, não esquecendo, entretanto, das horas históricas e decisivas vividas nas legendárias terras da França.

Exerceu comandos normais e cursou, com bom desempenho, as Escolas de Infantaria ("Fort Benning"), de Comando e Estado-Maior ("Fort Leavenworth") e Superior de Guerra ("Army War College").

Vamos encontrá-lo, em fins da década de 30, como Major, Oficial de Planos e Instruções (o nosso Oficial de Operações), E/3 da Divisão de Infantaria, de Fort Lewis, em Washington, ocasião em que lhe coube elaborar o planejamento do primeiro exercício-teste norte-americano de uma operação anfíbia, que se constituiu no embarque da 3ª Divisão em Fort Lewis, seu transporte em comboio pela Esquadra do Pacífico para a Baía de Monterrey, na Califórnia, e seu desembarque em barcas, com oposição inimiga simulada.

O General George C. Marshall que assistira ao

desembarque da 3ª Divisão, bem impressionado com a atuação de Mark Clark, determinou sua transferência, como instrutor, para o "Army War College", também em Washington, onde logo depois era promovido a Tenente-Coronel.

Mark Clark era muito amigo, com constantes visitas e troca de impressões sobre a situação política e militar da Europa, de um outro tenente-coronel, dois anos mais antigo do que ele – Dwight Eisenhower "Ike", a quem muito admirava por suas excelentes qualidades, não imaginando todavia, que num futuro próximo estariam atuando tão estreitamente juntos, comviria a acontecer na Segunda Guerra Mundial. Eisenhower, a exemplo de Mark Clark, distinguiu-se em West Point mais pelos esforços do que pelos estudos.

Com o fechamento do "Army War College", manda que visava a liberar e direcionar ao maior número possível de oficiais e praças para a tropa, Mark Clark tomou sua volta à 3ª Divisão, mas recebeu ordem de apresentar-se imediatamente a um recém-criado Quartel General, instalado sob o comando direto do General

Marshall, e cujo Chefe de Estado-Maior, General Lesley J. Mc Nair, e uns quinze oficiais das diversas armas e serviços já estavam em plena atividade.

O General Mc Nair era altamente considerado em todo o Exército e, como oficial-general, figurava entre os mais moços, e o novo Grande-Quartel-General era destinado a organizar, equipar e treinar o Exército dos Estados Unidos para o combate, investido assim de papel decisivo no preparo da nação americana para o inevitável conflito. Anos depois, na Tunísia, durante um combate, tanto Mc Nair se aproximou dos elementos mais avançados, que acabou seriamente ferido. Na Normandie, por insistir novamente em verificar o avanço da vanguarda de suas tropas, acabou ferido mortalmente. Seu desempenho militar foi de tal importância, que uma instalação militar onde se encontram hoje vários estabelecimentos de ensino e as residências de um grande número de generais ainda na ativa, ostenta o seu nome: "Fort Mc Nair".

Somente Mark Clark, seu E/3, com a responsabilidade da instrução da tropa, na sua missão de coordenar

o adestramento das forças terrestres, voou mais de 60.000 milhas e, pouco depois, tendo em vista o exato conhecimento da situação foi designado Chefe do Estado-Maior dessas mesmas forças, sendo então incumbido por Marshall para acompanhar os ingleses Lord Moutebatten e Sir John Dill, que tinham por objetivo averiguar se o Exército dos Estados Unidos estava realmente se aprimorando para lutar na Europa.

Vou com eles para Fort Benning, onde assistiram a um ataque de Infantaria, cobertos por fogos de Artilharia utilizando munição real. Carros de combate e caças-bombardeiros completavam a operação. De tarde, voltaram a voar, agora para Camp Gordon, também na Geórgia, onde a 4ª Divisão de Infantaria proporcionou aos visitantes uma mostra do material usado pelo Exército norte-americano. No dia seguinte, voaram para Fort Bragg, onde assistiram ao lançamento de pára-quedistas da 9ª Divisão de Infantaria. Em apenas dois dias, os visitantes puderam ter uma idéia da rapidez com que os Estados Unidos estavam preparando suas Divisões.

Um dos maiores entraves à ação inicial de Mark Clark foi o de obter o seu próprio novo equipamento de campanha, indispensável à vida no campo, em suas contínuas viagens a locais de instrução da tropa, por ter uma estatura bem acima da média. Tudo lhe ficava curto, as mangas das jaquetas ficavam quase a meio dos braços e, ao deitar-se, seus pés ficavam do lado de fora do saco de dormir.

Dessa sua intensa atividade resultaria sua promoção a general-de-brigada e designação como Chefe do Estado-Maior das novas Forças Terrestres dos Estados Unidos.

Pouco tempo depois, Eisenhower era também promovido a general-de-brigada e mandado para Washington, como Chefe da Divisão de Planos de Guerra e, nessa função, seria promovido a general-de-divisão.

Mark Clark seguiria, em maio de 1942, para a Inglaterra, acompanhando Eisenhower, a fim de efetuarem o que seria o primeiro estudo da situação geral das forças inglesas, retornando no fim de três semanas.

Num dos encontros então realizados, aconteceu algo

que, no princípio, trouxe certo mal-estar entre seus participantes. Estavam no Quartel-General do General Bernard Law Montgomery, que fazia uma exposição sobre o desenrolar das manobras que estavam sendo realizadas sob o seu comando. Após algum tempo, Eisenhower resolveu fumar, mas às primeiras baforadas, ouviu-se a voz alta de Montgomery, que perguntava:

— Quem está fumando?

— Eu, disse Eisenhower, humilde.

— Não permito que fumem no meu gabinete, disse Montgomery, secamente.

Eisenhower apagou o cigarro e a explanação continuou.

No dia 24 de junho de 1942, já então general-de-divisão, Comandante do II Corpo de Exército, Mark Clark voltava à Inglaterra de avião, antecipando-se à chegada de suas tropas.

Por determinação de Eisenhower, deixa ele o comando do II Corpo de Exército e assume o Subcomando das tropas norte-americanas sediadas na Inglaterra, acrescido da condição de Comandante-em-Chefe da TORCH ou seja, o projeto de invasão da África do Norte, cuja realização se concre-

taria devido à firme vontade de Whiston Churchill, apesar das opiniões contrárias da Rússia e dos Estados Unidos.

Churchill, que Mark Clark considerava "o maior homem que jamais encontrara — dinâmico ao extremo, cheio de encanto, persuasivo, altamente capaz e realizador", vibrando por sua vitória político-militar, no que no seu dizer seria "um ataque ao flácido baixo-ventre do Eixo", disse então a Mark Clark: "Todos os recursos da Comunidade Britânica estão à sua disposição".

Caberia, assim, ao "Águia Americana", como carinhosamente Churchill chamava Mark Clark, uma das missões mais perigosas e novelescas da Guerra: a bordo de um pequeno submarino inglês, chegar ao norte da África, a fim de conspirar com oficiais franceses que estavam organizando a luta contra os homens de Vichy e os seus patrões nazistas, ali estabelecidos. Preparar, por essa forma, nas colônias africanas, a recepção às tropas de desembarque americanas. Foi uma aventura bem perigosa, cheia de lances emocionantes, de que muito se falou,

logo que ficou conhecido o episódio, ao encerrar-se, vitoriosamente, aquela fase da campanha. Mark Clark, por um triz, não caiu em poder da polícia de Vichy, que, certa vez, vasculhou a sala acima da adega em que ele se encontrava escondido. Em seu regresso apressado ao submarino, face a ondas praticamente impraticáveis ao seu pequeno bote de embarque, toma formidável mergulho na arrebentação das ondas, perdendo as calças e o dinheiro que trazia.

Na última visita de Mark Clark ao Brasil, fazíamo parte da comissão encarregada de acompanhá-lo durante toda a sua permanência no País e, fazendo parte das homenagens a ele tributadas, houve um jantar no Clube Caiçaras, promovido pelos Veteranos da FEB, ocasião em que fomos assediados pelo Adido Naval inglês para que reservássemos um lugar para um Oficial Superior da Marinha de Guerra inglesa, se possível nas imediações do homenageado. No jantar, vimos surpresos, Mark Clark abraçá-lo efusivamente, enquanto que diziam quase ao mesmo tempo: "Será que podemos tomar uma dose?" Tratava-se do Co-

mandante do Submarino que o conduzira às costas africanas.

Naquela noite, ainda desconhecíamos o seguinte diálogo travado entre Mark Clark e o Tenente Norman Ambury Jewell, Comandante do Submarino HMS P219-Seraph, um dos menores e mais vagarosos dos submersíveis ingleses, quando Mark Clark e seus acompanhantes, praticamente nus e tiritando de frio, conseguiram voltar ao submarino com a trabalhosa e difícil ajuda dos tripulantes:

— "Será que não ouvi dizer por aí que a Marinha inglesa dispõe de rações de rum mesmo em submarinos?".

— "Sim, senhor", respondeu o Tenente, "mas em submarinos só nas emergências."

— "Bem", disse Mark Clark, "acho que se trata de uma emergência. Que tal uma ração dobrada de rum?".

— "Ok, senhor", disse o Tenente Norman, "desde que um oficial de patente bastante elevada assine a ordem."

— "Será que posso?".

Mark Clark colocou sua assinatura numa ordem escri-



No Clube dos Caiçaras, o Coronel Paulo de Mendonça Ramos entrega, ao General Mark Wayne Clark, o diploma da Medalha Marechal Maceió de Moraes, que lhe foi outorgada pela Associação Nacional dos Veteranos da FEB.

ta formal, autorizando o fornecimento de uma ração dupla de rum para a tripulação e os passageiros do Seraph.

Ao recordarmos da comissão anteriormente referida, que foi chefiada pelo então Secretário Geral do Ministério do Exército, General Alacyr Frederico Werner, projeta-se em nossa memória a simplicidade do grande cabo-de-guerra, simplicidade que tocava quase a nossa incredulidade.

Todas as manhãs, quando fámos buscá-lo para o desenvolvimento da programação diária, o encontrávamos em trajes sumários, ao lado de sua extrovertida segunda esposa, sempre nos recebendo com a maior afabilidade: "Estávamos esperando por vocês para o breakfast". Mark Clark encarnava perfeitamente a feliz expressão de Renan: "Os homens verdadeiramente grandes são simples".

Mas ele não ajudou só a preparar e a ajustar o decisivo assalto às possessões francesas, dele também tomou parte. E, desde que os americanos puseram ali pé firme, estabeleceu o Quartel-General do seu recém-organizado V Exército, na antiga "École des Jeunes Filles", na cidade marroquina de Oudjda, que tinha um terreno variado, campo, montanhas, desertos e praias, dos quais se serviu para dar aos seus homens treino intenso para os cruentos dias que viriam.

General-de-campo, e não "de-gabinete", sempre deu maior importância ao contato pessoal com os oficiais e praças. Usando um pequeno avião, que tinha o nome bem francês e evocativo de "Sans Cullote", era onipresente em todo o seu setor de comando. E, à entrada de seu gabinete de trabalho, havia um aviso, raro de se encontrar na porta de um comandante: "Entre sem bater".

• • •

Atrás retratamos o Homem, melhor diríamos, o Soldado. O General-Comandante é ainda mais interessante. Porque, com as virtudes do Soldado conseguiu deixar o seu nome inscrito

na história de uma série de campanhas que, se não tiveram a rapidez espetacular das marchas de Patton e Simpson, formam um bom número de batalhas muito duras, na conquista, palmo-a-palmo, de terreno extremamente favorável à defesa pelo inimigo, como o alemão na Itália, que se dispôs a fazer a guerra defensiva, em operações contínuas de retardamento. Mark Clark, porém, bem sabia a missão que lhe estava destinada, ou melhor, que cabia aos seus infantes. E tinha

satisfação em comandá-los, porque sabia que nos terrenos em que a arma motorizada não pode ser empregada largamente e com rapidez, a decisão ainda estava com a Infantaria, "a velha rainha das batalhas". E ele era, acima de tudo, um General de Infantaria. Por profissão e até mesmo por herança. Seu pai fora um Coronel de Infantaria. E ele mesmo nascera em "Madison Barracks", que era um aquartelamento de Infantaria.

Ainda no norte da África, teve o General Mark Clark os primeiros contatos com militares brasileiros, inclusive com o Brigadeiro Eduardo Gomes, a quem externou o desejo de ter tro-

pa brasileira em seu V Exército.

Na primeira grande operação de desembarque da guerra, o faz com o seu Exército. O Presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, extenuado toda a gratidão da Nação Americana, condecora General Mark Clark com "Distinguished Service Cross", durante sua inspeção à tropa que havia posto pé na Sicília, ao mesmo tempo que lhe entregava a seguinte mensagem:

"O Senhor e seu V Exército estão realizando uma tarefa esplêndida sob condições mais penosas que alguém possa imaginar. Bem sei quanto a campanha é árdua, pois dela me falo testemunha ocular.

Falaram-me também da sua coragem pessoal no comando da tropa e especialmente a sua bravura nos ritíveis primeiros dias após desembarque, quando, por exemplo e magnífica inspiração a seus oficiais empregou no combate, conjurou uma situação crítica e meio à qual o inimigo poderia ter irrompido, com sastrosas consequências.

Continue aplicando sempre ele tudo o que tiver

tomaremos Roma e muito mais ainda.

Sou grato por ter um General tão decidido em combate.

A) Roosevelt"

Durante toda a campanha italiana, os aliados tiveram de disputar cada palmo do terreno a um adversário resoluto, homogêneo, experiente e poderoso, processando-se em tais condições do terreno que a tropa se tornava horrivelmente enlaçada ou se arrastava penosamente montanha acima, aonde só o muar de carga e, por vezes, somente o homem podia transportar munição e alimentos.

De um lado, marchava o V Exército americano sob o seu comando. Do outro, avançava o general Montgomery, o Chefe que derrotara os alemães e italianos em El Alamein e que, em virtude de sua popularidade sempre crescente, se transformara simplesmente em "Monty" à frente do seu lendário VIII Exército inglês, dirigidos ambos, a princípio por Eisenhower e depois pelo inglês Sir Harold Alexander (Harold Rupert Leofric George Alexander), cognominado como o "Soldado Aristocrata".

Ao realizar a conquista de Nápoles, numa das operações mais espetaculares da guerra e da qual dependia toda a campanha da Itália, foram os infantes rudes e bem treinados de Mark Clark que resistiram, do terceiro ao sétimo dia da operação, aos contra-ataques nazistas, garantindo a posse da cabeça de praia de Salerno.

Em busca da conquista de Roma, tão desejada pelos Aliados, Mark Clark divide seu comando entre Cassino, onde os nazistas resistem obstinadamente, e as tropas desembarcadas nas praias de Anzio. Vive, perigosamente, de um para outro de seus dois postos de comando, ora em seu pequeno avião, ora em lanchas-torpedeiras. Numa dessas viagens, a sorte lhe bafeja intensamente, conforme seu próprio relato:

"Sem embargo, tudo deu errado muito bem, até chegarmos a umas sete milhas de Anzio, viajando ainda em semi-obscuridade. Então, o AM-120, caça-minas dos Estados Unidos, expediu os sinais regulamentares do pedido de identificação. O Tenente Patteson, Comandante de nossa PT, ordenou o disparo dos clarões verdes e amarelos, eacionou o

dispositivo de luz intermitente com o fim de nos identificar como amigos. Até então, procurara livrar-me do vento, sentado num banco ao lado do Comandante, já que a ponte de comando me proporcionava proteção. Entretanto, pouco antes da intervenção do AM-120, levantei-me e me afastei ligeiramente para um dos lados. O Comandante do Caça-Minas parece ter traduzido mal a sinalização, ou talvez todos, naquela madrugada escura e ventosa, estivessem loucos para disparar sobre o que quer que fosse, mesmo sem motivo. O fato é que o caça-minas atirou sobre nós, sem a menor cerimônia, as suas granadas de 40 milímetros e de 50 polegadas. Algumas granadas atingiram nossa PT, sendo que a segunda caiu sobre o banco em que eu estive sentado.

O Comandante ficou ferido em ambas as pernas e tombou no convés. Oviu uma granada explodir na parte inferior do barco. A confusão era generalizada e diversos homens estavam caídos, dois dos quais feridos mortalmente."

A atuação de Mark Clark em Cassino lhe traria como gratificação a seguinte mensagem, vindas de Londres:

"Caro Wayne

Em todos os anos de nossa amizade, nunca estive tão orgulhoso de você como nestas últimas semanas de intensa e corajosa atividade. Sem embargo de todos os percalços, está desempenhando um magnífico papel de Chefe, com verdadeira galhardia. Li a recente proclamação que expediu à sua tropa. Com homens da estirpe de Al (Gruenther) e Truscott você está escrevendo a História que os americanos sempre hão de ler com orgulho.

A) Ike"

Dentro da quase inacreditável vitória de Monte Cassino, Mark Clark confessaria, mais tarde, que fora contrário ao bombardeio da Abadia, pois o mesmo se constituiu não só em erro psicológico, mas em erro tático de primeira grandeza. Só tornou a missão mais difícil e custosa em termos de homens, máquinas e tempo.

O bombardeio de Monte Cassino e seu secular mosteiro através de fortalezas voadoras, alvo de muitas críticas, pois os próprios nazistas o haviam poupadão, foi determinado pelo Comandante do XV Grupo de

Exércitos, General Harold Alexander.

No dia 25 de novembro de 1944, Mark Clark passava o Comando do V Exército ao General Lucien Truscott e assumia o XV Grupo de Exércitos.

Nessa última função, ordenou a vitoriosa campanha dos Apeninos, quando, ao término da "Ofensiva da Primavera", conseguiu sua derradeira vitória militar na Itália, ao impor, no vale do Pô, o golpe final às pretensões nazi-fascistas em território italiano, ocasião em que, recebeu a rendição incondicional das tropas alemãs e italianas em luta na Itália e na Áustria Ocidental, através do representante do General Von Vietinghoff, Comandante-em-Chefe alemão do Sudeste. Recebeu também a Ordem de Suvorov, das mãos do General Sounslaparov, representante soviético na Itália, tendo como particularidade: a medalha era acompanhada de um passe permanente para todas as ferrovias soviéticas.

À meia-noite de 5 de julho, o XV Grupo de Exércitos era desfeito e, cinco horas depois, Mark Clark assumia o comando de todas as Forças Aliadas na Áus-

tria, cumulativamente com o Governo Militar daquele país.

No dia 15 de julho, viajava para o Brasil a convite de nosso Governo e sua estada entre nós constituiu-se numa sucessão de cerimônias, algumas em meio a verdadeiras multidões. Conheceu, além do Rio de Janeiro, as cidades de Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Na capital paulista mostrou-se admirado com sua intensa movimentação e declarou que, somente ali ele obtivera a explicação por que os nossos motoristas dirigiam tão velozmente, mesmo os pesados 2 1/2 toneladas. Diria, então, que o povo brasileiro tinha o direito de estar orgulhoso de feitos e sacrifícios de sua magnífica Força Expedicionária, comandada pelo General Mascarenhas de Moraes.

Ao fim da última semana de julho, Mark Clark estava quase exausto e as mensagens que chegavam da Áustria eram cada dia mais inquietantes, o que o fizera apressar sua volta à Europa.

Em suas funções de Almirante Comissário Americano da Áustria, participou de várias situações difíceis, civis e militares, inclusive em ac-

radas divergências com os soviéticos.

Em 1952, sucedeu ao General Ridway, como Comandante-Chefe das Forças das Nações Unidas na Coréia e das Forças Americanas no Extremo Oriente.

Em 1953, julho, foi um dos signatários do armistício entre as tropas da ONU e as sino-coreanas.

Posteriormente, presidiu a Universidade Militar "The Citadel", da qual, mais tarde, tornou-se Presidente Emérito.

Mas quando aqui esteve, pela última vez, já na reserva, era o responsável pela guarda e manutenção de todos os cemitérios militares norte-americanos espalhados pelo mundo.

• • •

E foi na última fase da guerra, nos Apeninos, que o General Mark Clark veio a contar com o destemor dos "pracinhas" do Brasil, que, sob o comando do General João Baptista Mascarenhas de Moraes, Comandante da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, se encheram de glórias, na campanha peninsular.

Mark Clark, posteriormente, escreveu um livro, a que deu o nome de "Risco

Calculado", que nos transmite toda a sua personalidade e nos informa detalhadamente sobre sua participação na Segunda Guerra Mundial, inclusive com muitas e oportunas referências ao bom desempenho da tropa brasileira.

Na verdade, a Campanha Aliada no Mediterrâneo constituiu-se, desde o princípio, de gigantescos "riscos calculados".

Mark Clark, prefaciando a tradução para o português de seu livro, editado pela Biblioteca do Exército e realizado pelo Coronel Newton Corrêa de Andrade Mello, meu companheiro de turma na Escola Militar do Realengo, Oficial de Ligação em campos de Itália e operoso e culto membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (Cadeira nº 24 – Patrono: Marechal Francisco das Chagas Santos), assim se expressa:

"A vivência com a Força Expedicionária Brasileira, as viagens no pós-guerra, as numerosas visitas de oficiais brasileiros ao "The Citadel", as honrarias conferidas pelo Governo do Brasil, tudo isso concorreu para que me sinta ligado ao Exército Brasileiro por laços fraternais."

Sobre a entrada da FEB em ação, vamos encontrar em seu livro os dois seguintes trechos:

"No início da segunda quinzena de julho, chegaram à Itália os primeiros elementos da Força Expedicionária Brasileira, parte dos vinte e cinco mil homens. Fizemos planos para integrá-los paulatinamente no V Exército. Sem dúvida, o desempenho dos brasileiros era de importância tanto política, quanto militar. O Brasil foi o único país da América Latina a enviar uma Força Expedicionária, e, naturalmente, estávamos ansiosos por oferecer-lhes todas as oportunidades de se saírem bem. Ao mesmo tempo, havia considerável diferença no treinamento deles, e achei importante fazê-los entrar em ação aos poucos. Tínhamos sempre em mente que um revés daquelas tropas acarretaria desagradável reação política nas Américas. Os alemães pensavam de igual modo e, conforme se mostrará, evidaram esforços para tirar proveito da inexperience dos sul-americanos."

"No dia seguinte, dirigi-me para Vada, a fim de ins-

pcionar um Grupamento Tático Regimental dos brasileiros. O Grupamento Tático pareceu-me excelente e os brasileiros, de um modo geral, estavam ansiosos por entrar em ação. De fato, era tal a pressa deles que, provavelmente, não completaram o treinamento de que precisavam após a chegada à Itália. Mas o seu espírito de cooperação foi imenso, e reinou um clima de forte amizade entre nossos Quartéis-Gerais. Acredito que, a propósito daquele dia, o que predomina em minha mente é o fato de os brasileiros, concluídas as cerimônias, haverem rompido o canto de "Deus Salve a América".

Ainda no mesmo livro, deparamos com o seguinte parecer sobre a tropa brasileira:

"Já mencionei que os alemães estavam particularmente interessados em tirar partido da inexperiência da tropa brasileira. A propaganda nazista na América Latina tentaria, naturalmente, impingir que os Estados Unidos estavam utilizando os brasileiros como "carne para canhão" caso as tropas do General Mascarenhas sofressem pesadas baixas numa derrota.

Na primeira quinzena de dezembro os alemães buscaram explorar esse particular, desfechando alguns golpes duros nos brasileiros, sempre que surgiu a oportunidade. Como resultado dessa atitude do inimigo, do terreno acidentado, da neve e da inexperiência dos brasileiros houve um período de algumas semanas durante o qual a FEB passou por momentos difíceis, ajustando-se à guerra na Itália. Impôs-se assim, reagrupar as unidades brasileiras e propiciar-lhes a oportunidade de consolidarem-se para ficar em condições de enfrentar as situações climáticas e militares que tinham por diante. Isto se realizou antes que fosse para o Comando do XV Grupo de Exércitos; posteriormente, tornou-se um grande prazer observar a maneira pela qual a Força Brasileira evoluiu nos estágios finais da campanha. Eles jamais se queixaram e estiveram sempre desejosos de assumir o seu quinhão de responsabilidades."

Momentos piores, porém, passaram os próprios norte-americanos, pois, no dia 26 de dezembro, a 92ª Divisão de Infantaria sofreu sério revés, tendo seus ele-

mentos avançados e algumas unidades batidas, retirando-se em total estado de desorganização. No dia seguinte, a mesma 92ª DI era novamente repelida da segunda linha defensiva, prolongando o avanço inimigo a uma distância total de oito quilômetros. Uma Divisão Indiana e carros de combate americanos restabeleceram as linhas.

O Marechal Mascarenhas, em suas "Memórias", 2º volume, assim se pronuncia sobre este insigne General do Exército dos Estados Unidos:

"Veterano da Primeira Guerra Mundial, figura valorosa de Chefe, havia dado azo à sua experiência militar e à sua vida política na invasão da África do Norte, como executivo de Eisenhower, e posteriormente, como Comandante do V Exército. Demonstrou ser tenaz e bravo durante os difíceis desembarques de sua tropa em Salerno e Ánzio. Fez-se intromotor político e militar da entrada da FEB na Campanha da Itália e, nesse caráter, deu-nos toda assistência material e moral. Durante a Conferência do Passo de Futa, em outubro de 1944, ouvi os comentários fracos e leais do grande

Chefe referentes à difícil situação de sua tropa, em consequência da ofensiva fraca contra Bolonha. Era a definição de sua grandeza moral diante dos mais altos Chefes na frente de batalha. Durante os últimos meses da campanha, assumiu o Comando do XV Grupo de Exércitos, e conduziu essa Grande Unidade na vitoriosa Ofensiva da Primavera."

O governo brasileiro bem compreendeu a importância de Mark Clark para o bom desempenho da FEB, outorgando-lhe várias condecorações, enquanto que, por iniciativa do Congresso Nacional, foi o mesmo declarado General do Exército Brasileiro, inclusive com a entrega da espada que simboliza aquele posto.

Foram inúmeras as ocasiões em que Mark Clark hipotecou sua confiança na tropa brasileira, prestigian-
do-nos, nunca nos faltando seus elogios e atenções, mas vamos nos prender às seguintes:

O General Mark Clark, acompanhado dos Generais Mascarenhas de Moraes e Zenóbio da Costa, assiste a desfile de tropa brasileira.

* quando da visita de inspeção do General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra brasileiro, à Força Expedicionária, Mark Clark recebeu-o em seu Quartel-General, em Florença, ocasião em que instituiu o que se chamou de "Grupamento Dutra", cujo comando lhe entregou, temporariamente, e era composto pela FEB e tropas americanas;

* ainda, quando da visita do General Dutra aos campos da Itália, foi concebido um plano diabólico para o afastamento do General Mascarenhas do Comando Tático da Divisão, entregando-o ao General Zenóbio da Costa, o que foi de imediato vetado pelo General Mark Clark, conforme constata em "Memórias" do Marechal Mascarenhas, 1º volume, página 197:

"Ao encerrar o relato destes acontecimentos de grande significado na estabilidade e prestígio do Comando da FEB perante os Aliados, desejo ressaltar a franqueza, a sinceridade, o equilíbrio e a lealdade do General Clark, trazendo ao meu conhecimento o que se planejava à minha revelia e, ciente de minha decisão, passou a apoiá-la, em oposição ao que, impertinente-mente, fora sugerido pelo General Wooton, quando integrava a comitiva do Ministro Dutra;"

* por ocasião da conquista de Camaiore, em expressivo telegrama ao General Mascarenhas, assim terminava: *"Confio em que este seja o primeiro dos muitos objetivos que de futuro surgirão sob a legenda - capturados pela FEB"*;



• no fim de novembro, numa visita de inspeção a um Batalhão brasileiro que estava para entrar em linha, Mark Clark notou que os homens vestiam fardamentos que lhe pareceram leves. Comentou com o General Mascarenhas, que lhe explicou que tinham vindo do Brasil sem o vestuário adequado ao inverno da Itália. Sem demora, providenciou a distribuição de jaquetas de campanha, calçados e roupas de baixo apropriadas, de modo que os brasileiros ficassem em condições de entrar em luta. Isto lhe trouxe um inesperado problema, pois os nossos homens tinham os pés pequenos em comparação com os americanos;

• respondendo à correspondente de guerra Rita

Hume, da "International News Service": *"A 1ª Divisão de Montanha brasileira é uma equipe excelente e atuou como nenhuma outra o faria melhor, muitíssimo bem, nos recentes ataques;"*

• o General Mark Clark, como Comandante do XV Grupo de Exércitos, em fins de março de 1945, visitou o Quartel-General da 1ª DIE, depois de passar alguns momentos com Unidades de Infantaria e Artilharia da mesma.

Dessa maneira, o Comandante Supremo na Itália tornou, mais uma vez, a demonstrar o apreço e a confiança que lhe mereciam os soldados brasileiros, já tão duramente provados no setor que lhe fora afeto. Teve, então, oportunidade de se

dirigir aos Generais Mascarenhas, Zenóbio e Cordeiro e a oficiais do Estado-Maior da Divisão, fazendo-o nos seguintes termos:

"Tenho satisfação e orgulho toda vez que me encontro em meio ao comando e à tropa da FEB."

"Nossa missão na Itália em deter as divisões que os alemães mantêm neste teatro-de-operações não é agradável, mas nós a estamos cumprindo. Se assim não o fizéssemos, a história seria outra. Vencendo as vicissitudes de um clima rigoroso e um terreno duro, vimos enfrentando com vangem o agressivo inimigo durante o longo inverno. Tenho apreciado imensamente o valor e o esforço de seus homens."

O inimigo mostra-se ainda disposto a combater, apesar de estar sendo esmagado dentro do seu próprio território.

Estou aqui para agradecer o auxílio que esta boa tropa tem prestado, cumprindo sempre a tarefa que lhe é dada. E declarar que confio no seu concurso an-



O Capitão de Infantaria Ernani Ayrosa da Silva ao ser agraciado pelo General Mark Clark com a medalha norte-americana "Silver Star".

obtermos a vitória final para os Exércitos Aliados.

Desejo a todos boa sorte. Deus os abençoe;"

* inserido em seu livro "Risco Calculado"; - "Num desses ataques limitados, a 10ª Divisão de Montanha e a 1ª Divisão Brasileira fizeram alguns rombos impressionantes nas defesas alemãs, com as duas grandes unidades se lançando para o nordeste".

* Telegrama ao General Mascarenhas a respeito da captura da 148ª Divisão de Infantaria Alemã:

"Queiram aceitar as minhas calorosas felicitações pela brilhante ação das tropas brasileiras ao capturar a 148ª DI alemã. A captura de tantos homens, veículos e cavalos constitui uma prova do espírito combativo da Força Expedicionária Brasileira, e representa o ponto culminante da organização da FEB e da esplêndida contribuição dos brasileiros para o nosso sucesso no Teatro de Guerra da Itália;"

* trechos de carta ao General Mascarenhas, datada de 13 de junho de 1945:

"A Força Expedicionária Brasileira, sob seu comando, teve uma parte importante na longa campanha,

nha, agora felizmente terminada.

"Peço-lhe o favor de transmitir a todos os seus comandados, em meu nome, o meu reconhecimento pela esplêndida cooperação que deram na conquista de nossa vitória. O seu ataque por nordeste, entre a 1ª Divisão Blindada e a 92ª Divisão, foi uma contribuição vital para a nossa vitória. A captura da 148ª Divisão de Infantaria Alemã trouxe um novo brilho para a glória das armas brasileiras.

"Depois, sua Divisão continuou o movimento para oeste em forte perseguição aos alemães.

Foi um privilégio ter a FEB como parte do XV Grupo de Exércitos.

"Boa sorte para todos;"

* significativo cartão de Mark Clark, quase 40 anos depois de terminada a guerra, acompanhando um seu artigo sobre o centenário do Marechal Mascarenhas, publicado na Revista do Exército Brasileiro, número de outubro/dezembro de 1983:

"À medida que envelheço, e quando já comemorei, a 1ª de maio, os meus 87 anos, constantemente minhas recordações retornam à difícil Campanha da Itália."

lia. Cultivo recordações agradáveis de minha convivência com a esplêndida Força Expedicionária Brasileira e seu notável Comandante;"

* finalmente, nada mais ajustado e persuasivo que esta síntese do General Mark Clark a respeito da Divisão brasileira no vale do Taro:

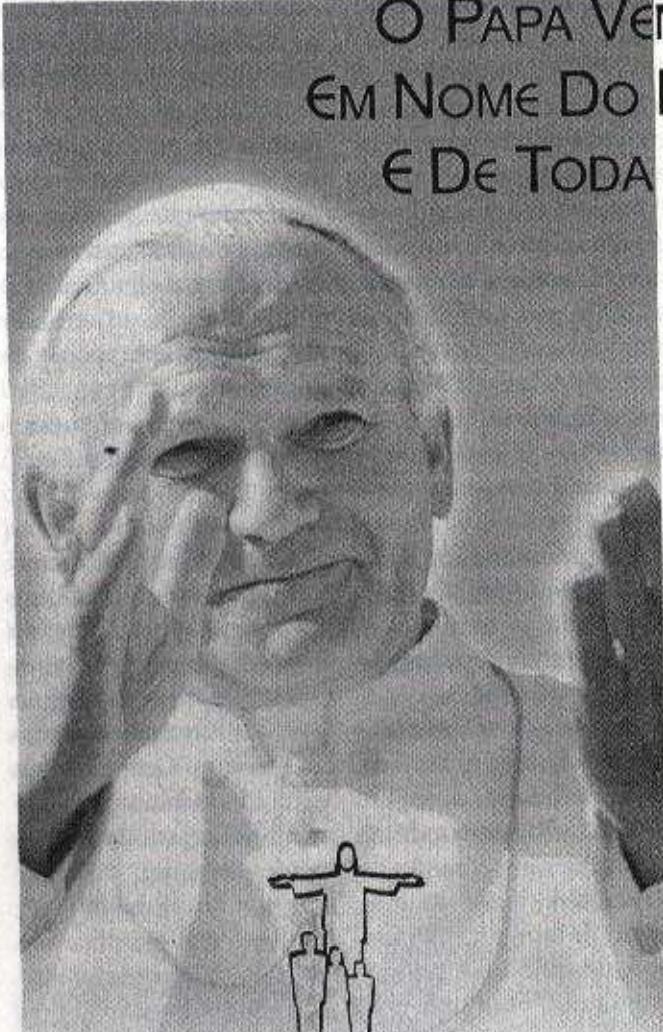
"Foi um magnífico final de uma atuação magnífica."

• • •

Quando os "pracinhas" do 1º Escalão desfilaram, em seu regresso, pelas ruas do Rio de Janeiro, encontraram, a saudá-los, no "aplomb" de uma continência militar, o General Mark Wayne Clark, orgulhosamente disseram ou simplesmente pensaram: "Foi ele que nos levou à vitória"; enquanto que ele dizia aos repórteres que o cercavam:

"Sinto-me muito feliz e orgulhoso de ter comandado a Força Expedicionária Brasileira e de estar em íntimo contato com os soldados brasileiros em ação. Tive o maior interesse em vir ao Brasil, a fim de conhecer o povo que mandou tão ótimos guerreiros para a Itália."

O PAPA VEM AO RIO.
EM NOME DO PAI, DO FILHO
E DE TODA A FAMÍLIA.



II ENCONTRO MUNDIAL DO PAPA COM AS FAMÍLIAS
4 E 5 DE OUTUBRO DE 1997

O PAPA JOÃO PAULO II CONVIDA PARA O II ENCONTRO MUNDIAL DO PAPA COM AS FAMÍLIAS, NO RIO DE JANEIRO, DIAS 4 E 5 DE OUTUBRO DE 1997. VAI SER UMA BELA OPORTUNIDADE PARA CELEBRAR, APROFUNDAR E FORTALECER OS VALORES QUE CONSTITUEM A FAMÍLIA, CÉLULA BÁSICA DA SOCIEDADE. PORQUE É NO EXEMPLO DOS LAÇOS FAMILIARES QUE DEVEMOS INICIAR A CONSTRUÇÃO

O Conflito na Iugoslávia e as Nações Unidas: Uma Visão Analítica¹

Valério Stumpf Trindade*

Resumo de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)

APenínsula Balcânica é, historicamente, uma das mais conturbadas e complexas áreas do planeta. Lá a Europa Ocidental, a Ásia e a Europa Oriental fazem fronteiras, gerando profundas contradições culturais; lá a Igreja Católica encontra a Ortodoxa e o Islamismo; lá o alfabeto romano divide espaços com o cirílico.

Nesse complexo espaço geográfico, a violenta guerra travada na ex-Iugoslávia balançou muitas das crenças em relação à paz e à segurança da *Era pós-Guerra Fria*. Durante mais de quatro anos, a comunidade in-

ternacional, através de diversos organismos, empreendeu todos os esforços possíveis no sentido de deter a devastação da Iugoslávia.

No presente artigo analisaremos o conflito balcânico, partindo da história da região, investigando suas causas e identificando a ação das Nações Unidas, na busca de uma melhor compreensão do processo de desintegração da Iugoslávia.

BREVE HISTÓRIA DOS BÁLCÃS

Os primeiros eslavos de que se tem notícia na região atravessaram o rio Danúbio em direção aos Bálcãs somente no século VI. Poucos anos mais tarde, duas outras tribos, também eslavas, en-

travam em cena: a dos sérvios e a dos croatas.

Os croatas emigraram da chamada Croácia Branca, atual Ucrânia, para a costa da Dalmácia, no Adriático. No século VII, chegaram os sérvios, provenientes da Lusácia, região da atual República Tcheca. Apesar de emigrarem de regiões diferentes, sérvios e croatas possuíam uma história comum: eram originários, em tempos mais remotos, das tribos eslavas do norte do Cáucaso, que sofreram influência da cultura iraniana.

Sérvios e croatas, apesar de uma mesma origem eslava e de um idioma comum, logo se diferenciaram. Os sérvios, no final do século IX, convertiam-se ao cristianismo bizantino, en-

* Major de Cavalaria e Estado-Maior.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

quanto os croatas adotavam o catolicismo.

No século VII, os croatas estabeleceram-se numa área correspondente ao norte da atual Iugoslávia, criando um Estado independente, que incorporava um outro povo: o esloveno. Em 1102, o Estado Croata, juntamente com a Bósnia, foi anexado ao Reino da Hungria e, mais tarde, ao Império dos Habsburgos.

De 1180 a 1463, com algumas interrupções, a Bósnia emergiu como um reino soberano. Foi durante essa época que a Bósnia conquistou, pela única vez em sua história, a condição de *Estado independente*. No final do século XIII, os sérvios tornaram-se hegemônicos em grande parte dos Balcãs.

No século XIV, o Império dos Habsburgos incluía, nos Balcãs, áreas que correspondem hoje aos territórios da Eslovênia, Croácia, Vojvodina e, a partir de 1878, também a Bósnia-Herzegovina.

Em meados do século XIV, as diferenças existen-

tes entre os povos balcânicos permitiram que os turcos otomanos conquistassem a região. Oriundos da Ásia Menor, os turcos invadiram os Balcãs através da Macedônia. A derrota imposta aos sérvios, em 1389, na *batalha de Kosovo*, e a queda de Constantinopla, em 1453, garantiram aos otomanos um amplo domínio sobre a Península Balcânica.

Os sérvios, após a derrota em Kosovo, fugiram em massa. Arsenijie III, patriarca sérvio, liderou 30.000 famílias para as áreas do Império dos Habsburgos, conhecidas hoje como Krajina e Vojvodina. Os sérvios, que haviam combatido contra os

invasores por séculos, eram soldados aguerridos, e o seu estabelecimento na orla sul do Império dos Habsburgos criava uma cortina de proteção ao reino que os acolhia, barrando o avanço otomano. Tal migração explica a existência dos enclaves sérvios da Krajina e Eslavônia, localizados no interior da área croata² e o fato de os sérvios hoje serem minoria no Kosovo, região considerada o *coração do antigo Reino da Sérvia*.

A dominação otomana durou quase cinco séculos, tendo quase chegado a Viena, ameaçando a Europa Ocidental. No século XIX, entretanto, o Império Otomano começou a declinar. Ao mes-



Figura A – Os Impérios Otomano e Austríaco-Húngaro, 1815.

mo tempo, há o despertar de um nacionalismo nos povos balcânicos. A Figura A representa as fronteiras entre os Impérios Otomano e Austro-Húngaro, em 1815.

Em 1878, em decorrência do *Tratado de São Estefano*, um Estado sérvio independente estabelecia-se ao norte, em torno de Belgrado, e um Estado grego, ao sul, em Atenas. No mesmo ano, o Império Austro-Húngaro, aproveitando-se da fraqueza dos turcos, anexava a Bósnia ao seu território, sob protesto sérvio.

Durante a dominação otomana, alguns povos da região, em especial os albaneses e os bósnios da parte central dos Balcãs assimilaram a religião muçulmana. Os bósnios, também eslavos, professavam uma fé cristã-herética, tendo sido perseguidos por católicos e ortodoxos. Sob a dominação otomana, converteram-se ao Islã. O reconhecimento dos muçulmanos como nação, no entanto, só ocorreria em 1974, no governo de Tito. Talvez este seja um dos poucos povos no mundo identificados apenas por sua religião, e não por sua etnia ou idioma.

A experiência dos croatas, eslovenos e sérvios

da Vojvodina, integrados ao Império dos Habsburgos, foi bastante diferente. As fronteiras com o império rival, o Otomano, eram bastante fortificadas. Por consequência, foram expostos basicamente a uma influência ocidental.

Os conflitos balcânicos do início do século XX tiveram uma influência importante nos fatos que levaram à criação da Iugoslávia. A Primeira e a Segunda Guerras Balcânicas (1912-13) levaram à expulsão dos turcos da região, tornando a Sérvia hegemônica. A partir daí, passou-se a sonhar com a união de todos os eslavos do sul em um mesmo Estado.

Em 1908, a Áustria-Hungria tornou definitiva a ocupação da Bósnia-Herzegovina, anexando-a formalmente ao seu território. Os sérvios, descontentes, lançaram uma ampla campanha para desestabilizar a região.

A 28 de julho de 1914, data comemorativa da derrota sérvia em Kosovo (1389), o Arquiduque Franz Ferdinand, herdeiro do trono austriaco, e a sua esposa, durante uma visita a Sarajevo, foram assassinados por um estudante sérvio. Desencadearam-se os even-

tos que culminariam na Primeira Guerra Mundial.

Com a queda do Império Austro-Húngaro, ao final da Guerra, e em virtude das pressões internacionais que atendiam, particularmente, aos interesses das elites sérvias, formou-se uma federação, a Iugoslávia – *a terra dos eslavos do sul*. Criada em dezembro de 1918, reunia a Eslovênia, a Croácia, a Vojvodina, a Dalmácia e a Bósnia-Herzegovina, territórios anteriormente pertencentes ao Império Austro-Húngaro, com o Reino da Sérvia e de Montenegro, que abrangia, ainda, as províncias do Kosovo e da Macedônia.

A criação da Iugoslávia desconsiderava as diferenças étnicas, religiosas e culturais existentes entre os 12 milhões de habitantes do novo país. Unia-os, basicamente, uma mesma origem racial – eram, em sua grande maioria, eslavos. Além disso, falavam, com pequenas variações e diferentes alfabetos, um mesmo idioma – o servo-croata.

Na primavera de 1941, os nazistas invadiram a Iugoslávia, conquistando-a em 11 dias. Um governo fantoche fascista, denominado *ustasha*, foi criado por



Figura B – A Iugoslávia de Tito

Hitler na Croácia, tendo à testa o ditador Ante Pavelic. A ideologia *ustasha*, anti-semita, tinha como objetivo principal "solucionar" o problema da minoria sérvia na Croácia e na Bósnia-Herzegovina.

Uma sangrenta guerra civil se seguiu, envolvendo os *ustasha* e muçulmanos pró-Eixo, de um lado, os *partisans*, comunistas liderados por Tito, de outro e, ainda, os *chetniks*, sérvios monarquistas. Essa luta

tripartite concentrou-se, principalmente, na Bósnia-Herzegovina e custou, pelo menos, 1 milhão de vidas,³ ou seja, quase 10% da população iugoslava à época. Tais acontecimentos despertaram ódios que, de certa forma, perduram até os dias de hoje.

Com o término da Guerra, o *Tratado de Paris*, de 1947, devolveu, à Iugoslávia, as suas fronteiras de 1918. Internamente, os *partisans* emergiram como vitoriosos e o Gen Josip Broz, conhecido como Tito, transformou-se no novo Chefe de Estado. No seu

governo, tentou reduzir o nacionalismo, buscando uma unidade socialista entre os povos iugoslavos. O país foi dividido, conforme mostra a Fig. B, em seis repúblicas: a Sérvia, que abrangia as províncias de Vojvodina e Kosovo; a Croácia; a Eslovênia; Bósnia-Herzegovina; Montenegro e a Macedônia. Essas divisões administrativas, no entanto, não coincidiam com a distribuição dos diversos grupos étnicos.

A Iugoslávia parece funcionar bem, por décadas, apesar dos problemas intrínsecos lá existentes. Tal su-

³ MALCOLM, Noel. *Bosnia a Short History*. 1994. p. 176.

cesso pode ser atribuído aos seguintes fatos:

* Tito, filho de pai croata e mãe eslovena, era uma personalidade verdadeiramente carismática, que se mantinha acima das querelas nacionalistas;

* Stalin, em 1948, ao expulsar a Iugoslávia do bloco comunista, uniu iugoslavos de todas as nacionalidades contra a chamada *ameaça soviética*;

* resultado da expulsão da Iugoslávia do bloco comunista foi a adoção, por Tito, de um sistema econômico dotado de maior liberdade, o que garantiu um crescimento econômico sustentado, com importante fluxo de capitais externos.

AS ORIGENS DO CONFLITO

A Crise Política

Em 1990, dois políticos de origens comunistas venciam as eleições: o General Franjo Tuđman, na Croácia, e Slobodan Milošević, um ex-bancário, na Sérvia. Eram as personalidades mais fortes das duas principais repúblicas da Iugoslávia, e destacavam-se por uma postura nacionalista exacerbada. Tais lideranças contrastavam, de forma

acentuada, com a fraqueza do Presidente da Federação Iugoslava, Borisov Jović.

Milošević estava comprometido com uma agenda centralizadora, que defendia a substituição da autonomia das repúblicas da Federação, construída por Tito, por um Estado unitário, dominado pelos sérvios.

A desintegração da Liga dos Comunistas e a divisão dos políticos iugoslavos em partidos nacionais (entenda-se "étnicos") inviabilizou a estratégia de Milošević para assumir o controle da Iugoslávia através da estrutura comunista existente e do governo federal. Como não era possível controlar a Iugoslávia como uma única entidade, Milošević buscou a formação da *Grande Sérvia*.

Tal postura gerou uma forte reação nas demais repúblicas, que se uniram na condenação da política do presidente sérvio. Restavam-lhes duas alternativas: ou reconhecer a supremacia sérvia na Iugoslávia ou desenvolver suas próprias agendas nacionalistas.

A Doutrina de Segurança Iugoslava

O Exército Popular da Iugoslávia (EPI) surgiu da transformação das forças

partisans de Tito, que terminaram vitoriosas após a Segunda Guerra Mundial. As táticas da guerrilha *partisan* seriam incorporadas ao esquema de defesa nacional e teriam particular influência na formulação da estratégia defensiva iugoslava, após o rompimento com a União Soviética, em 1948.

Com a intervenção do Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia, em 1968, o governo iugoslavo adotava o conceito da *Defesa Nacional Total*, criando as Forças de Defesa Territorial (FDT) – um grande contingente de reservistas, treinado e equipado para realizar a defesa territorial, em caso de agressão externa.

As FDT, em teoria, poderiam, em tempo de guerra, mobilizar 1,5 milhão de homens, cujo armamento estaria disponível nos diversos distritos militares. Desse modo, os iugoslavos eram preparados para enfrentar uma agressão externa, empregando táticas de guerrilha. No período da Guerra Fria, tais características fizeram a credibilidade desse sistema de defesa em face da ameaça soviética. Quando dos distúrbios civis, todavia, criaram as condições para a eclosão de

uma violenta guerra civil, graças à existência de grande número de reservistas com acesso às armas.

Para croatas, eslovenos, macedônios e muçulmanos, o EPI não era, efetivamente, uma instituição de caráter nacional (54% dos oficiais eram sérvios e 96% pertenciam à Liga dos Comunistas). Representava, ao contrário, os interesses sérvios. Assim, quando os conflitos étnicos explodiram, o EPI não granjeou a credibilidade que lhe permitisse atuar de uma forma considerada imparcial. Por outro lado, a estruturação das FDT garantia a milicianos de todas as etnias o equipamento necessário para a guerra.

Os Antecedentes da Guerra

Até a declaração de independência da Eslovênia e da Croácia, em junho de 1991, o EPI era a última instituição federal do período do Marechal Tito ainda em funcionamento e já estava imerso em profunda crise. A Liga dos Comunistas estava desintegrada como organização política, e não havia um partido que estabelecesse uma ponte entre as diferentes facções existentes, todas de base étnica.

Após a morte de Tito, em 1980, a presidência coletiva, que assumiu o poder de fato e de direito, foi incapaz de agir, devido às divisões em seus próprios quadros, que refletiam a tensão existente entre as seis repúblicas e as duas províncias iugoslavas.

Em 1990, a Iugoslávia entrava numa profunda crise econômica, com uma importante redução do PNB e uma inflação que atingia os 2.000% ao ano, e a situação continuava a se deteriorar, agravada por uma crescente agitação civil. Estava claro que um dos principais vetores geradores de tensões étnicas era o colapso econômico.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim tanto da Guerra Fria quanto da bipolaridade ideológica teriam um importante impacto na Península Balcânica. Desapareciam, de uma hora para outra, as pressões externas que impediam a implosão da Iugoslávia e, ao mesmo tempo, despertavam, tanto no Leste Europeu como nos Balcãs, sentimentos nacionalistas. As pressões para a democratização da Iugoslávia afloravam com toda intensidade.

Ao mesmo tempo, a Alemanha que, historicamente,

sempre esteve ligada, por laços econômicos e culturais, à Eslovênia e à Croácia, com a instabilidade da Península Balcânica, buscou ampliar sua esfera de influência. Quando os governos de Zágreb e Ljubliana declararam a independência, o governo alemão fez por exercer a sua liderança na região, pressionando a Comunidade Européia (CE) a um rápido reconhecimento desses novos governos, sem levar em consideração a questão da minoria sérvia na Croácia.

Apoiadas por Berlim, Eslovênia e Croácia buscavam a independência, enquanto a Sérvia, juntamente com Montenegro, estavam comprometidos com o sistema federal vigente. A Bósnia-Herzegovina, um microcosmo da diversidade étnica iugoslava, buscava um federalismo moderado – uma posição entre os dois extremos.

A movimentação croata, na direção da declaração formal de sua independência, a partir do início de 1991, em reação ao centralismo de Milosevic, fez com que aumentasse, dramaticamente, o nível de tensão étnica entre os 4 milhões de croatas e os 600.000 sérvios.

A 12 de maio de 1991, os enclaves de maior

sérvia na Croácia realizaram um plebiscito, cujo resultado indicava que 99% da população eram favoráveis à secessão e a uma consequente união à Sérvia. A Krajina, a Eslavônia Ocidental e a Eslavônia Oriental preparam-se para deixar a Croácia, transformando-se num *baril de pólvora*, pronto para explodir numa guerra civil.

A agitação étnica revivia, na memória de todos, os sangrentos episódios da Segunda Guerra Mundial, quando o confronto entre *chetniks*, *ustasha* e *partisans* levou à morte quase 10% da população iugoslava. Tais acontecimentos seriam, ainda, potencializados por uma imprensa partidária, que acirrava os ânimos.

Com a exacerbação do nacionalismo, ocorria a criação de grupos paramilitares nas diversas repúblicas, sob a subordinação das polícias locais. O Exército Popular da Iugoslávia via-se ameaçado com a criação de tais forças, que consistiam numa séria ameaça a sua legitimidade e à integridade da Federação Iugoslava.

Uma grave crise política e econômica, a existência de

lideranças que lutavam por políticas nacionalistas, uma imprensa incendiária, o despertar de ódios históricos, levando a uma crescente tensão étnica e à existência de milícias armadas: estavam presentes os elementos necessários ao desencadeamento da guerra civil.

Uma grave crise política e econômica, a existência de lideranças que lutavam por políticas nacionalistas, uma imprensa incendiária, o despertar de ódios históricos, levando a uma crescente tensão étnica e à existência de milícias armadas: estavam presentes os elementos necessários ao desencadeamento da guerra civil.

O CONFLITO NA CROÁCIA E AS NAÇÕES UNIDAS

A Escalão da Guerra

A República da Croácia, uma das mais ricas da ex-Iugoslávia, possuía, em 1991, uma população de cerca de 4,9 milhões de habitantes, ocupando uma área de 56.500 km². A minoria sérvia ali residente, cerca de 600.000 habitantes, encontrava-se concentrada em

enclaves adjacentes à Bósnia e à Vojvodina: os territórios da Krajina, Eslavônia Ocidental e Eslavônia Oriental, que correspondiam a cerca de 17.000 km², ou seja, uma terça parte da Croácia.

A existência dessa importante minoria sérvia, agravada pelo fato de estar concentrada em enclaves, provocou um impasse na questão da independência croata.

Com a declaração unilateral de independência da Croácia, em junho de 1991, o movimento dos sérvios transformou-se numa luta, que visava ao estabelecimento de uma região autônoma. Assim, tendo como argumento a necessidade de evitar a repetição do genocídio do povo sérvio na Croácia e contando com apoio do governo da Sérvia, em setembro de 1991, foi estabelecida a Região Autônoma Sérvia da Krajina (RSK), conforme se vê na Fig. C.

O governo croata, evidentemente, não reconheceu a autonomia da Krajina e partiu para a repressão, enviando tropas policiais para a área, a fim de restabelecer a ordem legal. Tal ação deixava as primeiras vítimas.

sérvia na Croácia realizaram um plebiscito, cujo resultado indicava que 99% da população eram favoráveis à secessão e a uma consequente união à Sérvia. A Krajina, a Eslavônia Ocidental e a Eslavônia Oriental preparam-se para deixar a Croácia, transformando-se num *barril de pólvora*, pronto para explodir numa guerra civil.

A agitação étnica revivia, na memória de todos, os sangrentos episódios da Segunda Guerra Mundial, quando o confronto entre *chetniks*, *ustasha* e *partisans* levou à morte quase 10% da população iugoslava. Tais acontecimentos seriam, ainda, potencializados por uma imprensa partidária, que acirrava os ânimos.

Com a exacerbação do nacionalismo, ocorria a criação de grupos paramilitares nas diversas repúblicas, sob a subordinação das polícias locais. O Exército Popular da Iugoslávia via-se ameaçado com a criação de tais forças, que consistiam numa séria ameaça a sua legitimidade e à integridade da Federação Iugoslava.

Uma grave crise política e econômica, a existência de

lideranças que lutavam por políticas nacionalistas, uma imprensa incendiária, o despertar de ódios históricos, levando a uma crescente tensão étnica e à existência de milícias armadas: estavam presentes os elementos necessários ao desencadeamento da guerra civil.

Uma grave crise política e econômica, a existência de lideranças que lutavam por políticas nacionalistas, uma imprensa incendiária, o despertar de ódios históricos, levando a uma crescente tensão étnica e à existência de milícias armadas: estavam presentes os elementos necessários ao desencadeamento da guerra civil.

O CONFLITO NA CROÁCIA E AS NAÇÕES UNIDAS

A Eclosão da Guerra

A República da Croácia, uma das mais ricas da ex-Iugoslávia, possuía, em 1991, uma população de cerca de 4,9 milhões de habitantes, ocupando uma área de 56.500 km². A minoria sérvia ali residente, cerca de 600.000 habitantes, encontrava-se concentrada em

enclaves adjacentes à Bósnia e à Vojvodina; os territórios da Krajina, Eslavônia Ocidental e Eslavônia Oriental, que correspondiam a cerca de 17.000 km², ou seja, uma terça parte da Croácia.

A existência dessa importante minoria sérvia, agravada pelo fato de estar concentrada em enclaves, provocou um impasse na questão da independência croata.

Com a declaração unilateral de independência da Croácia, em junho de 1991, o movimento dos sérvios transformou-se numa luta, que visava ao estabelecimento de uma região autônoma. Assim, tendo como argumento a necessidade de evitar a repetição do genocídio do povo sérvio na Croácia e contando com apoio do governo da Sérvia, em setembro de 1991, foi estabelecida a Região Autônoma Sérvia da Krajina (RSK), conforme se vê na Fig. C.

O governo croata, evidentemente, não reconheceu a autonomia da Krajina e partiu para a repressão, enviando tropas policiais para a área, a fim de restabelecer a ordem legal. Tal ação deixava as primeiras vítimas,



Figura C – A região do conflito.

Pouco a pouco, os choques, inicialmente esporádicos, tornaram-se mais frequentes. No final de julho de 1991, o conflito já estava disseminado a cerca de um terço do território croata e continuava a se estender.

A 9 de novembro, o governo iugoslavo enviou uma carta ao Secretário Geral do Conselho de Segurança da ONU, solicitando, formalmente, o envio de uma força internacional à região, para separar as partes em conflito e garantir a segurança da população da Krajina, no território da Croácia.

A 19 de dezembro de 1991, os sérvios declararam

a independência da Krajina, adotando a sua primeira constituição.

O Envolvimento das Nações Unidas

A crise na Iugoslávia deixava à mostra as ambiguidades da chamada Comunidade Internacional. A CE estava, por um lado, disposta a demonstrar a sua capacidade em resolver os problemas europeus; por outro, imaginava que, se a situação se deteriorasse, os EUA tomariam a liderança na busca de uma solução para o conflito, como sempre o fiziam, desde o final da Segunda Guerra Mundial. As

Nações Unidas e a CE levaram algum tempo para compreender que os EUA ainda não estavam dispostos a exercer a sua liderança, na medida em que não havia ameaça a seus interesses nacionais. A crise do Golfo Pérsico, possivelmente, teria colocado a questão balcânica num segundo plano na diplomacia das Grandes Potências, retardando a sua ação.

Em setembro de 1991, o Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), em resposta à pressão internacional, adotou a resolução 713, que estabelecia *um embargo geral e completo de todas as remessas de armamento e equipamento militar à Iugoslávia*.⁴ Em 1992, com o agravamento da guerra, o embargo era ampliado pela resolução 757, impondo amplas sanções econômicas contra a então República Federal da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro), que ficava comercialmente isolada, impedida de importar e exportar.

A 2 de janeiro de 1992, após inúmeras tentativas,

⁴ UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PUBLIC INFORMATION, The United Nations and the Situation in the Former Yugoslavia 1995, p. 132.

era firmado, em Sarajevo, um acordo de cessar-fogo – o *Plano Vance*. Sua obediência pelas partes, em termos gerais, criou as condições necessárias para o envio de uma força de paz internacional para a região.

A 21 de fevereiro de 1992, o Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU) criava, pela resolução 743, a Força de Proteção das Nações Unidas, identificada como UNPROFOR (*United Nations Protection Force*). A UNPROFOR, pelo seu mandato, deveria garantir a desmilitarização das UNPAs (*United Nations Protected Areas*). O objetivo inicial era implementar o cessar-fogo, desenvolvendo a confiança entre as partes, de forma a criar condições para que uma solução permanente fosse negociada no campo político.

A UNPROFOR iniciou o seu desdobramento na região somente a partir de março de 1992, em virtude do retardo no envio das tropas para os Balcãs. Desde logo, surgiram dificuldades em relação aos limites das UNPAs. Seu traçado fora estabelecido em novembro de 1991, nas negociações mediadas por Cyrus Vance; o efetivo desdobramento das

tropas da UNPROFOR, todavia, só ocorreu 4 meses após. Nesse interim, a guerra continuava causando flutuações na "linha de cessar-fogo".

As regiões compreendidas entre os limites originais do Plano Vance e a "linha de cessar-fogo", de março, de 1992 ficaram conhecidas como *Pink Zones*. Tais áreas tornar-se-iam, no futuro, foco de intermináveis discussões e motivo para o reinício de hostilidades.

O Acordo de Zágreb e a Queda da República da Krajina

Visando a resolver a questão das *Pink Zones*, que fora motivo do reinício de hostilidades e buscando criar condições para uma paz duradoura, foi mediado, pela UNPROFOR, um acordo, assinado a 29 de março de 1993, em Zágreb.

No plano militar, o *Acordo de Zágreb* foi implementado com êxito, no campo político, entretanto, não houve desdobramentos que trouxessem soluções às questões em pauta. Em poucos meses, a situação se deteriorava uma vez mais. Os comboios da UNPROFOR passaram a ser bloqueados por grupos de refugiados

croatas, que barravam os acessos às UNPAs.

O governo de Zágreb parecia querer mostrar, à Comunidade Internacional, que só lhe restava a solução armada; afinal a UNPROFOR não era capaz de reintegrar as UNPAs ao território croata. Era a preparação política e diplomática para a retomada dos territórios croatas sob o controle sérvio.

Esgotadas as opções diplomáticas, restava a Zágreb usar da força ou resignar-se com a perda de uma importante parcela do seu território. Com a reorganização do Exército Croata e o enfraquecimento do Sérvio, a opção militar tornava-se, cada vez mais, viável. Na realidade, a ação da ONU criara condições para tanto. Os croatas, livres em seu comércio externo, reforçavam seu exército, enquanto os sérvios estavam sujeitos ao embargo comercial.

Assim, a partir de maio de 95, os croatas retomaram, sucessivamente, a Eslavônia Ocidental e a Krajina. Os sérvios, cada vez mais fracos, responderam bombardeando Zágreb, sendo, no entanto, incapazes de realizar uma contra-ofensiva. Restava-lhes apenas a Eslavônia

vônia Oriental que, em meados de novembro de 1995, sob pressão dos EUA, seria cedida pela via diplomática.

Resultados da Ação da UNPROFOR

Não obstante a presença de forças das Nações Unidas na região por mais de três anos, não foi possível encontrar uma saída diplomática para a questão da independência croata e da minoria sérvia. A UNPROFOR logrou, apenas, manter o conflito numa baixa intensidade, evitando o envolvimento de outros Estados e participando do apoio humanitário aos refugiados.

A reintegração da RSK à Croácia, por meios pacíficos, era, de fato, muito difícil. Uma "limpeza étnica" fora, praticamente, completa da tanto nas UNPAs como na Croácia; as minorias, em ambos os lados, ou foram expulsas ou fugiram, temendo perseguições – suas casas foram destruídas, para que não mais pudessem retornar aos seus lares.

A conquista da Eslavônia

Oidental e da Krajina e a cessão da Eslavônia Oriental aos croatas pareciam resolver a questão. Os croatas recuperavam o seu território, os sérvios ficariam livres do embargo comercial.

Num contexto mais amplo, a queda da RSK viria alterar o balanço de poder nos Balcãs. Estava claro que o sonho da *Grande Sérvia* estava acabado. Estavam abertos, pela força das armas, novos caminhos para o estabelecimento da paz nos Balcãs. E a UNPROFOR não tomara parte.

O CONFLITO NA BÓSNIA-HERZEGOVINA

A Bósnia-Herzegovina

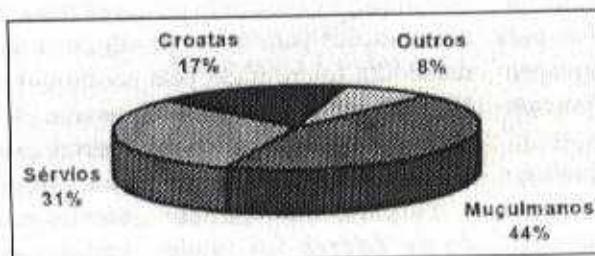


Figura D – A distribuição étnica na Bósnia-Herzegovina.

É na Bósnia-Herzegovina, mais do que qualquer outra região da ex-Iugoslávia, onde se concentram as diferenças culturais e religiosas existentes entre os povos balcânicos. Ali, convergem as influências do Oci-

dente e do Oriente. Ali, o Islamismo, o Cristianismo e o Ortodoxismo convivem intimamente.

Sérvios, muçulmanos e croatas, uma população de cerca de 4,5 milhões, dividem um território montanhoso nos Alpes Dinárticos, de cerca de 51.000 km², percentualmente distribuídos tal como demonstra a Fig. D. Os muçulmanos, mais voltados para as atividades comerciais, viviam nas cidades, enquanto os sérvios, mais ligados à agricultura, na zona rural. Quando da eclosão da guerra, tal distribuição étnica veio, por um lado, facilitar aos sérvios um rápido controle de grande parte do território bósnio.

por outro, tornou inviável a divisão da Bósnia-Herzegovina por meios pacíficos.

A Bósnia, por sua multiplicidade étnica, cultural e religiosa, talvez tenha sido

o único verdadeiro retrato da Iugoslávia sonhada por Tito.

A Eclosão do Conflito

A declaração de independência da Croácia e da Eslovênia, em junho de 1991, colocava a Bósnia

beira de um abismo. Ao governo de Sarajevo restavam três alternativas, porém nenhuma delas configurava uma solução: (1) permanecer numa Iugoslávia controlada por Milosevic e pelos sérvios; (2) aceitar a divisão da Bósnia entre croatas e sérvios, como sugeriam Tudjman e Milosevic;⁵ (3) buscar o reconhecimento internacional, como um Estado independente. Os croatas e muçulmanos consideravam inaceitável a primeira proposição; os muçulmanos, a segunda; os sérvios, a terceira. Tal dilema surgia no pior momento, quando a radicalização de sérvios e croatas atingia seu apogeu, em face do trauma da guerra.

Diante desse impasse, o presidente bósnio Alija Izetbegovic, um muçulmano secular, procurou, de todas as formas, uma posição intermediária entre o secessionalismo de Tudjman e o centralismo de Milosevic. Juntamente com o Presidente da Macedônia, Kiro Gligorov, Izetbegovic defen-

dia a transformação gradual da Iugoslávia numa Confederação. O plano Gligorov-Izetbegovic afigurava-se como o único caminho que poderia ter solucionado pacificamente a crise dos Balcãs.

O reconhecimento da Croácia e da Eslovênia pela Comunidade Internacional, no entanto, precipitou a marcha dos acontecimentos. Izetbegovic foi instado a seguir um caminho semelhante ao da Croácia, incorrendo no mesmo erro de Tudjman, ao lutar pela independência sem um prévio acordo com os sérvios. Tais eventos tinham reflexos de uma política da Comunidade Européia, que atendia a interesses germânicos.

A guerra na Bósnia eclodiu em Sarajevo, a 4 de abril de 1992 – data escolhida intencionalmente pelos sérvios, sob a liderança de Radovan Karadzic, para coincidir com o fim de semana que antecedia o reconhecimento da independência da Bósnia-Herzegovina pela CE.

O Envolvimento da ONU e o Conflito

Diferentemente do que ocorreu na Croácia, onde as forças da ONU só foram

desdobradas após demoradas negociações, na Bósnia a intervenção das Nações Unidas ocorreu em face de circunstâncias conjunturais, sem que fossem obtidas as condições necessárias para a realização de Operações de Manutenção da Paz.

A ONU viu-se envolvida na Bósnia-Herzegovina em decorrência direta da presença do quartel-general da UNPROFOR em Sarajevo. Com o isolamento da capital bósnia, em virtude do cerco sérvio, e sofrendo forte pressão internacional, o General Lewis MacKenzie, então Chefe do Estado-Maior da UNPROFOR, negociou, em junho de 1992, em nível local, um cessar-fogo, que não seria efetivamente implementado, a fim de permitir a reabertura do Aeroporto de Sarajevo, vital para o abastecimento da cidade.

Em seqüência, o CS/ONU, pela resolução 761, autorizou o desdobramento de forças adicionais, a fim de garantir a segurança e o funcionamento do Aeroporto, que passaria a operar, a partir de então, com freqüentes interrupções, causadas por ações hostis.

A UNPROFOR era, assim, incumbida de uma Operação de Manutenção de

⁵ Em março de 1991, os Presidentes Milosevic e Tudjman realizaram uma série de encontros bilaterais, onde concluíram a divisão da Bósnia-Herzegovina entre sérvios e croatas. [A.]

Paz, onde não havia paz a ser mantida – e pior, não havia um plano viável para a Bósnia. Restava a opção pela ajuda humanitária.

Em setembro, com a deterioração da situação na Bósnia, o CS/ONU adotou a resolução 776, que previa o desdobramento da UNPROFOR em 5 áreas, a fim de proteger os comboios de ajuda humanitária do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Tal operação permitiu a entrega de suprimentos em 110 localidades, beneficiando cerca de 800.000 refugiados.

Em março de 1995, cerca de 22.000 homens da UNPROFOR estavam desdobrados na Bósnia, de um total de 39.000 homens. As forças das Nações Unidas, no entanto, estavam reféns de resoluções políticas, tomadas em gabinete, que não podiam ser implementadas no campo militar.

A Evolução do Conflito

O conflito na Bósnia-Herzegovina, por suas características, teve um pesado impacto na população civil. Estimativas do ACNUR indicavam que, como decorrência da guerra, cerca de 200.000 pessoas

morreram, e outras 2,8 milhões passaram à condição de refugiadas.

Os sérvios, logo de início, conquistaram grande parte do território bósnio – cerca de 60%, conforme se vê na Fig. D – tendo estabelecido, em Pale, a 20 km de Sarajevo, a sede do seu governo. Em consequência, formaram-se os enclaves muçulmanos de Sarajevo, Gorazde, Zepa, Srebrenica e Bihac, os quais não tinham condições de resistir ao cerco sem a ajuda das organizações internacionais. Foram essas organizações humanitárias, sob proteção da UNPROFOR, que garantiram a sobrevida do conflito, na expectativa de uma solução diplomática. Não fosse a presença da UNPROFOR, a guerra já estaria terminada, com a derrota total dos muçulmanos, em face das forças sérvias.

Por outro lado, o embargo de armamentos, imposto à Iugoslávia, foi estendido a todas as suas repúblicas. A Bósnia-Herzegovina foi a mais prejudicada delas, pois foi-lhe negado o direito de defesa, já que não dispunha de armas. Os sérvios-bósnios, apoiados pelo poderoso EPI, pouco sofreram, pois

grande parte da indústria bélica iugoslava estava localizada em áreas sob seu controle.

O conflito na Bósnia, por sua complexidade, apresentava, a cada região, um cenário diferente. Foi em Sarajevo que adquiriu sua fisionomia mais dramática. A presença da imprensa internacional, que cobria com detalhes cada massacre ocorrido, somada ao jogo político dos governos de Sarajevo e Pale, fizeram da capital cultural da ex-Iugoslávia um trágico foco de atenção. O ciclo vicioso das retaliações consistia num dos principais problemas. A cada ação dos muçulmanos, os sérvios reagiam em larga escala, de forma desproporcional, empregando artilharia e lançadores múltiplos.

De um balanço das forças presentes em Sarajevo, podia-se concluir por um equilíbrio. Os sérvios, em menor efetivo, não dispunham de Infantaria suficiente para tomar a cidade e usavam do velho ditado da doutrina militar iugoslava: *numa envie um soldado onde uma granada de Artilharia pode ir primeiro*. Aos muçulmanos, por outro lado, não faltavam soldados: todos os habitantes, cerca de

300.000, estavam envolvidos na defesa de sua cidade. Não possuíam, entretanto, o equipamento militar necessário para romper o cerco.

Em termos militares, o cerco a Sarajevo era ineficiente, na medida em que a população era suprida pelo esforço humanitário empreendido pelo ACNUR. Em tese, nessas condições, a guerra em Sarajevo poderia durar indefinidamente.

Em julho de 1995, os sérvios, buscando pressionar o governo de Sarajevo a uma solução negociada, retomaram a ofensiva. Em rápida operação, conquistaram os enclaves muçulmanos de Srebrenica e Zepa. A Comunidade Internacional reagiu, prometendo represálias, caso Gorazde, a última das Áreas de Segurança do leste bósnio, fosse atacada.

A reação era inócuia, pois os sérvios estavam satisfeitos com as suas conquistas territoriais. O impasse, no entanto, persistia, porquanto o governo de Sarajevo buscava a integridade territorial da Bósnia, e o de Pale, a sua divisão.

Os Resultados da Presença da UNPROFOR

Após mais de quatro anos de presença das Nações

Unidas nos Balcãs, os resultados contabilizados eram limitados; já os custos humanos e financeiros, a serem arcados pelas Nações Unidas, bastante expressivos. Até março de 1995, 149 militares haviam perdido a vida e outros 1.366 haviam sido feridos; os custos de manutenção da missão estavam orçados em 1,7 bilhão de dólares/ano.

Claro está que não se pode medir resultados sem considerar os objetivos propostos. A ação da UNPROFOR na Bósnia jamais pretendeu substituir as negociações políticas. Ao contrário, num cenário de guerra civil, era pretensão: conter o conflito, evitando que se estendesse a outras áreas; prestar ajuda humanitária, em particular aos grupos mais vulneráveis; e, ao mesmo tempo, proporcionar condições à realização das negociações de paz, mediando conflitos em nível local e implementando os acordos assinados. Com o agravamento do conflito, contudo, inúmeras outras resoluções do CS/ONU foram adotadas, muitas delas impossíveis de serem implementadas.

Nesse contexto, foi alcançado algum êxito. A ma-

nutenção da segurança do Aeroporto de Sarajevo e, sobretudo, a escolta aos comboios do ACNUR, que transportavam ajuda humanitária, aliviaram o sofrimento de bósnios de todas as etnias. Além disso, o conflito foi mantido numa baixa intensidade e restrito à Bósnia. Conseguiu-se, através dessas ações, reduzir a crescente onda de refugiados iugoslavos, atendendo, particularmente, aos interesses dos países europeus. De fato, de acordo com dados do ACNUR, somente a Alemanha já acolhera mais de 300.000 refugiados da ex-Iugoslávia.⁶

Como se viu, a ONU adotou uma postura humanitária na Bósnia, atitude própria de Operações de Manutenção de Paz, a qual não era compatível com ações mais fortes, cujo objetivo fosse a imposição da paz. Assim, até setembro de 1995, quando os EUA assumiram a condução do problema, o emprego limitado das aeronaves da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) contra os

⁶ UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Information Notes on Former Yugoslavia*. 1994, p. 26.

sérvios revelava apenas a fraqueza da UNPROFOR e uma embaraçosa falta de objetivos estratégicos no tratado da questão.

Em verdade, uma intervenção com fins humanitários é de pouca utilidade, se não puderem ser oferecidas soluções satisfatórias às questões fundamentais, como a autodeterminação, os direitos das minorias e as mudanças de fronteiras.

A Bósnia a Caminho da Paz

Em meados de 1995, o cenário do conflito nos Balcãs apresentava importantes mudanças. Em agosto, o Congresso dos EUA, refletindo a posição da opinião pública, aprovou, de forma unilateral, o fim do embargo imposto ao governo bósnio. O terrível massacre praticado pelos sérvios contra a população muçulmana de Srebrenica, em julho de 1995, viria reforçar essa posição. O governo de Washington, contudo, foi forçado a vetar tal dispositivo legal, por pressão dos seus aliados, em particular França e Reino Unido, que tinham tropas na Bósnia e temiam o recrudescimento da guerra. O governo americano comprometia-se, as-

sim, a tomar uma posição mais efetiva em relação à questão.

No início de setembro de 1995, pela segunda vez, uma granada de morteiro atingiu o mercado de Sarajevo, provocando 37 mortes e mais de 80 feridos. A UNPROFOR, rapidamente, responsabilizou os sérvios pelo massacre: criava-se, então, o pretexto para a ação americana.

Sob a alegação de forçar os sérvios a retirar seu armamento pesado das cercanias de Sarajevo, a OTAN, sob a liderança dos EUA, desencadeava a maior operação militar realizada desde o início do conflito nos Balcãs. Violentos bombardeios aéreos foram desencadeados, visando a modificar a posição sérvia no campo diplomático.

Croatas e muçulmanos, aproveitando-se da ação da OTAN, partiram para ofensiva, conquistando extensas áreas. Em outubro de 1995, controlavam cerca de 52% da Bósnia, ou seja, mais ou menos o que fariam jus pelo acordo a ser proposto pelos americanos.

A nova situação levou os sérvios-bósnios a adotarem uma postura diferente, afastando Karadzic das negociações e substituindo-o por

Milosevic. Esse foi um importante passo para a solução do conflito, pois o presidente sérvio, em virtude do impacto do embargo comercial à economia iugoslava, defendia, a essa altura, posições mais moderadas. A rápida mudança de posição dos sérvios, em consequência da pressão militar da OTAN, confirmava a assertiva: *a paz não será alcançada nos Balcãs sem a ameaça da guerra.*

Em outubro de 1995, o governo dos EUA apresentava um novo plano de paz, que previa basicamente:

- o fim do embargo comercial imposto à Sérvia, em troca do reconhecimento da Croácia e da Bósnia-Herzegovina;
- o estabelecimento de um estado único na Bósnia, com um tênue poder central e dois governos distintos, um sérvio (49% do território) e outro muçulmano-croata (51% do território). Esses governos teriam o direito de estabelecer relações especiais com os países vizinhos, em particular, a Croácia e a Sérvia;
- a unificação de Sarajevo, ficando sob controle do governo muçulmano;
- o estabelecimento de um corredor para ligar o

enclave de Gorazde à Federação Muçulmano-Croata;

• o estabelecimento de uma faixa de 5 km de largura, ao sul de Brcko, o chamado Corredor de Posavina, para ligar as áreas sérvias.

A ambigüidade talvez tenha sido a característica que permitiu a aceitação do novo Acordo por todas as partes. Os sérvios tinham um estado autônomo, embora não soberano – a *Republika Srpska*; já os muçulmanos, pela planejada formação de um governo central multi-étnico em Sarajevo, haviam mantido a integridade territorial da Bósnia, ao menos no papel.

Para implementação do acordo, persistiam inúmeros óbices. Se a Federação Muçulmano-Croata, formada em fevereiro de 1994, ainda não existia de fato, avaliase a dificuldade em restabelecer o governo multirracial da Bósnia, após uma guerra que deixara cerca de 200.000 mortos.

Os limites estabelecidos pelo mapa do *Acordo de Dayton* não coincidiam com a linha de contato. Havia a necessidade de passar áreas sob controle sérvio à Federação Muçulmano-Croata e vice-versa, o que, evidentemente implicaria uma pro-

funda reação da população prejudicada pela medida.

Para garantir o acordo e superar os óbices à sua implementação, a OTAN desdobraria uma força de 60.000 homens, a IFOR (*Implementation Force*), dos quais 20.000 americanos.

Assim, pela primeira vez, após quase quatro anos de guerra, havia um plano de paz consistente e viável para a Bósnia – o *Acordo de Dayton*.

CONCLUSÃO

Desde o começo do conflito nos Bólcãs, uma questão, acima de qualquer outra, despertou atenções: o que levou um país europeu a se desintegrar numa guerra com atrocidades em tão larga escala? Parece evidente que as cicatrizes deixadas pelo sangrento conflito étnico, ocorrido na Iugoslávia durante a Segunda Grande Guerra, não se curaram por completo, apesar dos esforços despendidos por Tito. Todavia, contrariamente ao que a imprensa tem veiculado, a luta na Iugoslávia não teve como componente principal essas antigas desavenças ou mesmo as diferenças religiosas: os ódios são relativamente recentes e, na

sua maior parte, se devem a uma manipulação política.

Além dos acontecimentos históricos, outros fatores conjunturais, mais relevantes, concorreram para a desestabilização político-social dos Bólcãs. Dentre esses, destacam-se: a crise econômica, que abalou a Iugoslávia no final dos anos 90; a busca da democratização, que se seguiu à queda da União Soviética e, particularmente, a atuação das lideranças políticas no sentido de exacerbar os sentimentos nacionalistas. Nenhum país da Europa Oriental demonstrou, tão claramente como a Iugoslávia, os riscos inerentes à democratização.

A desestabilização decorreu, por um lado, do desejo sérvio de consolidar um Estado no qual fosse dominante; por outro, da luta das minorias para escapar do jugo hegemônico de uma etnia. Nesse contexto, o projeto político de Milosevic, a *Grande Sérvia*, foi um dos principais fatores a gerar a instabilidade.

A partir da visão das causas do conflito, verifica-se que a guerra poderia ter sido evitada, pela formação de uma confederação, conforme queriam Gligorov e

Izetbegovic. Faltou uma visão histórica por parte das lideranças das diversas facções, em particular Tudjman e Milosevic, que, preocupados com seu futuro político, arrastaram seus países à guerra.

As grandes potências, possivelmente com as suas atenções concentradas na crise do Golfo Pérsico, atuaram de forma tardia, quando não mais era possível evitar a guerra.

A avaliação dos resultados de uma missão dependerá, obviamente, de seus objetivos. Assim, na Croácia, houve um relativo sucesso, um cessar-fogo foi implementado, em linhas gerais e, por quatro anos, buscou-se uma solução diplomática, que não foi encontrada.

A consequência desse fracasso diplomático foi o reinfício da guerra, porém com um novo balanço de forças. Os croatas, dessa vez mais fortes, lograram conquistar, pela via militar, quase a totalidade dos seus territórios ocupados — restava apenas a Eslavônia Oriental, que seria recuperada pela via da negociação.

Na Bósnia-Herzegovina, os sérvios, com sua enorme vantagem em termos de po-

der de fogo, já teriam forçado a rendição de Sarajevo, não fosse a presença das forças da ONU. O desdobramento da UNPROFOR na Bósnia, embora realizado sem as condições desejáveis, garantiu ajuda humanitária a centenas de milhares de refugiados e evitou a queda do governo muçulmano.

Talvez, a falha fundamental do Ocidente tenha sido olhar apenas os sintomas da guerra, não as suas causas. A natureza do projeto político de Milosevic, a *Grande Sérvia*, não foi compreendido em toda sua extensão. Insistia-se em tratar o conflito como uma questão essencialmente étnica ou militar, esquecendo-se do seu componente principal: o político.

Na verdade, a trajetória do conflito dos Balcãs veio comprovar, uma vez mais, que as Nações Unidas e a chamada Comunidade Internacional ainda não estão prontas para prescindir da liderança dos EUA. Os caminhos que levaram à solução do conflito só começaram a se delinear a partir de uma tomada de posição por parte do governo americano.

O governo Clinton aproveitava-se de uma conjuntura favorável para seu plano

de paz. Os croatas haviam retomado a Krajina, os muçulmanos haviam perdido Zepa e Srebrenica, os sérvios estavam exauridos pelo embargo comercial imposto pela ONU — esses fatos não existiam quando as Nações Unidas estavam conduzindo o processo de paz.

Do conflito, saía como grande vencedora a Croácia de Tudjman, que ficara com seu território intacto e exerceria uma importante influência sobre a Federação Muçulmano-Croata. Ganham os sérvios-bósnios, que passavam a controlar 49% da Bósnia, com a formação da chamada *Republika Srpska*. Perdia Milosevic, que abandonara o sonho da *Grande Sérvia*, controlaria, no entanto, a Iugoslávia, agora composta pela Sérvia, Kosovo, Vojvodina e Montenegro. Perdia Izetbegovic, que via a Bósnia-Herzegovina ser dividida em províncias étnicas autônomas, embora mantivesse um governo central. O Estado multicultural que o governo muçulmano tentara preservar não existia mais.

Apesar dos inúmeros óbices ainda existentes, o *Acordo de Dayton* e o desdobramento na Bósnia-Herzegovina de tropas da

OTAN, trouxeram a paz aos Balcãs. A questão que ainda persiste é o momento da retirada dessas forças, que seguramente são fundamentais à estabilidade balcânica. A Bósnia, guardando as vidas proporções, talvez se transforme em um novo Chipre, onde as forças das Nações Unidas estão presentes desde 1964.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAVER, Paul. *Fanning the Flames of the Conflict: The Republics bid for arms*. Londres: Jane's Defense Weekly, 24 agosto de 1991.

BEBLER, Anton. *The Armed Forces in the Yugoslav Conflict*. International Defense Review, abril de 1991.

GLENNY, Misha. *The fall of Yugoslavia – The third Balkan War*. Inglaterra: Penguin Books, 1992, 188 p.

KIPP, Jacob W. *The Yugoslav People's Army: Between Civil War and Desintegration*. Military Review, dezembro de 1991.

MACKENZIE, Maj-Gen Lewis. *Peacekeeper The Road to Sarajevo*. Toronto: HarperCollins, 1994, 546 p.

MALCOLM, Noel. *Bosnia a Short History*. Londres: Macmillan Limited, 1994, 340 p.

NEWSWEEK. New York: The Washington Post Company. 1995. Semanal. Edições de maio a novembro de 1995.

PERRY, Duncan M. *Macedonia: A Balkan Problem and a European Dilemma*. International Relations Research Report, Vol. 1, N° 25, 19 de junho de 1992.

POULTON, Hugh. *The Balkans Minorities and States in Conflict*. Londres: Minority Rights Publications, 1991.

RAPPORTEU, Sir Russell Johnston. *Western European Union Assembly Report: Lessons drawn from the Yugoslav conflict*. Bruxelas, novembro de 1993.

RIPLEY, Tim. *Bosnia mission forces UN to grow with the times*. International Defense Review, Vol. n° 27, maio de 1994.

ROSKIN, Michael G. *The Third Balkan War, and How It Will End*. Parameters, U.S. Army War College Quarterly, Vol. XXIV n° 3, outono de 1994.

_____. *Macedonia and Albania: The Missing Alliance*. Parameters, U.S. Army War College Quarterly, Vol. XXIII n° 4, inverno 1993-94.

SÁNCHEZ, Guillermo L. *Reflexiones sobre la Crisis de Bósnia-Herzegovina*. Revista de la Escuela Superior de Guerra – Ejército Argentino. N° 509, abril/junho de 1993.

THORNBERRY, Cedric. *Conflict and humanitarian action*. Zagreb: UNPROFOR News, dezembro de 1993.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. *Former Yugoslavia Handbook*. Do D – 2600 – 6408 – 93. Abril 1993.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PUBLIC INFORMATION. *The United Nations and the Situation in the Former Yugoslavia*. New York, julho 1995, 241 p.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Information Notes on former Yugoslavia*. New York, julho de 1994, 30 p.



**VOCE NAO PRECISA
DE UM EXÉRCITO DE
PROFISSIONAIS
PARA FAZER SUA REVISTA.**

**BASTA CHAMAR A
TEIXEIRA LEITE
DESIGNERS ASSOCIADOS.**

TEIXEIRA LEITE DESIGNERS ASSOCIADOS. Telefax: (021) 553.1979
CRIAÇÃO EDITORAÇÃO MULTIVIDA

A Conduta Militar Holandesa no Brasil

Marcos da Cunha e Souza

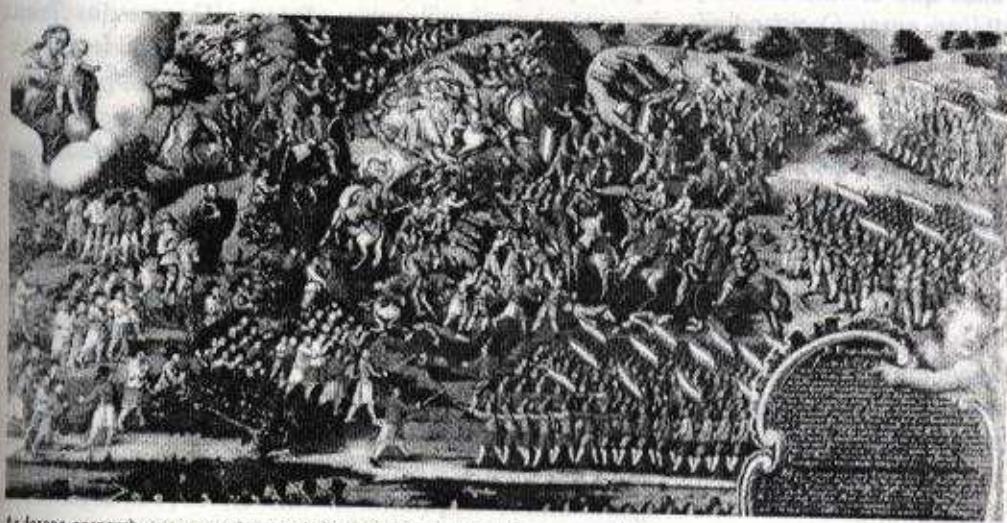
Ensaio sobre a abortada tentativa de colonização holandesa no Brasil, no século XVII.

Quando os holandeses aqui desembarcaram, na primeira metade do século XVII, depararam-se com a resistên-

cia espontânea de nossos ancestrais. Os heróis brasileiros desse longo conflito ainda não foram suficientemente homenageados pela nação que ajudaram a fundar. Para melhor compreendermos a intensidade do sacrifício

desses homens, julgamos que seria importante trazer a lume a visão do nosso adversário. Mais do que os feitos militares, interessa-nos demonstrar o método empregado. Da análise dos relatos disponíveis, muitos

Bacharel em Direito. Estudioso da História.



As forças pernambucanas expulsam os holandeses na Batalha de Guararapes, 1648.

escritos pelos próprios holandeses, pode-se traçar uma idéia do raciocínio estratégico que norteou as operações militares do invasor. Mas, para tanto, é preciso observar, também, a conjuntura internacional e a motivação econômica, elementos que, freqüentemente, subordinaram a conduta militar.

No início daquele século, a Holanda atravessava um lento e dramático processo de independência. Sua metrópole era a da Espanha, cuja política desastrosa conseguia provocar a revolta das diversas províncias que então formavam os Países Baixos. Em 1609, após quarenta anos de combates, a Espanha e os rebeldes assinaram uma trégua de 12 anos que dividiu os Países Baixos entre os contendores. Ao sul, o "País Baixo Espanhol"¹ e ao norte, sob controle rebelde, as "Províncias Unidas" que, genericamente, denominamos "Holanda".

Foi ao longo dessa guerra que os holandeses desenvolveram seu sistema tático, especialmente para combater os pesados terços espanhóis. Para contrabalançar

os maciços quadrados des- tes, os rebeldes holandeses criaram um sistema de linhas pouco profundas, mas com maior mobilidade e menor vulnerabilidade à Artilharia. Desenvolveram um manual, copiado por toda parte, que ensinava o método mais eficaz de manuseio dos armamentos. Não satisfeitos, coordenaram o emprego de mosqueteiros e piqueiros, de forma a aumentar a cadência de tiro. Esse sistema serviu de modelo para o grande Gustavo Adolfo, da Suécia, que o melhorou e o utilizou com sucesso contra as tropas do imperador, no curso da Guerra dos Trinta Anos. No entanto, o sistema tático dos holandeses era de difícil aplicação para o tipo de guerra que aqui se travaria.

No curso da trégua entre a Espanha e as "Províncias Unidas", um incidente violento, ocorrido em 1618 na remota Boêmia, desencadeou uma grave crise, que logo se espalhou pela Europa. Era o início da Guerra dos Trinta Anos. Espanha e Holanda logo se viram obrigadas a intervir no conflito. A primeira mandou tropas para defender o imperador germânico, enquanto as "Províncias Unidas" agiam

diplomaticamente na tentativa de criar um bloco capaz de anular a ameaça dos habsburgos. Mas, embora em campos opostos, os dois países mantiveram o acordo firmado.

As tentativas espanholas para renovar a trégua não deram resultado e, em 1621, reiniciaram-se as hostilidades. A Holanda era então o maior centro financeiro da Europa e encontrara, na sua luta contra a Espanha, uma fonte de lucro à custa do vasto império colonial de seu adversário. Em 1602, criara a Companhia das Índias Orientais que, em poucos anos, obteve resultados extraordinários com o comércio asiático. Agora, com o fim da trégua na Europa e o envolvimento dos dois países na Guerra dos Trinta Anos, os holandeses lançaram seus olhares para os territórios espanhóis na América. Dentre eles destacava-se a grande colônia portuguesa, o Brasil.

Portugal estava ligado à Espanha desde 1580. Era reinos distintos mas governados por um mesmo soberano. Essa união pessoal fazia com que Portugal e suas colônias sofressem, diretamente, todos os desastres da política externa espanhola.

¹ Atualmente, Bélgica e Luxemburgo.

Em junho de 1621, o governo das Províncias Unidas concedeu autorização para a organização da Companhia das Índias Ocidentais, que já nasceu com o direito exclusivo de comerciar em quase toda a África e a América e, com poderes tais, que conferiam à empresa uma quase soberania sobre as terras onde se estabelecesse. Ela pôde contar com vultosos investimentos estatais, que incluíam o fornecimento de navios de guerra. A direção foi entregue ao "Conselho dos Dezenove", formado por representantes das províncias e dos "Estados Gerais", como era denominada a assembléia que dirigia a República.

O Brasil, após uma série de estudos, foi confirmado como o principal alvo da Companhia. A colônia era então produtora de muitas riquezas, tais como açúcar, fumo, pau-brasil e algodão. Além disso, não esperavam que a Espanha fornecesse grande auxílio a essa colônia, em vista de todos os problemas que a guerra europeia já lhe causava.

Assim, atrevo-me a dizer que, além da evidente motivação econômica, o ataque ao Brasil foi, a princípio, um desdobramento da Guerra

dos Trinta Anos.

Em 1624, após a aprovação do projeto pelos "Estados Gerais", partiu na direção do Brasil a primeira expedição da companhia. A esquadra holandesa, comandada pelo almirante *Willekens*, era composta por 38 embarcações, tripuladas por 1.600 marinheiros, além de 1.700 homens da tropa de desembarque. O comandante das forças terrestres e futuro governador dos territórios conquistados era o batavo *Johan Van Dorth*.

As velas holandesas alcançaram a Bahia de Todos os Santos no dia 8 de maio de 1624 e, em dois dias de combate, lograram capturar seu porto. Os navios portugueses que ali estavam foram capturados ou incendiados. Em seguida, temendo um contra-ataque português, trataram de fortificar a cidade com fossos e parapeitos e distribuíram da melhor forma a sua artilharia. A tudo isso acrescentaram uma barreira de água, produto do dique construído diante do convento de São Francisco e defendido por uma bateria.

No entanto, essa primeira invasão não foi bem sucedida. Recobrados do pânico inicial, os habitantes da Bahia organizaram uma mi-

lícia dividida em "companhias de emboscada" e, com ela, puseram rigoroso bloqueio por terra à cidade. Seguiram-se escaramuças e cidades montadas pelos brasileiros. Em uma delas, a 17 de junho, *Van Dorth* morreu degolado. Seu sucessor teve a mesma sorte pouco tempo depois.

A notícia da captura de Salvador causou assombro em Lisboa e Madri. Uma poderosa esquadra foi formada com elementos não só de Portugal mas, também, da Espanha e suas possessões italianas. Essa força alcançou a cidade em 22 de março de 1625. Eram 59 navios de guerra, além dos transportes. Desembarcadas as tropas, os sitiantes logo ocuparam as alturas ao redor de Salvador. O cerco prolongou-se pelo mês de abril, enquanto os holandeses aguardavam, em vão, reforços prometidos. Sem comando e desamparados, entregaram a cidade, no dia 30 de abril.

Em março de 1627 nova frota holandesa surgiu diante de Salvador, comandada por *Pieter Heyn*, veterano da primeira invasão. Esse valente almirante atacou nossos navios no porto, conseguindo aprisionar grandes

carregamentos de açúcar. Ali permaneceu ancorado por 24 dias sem atacar a cidade. Depois, tomou o rumo de Cabo Frio, para então retornar à Bahia em junho. Capturou outras embarcações e, em julho, retomou o caminho da Europa. O sucesso espetacular dessa incursão encheu de otimismo a Companhia.

No ano seguinte *Pieter Heyn* foi ainda mais feliz, ao conseguir capturar a "frota da prata" que levava, para a Espanha, as riquezas do novo mundo. Com o dinheiro obtido, a Companhia das Índias Ocidentais logrou preparar a segunda invasão do Brasil.

Dessa vez o ataque foi planejado contra Pernambuco, a mais rica das capitâncias brasileiras, uma vez que a Bahia ainda se recuperava dos danos sofridos durante a primeira invasão. Os diretores da companhia esperavam que, uma vez garantido o controle de Olinda e seu porto, os habitantes da província logo se veriam obrigados a tratar com os holandeses para escoar a produção e receber produtos europeus.

Em 15 de fevereiro de 1630, uma esquadra holandesa de 56 navios surgiu

diante de Olinda. Transportava não só soldados e marinheiros, mas também operários, técnicos, engenheiros, agentes comerciais e funcionários administrativos. As forças terrestres eram comandadas pelo coronel, e futuro governador, *van Waerdenburch*, que planejou desembarcar em dois pontos ao mesmo tempo. O ataque frontal contra o porto não teve sucesso. O outro, ao norte de Olinda, foi coroado de tanto êxito que, no dia seguinte, a cidade foi tomada.

Mais difícil foi a captura de Recife, então pequeno povoado de pouco mais de duzentas casas, na ponta de um longo e estreito istmo paralelo ao litoral e protegido por dois fortões: o da Barra e o de São Jorge. Enquanto Recife resistia, os holandeses em Olinda tomavam precauções que lembram a primeira expedição. Temendo uma reação dos habitantes e das forças de Matias de Albuquerque, trataram de fortificar a parte alta da cidade, especialmente o convento dos jesuítas.

Após um ataque mal sucedido ao forte de São Jorge, no dia 19, iniciaram os invasores meticoloso trabalho de sítio que levou à ren-

dição da praça no dia 2 de março. Com ela caiu o Recife. De acordo com o relatório do governador *Waerdenburch*, as baixas holandesas até esse momento alcançaram a cifra de 550 mortos e 896 doentes e feridos, ficando os batavos com apenas 2.000 homens válidos.

Matias de Albuquerque, comandando a resistência em Pernambuco, tratou de organizar as famosas companhias de emboscada e, em ponto próximo a Olinda e Recife, fundou o posto fortificado do Arraial do Bom Jesus.

Mais uma vez o invasor não perdeu tempo em garantir a conquista, e seus engenheiros iniciaram os trabalhos de fortificação e mapeamento da cidade. No dia seguinte, ocuparam uma grande ilha vizinha,² e fortificaram o convento ali existente. O governador *Waerdenburch* levou meses para concluir as defesas de Recife e Olinda. O forte de São Jorge foi recuperado e ainda terminaram a construção de outro que fora iniciado pelos portugueses e que ganhou o nome de *Bruyn*. Pa-

² Ilha de Santo Antônio, também chamada de Antônio Vaz.

liçadas, redutos e trincheiras foram surgindo graças a um trabalho intenso, que ocupou toda a tropa. Mas, em alguns casos, as obras foram logo danificadas pela chuva e pelas violentas marés. Isto tudo foi realizado, malgrado a escassez de material e sob forte calor. Muito foi feito das vigas, telhas e pedras tiradas das casas de Olinda.

O principal objetivo da Companhia era a manutenção de Olinda. No entanto, logo percebeu-se que essa praça era indefensável, por haver, nos arredores, "grande número de elevações que se dominam umas às outras". Seria necessário para

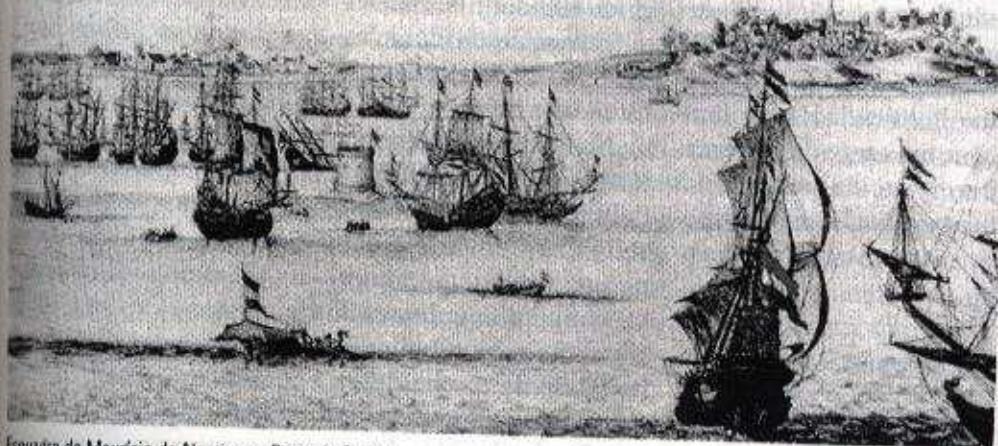
tanto um grande efetivo, além de dispendiosas fortificações.

Além disso, os holandeses se viram sitiados pelas emboscadas de Albuquerque, e eram obrigados a arriscar o pescoço para catar frutas e lenha nas redondezas. Assim ficavam na dependência de alimentos provenientes das "Províncias Unidas". A falta de comida saudável deu origem a um terrível surto de escorbuto. A guarnição do Recife por sua vez sofria também com a falta de boa água.

As tropas viviam sob constante tensão, pois os pernambucanos nunca dei-

xaram de fustigar o invasor. Com tropas suficientes apenas para manter a conquista, os batavos perderam toda a iniciativa.

Graças à chegada de algum reforço, as forças holandesas alcançaram, em fins de 1630, uns 3.500 homens. Bastante pressionado pela Companhia e pelos burocratas instalados em Olinda, o governador resolveu "executar um certo feito de guerra". Seu ataque partiu na direção da ilha de Itamaracá, a poucos quilômetros de Olinda. Sem conseguir desalojar os brasileiros, construíram, numa restinga quase ilhada, um



Esquadra de Maurício de Nassau no Porto de Recife.

forte a que deram o nome de Orange.

Ainda sem efetivos suficientes, e sempre pressionados, decidiram encurtar o perímetro de defesa. A solução encontrada foi a de incendiar e abandonar a cidade de Olinda³. Depois, com alguma tropa que conseguiram reunir tentaram, sem sucesso, a captura da Paraíba⁴ e do estratégico Cabo de Santo Agostinho, cujo porto era de grande valia para os nossos. Assim, dois anos depois da chegada dos holandeses, tudo o que tinham conquistado era Recife e o forte Orange.

O embaraço sofrido pelos holandeses nesses primeiros anos foi, em parte, causado pelo regimento estabelecido pela Companhia para organizar o governo dos territórios ocupados. A administração ficava a cargo de um órgão colegiado conhecido como o "Conselho Político". Havia, também, um cargo de Governador, exercido pelo militar mais graduado, mas sem poder administrativo. E o co-

mando militar, por sua vez, era limitado pelo Conselho Político que, entre outras coisas, nomeava os oficiais do exército. Para piorar a situação, as lacunas desse regimento só podiam ser supridas pelo "Conselho dos Dezenove", sediado na Holanda. Essas disposições causaram diversos conflitos entre os poderes civil e militar.

A reviravolta holandesa coincide com a traição do brasileiro Domingos Calabar. Conhecedor da região, serviu de guia nas operações militares holandesas e teve papel decisivo nas vitórias que se seguiram. Sua primeira ação foi levar 500 holandeses comandados pelo próprio *Waerdenburch* em uma missão de pilhagem contra a vila de Igaraçu, de frente de Itamaracá.⁵ Depois, pelo restante do ano, guiou uma série de ataques-relâmpago destinados a fustigar os nossos e a destruir fazendas e bens.

No fim do ano, chegaram muitos reforços da Europa (talvez três mil) e dois emissários da Companhia com poderes para dar novo impulso às operações. Esse fato coincidiu com o pedido de demissão do coronel *Waerdenburch*, substituído por *van Rembach*.

A superioridade naval dos invasores garantiu-lhes a mobilidade necessária para, ao longo de 1633, efetuarem uma série de ataques contra o litoral brasileiro. Os luso-brasileiros, espalhados por toda a costa e tendo de locomover-se a pé, tiveram dificuldade para concentrar forças nos pontos visados pelo inimigo. Em fevereiro de 1633, os holandeses atacaram e ocuparam o forte do Rio Formoso, a cerca de 70 km ao sul do Recife. Conseguiram, ainda, saquear Alagoas e, voltando para o norte, capturaram o forte dos Reis Magos. O coronel *van Schkoppe*, mercenário de origem alemã, terminou a conquista da ilha de Itamaracá.

Enquanto as tropas holandesas desembarcavam por toda parte, as forças do Recife não deram repouso ao Arraial do Bom Jesus. Até março de 1634, foram três ataques contra o Arraial, todos repelidos. No primeiro,⁶ o governador *van Rembach* saiu mortalmente ferido. No segundo ataque os brasileiros conseguiram emboscar a artilharia holandesa⁷ e assim obrigar o recesso dos invasores.

Por essa época, os brasileiros começaram a lançar ap-

³ Novembro de 1631.

⁴ Derrota de Cabedelo.

⁵ 30 de abril de 1632.

⁶ 21 de março de 1633.

⁷ Perda de 11 canhões.

los na direção dos Índios, conseguindo alguma adesão. O mais famoso de seus aliados foi o chefe *Janduá*, do Rio Grande do Norte. Com o passar dos anos, o elemento índio responderá por grande parte dos efetivos holandeses. Pilhando e matando a população local, tornaram-se uma fonte de grande inquietação para a colônia. Mais tarde também trariam problemas para os próprios holandeses.

Os holandeses receberam novos reforços em outubro de 1634. Com eles, retornou ao Brasil o mercenário polonês *Christoff Arciszewsky*, antigo comandante do forte Orange e promovido recentemente ao posto de coronel. Era homem de grande experiência. Lutara junto às forças polonesas que enfrentaram *Gustavo Adolfo* e, posteriormente, estudou engenharia militar em uma universidade holandesa, tendo participado de dois cercos famosos, o de *Breda* e o de *La Rochelle*.

No dia 25 de novembro, *Schkoppe* e *Arciszewsky* partiram para a conquista da capital da Paraíba, então muito bem protegida. Os fortes Cabedelo e Santo Antônio guardavam as duas

margens da barra do rio Paraíba. Numa restinga entre os ditos fortes e cruzando fogo com eles, os defensores colocaram uma bateria de sete peças. No entanto, após bem sucedida operação anfíbia, que possibilitou a constituição de uma cabeça de praia ao sul do forte Cabedelo, as defesas da Paraíba foram sucessivamente capturadas em poucos dias, obrigando os defensores a abandonar a cidade.

Nota-se que até aquele momento, os holandeses se limitaram a conquistar os principais centros urbanos do litoral entre Natal e o rio Formoso. Para tanto, repito, tiraram o máximo proveito da superioridade naval, que lhes proporcionou a mobilidade necessária para atacar os diferentes pontos da costa brasileira. No entanto, os campos e o interior permaneceram sob controle dos luso-brasileiros e, mesmo Recife, mantinha-se sob constante pressão do Arraial. Economicamente, isso não trazia grande vantagem aos holandeses. Assim, após a conquista da Paraíba, buscaram conquistar o apoio da população, oferecendo proteção em troca dos mesmos tributos antes pagos a Portugal. Além disso, realiza-

ram esforços no sentido de ocupar todos os territórios entre a Paraíba e o Recife, missão realizada com sucesso por um destacamento sob o comando do coronel *Arciszewsky*.

Neste passo, Matias de Albuquerque se viu obrigado a reduzir toda sua defesa a apenas quatro pontos do teatro-de-operações, a saber: porto de Serinhaém; forte de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho; Arraial do Bom Jesus, que em dezembro resistira a mais dois ataques, e o povoado de Porto Calvo, no caminho da Bahia.

Porto Calvo, defendido por um punhado de italianos sob o comando do conde *Bagnuolo*, caiu nas mãos dos holandeses em março de 1635. Enquanto isso, *Arciszewsky* preparava a conquista do Arraial.

A conquista do Arraial do Bom Jesus pelo coronel *Arciszewsky* demorou quase três meses e seria matéria a merecer um demorado estudo, tanto pela bravura de seus defensores quanto pela perícia do comandante polonês. A primeira coisa que fez foi garantir o isolamento da praça e a segurança de sua própria linha de comunicação. Depois ocupou um outeiro de onde planejou

bombardear o Arraial. Para se defender das freqüentes surtidas dos sitiados, foram construídos fortins e trincheiras. Há registro inclusive da utilização de gás de enxofre por parte dos holandeses, como forma de perturbar os defensores. Reduzida pela fome, a guarnição, rendeu-se, no dia 8 de julho de 1635. Além dos escravos e civis, entregaram-se 547 combatentes, dentre os quais destacava-se o bravo comandante negro Henrique Dias.

Nesse mesmo mês de julho, após demorado cerco, caiu nas mãos de Schkoppe a fortaleza de Nazaré, no Cabo de São Agostinho. Toda a várzea do Pernambuco estava agora em mãos dos batavos. Matias de Albuquerque, com os destroços de suas forças e seguido por milhares de civis,⁸ empreendeu famoso êxodo rumo ao sul. Em seu caminho recapturou Porto Calvo e fez enforcar o infame Calabar. No encalço dos luso-brasileiros veio Arciszewsky com cerca de 2.000 homens. Este retomou Porto Calvo e continuou para o sul até Peripueira, onde se entrincheirou e fechou o caminho costeiro entre a Bahia e Pernambuco.

⁸ Cerca de 7.000.

Embora vitoriosas, as tropas holandesas estavam exaustas. O relatório enviado por Arciszewsky ao "Conselho dos Dezenove" descreve homens maltrapilhos, doentes e descontentes. Esse descontentamento era mais do que natural. A grande maioria dos soldados consistia de mercenários das mais diversas origens (alemães, franceses, ingleses...) em busca de enriquecimento. Pierre Moreau, que aqui esteve durante a guerra, conta-nos que os alistadores abordavam esses rapazes indicando o Brasil como um paraíso onde "os holandeses tinham predomínio sobre os portugueses e se enriqueciam com os seus bens, que estavam entregues ao saque". Ora, como vimos, o que encontraram foi uma guerra dura, pelejada dia-a-dia, ano após ano e sem fim. Pois mal conquistaram Pernambuco e já surgiam no horizonte navios de Espanha e Portugal, prontos a desembarcar nova leva de homens, comandada pelo espanhol *D. Luís de Rojas y Borja*.

Rojas desembarcou em Alagoas e, desejando capturar Porto Calvo, empreendeu uma marcha pelo interior a fim de desbordar o bloqueio de Arciszewsky em Peripuei-

ra. O comandante espanhol dispunha de 1.400 homens, fora os índios. Schkoppe, que então ocupava Porto Calvo, imediatamente abandonou a praça e fugiu na direção do Recife. Arciszewsky, tomando ciência da manobra de Rojas, correu para Porto Calvo esperando se reunir a Schkoppe que, no entanto, já havia partido.

Rojas foi o primeiro a alcançar a vila. Julgando que Arciszewsky ainda estava entrincheirado em Peripueira, deixou 500 dos seus em Porto Calvo e marchou com o restante para o sul, pensando pegar Arciszewsky pela retaguarda. Incorreu, porém, em ledo engano. No dia 18 de janeiro de 1636, Rojas, em inferioridade numérica encontrou a morte na Batalha da Mata Redonda. Após essa batalha o comando espanhol foi entregue ao comandante Bagnuolo, dado que Matias de Albuquerque voltara a Portugal.

Mesmo depois da Mata Redonda, os holandeses continuaram ameaçados por uma série de incursões audaciosas dos brasileiros, cuja origem geralmente era Porto Calvo e que causaram grande dano por toda parte. Uma dessas pequenas colunas só foi batiada a cinco léguas do Recife.

fe. Outra chegou à Paraíba, onde destruiu engenhos e roças e matou um membro do Conselho Político.

Enfim, conscientes da confusão causada pela falta de unidade de governo, resolvaram os holandeses mandar ao Brasil um homem com poderes para consolidar a conquista. O escolhido foi o príncipe João Maurício de Nassau, neto do grande Guilherme, o Taciturno, e veterano da guerra dos Trinta Anos. Chegou em Recife aos 23 de janeiro de 1637 e logo partiu para a conquista de Porto Calvo. Bagnuolo, que defendia a praça, abandonou parte dos seus e fugiu para o sul.⁹ O forte que dominava a vila rendeu-se no dia 6 de março, tendo os espanhóis perdido 22 canhões. Depois disso, Nassau seguiu para o sul até a margem do São Francisco, onde chegou a 27 de março, terminando assim a campanha. Arciszewsky, em atritos com o príncipe, foi mandado de volta a Holanda.

Seguro de sua conquista, Nassau entregou-se às questões administrativas e ao melhoramento das fortificações. Enquanto esteve no

Brasil, o príncipe deu especial atenção à cidade do Recife, agora estendida à ilha de Antônio Vaz. A cidade, como um todo, passou a contar com um caprichado sistema de fortés, sem contar os vários baluartes de terra com paliçadas e fossos. As defesas da Paraíba, danificadas à época da conquista, também foram objeto das atenções do príncipe, assim como a vila de Porto Calvo. O passo seguinte dos holandeses foi a fácil captura do Ceará. Nos mares, onde eram superiores, atacavam os navios mercantes além de pilhar vários pontos da costa baiana.

Em abril de 1638, tentou Nassau a captura da Bahia. O Brasil Holandês de então contava com 3.400 soldados holandeses e cerca de 1.000 índios. Com vistas a enviar a grande maioria desses homens à conquista de Salvador, Maurício mobilizou milícias civis para a defesa do território. Em Recife, foram quatro companhias de 130 homens, reforçadas por apenas uma companhia de tropas regulares. Mas, apesar de todo este esforço, o ataque à Bahia foi mal sucedido e, após mês e meio de combates, o príncipe embarcou humilhado de volta ao Recife.

O ano de 1640 foi marcado pelo fumo dos incêndios. As guerrilhas brasileiras, espalhadas por todo o território holandês, fizeram grande estrago nos engenhos controlados pelo adversário. Em represália, Nassau mandou sua frota devastar tudo o que fosse possível ao sul do São Francisco. Essa guerra suja perdurou até que o príncipe e o novo vice-rei do Brasil, o marquês de Montalvão, acertaram uma trégua com troca de reféns. Pouco depois, em fevereiro de 1641, chegava à Bahia a notícia da restauração da independência portuguesa.

De fato, no dia 1º de dezembro de 1640, iniciou-se, em Portugal, a revolta definitiva contra o domínio espanhol, a culminar com a coroação de um novo rei português, D. João IV. A rebelião foi coroada pelo êxito, mas vários anos de luta seriam necessários para consolidar a independência. Em vista disso, o novo governo português viu-se obrigado a buscar ajuda junto aos antigos adversários da Espanha, dentre os quais destacava-se a Holanda. Por seu lado, Holanda e França, satisfeitas com essa novidade, não tardaram em oferecer os seus préstimos. A Guerra

⁹ Ao que parece, temia um desembarque na sua retaguarda.

dos Trinta Anos ainda estava no seu ápice e a restauração portuguesa representava mais uma frente na luta contra a Espanha.

Nassau, ao receber a notícia, certamente teve um pressentimento. Fingindo não saber da paz que se avizinhava, mandou suas forças ocuparem o Sergipe e São Luís do Maranhão. Enviou ainda uma frota com 1.200 homens, incluindo 300 índios brasileiros, para ocupar as colônias portuguesas na África Ocidental. Assim, quando em junho de 1641 Portugal e Holanda firmaram a paz,¹⁰ essas terras ficaram sob o controle pacífico das "Províncias Unidas". Houve protesto de Portugal contra esse flagrante ato de má-fé, mas o reino não podia prescindir da ajuda dos holandeses, pois estes prometeram fornecer soldados e navios para a luta contra a Espanha.

Para as "Províncias Unidas", a paz veio em boa hora. Economicamente, a conquista do norte do Brasil não estava trazendo lucro aos investidores, devido à instabilidade no campo e os vultosos gastos militares. Mas o sucesso da empresa continuou ameaçado pela

bancarrota dos senhores de engenho, que contraíram, com os comerciantes do Recife e com a própria Companhia, dívidas a juros altos. A execução dessas dívidas, além de contribuir para o enfraquecimento da economia, trouxe a ameaça de uma rebelião.

Nos anos que se seguiram à trégua com Portugal, o Brasil Holandês viveu permanentemente sob a ameaça de uma revolta dos seus súditos de origem portuguesa. Mesmo os escravos eram vistos com suspeita por serem católicos. Como forma de acalmar os primeiros, a Companhia renegociou suas dívidas diminuindo os juros e aumentando o prazo de pagamento. Mas, nem com esse remédio os boatos de rebelião se dissiparam, uma vez que os brasileiros tinham muitos outros motivos de insatisfação.

Em setembro de 1643, estourou, no Maranhão, o primeiro levante. A luta durou cinco meses sem que Recife tenha mostrado muito empenho em socorrer a guarnição. Em fevereiro do ano seguinte, a província foi definitivamente abandonada pelos holandeses. Este incidente, porém, não arruinou a trégua entre Portugal e as

"Províncias Unidas", uma vez que não houve nenhuma ingerência do governo de Lisboa.

Pouco após a perda do Maranhão, Maurício de Nassau embarcava de volta para a Holanda, em 22 de maio de 1644. O governo do Brasil Holandês ficou então entregue a um órgão colegiado, o Conselho Supremo.

O amor ao lucro é inimigo da prudência. Após a trégua entre Portugal e as "Províncias Unidas", a Companhia reduziu sensivelmente seus efetivos no Brasil, como forma de economizar recursos. Com a partida de Nassau, embora já fosse previsível uma rebelião, ficaram apenas 18 companhias para defender a colônia. Pelo mesmo motivo as fortificações deixaram de receber a devida manutenção. Crescia a indisciplina da tropa e as deserções. Paradoxalmente, o governo holandês no Brasil manteve-se sempre atento aos boatos de rebelião e aos movimentos das tropas portuguesas em Salvador e na fronteira sul. O envio de espiões era comum.

Em junho de 1645, os holandeses reuniram enfim evidências da iminência de uma rebelião comandada por João Fernandes Vieira.

¹⁰ Na verdade, uma trégua de dez anos.

morador de Pernambuco. Ordem foi dada para sua captura, sem sucesso. Acreditava-se que os inconfidentes contavam com o apoio velado da Bahia. Diante desses fatos o Conselho tomou algumas precauções. As fortificações começaram a ser reparadas. Os habitantes do Recife receberam ordens de construir paliçadas ao redor de suas casas. No que tange aos suprimentos, os fortes foram providos com farinha requisitada junto à população. As famílias do Recife foram instruídas a fazer estoques de alimento.

Quanto às tropas holandesas em Pernambuco, vê-se que o Conselho esteve diante de um sério dilema. A princípio, parte da tropa ficou espalhada pelo interior, como forma de proteger as fontes de suprimento de gêneros, assim como impedir a adesão da população à revolta. Mas, com a repercussão de boatos, que alertavam para a infiltração de tropas portuguesas vindas da Bahia, além do temor plausível de que essas pequenas guarnições fossem facilmente dominadas pelos rebeldes, mudou-se a estratégia. No dia 14 de junho, foi dada ordem para que as companhias fossem concentradas sobre dois pon-

tos apenas, Recife e Serinhaém. Essa ordem, embora necessária, mostra-nos a fragilidade do domínio holandês no Brasil. Para melhor se defenderem, tiveram de abandonar boa parte do interior e ainda abrir mão do fornecimento regular de suprimentos. Essa decisão teria mais tarde outras sérias implicações. Significava abandonar seus aliados tapuias à própria sorte. Além disso, deixava a população do interior desinibida para apoiar a revolta.

Em uma última tentativa de evitar a eclosão da revolta, no dia 17 de junho, o Conselho proclamou uma amnistia geral a exceção das cabeças.

Nas províncias do norte, Paraíba e Rio Grande, a situação ainda era de calma.

Antes que se cumprisse totalmente a ordem de concentração, iniciou-se, em meados de junho, a revolta na região de Ipojuca. Contra esse primeiro levante, partiu o tenente-coronel *Haus*, que em pouco tempo logrou ocupar a vila. Outros focos porém foram surgiendo ao longo dos meses de junho e julho.

No dia 9 de julho, partiu rumo a Salvador uma delegação holandesa com vistas

a saber qual a posição do governo português diante da revolta em Pernambuco. A resposta que ouviram foi a de que Portugal só podia deplorar a conduta dos revoltosos e daqueles que, partindo da Bahia, os estavam apoiando. O governo português no Brasil declarou-se satisfeito com a trégua entre os dois países e garantiu não ter a intenção de quebrá-la.

As forças holandesas continuavam na defensiva, em virtude da escassez de efetivos e da grande quantidade de praças a serem defendidas. Sua única força ofensiva era a coluna comandada pelo coronel *Haus*, mais tarde reforçada pelos cerca de 300 voluntários e índios do capitão *Blaar*. Mas essa coluna, após a reconquista de Ipojuca, foi derrotada, ao atacar os rebeldes pernambucanos entrincheirados no Monte das Tabocas.

Pouco depois chegou ao Recife a notícia de que tropas portuguesas, vindas da Bahia e desembarcadas em Tamandaré, haviam marchado para o norte e capturado Serinhaém. Eram cerca de 1.800 soldados sob o comando de Soares Moreno e Vidal de Negreiros. Ainda assim, o governo português em Salva-

dor tentou sustentar sua inocência. Pagavam na mesma moeda a comédia da invasão de Sergipe e do Maranhão.

Embora numericamente inferior, a marinha holandesa ainda era capaz de grandes proezas. No dia 9 de setembro, *Lichhardt*, com apenas 9 navios, derrotou por completo os 14 navios portugueses ancorados em Tamandaré. Mas, neste momento, a causa holandesa já sofrera outro golpe mortal. O major *Hoogstraten*, comandante holandês do forte do Pontal (ou *Van Der Dussen*) no estratégico Cabo de São Agostinho, entregou a fortaleza aos portugueses em troca de dinheiro e de um posto no exército português. Seus soldados também foram recompensados e a maior parte entrou nas fileiras pernambucanas. Com mais essa derrota terrestre, as tropas que ainda estavam no sul, em Porto Calvo e na região do São Francisco, ficaram isoladas por terra e foram logo dominadas. Os navios enviados para recolher-las chegaram tarde demais. Enquanto isso, a rebelião já alcançara o Rio Grande e a Paraíba, mas sem o mesmo sucesso.

Na região do Recife prosseguiam os esforços de de-

fesa. Várias casas que embraçavam a função dos fortes foram demolidas assim como os jardins e estabulos da magnífica residência de Maurício de Nassau. Com o bloqueio terrestre imposto pelos portugueses, a cidade logo começou a sofrer com a falta de água. Após a sede veio a fome, e com ela a desordem civil e a indisciplina militar. Olinda, mais uma vez, foi abandonada.

Na Holanda, a Companhia das Índias Ocidentais vacilava em utilizar o pouco dinheiro que ainda lhe restava para reverter a crise no Brasil. A freqüente instabilidade da colônia fazia da região um investimento pouco lucrativo. Mas o governo das Províncias Unidas convenceu a empresa a enviar uma grande frota, em troca da ampliação de seus privilégios por mais quinze anos. Para auxiliar a formação da nova expedição, a República desmobilizou parte de seus soldados que foram então contratados pela *Westindische Compagnie*. Constituiu-se uma frota de 52 navios para transportar os mais de 2.000 soldados comandados por *Schkoppe*.

Essa frota, porém, só chegou ao Recife em meados de 1646, após seis me-

ses de uma viagem temperada por naufrágios, motins e incidentes diplomáticos. Sete navios naufragaram durante o trajeto. Os sobreviventes, exaustos e doentes, encontraram uma cidade praticamente perdida, dada à falta de suprimentos. Assim, os novos soldados que deveriam salvar a cidade "em breve tornaram-se fracos, descarnados e pouco hábeis para o ofício militar". A rígida disciplina de *Schkoppe* não foi suficiente para diminuir a fome e a sede de seus homens.

O primeiro objetivo de *Schkoppe* era recuperar os arredores do Recife como meio de suprir a cidade de água potável e alimentos frescos. Porém os ataques diretos contra as linhas pernambucanas não tiveram sucesso. Decidiu então o comandante holandês se valer do poder naval. A primeira tentativa, em fins de outubro, foi na direção do São Francisco, de onde os sitiantes recebiam gado para sua subsistência. Com o controle dessa região, esperava conseguir suprimentos para o Recife e, talvez, obstruir os que se encontravam perto da cidade a correr em auxílio dos seus. Essa ação, portanto, foi um ataque de

diversão para enfraquecer os sitiantes e possibilitar o rompimento do cerco. No entanto, após um sucesso inicial, o plano fracassou.

A ação seguinte foi mais promissora. *Schkoppe* partiu, embarcado, para o sul e ancorou seus navios, durante alguns dias, na região do São Francisco. Esse comportamento, de fato, atraiu muitas tropas pernambucanas e portuguesas, após o que a frota batava levantou âncoras e foi desembarcar de surpresa na ilha de Itaparica, próxima a Salvador. Desse ponto esperava organizar um bloqueio marítimo à Bahia, o que de fato fez com relativo êxito. Enquanto estiveram na ilha, as tropas holandesas foram orientadas a massacrar toda a população local. Mas a ameaça de uma nova esquadra portuguesa obrigou *Schkoppe* a abandonar Itaparica, em fins de 1647.

Em 1648, a Guerra dos Trinta Anos chegou ao fim. Em janeiro daquele ano, a Holanda assinou a paz com a Espanha. Para prevenir-se de uma improvável reconquista de Portugal pela Espanha, os holandeses conseguiram incluir no tratado uma cláusula pela qual a Espanha abria mão dos ter-

ritórios brasileiros ocupados pela Companhia. O mais importante para os Estados Gerais era a perspectiva de, com o fim da guerra europeia, ter as mãos livres contra o Brasil.

Schkoppe estava insatisfeito com a tropa. Eram muitos os doentes. Os mercenários não eram pagos regularmente, a munição não se ajustava bem às armas e estas, por sua vez, não eram sempre de boa qualidade. As deserções cresciam. Moreau, testemunha ocular desses fatos, conta-nos que, em Recife, "cada vez que a guarda era rendida, verificava-se que alguns tinham escapado". Os fugitivos eram estimulados pelo tratamento oferecido pelos brasileiros que permitiam o retorno dos desertores à Europa.

O poder civil em Recife estava então bastante dividido, por disputas internas, reflexo das rivalidades entre os estados que compunham as Províncias Unidas. As linhas brasileiras estavam tão próximas da cidade que a sobrinha do almirante *Lichthardt* foi morta por uma bala de canhão "quando se encontrava num quarto alto, onde fazia tapeçaria". Diante de tantos problemas, o comando holandês concluiu não ser

mais possível esperar. Assim, com a chegada de reforços e suprimentos, em março de 1648, o Supremo Conselho determinou uma ofensiva terrestre, com a finalidade de hostilizar os sitiantes e cortar suas comunicações com a Bahia. Era também desejo de *Schkoppe* recuperar o forte do Cabo, como base para uma futura expansão. Afinal, no dia 18 de abril, uma força de 4.500 homens e cinco peças de artilharia saiu de Recife rumo ao sul.

O avanço holandês foi porém muito lento e cauteloso, permitindo aos brasileiros reunir suas forças e ficar em condições de travar o combate em posição favorável. O local escolhido por estes foi o estreito passo entre os montes Guararapes e o terreno alagado junto ao litoral.

As duas forças se encontraram no dia 19. Nesta, que foi a primeira batalha dos Guararapes, os holandeses foram derrotados, embora tivessem franca superioridade numérica. A Companhia reconheceu a perda de 515 mortos ou capturados, além de 523 feridos. As baixas brasileiras teriam sido em número inferior a 50.

Além do vigor das tropas brasileiras, um dos motivos

deste grande fracasso parece ter sido o desânimo dos mercenários a serviço da Companhia. Os relatórios de Schkoppe e do coronel Van den Branden fazem várias referências à desordem da tropa durante o combate.

Contribuiu, igualmente, para o insucesso a ausência de um comando seguro do lado holandês, uma vez que Schkoppe foi seriamente ferido, logo no início da peleja.

Esse fracasso repetiu-se no ano seguinte, na segunda batalha dos Guararapes, onde os holandeses sofreram 1.043 baixas. Sobre essa batalha o relatório do conselheiro van Goch nos permite compreender o problema tático enfrentado pelos holandeses no Brasil. "Em 1^ª lu-

gar – escreveu o conselheiro – as tropas do inimigo saindo do mato (...) atacavam sem ordem e em completa dispersão e aplicavam-se a romper diferentes quadrados. Em 2^º lugar, as tropas do inimigo são ligeiras e ágeis de natureza, para correrem para diante ou se afastarem, e por causa de sua crueldade inata são também temíveis (...). Nós, pelo contrário, combatemos em batalhões formados como se usa na mãe pátria, e nossos homens indolentes e fracos, nada afeitos à constituição do país; (...). Além disto, as (nossas) peças de artilharia de campanha, não podendo ser apontadas sobre bandos ou grupos dispersos, tornam-se inteiramente inúteis, ou para melhor dizer,

transformaram-se em verdadeiras charruas para o nosso exército, sem contar uma multidão de outros inconvenientes."

Apesar dessas duas grandes derrotas holandesas, que retiraram do invasor todo ânimo ofensivo, a guerra ainda de arrastaria por mais alguns anos até a rendição final, em 26 de janeiro de 1654.

De tudo o que foi visto, volto a lembrar a bravura daqueles primeiros brasileiros e tomo como minhas as palavras do historiador português Carlos Selvagem que, sobre a matéria, concluiu – "quase desajudado da metrópole, que mal podia defender as próprias fronteiras, o Brasil defendera-se e reconstituirá-se por si só".

BIBLIOGRAFIA

NIEUHOF, Joan – Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil, Livraria Itatiaia.

SELVAGEM, Carlos – Portugal militar, Imprensa Nacional (Portugal).

SOUZA JUNIOR, Antonio, Major – Do Recôncavo aos Guararapes, Biblioteca Militar.

COELHO, Duarte de Albuquerque – Memórias Diárias da Guerra do Brasil, Fundação de Cultura Cidade de Recife.

MOREAU, Pierre – História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses, Livraria Itatiaia.

BARLÉU, Gaspar – História dos Feitos Recentes Praticados Durante Oito Anos no Brasil, Livraria Itatiaia.

NEME, Mário – Fórmulas Políticas do Brasil Holandês, Editora Universidade de São Paulo.

DELBRUCK, Hans – The Dawn of Modern Warfare, University of Nebraska Press.

VARNHAGEN, F. – Os Holandeses no Brasil, Livraria Progresso Editora.

PARKER, Geoffrey – The Thirty Year's War, Ed. Routledge.

Documentos Holandeses, Vol. I, MEC.

Cristóforo Arciszewsky, Stanislau Fichlowitz, MEC.

Ciência e Tecnologia (C&T) - O Quinto Campo do Poder¹

Ruy Barbosa Campos*

Neste artigo, o autor defende que a Ciência e Tecnologia deve ser considerada como mais uma expressão do Poder Nacional, a quinta, e não apenas um "fator" na avaliação desse Poder, na medida em que C&T, ela própria, "tem fatores diversos, específicos ou não, que estabelecem a sua própria dinâmica".

Em 1991, foi apresentada, no Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), a monografia "A C&T como um Novo Campo do Poder", de autoria dos coronéis Ruy Barbosa Campos, Roberto Tavares de Araújo e Jorge Henrique Azevedo Dias, propondo uma nova conceituação de poder à Escola Superior de Guerra (ESG), como forma de tornar mais consistente e equilibrada a sua definição, em decorrência dos novos paradigmas adotados por várias nações

nas suas projeções estratégicas e relações multilaterais.

As mais significativas alterações, dos tempos atuais, não se dão na estrutura do corpo humano, mas sim na estrutura das idéias e do conhecimento, proporcionando os mais variados desdobramentos sociais, econômicos, políticos e, de modo notável, na área científico-tecnológica.

Cumpre, nesse contexto, reforçar a recente reavaliação crítica na conceituação do Poder Nacional, realizada pela ESG, como forma de contribuição para um aprimoramento do seu estudo.

O objetivo de modernização na C&T desdobra-se, no campo científico, na idéia de "excelência" e, no cam-

po tecnológico, na idéia de "competitividade". A primeira indica a necessidade de consolidar o esforço de constituição da base científico-tecnológica nacional, perseguindo padrões de qualidade internacional nas atividades de pesquisa. A segunda aponta para o caminho da eficiência produtiva e do estímulo às inovações, única forma de acompanhar a Revolução Tecnológica em curso nos centros mundiais de poder.

Uma proposta de participação do poder em campos que não levasse em conta a C&T pecaria pela falta de nivelamento, por não considerar o campo que, ao longo da segunda metade deste século, tem sido a força motriz que permite transformar o

* Coronel Engenheiro Militar.
Selecionado pelo PADECME.

poder potencial em poder efetivo e proporcionar grande efeito sinérgico nos demais campos.

Os últimos conflitos mundiais têm deixado evidente a grande influência das avançadas tecnologias nas estratégias e táticas militares e a pequena distância entre as fronteiras da Ciéncia e da Tecnologia, que exige um esforço cada vez maior dos países para acompanhar o patamar tecnológico em que já se encontram aqueles mais desenvolvidos.

Este artigo pretende, não somente caracterizar a importância da C&T como campo do Poder Nacional, mas também evidenciar que esta consideração estaria contribuindo para destacá-lo de modo a melhor atender às exigências do planejamento da política nacional, particularmente no caso dos países em desenvolvimento.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Todas as grandes questões que envolvem a matéria e o objeto da Política centram-se, basicamente, no homem e na sua atividade como ser social. Em consequência, envolvem o poder,

o Estado, as instituições, a soberania e o processo de tomada de decisões. Para a compreensão da Política, que é um aspecto da atividade comunitária do ser humano, é condição preliminar que se entenda a gênese do processo político na matriz social, conforme têm entendido vários autores.

A Escola Superior de Guerra apresenta a noção de Poder Nacional, a partir do conceito de *poder*, sendo o seu estudo, hoje, abordado como uma ciéncia – ciéncia do poder, ou *Cratologia*. O Estado passa a ser apreciado como uma forma de *poder*, ou seja, uma das conformações históricas possíveis da sociedade.

A grande fonte do *poder* é o homem que, por sua natureza gregária, deu origem ao *poder grupal* e, estendendo-se ao segmento nação, configurou o Poder Nacional.

Ao Estado cabe captar os interesses difusos da sociedade e orientar e impulsivar o Poder Nacional buscando a satisfação do bem comum.

De um modo mais formal, enfoca-se o *poder* segundo a consideração de três critérios: a vontade, a capacidade e a efetividade. Sen-

do o homem a origem do *poder*, este se manifesta como função da vontade e da capacidade de expressão do próprio homem, bem como da efetividade decorrente dos meios disponíveis e da aferição dos resultados da sua aplicação nos cenários nacional e internacional.

O conceito de Poder Nacional tem evoluído desde 1953, a partir dos estudos efetuados pela ESG sobre a Segurança Nacional, onde tem seus primeiros fundamentos. Sua formulação foi apresentada, à época, pelo general Juarez Távora, da seguinte maneira:

“É a expressão integrada dos meios de toda a ordem de que a Nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo internacional e no âmbito interno, a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais, a despeito de antagonismos existentes.”

Desde então, esse conceito permaneceu, na esséncia, inalterado, até que, recentemente, foi o *poder* redesenhadado com os seus cinco campos: o político, o psicossocial, o econômico, o militar e o científico-tecnológico, sua configuração atual.

Vários estudos internos efetuados na Escola Superior de Guerra e a monografia apresentada na ECEME, em 1991, buscaram considerar, além dos quatro campos tradicionais de manifestação do Poder Nacional, a C&T como um novo campo de sua dimensão. Todos os esforços tiveram como farol as notáveis mudanças ocorridas no poder relativo das nações e a debilidade dos meios e estruturas existentes, no âmbito interno, para transformar o *poder potencial nacional* em *poder efetivo*.

Apesar do longo processo evolutivo por que vem passando o homem, desde os primórdios da sua História, procurando entender, dominar e tirar proveito dos fenômenos naturais para a satisfação das suas necessidades básicas, somente a partir do século XVII é que a metodologia científica permitiu a pesquisa sistemática e ordenada de novos conhecimentos, motivados pela busca de explicações para os fenômenos da natureza. Desde então, a acumulação de conhecimentos experimentou um ritmo espantosamente crescente.

As trajetórias percorridas pela Ciência e pela Tecnolo-

gia ao longo do tempo foram inicialmente distintas, sendo caracterizados vários períodos ou estágios, conforme o autor considerado.

O primeiro marco relevante registrado pela História é a Revolução Industrial, segundo alguns estudiosos iniciada em 1740 e, para outros, em 1780. O período que lhe antecede é caracterizado por pequenas e lentas mudanças dos costumes e dos produtos gerados pela Tecnologia, que se resumia a um acervo de técnicas artesanais, ligadas às maiores necessidades do homem de então: habitação, alimentação, navegação, instrumentos de defesa e produtos artísticos. A Ciência era uma atividade que possuía um fim em si mesma, sem nenhum compromisso com a realidade prática das necessidades dos grupos sociais. O método científico, que tomou forma no século XVII, fez com que aumentasse, substancialmente, o número de estudiosos e pesquisadores interessados pelo avanço da fronteira do conhecimento. O surgimento de várias academias de ciências, em diversos países da Europa, permitiu que, ao final do século XVIII, a Ciência estivesse perfeitamente insti-

tucionalizada como um campo do saber distinto do conhecimento filosófico.

As interações entre a Ciência e a Tecnologia são, até então, ocasionais e espaçadas no tempo, porquanto os processos produtivos para geração de bens e serviços eram pouco dependentes dos avanços da primeira e diretamente apoiados na última. Essa dicotomia pode ser razoavelmente entendida pela modesta difusão do conhecimento científico, pela distinção entre o trabalho intelectual e o de manufatura e pela grande dependência das habilidades pessoais dos trabalhadores nas atividades produtivas. A Revolução Industrial é também considerada, de modo muito apropriado, como a era da Revolução Tecnológica, caracterizada pela predominância do que se convencionou chamar de *tecnologia de base empírica*.

Por mais dois séculos ainda, a interação entre a Tecnologia e a Ciência se mostrou modesta, mas já se procuravam explicar os fenômenos naturais e as descobertas tecnológicas, à luz de modelos matemáticos e experimentações obtidas em laboratórios. Vários eventos importantes ligados aos

campos da Ciência e da Tecnologia podem ser destacados: criação das academias de ciências de Londres, Paris e dos Estados Unidos; invenções da máquina a vapor, da dinamite, do motor a combustão interna, do telefone, da lâmpada, do rádio, do radar, da televisão, do transistor e dos circuitos integrados. Nessa base é que a humanidade contemplou o aparecimento dos grandes inventos da Revolução Industrial. Assim, o invento da máquina a vapor motivou, por intermédio da sua fundamentação científica, o surgimento da Termodinâmica, por Carnot, no início do século XIX.

Em 1879, Thomas Edison, com o invento da lâmpada elétrica, estabeleceu um marco importante para a C&T. No seu laboratório em Menlo Park, New Jersey, EUA, foram criados vários outros inventos a partir do conhecimento científico. Estava caracterizado o surgimento da *era da tecnologia de base científica*. Em 1880, foi construída a primeira usina de energia elétrica, a partir da análise da Lei de Indução, de Faraday. Desde então, tornou-se intensa a relação entre a Ciência e a Tecnologia e cada

vez menor o tempo decorrido entre a descoberta científica (invenção) e o seu uso como tecnologia para a produção de um bem ou um serviço (inovação tecnológica).

O PODER NACIONAL

O mundo real é verdadeiramente complexo para ser estudado em todos os seus aspectos e possibilidades. O uso de modelos, para o entendimento do mundo real, é uma abordagem que busca minimizar tal complexidade, desprezar aqueles fatores supostamente pouco influentes no comportamento do todo, onde se procura representar o mundo real por sistemas que lhe sejam isomórficos.

A *teoria de sistemas* oferece uma valiosa ferramenta para a representação da realidade, através do uso de modelos. A transição do mundo real para o sistema representativo é feita, levando-se em conta algumas hipóteses simplificadoras, onde aquelas variáveis pouco significativas são desprezadas, reduzindo a complexidade do modelo, facilitando a sua análise e o seu estudo, afora a aplicação das propriedades e teoremas in-

rentes aos modelos que permitem a elaboração de valiosas inferências.

O modelo resultante, uma abstração do mundo real, é chamado de *sistema*. Evidentemente, quanto maior o número de variáveis e de condicionantes que interagem no mundo real, mais cuidadosa deve ser a formulação do *sistema* que se propõe a usar como *modelo*.

A grande vantagem inerente a tal estratégia, para estudo de problemas de elevada complexidade, é que a *teoria de sistemas* oferece um consistente rol de técnicas matemáticas que permitem investigar o comportamento dinâmico desses modelos.

A sistemática e ordenada investigação do mundo em que o homem vive tem levado os pesquisadores e, em particular, os estudiosos da Ciência Política à formulação de vários modelos para a explicação racional do mundo.

A ESG, desde a sua fundação até os dias de hoje, mantém-se fiel aos seus princípios, formulados a partir de conceitos científicos, na análise dos problemas brasileiros. A abordagem adotada considera que

toda a ação racional tem como ponto de partida dois elementos básicos: fins a atingir (Objetivos Nacionais) e meios a empregar (Poder Nacional).

A ESG conceitua o Poder Nacional da seguinte forma:

"Poder Nacional é o conjunto integrado dos meios de toda a ordem de que dispõe a nação, acionados pela vontade nacional, para conquistar e manter, interna e externamente, os Objetivos Nacionais."

Os elementos constitutivos básicos do Poder Nacional, segundo esse conceito, são decorrentes de duas forças motrizes do processo de conquista dos Objetivos Nacionais: *a vontade* (força de atuação) e *a capacidade* (força resultante dos meios disponíveis).

Dentre as características do Poder Nacional (PN) – sentido instrumental, caráter de integralidade, âmbito de atuação e relatividade – o caráter de integralidade tem um aspecto altamente significativo para um perfeito entendimento do conceito de PN. A integralidade do Poder Nacional é a aglutinação de todos os recursos disponíveis da nação que, evidentemente, confere ao Poder

Nacional um resultado muito maior do que a simples soma dos seus componentes elementares, porquanto determina a íntima interação de todos os seus elementos constitutivos. Essa característica torna claro o efeito de sinergia resultante da interligação de seus elementos atômicos. O Poder Nacional deve, portanto, ser entendido como a resultante de uma integração de todos os seus componentes e que a sua atuação tem esse sentido global mesmo, quando, em determinadas circunstâncias, possa haver a predominância de qualquer um de seus componentes.

A Ciência Política, por intermédio de seus pesquisadores, tem oferecido várias concepções estruturais para o estudo do Poder Nacional, onde também são variados os termos semânticos utilizados na caracterização de seu arcabouço estrutural, bem como a participação de seus principais elementos estruturais.

A ESG, para fins de estudo do Poder Nacional, adotou recentemente, como categorias analíticas, cinco expressões do Poder Nacional – a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica –

visando, principalmente, a conferir um caráter didático a tal estudo. Dentre as observações apontadas, destacamos:

"uma expressão do Poder Nacional, além de produzir efeitos em sua dimensão própria, pode ocasionar reflexos nas demais expressões;"

"uma expressão do Poder Nacional pode ser constituída de elementos de qualquer outra expressão, embora nela predominem os que lhe são peculiares."

Evidentemente que o estudo analítico do Poder Nacional e a sua abordagem em cinco campos – o político, o econômico, o psicossocial, o militar e o científico e tecnológico – visa, especificamente, a facilitar a sua avaliação sob um enfoque sistêmico e permite dar um tratamento equilibrado e harmônico ao estudo do Poder Nacional, apresentando um tratamento didático mais consentâneo com a atual realidade mundial.

Cronologicamente, as técnicas precediam a Ciência, quando o homem inventava e aperfeiçoava instrumentos que facilitassem sua vida material. Em sua evolução, o homem foi lentamente gerando novas tec-

nologias, com as quais puderdesse dominar o seu "habitat", aumentando, principalmente, a sua sobrevivência. Há pouco mais de cem anos, ele criou a primeira tecnologia de base científica de grande impacto – *a utilização comercial da eletricidade*. A partir de então, o desenvolvimento tecnológico tem experimentado incrementos exponenciais, onde a Ciência é o seu insumo básico e onde as fronteiras do saber tecnológico nunca estiveram tão próximas das fronteiras do conhecimento científico.

O surgimento das tecnologias criadas, a partir do conhecimento científico, deu um impulso incontrolável a ambas as atividades. O acúmulo de conhecimento em C&T, a partir de então, cresceu na mesma razão. Dessa forma, o homem tomou conhecimento de um mundo totalmente novo – passou do transporte em diligências às naves espaciais, dos lampiões a óleo de baleia às centrais nucleares, das armas simples aos mais sofisticados sistemas de armas inteligentes.

As informações em C&T de ponta passaram a

ter seu fluxo controlado e as tecnologias sensíveis (nuclear, química fina, supercomputação e biotecnologia) tornaram-se um produto não mais disponível no mercado internacional. O Japão é o maior exemplo de como a utilização da C&T pode transformar um país carente de espaço e desprovido de matérias-primas em potência econômica mundial.

No Brasil, o setor privado praticamente não tem tradição de investidor em C&T, em função da falta de competitividade no mercado interno, do protecionismo e de pouca participação de produtos com alto valor agregado no mercado internacional.

Aos países do Terceiro Mundo é fundamental para o seu progresso o desenvolvimento de uma C&T autônoma, e portanto uma iniciativa fundamental para a sua soberania nacional.

A Ciência, aliada à Tecnologia, transformou-se num real condão mágico do homem moderno. Tudo o que o homem imaginar parece ser realizável. Daí admitir-se, hoje, a sua forte

conotação estratégica para o desenvolvimento e a segurança nacional.

O estágio em que se encontra a C&T no mundo atual e o acentuado "gap" existente entre o seu desenvolvimento nos centros mundiais de poder e aqueles nos países do Terceiro Mundo sinaliza para estes últimos um grande desafio a ser enfrentado. A afirmação do Brasil como nação emergente e moderna no concerto das demais nações indica a tomada de rumos na direção da competitividade nos mercados internacionais e na abertura da economia do País.

Um fator complicador, que inquieta as empresas e as nações, é a necessidade de um constante aporte de recursos destinados à C&T, em face da permanente ameaça de obsolescência dos países industriais e dos produtos. O conhecimento científico e tecnológico, conquistado num determinado tempo, não pode ser considerado definitivo, suas fronteiras são nitidamente móveis e a evolução da C&T continuamente crescente. A liderança e a competitividade pressupõem um avançar constante e decidido

busca incessante de novas conquistas. No Brasil, o setor privado praticamente não tem tradição de investidor em C&T, em função da falta de competitividade no mercado interno, do protecionismo e de pouca participação de produtos com alto valor agregado no mercado internacional.

A dinâmica dos limites do conhecimento científico e tecnológico conduz as nações e as empresas que o perseguem a uma inexorável concentração de poder – quanto mais veloz é esse avanço menos numerosas são as nações e empresas que logram acompanhar tal evolução.

Outras sortes de transformações fizeram com que a C&T encontrasse mais óbices no seu avançar – o elevado grau de especialização dos cientistas e pesquisadores, a necessidade de grandes equipes interdisciplinares, a dimensão dos recursos humanos, materiais e econômicos e, sobretudo, a necessidade, sempre crescente, de capacidade gerencial para a condução do processo.

Indubitavelmente, a concentração de poder por parte dos países do Primeiro Mundo coincide com a his-

tória de seus desenvolvimentos no campo da C&T.

O campo militar é pródigo em exemplos que confirmam a assertiva anterior. O avanço das tecnologias utilizadas nos artefatos de guerra sempre provocaram grandes desequilíbrios nos campos de batalha. A descoberta das armas de fogo foi, à época, um estágio tecnológico de difícil absorção e, evidentemente, por ter causado um desequilíbrio de forças nos campos de batalha, determinou também uma redução acentuada dos pólos de poder. Mesmo as primeiras armas de fogo, menos elaboradas, traziam adrede conhecimentos científicos e tecnológicos não trivialmente copiáveis.

Evidentemente, os materiais de emprego militar hoje existentes, como aviões invisíveis, submarinos nucleares, blindados com sistemas de navegação inércia, sistemas de guerra eletrônica e os navios de guerra, são fatores que favorecem ainda mais a concentração do poder. Dentre as várias nações que participaram da 2ª Guerra Mundial e que dispunham de elevado desenvolvimento em C&T, como a Alemanha, os EUA, a antiga URSS, a França, a Itá-

lia e o Japão, ao final do conflito, o que se verificou foi concentração ainda maior do poder mundial – *as duas superpotências militares que emergiram daquele conflito.*

O conhecimento tornou-se a principal causa e condição necessária para o domínio do homem sobre a natureza e sobre outros homens. Nunca, como hoje, o poder esteve com quem mais sabe, o que torna grande o impacto do progresso tecnológico sobre a vida do homem no planeta.

Tradicionalmente, a pesquisa militar, em todo o mundo, é grande absorvedora de recursos. Estima-se que, em 1987, o orçamento mundial, somente na área de pesquisa e desenvolvimento, esteve em torno de 200 bilhões de dólares. Levando-se em conta que os investimentos em parte da pesquisa básica e os relativos ao programa espacial são destinados para a área de material de defesa, pode-se concluir que cerca de 40% dos investimentos mundiais são alocados para o setor militar.

CONCLUSÃO

A divisão do poder em campos objetiva facilitar o

seu estudo e, principalmente, permitir metodizar o planejamento com vistas à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais. O mundo que se configura neste final de milênio mostra profundas alterações no quadro de distribuição do poder mundial entre as nações. Tais alterações vêm se processando num ritmo nunca antes experimentado pelo homem. O estudo dessas mudanças evidencia a crescente importância da C&T, a ponto de as nações terem que privilegiá-la como mais um campo do poder, com planejamentos nacionais que, mesmo específicos, imbricam profundamente com aqueles dos outros campos, numa afirmação incontestável do caráter de integralidade do poder.

A ESG, na sua nova proposta de doutrina, caracteriza a C&T como um novo campo do poder. No entendimento do autor, a demora na reformulação da doutrina daquela dourada Escola demonstrou apenas uma postura de prudência na formalização doutrinária de um fenômeno muito recente na evolução da humanidade, a *integração da Ciênc-*

cia e da Tecnologia, isto é, o surgimento da Tecnologia de Base Científica e seus efeitos multiplicadores sobre o Poder Nacional. A doutrina da ESG, constantemente aprimorada ao longo do tempo, na sua conceituação, abrangência e estrutura, hoje reapresenta-se atual, moderna e pronta para modelar o poder neste quase alvorecer do terceiro milênio.

O planejamento nacional tem sido enormemente desacreditado em face dos resultados produzidos até a metade da década de 90, na medida em que as elites brasileiras insistiram em promover o desenvolvimento nacional, após o desastre estratégico da segunda metade dos anos 70, utilizando, sob condições inteiramente distintas, a mesma lógica dos anos 40, 50 e 60.

É como se houvesse estabelecido uma estagnação doutrinária consequente de uma enorme deficiência em perceber a "nova revolução industrial" – fundada na microeletrônica e na informática, frutos de excelência da C&T, que vem se processando nos atuais centros mundiais do poder, nas duas

últimas décadas, derrubou a lógica da economia mundial, baseada na centralização e na massificação, a lógica da produção em série, "fordiana", cuja eficiência relativa independia até do regime político. É o novo paradigma mundial.

O planejamento moderno não pode mais ignorar a nova realidade, o novo paradigma. O nivelamento hierárquico da C&T com os demais campos do poder nacional recupera a credibilidade do modelo sistêmico adotado para estudá-lo, permite estabelecer ações estratégicas de base lógica mais atual, bem como levantar e melhor direcionar, com vistas ao seu fortalecimento, o desenvolvimento nacional.

A avaliação do poder nacional, considerando a C&T como um "fator" e não como mais uma expressão do poder, desnuda um quadro de enorme debilidade que, indubitavelmente, reflete-se nos demais campos. Não há pois, como considerar a C&T como apenas um "fator", na medida em que ela própria tem fatores diversos, específicos ou não, que estabelecem a sua própria dinâmica.

História Militar do Brasil

Luiz Bonfim*

Matéria extraída de palestra proferida, em 25/09/95, no auditório do IGHMB e publicada na Revista desse Instituto nº 81/95, em que o autor procura delimitar os contornos do que seja, a seu ver, a História Militar do Brasil.

A História Militar do Brasil é rica em episódios, e forma, ao lado da História Geral, da História Econômica e da História Social do País, as vigas que sustentam o conhecimento do que somos e muito da explicação do por que o somos. Mas, como em todos os demais países, ela não é a História das suas Forças Armadas.

O Brasil, como as demais nações das Américas, teve seu início como colônia de um país europeu e, por mais que tenham sido numerosos os episódios que mostraram que, desde cedo, já existia

um espírito de nacionalidade, não se pode dizer que havia uma nação.

Por sua vez, a atividade militar, qualquer que seja a sua forma, depende da existência de uma indústria capaz de lhe fornecer os meios para suas necessidades, inclusive os financeiros. Tem que existir quem produza suas armas, equipamentos e suprimentos, assim como quem gere riquezas de onde se possam extrair os meios financeiros para sustentá-las.

Mais importante, todavia, do que a existência dos meios materiais é a disponibilidade do recurso humano que vai exercer a atividade. Esse recurso tem que ser adequado ao exercício dela, em termos tanto de formação física e eugênica, como de escola-

ridade, que precisa ser apropriada à atividade, tal como ela deva ser exercida a uma determinada época. E toda a formação desse recurso humano precede e se processa fora da atividade militar.

A população e a indústria de uma nação formam, assim, a base para a sua atividade militar, a qual deverá ser exercida por suas Forças Armadas, que terão que buscar, na formação militar e no civismo, o terceiro e indispensável ponto de apoio para a sua realização.

Inicialmente, temos que formular uma breve cronologia do desenvolvimento do Brasil e, consequentemente, da sua História Militar:

- 1500 a 1531 – não há, por assim dizer, História

* Professor, Presidente da Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFE).

Militar no Brasil. Tudo o que há são incursões predatórias e algumas excursões exploratórias.

- 1531 a 1580 – anos do reinado de Portugal, com somente ações militares restritas. Durante todo esse período não havia tropas regulares da Coroa Portuguesa no Brasil. As ações de maior monta, como a ocupação do Rio de Janeiro, foram realizadas por tropas dos Governadores Gerais ou dos Capitães Mores. Aparecem, então, as tropas de milícias, como as vindas de São Paulo e São Vicente, em auxílio a Mem de Sá.

- 1580 a 1641 – Portugal e Espanha sob um único rei. Foi nesse período que, em 1625, em razão da tentativa de invasão holandesa no ano anterior, chegaram as primeiras tropas regulares da Coroa Portuguesa.

- 1641 a 1720 – Governadores Gerais. Nesse período, de 1641 a 1654, o Brasil dá a sua primeira manifestação clara de sentimento nacional, na sublevação contra o domínio holandês.

- 1720 a 1815 – Vice-Reinado.

- 1815 a 1822 – Reino Unido.

- Todo o período do Império pode, e deve, ser con-

siderado em dois subperíodos: 1822 a 1864 – pré-Guerra do Paraguai; e 1864 a 1889 – pós-Guerra do Paraguai.

- O período da República comprehende, pelo menos, quatro subperíodos, a saber: 1889 a 1930 – 1ª República; 1930 a 1945 – Ditadura Vargas (Estado Novo 1937-1945); 1945 a 1957 – período pré-industrial; e 1957... – período atual.

A industrialização, no Brasil, teve uma manifestação tópica, inteiramente localizada em São Paulo por ocasião da Revolução de 1932. Não obstante, somente depois de Volta Redonda pôde o País pensar em produzir equipamentos e, em 1957, é que começa a efetiva industrialização. Mas, apenas no decorrer dos anos 60, é que as Forças Armadas Brasileiras começam a dispor de seus implementos básicos, de suas "ferramentas de trabalho", produzidas pelo esforço da Imbel, da Engesa, da Embraer ou de empresas privadas. O soldado brasileiro podia enfim pensar em entrar em combate com armamento e equipamento brasileiro, e era a primeira vez que isso acontecia.

A mais antiga das Forças Armadas do Brasil é a Ma-

rinha e esta, no período colonial e do Vice-Reinado, era mais uma força de proteção aos comboios que transportavam ouro, pedras preciosas e açúcar do que uma força de proteção à nação brasileira, considerando que a condição de vice-rei no lhe devesse dar o *status de Nação*.

O maior fator a considerar é que, durante todo esse espaço de tempo, condições inerentes aos navios da época não lhes permitiam subir a costa brasileira ao norte do atual Rio Grande do Norte. Os sistemas de ventos e de correntes marítimas eram contrários a essa rota e os barcos não tinham capacidade de velejar em oposição a tais fatores, o que só vai acontecer em torno de 1840, com o sistema de velame dos *clippers*. Em resumo, a Marinha Brasileira, se existisse, não poderia atuar ao norte do paralelo de 5 graus Sul, exceto com extrema dificuldade e perda de tempo. Foi essa, aliás, uma das razões preponderantes da criação de dois Governos em separado: um para o Norte e o outro para o Sul.

Uma força terrestre que pudesse ser chamada de Exército Brasileiro nunca existiu no período colonial

e, mesmo, no de Vice-Rei ou, sequer, de Reino Unido. O Rei D. João VI, do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, tomou todas as precauções para que tal fato não ocorresse. Trouxe uma tropa bem equipada de soldados regulares portugueses e de tropas estrangeiras que, em seu conjunto, sempre tiveram supremacia sobre qualquer contingente de tropas brasileiras por aí existentes. Era ele, primordialmente, Rei de Portugal, muito embora o Reino Unido do Brasil proporcionasse mais de 90% de todo o Produto Interno Bruto do conjunto dos três Reinos.

A rejeição à existência de um exército nacional brasileiro pode ser ilustrado por dois fatos abaixo comentados:

- No período colonial, desde 1625, o enclave de escravos negros fugidos em Palmares tinha existência e se apresentava como um problema. Finda a campanha contra o holandês, preferiu-se enfrentar os percalços das lutas com esse reduto a levar as tropas que haviam vencido os holandeses para acabar com o reduto negro. Deixa-se passar mais de 40 anos até atribuir essa

missão a uma milícia bandeirante.

- No período pré-Guerra do Paraguai, sabia-se que a fronteira mais crítica do Brasil sempre foi a do Sul. No período de 1835 a 1845, essa criticidade era das mais evidentes com os constantes conflitos com a Argentina e o Uruguai, para não falar no Paraguai, que já se fazia sentir como ameaça. No entanto, deixou-se que a luta com

uso de milícias em vez de tropas regulares.

O uso de milícias tinha, é bem verdade, um fator enorme a seu favor, que era o custo operacional muito menor, tanto no seu preparo como na sua própria atuação. Dessa forma foram elas, primordialmente, as dos bandeirantes, a principal força militar de toda a História do Brasil Colônia. O bandeirante não somente se equipava sem qualquer ônus para a Coroa como ia combater sem exigir nada mais do que os espolios de guerra como pagamento.

O uso de milícias como força de luta, principalmente contra os índios, é um procedimento padrão em todas as Américas. Mesmo na América do Norte, onde a penetração no interior foi tardia e não houve maiores movimentos de escravização do indígena. Ainda assim, todos os líderes norte-americanos da Guerra da Independência, a começar por George Washington, tinham experiência e postos de oficiais nas milícias existentes. Até Abraham Lincoln, todos os presidentes dos Estados Unidos tiveram postos e

Uma força terrestre que pudesse ser chamada de Exército Brasileiro nunca existiu no período colonial e, mesmo, no de Vice-Rei ou, sequer, de Reino Unido.

os Farrapos ameaçasse essa fronteira, com evidente risco de perda de um território que se estendia do Rio Grande do Sul até parte, se não o todo, do que é o estado de Santa Catarina, quando era evidente que uma força central maior e mais coordenada evitaria tal risco.

Todos esses fatos mostram a tendência de se criar, no Brasil, desde os tempos de Colônia, a tradição do

atuação em guerras contra os índios como oficiais nas milícias, e Andrew Jackson fez a sua fama ao conduzir milícias contra os ingleses, na Batalha de New Orleans (1812). Durante a própria Guerra de Secessão, contemporânea da Guerra do Paraguai, ambos os lados usaram milícias e, em pleno fim do século XIX, na guerra contra a Espanha, o Presidente Theodore Roosevelt criou um corpo que era, basicamente, uma milícia para ir combater, embora dentro do Exército norte-americano, os *Rough Riders*.

Tudo o que aqui vai dito tem por fim mostrar que a utilização de milícias é um processo usual em todos os países e, sem dúvida, parte de sua História Militar. Já em épocas contemporâneas, temos ciência de que milícias foram usadas pelos ingleses na África, tanto na Primeira Guerra Mundial como, nos anos 60, contra os rebeldes Mau-Mau.

Com esse respaldo, temos que encarar, sem resquícios de qualquer reserva, o fato de que a História Militar do Brasil foi enormemente marcada pelo uso militar das milícias, em uma proporção que interferiu na forma pela qual foi encara-

da a formação de suas Forças Armadas.

Antes de atendermos a qualquer protesto, seria melhor atentar para o fato de que, já na República, na sua primeira série ameaça, qual fosse a Revolução Federalista no Sul, se vai buscar o asilo de uma milícia, comandada por quem seria o Senador Pinheiro Machado, para combater e derrotar a milícia de Gumercindo Saraiva.

Todos os fatores que levaram a essa posição ficaram ainda mais fortalecidos pela política de colonização portuguesa, onde nenhum esforço, por mínimo que fosse, foi feito no sentido de criar um sistema de ensino no Brasil. O único que chegou a marcar presença foi o criado pelos padres, em especial os jesuítas, e a segunda metade do século XVIII foi dedicada a destruir esse sistema, junto com o restante da obra jesuíta. Não havendo qualquer sistema de instrução, não haveria de onde emanar um grupo capaz de liderar qualquer unidade militar mais estruturada do que uma milícia e seu sistema de combater.

Ao se ver como uma nação independente, as únicas forças armadas do Brasil eram as que, por assim di-

zer, herdava de Portugal, incluindo tropas estrangeiras que foram um espinho encravado difícil de ser extraído por mais de uma década. A guerra contra o Uruguai estendeu-se até 1828. D. Pedro I abdicou, tornou-se D. Pedro IV de Portugal e o problema continuou. Em 1835, tivemos Labatut, que ajudara na libertação da Bahia, ainda em comando de unidades contra os Farrapos.

Durante os primeiros 30 anos do Império, a norma foi contratar tropas estrangeiras para combater pelo Brasil, em especial nas armas de Artilharia e Engenharia, que demandavam um comando mais complexo. As últimas contratadas vieram em 1851, para combater Rosas.

Nesse período, começava a surgir a figura que marcou, de uma vez por todas, a formação do Exército Brasileiro e que ficou para sempre conhecido como Duque de Caxias. Foi um cabo da guerra que marcou toda a sua atuação direcionada mais pela paz que conseguiu do que pelas vitórias militares que alcançou. Todas as suas ações, mesmo as de caráter nitidamente militar, foram no sentido de obter paz mais do que a vitória, que foi marcante, em se tra-

tando de lutas dentro de uma mesma nação. O título de Pacificador não lhe foi dado em vão. Mas, olhando do ponto de vista de uma guerra externa, onde a vitória e o aniquilamento do inimigo são os objetivos primordiais, seu procedimento pode até ser difícil de entender, a menos que lembremos, a cada instante, que seu objetivo primeiro era manter unida e pacificada uma nação que começava a existir.

Temos então duas configurações diferentes a atuar na formação dos fatos que fariam a História Militar da nação brasileira, quais sejam: o conjunto de circunstâncias que levou o País ao uso constante de milícias e um ideário de buscar a paz e a harmonia ao final de cada campanha.

Não há dúvida de que tal conjunto de fatores foi importante para levar um dos historiadores que mais conhece o Brasil e os brasileiros, Sérgio Buarque de Holanda, a dizer que o brasileiro é um "homem cordial". Provavelmente, dentro do enfoque que usa, esteja certo, mas faz tábua rasa do fato, negável e evidente, de que qualquer povo que conquiste e mantenha um território da grandeza do da Europa

não pode ser exatamente "cordial". O *Dicionário das Batalhas Brasileiras*, de Hernani Donato, relaciona mais de 4 mil conflitos, entreveros, batalhas maiores e menores, todas elas fazendo parte da nossa História Militar. São mais de oito conflitos por ano em todos os 500 anos de nossa História.

Podemos nos orgulhar, como brasileiros, de não termos a violência do americano ou a belicosidade do alemão, mas, ao maior território em que se fala uma única língua e pertence a um único país, o da Confederação da Rússia, segue-se o do Brasil. Os Estados Unidos da América são maiores do que o Brasil, mas a maior parte de seu território, oriunda da compra da Luisiana e do Alasca, foi obtida por uma transação quase que imobiliária, a aquisição de terras por dinheiro. Com as devidas desculpas a outros que pensem diferente, cada centímetro quadrado do Brasil foi conquistado, mesmo aqueles que depois tiveram sua posse legitimada por arbitramento ou decisão de cortes estrangeiras. E todo esse território que o Brasil conquistou tem que ser olhado também sob o prisma de que foi conquistado por bra-

sileiros, nativos do Brasil, a maioria falando a "língua franca" da época, ou seja o tupi, e tudo isso de tal forma que o Brasil tinha, basicamente, o mesmo território que tem hoje em 1777, praticamente na mesma época em que os Estados Unidos se tornavam independentes, somente com as 13 colônias originais, ocupando menos de um quinto de seu atual território.

Dentro do quadro acima, não é de estranhar que, em todos os conflitos formais com os países limítrofes, o Brasil não pleiteou nem obteve qualquer ganho territorial. Todas as lutas duraram mais de um século. Para a conquista do Rio Grande do Sul, que levaram a fronteira para as margens do Rio Paraguai e Uruguai, foram mais lutas de conquista de terra pelos que as iriam ocupar. Foram uma extensão, quase que natural, da guerra pelas Missões, que começaram pela caça ao escravo índio, depois, de combate ao jesuíta orientador desses índios e, ao fim, na busca de terra onde criar e plantar, quando o caçador de índios se tornou o agricultor sedentário.

Todo esse panorama se enquadraria dentro dos limites

do panorama geral do que foi, e ainda é, a América Latina. Falando Português em vez de Espanhol, há um traço comum a todos, qual seja a sua origem comum de ex-colônia de um país ibérico. Todos vêm de uma colonização espoliativa, todos sofrem da síndrome do parasita e do parasitado igualmente atrofiados, um pela exaustão de ser sugado, outro pela atrofia de viver à custa de outrem.

Essa exaustão leva a uma falta de meios, de riqueza a ser empregada, que vai marcar a América Latina em todos os seus países mais do que qualquer vínculo cultural. Em termos de História Militar, vai criar um entrave difícil de vencer (a falta de meios, desde a falta de indústrias supridoras de material, até a falta de meios financeiros, para não se mencionar as deficiências eugênicas dos recursos humanos) para propiciar a formação de forças armadas compatíveis com as suas necessidades.

O Brasil apresenta uma diferença quase que visceral dos demais países da América Latina. Enquanto estes são resultado de uma fragilização do território original, o Brasil é o resultado de

um esforço, muitas vezes difícil de identificar, ou mesmo de determinar, de manter uma nação única. Com um território quase igual ao restante da América do Sul e uma população próxima ao total das demais nações sul-americanas, o Brasil não sofreu de intrusões lingüísticas e a língua que aqui se fala pode sofrer influências regionais, mas é falado em toda a sua extensão, sem sequer apresentar dialetos.

Dentro dessa formação de ex-colônia de país ibérico, o Brasil conseguiu manter a sua extensão territorial sem significativas divergências, mesmo face às fronteiras longínquas dos grandes centros, mas sofreu as mesmas influências que marcaram os países vizinhos, fossem as do caudilhismo, fator não totalmente separado da constante utilização de milícias, fosse uma certa dose, por assim dizer, de aversão a um governo central que lembrasse o poder da Metrópole, ou ainda, e certamente um fator preponderante, a fragilidade de formas de governo que não vinham de uma evolução longa bastante para se definirem de modo mais estável.

Não há dúvida de que o fator preponderante não

pode deixar de ser a nação concomitante e intimamente relacionada, tão intimamente relacionada que é impossível dizer qual é a primordial, à pobreza e à falta de educação. Em 1870, Bismarck disse que a vitória sobre a França fora obra do mestre-escola alemão, e muito da fragilidade militar da América do Sul – o que inclui o Brasil – está na falta do que se possa chamar de o mestre-escola, do sistema escolar, e da pobreza que acompanha esse fato. Os índices de rejeição, a cada ano, dos candidatos ao Serviço Militar nos dão a perfeita idéia do que estamos a mencionar.

Não há grandes dúvidas de que o Exército Brasileiro tem suas origens, tal como a Marinha Brasileira, no período colonial mas, da mesma forma, que a maturidade dessas forças armadas e, mesmo, o seu sentido e papel histórico só vem a ocorrer depois da Guerra do Paraguai e em função do que essa guerra representou, a começar pelo fato de que a sua duração e suas dimensões a levaram a ser, pela primeira vez, uma guerra que envolvia toda a nação brasileira e que nela, também pela primeira vez, não

ocorria a utilização de tropas estrangeiras.

Todas as dificuldades que vieram da formação colonial, em que o governo central era associado ao estrangeiro e a uma espoliação, determinaram uma população e, consequentemente, uma sociedade como expressão dessa população civicamente fracas. Dentro desse quadro, as Forças Armadas, visceralmente mais fortes pela sua coesão, devido à formação militar e ao civismo, que têm que lhes ser inerentes, foram levadas a assumir ações de caráter político que normalmente lhes seriam vedadas.

Não nos cabe aqui discutir ou sequer nomear essas ações. Todos estamos cientes e conscientes de que elas ocorreram e o fato menos discutido e menos a se discutir não deve ser o porquê de terem as Forças Armadas se manifestado, mas do porquê as forças civis, representantes responsáveis pelas mudanças na ordem civil e governamental, não terem tomado a iniciativa, a ponto de muitos movimentos, entre eles a Proclamação da República, terem passado a ser olhados como resultante de uma ação militar.

O problema que aqui levantamos o fazemos tão-somente porque muitos desses movimentos, de manifestação de militares na política, são apresentados como parte da História Militar do Brasil quando, em muitos deles, nem sequer aconteceu qualquer ação militar de muito suficiente para os levar para a História Militar do Brasil propriamente dita.

Por outro lado, a falta de estudo do que verdadeiramente é nossa História Militar tem deixado no desconhecimento muitos fatos que essa História Militar tornou um pouco mais evidentes. É dessa maneira que, ao se estudar a História Militar da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, fica mais evidente a enorme segregação que havia entre as diversas regiões do Brasil, fosse por falta de transporte, fosse por falta de comunicações, e não se passar mais de 20 anos para que se estabeleça no Brasil um sistema viário e de comunicações próximo do necessário, em um governo dito militar talvez por ter maior sentimento dessa necessidade.

Todo o estudo da História nacional sempre foi pequeno, sempre foi mal orientado, em função de inter-

esses momentâneos do governo que ocupava o poder. Mas esse fato não era o pior, já que o que mais entrava, e ainda entrava esse estudo é a falta de documentação e a falta de pesquisa. A História Militar não subsiste sozinha, da mesma forma que a História Geral, a História Social e a História Econômica de uma nação. Todas elas formam uma série de conhecimentos superpostos, onde o pleno conhecimento de um fator, ou de um fato próprio de um deles, só faz pleno sentido quando complementado pelo conhecimento de suas implicações em outra das Histórias. Dessa forma, o estudo da História Militar ficou preso ao estudo da História Geral do Brasil e muitos dos livros e trabalhos sobre essa última ficaram por demais presos a temas que não são próprios da História Militar, mas que recebem prioridade, a fim de que seja conhecido o que se desenrolou naquele período e a o que se deseja dar maior ênfase.

O fato militar das condições dos homens que iriam ser soldados ficou evidente na Guerra do Paraguai, junto com a falta de uma rede de estradas. Tal fato vai tor-

nar a aparecer na Campanha de Canudos. Torna a surgir no fato de que nenhum combate mais importante foi feito a mais de 20 km da estrada de ferro, na Revolução de São Paulo, e tem uma ramificação na falta de motoristas e mecânicos para a Força Expedicionária.

Não é que a História Militar seja a mais importante.

A História Militar do Brasil evidencia, pela premência da necessidade militar, o que somos e o que temos, mas temos que ir à História Social, à História Econômica e à História Geral para sabermos por que o somos e por que o temos.

A História Militar nem deveria existir se a humanidade não fosse o que ela é.

Mas, sendo a humanidade o que é, temos que ir à História Militar para evitarmos o pior. Se dizem que os militares estão preparados só para ganhar a guerra passada, temos que estudar a História Militar para nos preparamos melhor para a guerra futura ou para futura "força de paz" que tenhamos que vir a integrar.

Estes foram os
números editados
em 1998



**Faça agora o seu pedido
de assinatura e receba
em seu endereço os quatro
números anuais da Revista
A Defesa Nacional
para 1997**

1 9 9 7

Valor da Assinatura Anual: R\$ 15,00

Prenda um cheque no valor da assinatura anual em favor da BIBLIOTECA DO EXÉRCITO, constando no verso do mesmo seu endereço.

NOME _____

MILITAR

Ativo
 Reserva

Organização Militar (OM)

CIVIL
Policiais

ENDEREÇO

CIDADE _____

UF _____

PAÍS _____

CEP _____

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias - Praça Duque de Caxias, 25 - Av. Marechal Deodoro - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20221-250
Ligação gratuita do topo à Brasília 10000 - 03.0365
Telefone: (021) 5.3.5569 - E-mail: bdex@bde.mil.br

O Moral: Multiplicador (ou Divisor) de Força

Gil Cordeiro Dias Ferreira¹

Apreciação de artigo publicado na revista "Ejército", do Exército espanhol (edição 636, ano LIII, janeiro, 1993) intitulado "Estudo do Moral como Multiplicador de Força"

"A arte bética está subordinada a cinco fatores constantes (...). São eles: o Moral, o Céu, a Terra, o Comandante e o Método e Disciplina. O moral faz com que o povo se integre com seu dirigente, a ponto de o acompanhar a despeito de suas vidas, sem receio de qualquer perigo." (Sun-Tzu, A Arte da Guerra, 500 a.C.)

A revista "Ejército", do Exército espanhol (edição 636, ano LIII, janeiro/93), publicou interessante artigo, de autoria do coronel de cavalaria Juan Manuel Garcia Montaño, intitulado "Estudo do Moral como Multiplicador de Força".

Sobre esse trabalho, recordamos que, também em 1993, tivemos a oportunidade de traduzi-lo e, observados os requisitos impostos

pela revista para reprodução de suas matérias, divulgamo-lo aos Comandos de Forças de Fuzileiros Navais, dentro de um programa de disseminação da chamada "Cultura Militar".

Desta vez, não o traduziremos, mas simplesmente o apreciaremos, mantendo, em prol da fidelidade às idéias do autor, a estrutura original de seus tópicos. As figuras também foram extraídas do artigo e, aqui, sim, tiveram suas legendas traduzidas.

A "REGRA DE TRÊS POR UM"

O autor inicia seu trabalho recordando que, dada a ocorrência de um Problema Militar com Oposição, o Processo de Planejamento Militar (PPM), e, não havendo oposição, o Estudo de Estado-Maior (EEM).

rem cumpridos pelo Estado-Maior (EM) é a comparação de poderes combatentes, levando em conta se a Força em questão se encontra atacando ou defendendo.

Tradicional e academicamente, com base em estudos conduzidos a partir de meados do século XIX, considera-se que, para se obter sucesso em um ataque (terrestre), a superioridade mínima deve ter a proporção de três para um; já para o defensor conseguir deter um ataque, sua Força deverá ter um efetivo de no mínimo "dois terços" do do atacante. Em termos práticos, dois pelotões barrariam o ataque de uma companhia (que tem três pelotões), e, por outro lado, um batalhão (que tem três companhias) constituiria

¹ Capitão-de-Mar-e-Guerra Fuzileiro Naval.

² De acordo com os ensinamentos ministrados no Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval (C-CEM/EGN), utiliza-se, para resolução de um Problema Militar com Oposição, o Processo de Planejamento Militar (PPM), e, não havendo oposição, o Estudo de Estado-Maior (EEM).

Força adequada para sobrepujar posição guarnecida por uma *companhia*.

Evidentemente, tais "fórmulas" são um tanto empíricas e não têm muito significado na atualidade, em face dos fantásticos avanços tecnológicos da arte bélica, que tanta complexidade têm trazido aos campos-de-batalha. Todavia, são bastante utilizadas em escolas militares e centros de jogos de guerra, para facilitar a montagem de simulações de combate de natureza didática.

A esse respeito, o artigo menciona um curioso episódio: durante a Guerra Civil norte-americana, o general *Halleck*, do norte, contava com 90.000 combatentes, e devia enfrentar o general *Lee*, sulista, que dispunha de 60.000. *Abraham Lincoln*,

analisando esses números, à luz da "regra de três por um", teria sugerido a *Halleck* que, ao invés de atacar *Lee* – já que a superioridade seria de apenas 1,5:1 – esperasse que o sulista o atacasse com seus 60.000 homens, que, teoricamente, poderiam ser detidos com 40.000 efetivos (2/3) de *Halleck*, o qual, desta maneira, ainda disporia de outros 50.000 militares, para serem empregados em outras tarefas...

De qualquer forma, a História nos traz exemplos variados de combates em que os vencedores não dispunham da superioridade numérica mencionada, como ocorreu na guerra das *Malvinas/Falklands* e nos conflitos árabe-israelenses.

A principal falha dessa formulação puramente nu-

mérica seria o fato de não levar em conta outras *variáveis* intervenientes em um problema militar – algumas governadas pelo acaso, outras controláveis. E foi *Clausewitz* quem, atentando para esse aspecto, criou a chamada "Lei dos Números", segundo a qual, o *Poder de Combate* (PC) de cada oponente seria dado pela fórmula $PC = N \times V \times Q$ (ver Fig. 1), onde: N = efetivo (nº de combatentes); V = circunstâncias variáveis que afetam a Força, em combate; e Q = qualidade da tropa.

MULTIPLICADORES E CORRELAÇÃO DE FORÇAS

De acordo com a literatura militar, particularmente a norte-americana, os "fatores" V e Q têm sido conhecidos como "multiplicadores de força". Dentre eles estariam a *Liderança*,³ o *Terreno*, as *Condições Meteorológicas*, a *Surpresa*, o *Grau de Adestramento* e o *Moral*.

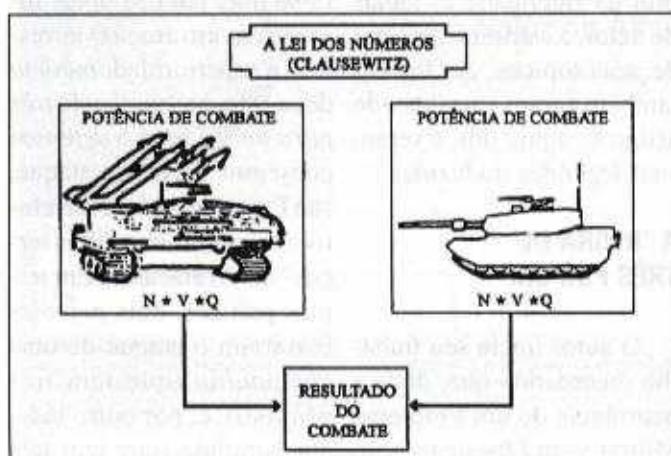


Fig. 1 – A "Lei dos Números", de Clausewitz

³ O termo originalmente utilizado pelo autor foi "mando", que tanto pode ser compreendido como "comando" (tipo ou qualidade), "personalidade do comandante" ou "liderança"; esta, pelo teor do texto, é a que aparentemente melhor se adapta, embora exista, em espanhol, a palavra "liderazgo", empregada em outro tópico.

Os soviéticos, ao realizarem comparações de poderes combatentes, denominam-nas de "correlação de forças e meios", aplicam-na aos níveis *estratégico, operacional e tático* da guerra, constroem um *modelo matemático* com base nos dados obtidos sobre as Forças oponentes, e, assim, procuram definir sua manobra de forma a manterem, em qualquer situação, uma posição de vantagem na "correlação de forças".

O autor, tendo analisado os pensamentos norte-americano e soviético nesse campo, conclui que ambos fazem eco às idéias de Clausewitz, concordando com a importância dada pelo estrategista alemão às "circunstâncias variáveis" e à "qualidade das tropas", como *multiplicadores de força*, que poderiam ser resumidos em: *fatores ambientais; fatores operacionais; e fatores de comportamento*.

UMA TEORIA PARA O COMBATE

Um pensador norte-americano é citado no artigo: o coronel (do Exército) T. N. Dupuy, que, apoiando-se também em Clausewitz, acre-

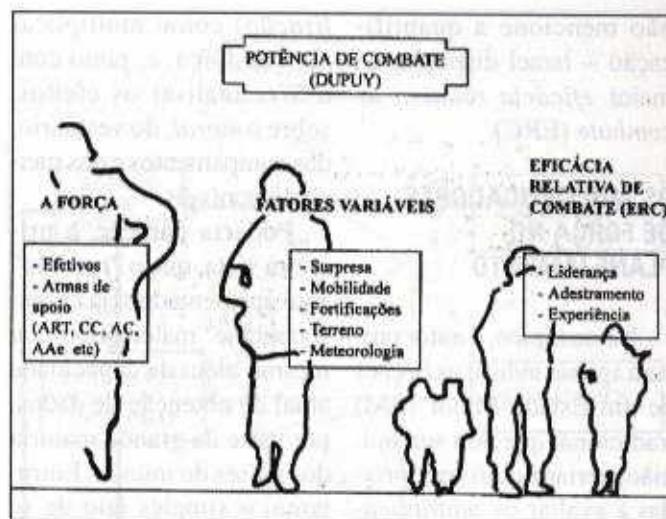


Fig. 2 – A potência de combate, segundo Dupuy

dita que o *poder de combate* (ou *potência de combate*) seja dado pela "fórmula" $PC = F \times V \times ERC$ (ver Fig. 2), onde F = efetivo da força, adicionado ao poder de fogo de suas armas (*Infantaria, Artilharia, Carros de Combate, Armas Anticarro e Antiáreas e Apoio Aéreo*); V = fatores variáveis (*Surpresa, Mobilidade, Vulnerabilidades, Terreno, Condições Meteorológicas, "Atitude"* [ofensiva ou defensiva] e *Fortificações de Campanha*); e ERC = *Eficácia Relativa de Combate* (Valores intangíveis – *Liderança, Grau de Adestramento, Experiência e Moral*, dentre outros).

Um exemplo é apresentado, o do combate de 6 de

outubro de 1973, entre Israel e Egito, resumido nos dados seguintes, em que foram eliminados os cálculos intermediários, deixando-se apenas o cômputo final dos *poderes de combate*: Efetivos e Armas de Apoio, Egito 3: 1 Israel; Terreno, Israel 1,13: 1 Egito; Fortificações de Campanha, Israel 1,55: 1 Egito; Surpresa, Egito 2,5: 1 Israel; Cômputo Final, Egito 2,32: 1 Israel.

O ponto a ressaltar é que, caso se considerassem apenas os *efetivos*, a proporção seria de *Egito 6,5: 1 Israel* (29.490 contra 4.455 homens). Entretanto, ao se adicionarem os outros fatores, a correlação de forças caiu para 2,32: 1, particularmente porque – embora o artigo

não mencione a quantificação – Israel dispunha de maior eficácia relativa de combate (ERC).

OS MULTIPLICADORES DE FORÇA NO PLANEJAMENTO

Nesse tópico, o autor procura apenas indicar as Seções de um Estado-Maior (EM) tradicional que, em sua opinião, seriam mais apropriadas a avaliar os multiplicadores de força, durante o *Processo de Planejamento Militar* (PPM):

- ao "binômio" *Informações/Operações* (S/2 – S/3) incumbiria estudar os fatos ambientais (terreno, condições meteorológicas) e operativos ("atitude", fortificações de campanha, mobilidade, vulnerabilidades, superioridade aérea, surpresa, grau de fadiga da tropa e dos equipamentos, sofisticação das armas etc.);

• à *Seção de Pessoal* (S/1) caberia estudar a eficácia relativa de combate, englobando liderança, grau de adestramento, experiência, valores individuais dos combatentes, moral etc.

• à *Seção de Logística* (S/4) seriam atribuídas as tarefas de: estudar a capacidade logística (ou de mobi-

lização) como multiplicadora de força; e, junto com o S/1, analisar os efeitos, sobre o moral, do vestuário, dos equipamentos e dos meios disponíveis.

Poderia parecer, à primeira vista, que o "modelo" aqui apresentado seja excessivamente "matemático", ou mesmo além da capacidade atual de obtenção de dados, por parte da grande maioria dos países do mundo. Entretanto, o simples fato de se considerar todos esses fatos, ao longo do PPM, ainda que a "quantificação" da comparação de poderes combatentes acabe se reduzindo ao binômio "maior/menor", poderá contribuir para o aumento de nossas possibilidades de êxito, já que, como em outros aspectos do combate, ou utilizamos nossos multiplicadores, para aumentar nosso *poder de combate*, ou sofreremos os efeitos dos multiplicadores do inimigo.

O MORAL COMO MULTIPLICADOR DE FORÇA

Nesse ponto, o autor questiona: poder-se-á chegar a uma "quantificação" da eficácia relativa de combate (ERC), ou da qualida-

de da Força? E responde, aduzindo à idéia de que o que se pode fazer é analisar combates reais já ocorridos ao longo da História, e verificar, *a posteriori*, as características das Forças que se enfrentavam, de forma a inferir os "níveis" de ERC de cada uma, e em que *termos concretos* eram eles expressos.

O exemplo apresentado no artigo é o da 88ª *Divisão de Infantaria*, do Exército dos EUA, durante a Segunda Guerra Mundial. Essa Força, sob o comando do general *Sloan*, teria manifestado um alto grau de ERC, atribuído, em boa parte, à personalidade do comandante, vale dizer, ao fator liderança. Pesquisando relatos da época, o autor verificou que a quase totalidade dos oficiais dessa Divisão apresentava os seguintes traços de personalidade: agressividade; atenção a detalhes; disciplina rigorosa; capacidade de motivar seus subordinados por meio de expressão oral; presença pessoal na linha de contato; preocupação em manter seus subordinados permanentemente supridos de tudo que lhes fosse necessário; verificação permanente do cumprimento de ordens; observância

rigorosa da correção de uniformes e das regras e costumes da cortesia militar, das honras, continências e sinais de respeito; substituição imediata de subordinados incapacitados para o combate, por quaisquer motivos; manutenção de relacionamento harmonioso entre as unidades, subunidades e frações; e clareza e precisão na atribuição de tarefas.

O general *Sloan* mantinha sua Divisão em adestramento, quando não estava em combate, e obrigava todos a manterem excelente apresentação pessoal e apuro nos uniformes. O resultado, segundo os autores consultados, foi que a atuação em combate, da 88ª DI, foi bastante superior à de outras Forças congêneres.

MANEIRA DE REALIZAR A ANÁLISE

Nesse último tópico, o autor aponta uma seqüência de três passos para o S/I realizar a análise da qualidade da tropa, ou do moral da mesma (ver Fig. n.º 3): *Estudo de Situação; Detecção e Valoração de Problemas; e Proposta de Medidas e Normas de Conduta.*

No Estudo de Situação,
o S/I deverá enfocar alguns

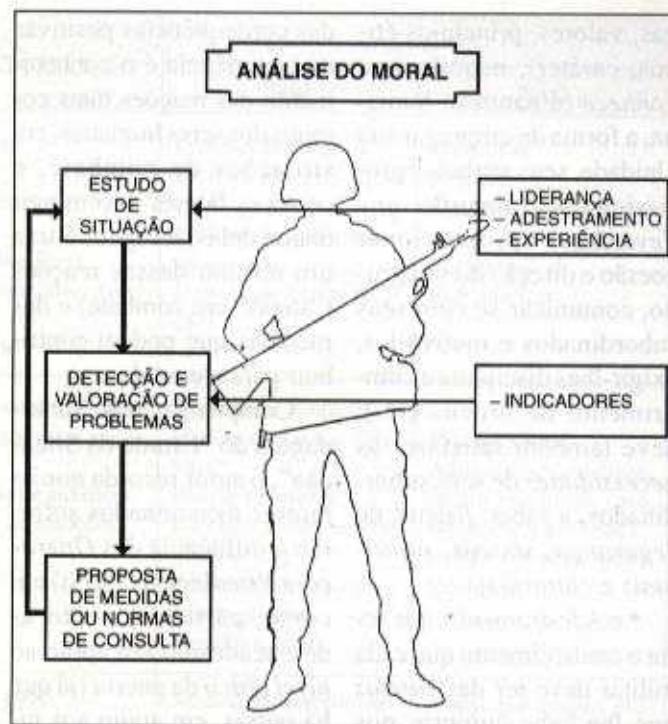


Fig. 3 – Sequência de passos para a análise da Moral

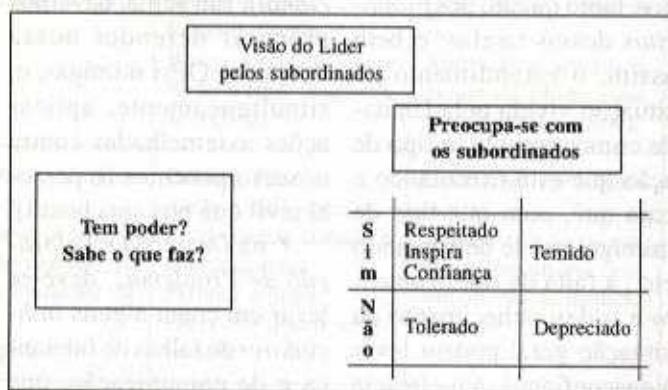


Fig. 4 – Como os subordinados vêem o líder.

fatores, dentre os quais poder-se-ia citar:

• a *Liderança* (ver Fig. nº 4), que seria “a forma como um militar – de qualquer

posto ou graduação – influencia os demais, para o cumprimento de uma missão”; o líder deve concentrar-se: naquilo que ele é (suas cren-

ças, valores, princípios éticos, caráter), naquilo *que conhece* (a natureza humana, a forma de empregar sua Unidade, seus atributos profissionais) e naquilo *que deve fazer* (proporcionar coesão e direção do seu grupo, comunicar-se com seus subordinados e motivá-los, exigir-lhes disciplina e cumprimento de ordens etc.); deve também satisfazer as *necessidades* de seus subordinados, a saber: *físicas, de segurança, sociais, espirituais e culturais*;

- o *Adestramento*, que seria o conhecimento que cada militar deve ter das *tarefas* que lhe cabe cumprir, nos momentos e locais adequados, tanto quanto dos *propósitos* dessas tarefas; e bem assim, o entendimento da situação vivida pela Unidade como um todo, o tipo de ação que está executando e para quê, com que tipo de inimigo está se defrontando etc.; a falta de *adestramento* e o desconhecimento da situação geral podem levar à desconfiança, à ineficácia e ao pânico; e

- a *Experiência*, ou seja, se a Unidade como um todo, ou pelo menos alguns de seus integrantes, já passaram por situações de perigo como a que vai ser enfrentada; uma

das consequências positivas da experiência é o conhecimento das reações mais comuns dos seres humanos, em situações de combate, e como os líderes devem agir diante delas; a Fig. nº 5 traz um resumo dessas reações ("stress" em combate) e das medidas que podem contribuir para atenuá-las.

Complementando a abordagem do "Estudo da Situação", o autor recorda que os fatores mencionados sofrerão a influência das *Operações Psicológicas* (OPsi) em curso, particularmente as desencadeadas em apoio ao nível tático da guerra (já que há outras, em apoio aos níveis *estratégico* e *operacional*). Em suma, devemos procurar defender nossa Força das OPsi inimigas, e, simultaneamente, aplicar ações assemelhadas contra nossos oponentes (e pessoal civil que nos seja hostil);

- na *Detecção e Valoração de Problemas*, deve-se levar em conta alguns *indicadores* de falhas de liderança e de comunicação, que muito contribuem para que se avalie mais profundamente o *Moral* de nossa Força e;

- por fim, o S/I proporá a adoção de algumas *medidas*, no sentido de amplifi-

car o *Moral* da tropa, de forma a utilizá-lo como *multiplicador de força*. A figura nº 6 traz um resumo dos *indicadores* citados na Detecção e Valoração de Problemas e de algumas *medidas* a serem adotadas pelo Comando da Força, no sentido de corrigir possíveis falhas de comportamento.

CONCLUSÕES

Dividi-las-emos em dois grupos: as do autor do artigo original e as nossas.

DO AUTOR DO ARTIGO

Consideramos que a melhor opção seria transcrever integralmente suas palavras, traduzidas para o Português:

"Como disse Dupuy: Não temos colocado ênfase suficiente no estudo do comportamento humano em combate; mas também de acordo com ele, até a presente data nenhuma arma convencional tem sido tão importante para o êxito no combate quanto as tropas: não deveremos nos sentir decepcionados se não fômos capazes de operacionalizar efetivamente os elementos qualitativos de combate, bem como de quantificá-los com índices.

TIPOS DE REAÇÃO	SINTOMAS	MEDIDAS	
		SIM	NAO
Normal.	Tremores. Náuseas. Sudorese. Diarréia. Micção frequente. Aumento do pulso e respiração. Ansiedade.	Oferecer bom apoio. Buscar identificação com o grupo. Motivar, buscar aumentar o moral. Intensificar a comunicação.	Preocupar. Sugerir. Dar importância à reação. Ser insensível. Ridicularizar.
Depressiva. Hipoatividade (mais comum).	Sentado ou de pé, permanece imóvel e silencioso. Expressão de ausência. Carência de emoções.	Estabelecer contacto. Fazê-lo contar sua "história". Buscar a empatia. Reconhecer seu ressentimento. Proporcionar comida e bebida quentes. Permitir o fumo.	Superproteger. Administrar sedativos, exceto em último caso, sob orientação médica. Opor-se a seus sentimentos.
Pânico individual (pouco comum).	Perda do júizo. Tentativas irracionais de correr, fugir etc. Pranto ou riso incontroláveis.	Ser amável, mas com firmeza. Proporcionar comida e bebida quentes. Permitir o fumo. Buscar a empatia. Se for o caso, ajudá-lo a se levantar.	Impor, por coação, procedimentos que exijam o uso da força. Usar duchas, choques etc. Administrar sedativos, exceto em último caso, sob orientação médica.
Maníaca Hiperatividade.	Argumentação contínua e repetitiva. Rapidez de expressão. Não conclui suas tarefas. Mudança frequente de humor. Preocupação.	Deixá-lo falar. Atribuir-lhe tarefas. Proporcionar comida e bebida quentes. Permitir o fumo. Fazer eco a seus sentimentos.	Contrariar seus sentimentos. Administrar sedativos, exceto em último caso, sob orientação médica. Discutir.
Psicomotora.	Náuseas e vômitos. Incapacidade para controlar alguma parte do corpo.	Mostrar interesse pelo indivíduo. Procurar distraí-lo com alguma tarefa simples. Potencializar seus sentimentos.	Dizer que ele não tem nada. Ridicularizar. Chamar a atenção para seus sintomas.

Fig 5 - Reações do "Stress" de Combate mais Comuns e Medidas para Atenuá-las.

INDICADORES	MEDIDAS
– Os homens temem seu líder.	– Despreocupar os subordinados.
– Os homens desprezam seu líder.	– Substituir o líder.
– Descumprimento rotineiro de ordens.	– Exigir disciplina.
– Os homens estão inseguros.	– Dar o exemplo.
– Os homens não estão orgulhosos de sua Unidade.	– Procurar criar vínculos com a Unidade, motivar.
– Descuidos com armamento e equipamentos, particularmente com sua manutenção.	– Exigir rigorosa manutenção do armamento e dos equipamentos.
– Os homens estão inativos e/ou não cooperam.	– Ocupá-los, motivá-los.
– Grande número de rumores e boatos no seio da tropa, dúvidas quanto ao acerto das ordens transmitidas.	– Comunicar-se diretamente com a tropa, desfazer os boatos e rumores, esclarecer mais as ordens dadas e as tarefas atribuídas.
– Grande número de baixas por motivos psicológicos.	– Não evacuá-las de imediato; adotar medidas contra <i>stress</i> de combate (Fig. 5).

Fig. 6 – Indicadores de Falhas de Comportamento e Medidas a Adotar para Minimizá-las.

“O verdadeiramente importante é que enxerguemos as dimensões do problema e sejamos capazes de assessorar nosso comando e propor-lhe medidas tais que, se decidida sua implementação, convertam-se elas em autênticos multiplicadores do valor de nossa Força.

“Somente o trabalho e o estudo dessa matéria nos poderão abrir o caminho que ainda se está por percorrer.”

NOSSAS CONCLUSÕES

De nossa passagem pela Escola Naval, na década dos

sessenta, ficou-nos a lembrança de um pensamento inscrito em uma das paredes do Pátio Inhaúma: “*A Força Moral Vence todas as Viscissitudes; Adquire essa Força*”.

Ao tomarmos contacto, em 1993, com o artigo que vimos de comentar, logo o associamos a essa citação e, se já procurávamos, desde o início de nossa carreira, observar tal ensinamento, mais acentuadamente ainda passamos a fazê-lo, depois de termos tido nossa atenção despertada para o efeito multiplicador de força desse atributo – o moral. Mas,

procurando abordar sistematicamente sua análise, refletimos que, em contrapartida, a ausência ou o enfraquecimento do moral muito provavelmente constituirão um divisor de força.

Ao observarmos os segundos-tenentes recém-nomeados, para cuja formação devemos contribuir, por meio do *Curso de Especialização de Guerra Anfíbia*, procuramos, usando a empatia, colocar-nos em sua posição, de líderes das frações básicas de nossa tropa – os *pelotões de fuzileiros navais* –, que serão os primeiros elementos a se de-

frontar com o inimigo, em um *Assalto Anfíbio*, ou que constituirão elementos-chave, até mesmo podendo fazer as vezes de núcleos de pequenos *Grupamentos Operativos*, em operações de outra natureza, como as *Ribeirinhas*, as *Incursões* de pequena envergadura, as ações de *Segurança Interna* e tantas outras. Nessas oportunidades, um conjunto de praças profissionais, já bas-

tante instruídas em diferentes cursos de carreira, e *adestradas* em inúmeros exercícios, estará sob a responsabilidade de um jovem, recém-saído dos bancos escolares, vivenciando o alvo-rever de sua carreira. Como, pois, conduzirão adequadamente esses homens?

Não conhecemos maneira melhor de exercerem sua liderança, senão através do *exemplo*, deixando claro se-

rem capazes de executar quaisquer ordens que dêem aos seus subordinados; e assim elevarão o *moral*, tanto de cada indivíduo quanto do grupo, confirmando o ensinamento de *Sun-Tzu*, citado ao início deste trabalho.

E não conhecemos outra forma de se capacitarem a liderar pelo *exemplo*, senão elevando seu próprio *moral*.

“... as palavras convencem; o exemplo arrasta!”

A BIBLIEX quer levar suas publicações até você em qualquer parte do Brasil ou do exterior. Se você mudou de endereço, ou deseja fazer alguma alteração junto ao nosso cadastro, preencha por favor o formulário abaixo

NOME			
ENDERÉCOPA para correspondência			
CIDADE	UF	PAÍS	CEP
DATA DE NASCIMENTO	SEXO <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	DENTRODADE o órgão emissor	CPF
ORGANIZAÇÃO ONDE TRABALHA			
ENDERÉCOPROFISSIONAL			
MILITAR <input type="checkbox"/>	POSTO / GRAD (se militar)	<input type="checkbox"/> Ativo <input type="checkbox"/> Reserva	PROFISSÃO (se civil)
CML <input type="checkbox"/>			
REVISTA QUE ASSINA:			
<input type="checkbox"/> A DEFESA NACIONAL <input type="checkbox"/> REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO <input type="checkbox"/> REVISTA MILITAR DE CIÉNCIA E TECNOLOGIA			

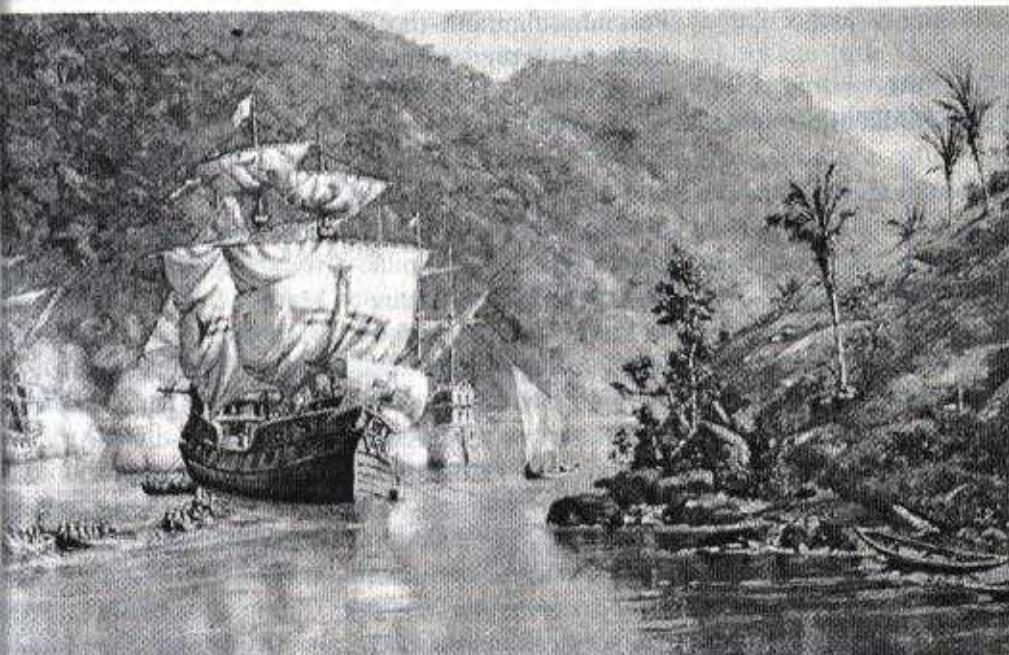
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias - Praça Duque de Caxias, 25 - Ala Marcella Dias - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20221-260
Urgência Grátis de todo o Brasil: (0800) 23.8385
Telefone: (021) 519.5569 - E-mail: biblex@sm.com.br

A Marinha Portuguesa no Brasil

Dino Willy Cozza*

Estudo sintético da contribuição da Marinha Portuguesa para a formação do Estado brasileiro, desde a Descoberta (1500) até a proclamação da Independência, realçando a influência por ela exercida sobre a Marinha de Guerra Brasileira, mesmo depois do 7 de Setembro de 1822.



117

Esta matéria tem o propósito de realçar a presença da Marinha Portuguesa no Brasil, desde a chegada de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, Bahia, em 1500, até o ato formal da separação das

coroas, em 7 de setembro de 1822. Como é óbvio, a Marinha do Brasil formou-se a partir da experiência, da prática e da presença da Marinha Portuguesa no País, que foi a maior criação lusitana. A influência da Marinha

Portuguesa continuou mesmo após a independência política do Brasil, através dos que se mantiveram a prestar serviço à Marinha

* Capitão-de-Mar-e-Guerra, Fuzileiro naval. Sócio efetivo do IGHMB.

Imperial, fato que gerou personalidades e vultos heróicos portugueses na história naval brasileira, lembrados com carinho até os dias atuais, como é o caso do Almirante Francisco Manuel Barroso da Silva, nascido em Lisboa, Barão do Amazonas, herói da Batalha naval do Riachuelo, cuja memória a Marinha do Brasil homenageia, magnanimamente, a cada onze de junho.

PORUGAL E SUA MARINHA

O mais antigo Estado da Europa tem o seu território cercado pela Espanha por todos os lados menos por um: o mar, o oceano. Assim, podemos imaginar Portugal como uma península, cuja ligação com o restante do mundo estava geograficamente dirigido para o mar. Esse grande país, essa gigantesca nação de pequeno território cresceu pelo e para o mar, engrandecendo o mundo como nunca dantes. O uso das rotas de comunicação marítimas obrigou Portugal a buscar sua defesa no mar. Os poderes marítimo e naval não se conquistam repentinamente, fruto de um decreto. Há que se planejar o processo da sua

construção anos a fio, com antecedência de décadas, e a realização de uma estratégia muito bem articulada. Assim, o Poder Naval de Portugal, no início do século XVI, à época do descobrimento do Brasil, começa a muitos anos antes.

Recordemos alguns dados: em 1317, a primeiro de fevereiro, Dom Dinis nomeia o genovês Manuel Pessanha, almirante-mor da frota real portuguesa; antes, já, em julho de 1180, a vitória do cabo Espichel marca "o primeiro combate importante que os Portugueses travaram no mar", conforme nos declara o Capitão-de-Mar-e-Guerra Armando da Silva Saturnino Monteiro, da Armada de Portugal, e as glórias colhidas no cabo de Sines, em 1296, prenunciavam o poder naval que se estava construindo; ainda em 1372, a Marinha do Rei "Dom Fernando apresa, em Lisboa, alguns navios mercantes biscainhos e asturianos", conforme noticiam António Moreira e Alcino Pedrosa. No campo do poder marítimo: Dom Fernando concede privilégios a quem construir barcos com mais de cem tonéis, em 1377, e com mais de cinqüenta, em 1380; no reina-

do de Dom Afonso V, o Papa Nicolau V sanciona o monopólio português de descobrimento e conquista, pela Bula "Romanus Pontifex"; navegação de reconhecimento no Atlântico, por Diogo de Teive, em 1470; Martin Behaím fixa-se em Portugal, em 1484; carta atlântica de Pedro Reinel, em 1485; Abraão Zacuto chega a Portugal, em 1492, e Behaím conclui a construção do globo terrestre; em 7 de junho de 1494, assinatura do Tratado de Tordesilhas; em 1496, Zacuto publica o "Almanach Perpetuum", obra importante para a navegação; em 1498, Dom Manuel I encarrega Duarte Pacheco Pereira de uma expedição secreta destinada a reconhecer as áreas situadas para além da divisória acordada em Tordesilhas.

O BRASIL

Em 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral consagra o nascimento do Brasil; em 1501, temos uma expedição de reconhecimento ao Brasil; em 1502, João da Nova descobre as ilhas de Ascensão e Santa Helena; em 1511, Duarte Fernandes publica o "Diário da Viagem da Nau Bretoa a Cabo

Frio"; cerca de 1514, João de Lisboa publica o seu "*Livro de Marinharia*"; 1519 nos divulga o atlas de Lopo-Homem-Reinéis; de 1526 a 1529, Cristóvão Jacques organiza uma segunda expedição à costa brasileira; em 1530, Dom João III aprova o plano de colonização do Brasil, e Martim Afonso de Sousa larga, da foz do Tejo, para o rio da Prata.

O Brasil estava tomando forma e se organizando.

O PODER NAVAL PORTUGUÊS

No tocante ao poder naval português, as ações do Infante Dom Henrique forneceram as bases para que Dom João II edificasse a sua política externa apoiado nos canhões navais. À época do descobrimento do Brasil, a Marinha Portuguesa vivia um período de pleno poder. Tomé Cano declara que Portugal possuía então "para mais de 400 navios de mar alto e mais de 1.500 caravelas e caravelões". Quanto ao armamento dos navios, o Comandante Eugênio de Castro, nos seus comentários ao "Diário da Navegação" de Pêro Lopes de Sousa (1530-1532), refere-se: "a bombarda em reparo

fixo, guarneçendo as amuradas, como as esferas e as columbrinas, e, nos castelos, berços, águias, leões, cães, serpes, basiliscos, rouqueiras, sagres e falcões... Os falconetes, as bombardas, os passa-volantes ou pedreiros, eram o armamento mais comum no que concernia ao poder ofensivo de um navio de guerra. Em geral já atiravam bala de ferro ou de chumbo, e as rouqueiras somente pelouro de pedra".

O PODER NAVAL PORTUGUÊS NO BRASIL

No século XVI

A presença militar de Portugal no Brasil começou através de sua Marinha com a primeira expedição de Cristóvão Jacques, em 1516, e a segunda em 1526, ambas com o propósito militar de proteger as costas do Brasil das investidas dos estrangeiros.

Em 1526, quando Cristóvão Jacques navegava com uma nau e cinco caravelas, pelo través da foz do rio Paraguaçu, na Bahia, avistou três navios franceses que faziam carregamento de pau-brasil. Após um dia inteiro de combate, os portugueses fizeram trezentos prisioneiros.

Foi o primeiro combate naval travado em águas do Brasil. Mais glória para a Marinha Portuguesa.

Mesmo a expedição colonizadora que partira de Lisboa a 3 de dezembro de 1530, sob o comando de Martim Afonso de Sousa teve que apresar três naus francesas que faziam o contrabando de pau-brasil. Ainda, Pedro Lopes de Sousa, quando regressava a Portugal, em agosto de 1532, com a Nau "Nossa Senhora das Candeias" e o Galeão "São Vicente", ataca o forte de bandeira francesa, situado no canal de Itamaracá, comandado por Jean Peret, capitão do navio "La Pelerine", que se rende após dezoito dias de assédio.

10 de novembro de 1555. A baía do Rio de Janeiro vê o pavilhão do Vice-Almirante francês Nicolas Durand de Villegagnon, ou Villegaignon, cavaleiro da Ordem de Malta, portanto católico, desfraldado no comando de uma expedição composta de dois navios armados e um transporte. Pretendia e fundou a França Antártica. Instalou-se na ilha de Serigipe, depois e até hoje chamada de Villegaignon, local onde está situada a Escola Naval Brasileira. Aí fundou o for-

te a que deu o nome de Coligny, em homenagem a Gaspar de Châtillon, Conde de Coligny, almirante, calvinista, comandante-em-chefe da Armada francesa. Era governador-geral do Brasil Duarte da Costa, desde 1553, com sede na Bahia, sucedendo a Tomé de Sousa. Duarte da Costa não teve recursos navais para expulsar os invasores. Villegaignon pretendia ser o Rei do Brasil. Não conseguiu, mas os franceses permaneceram no Rio de Janeiro por longos doze anos. Enquanto isto, em Portugal morre Dom João III, em 1557, e assume a Regência Dona Catarina, de Áustria, que renunciaria a 12 de dezembro de 1562, sendo substituída pelo Cardeal Dom Henrique, a 23 de dezembro, cuja administração terminaria em 1568, com o início do reinado de Dom Sebastião, "O Desejado", neto de Dom João III.

No primeiro trimestre de 1560, Mem de Sá vai pessoalmente ao Rio de Janeiro, apoiado por uma esquadilha comandada por Bartolomeu de Vasconcelos. Após um combate que durou três dias, expulsou os franceses da ilha e destruiu a fortaleza. Em seguida, os navios portugueses regressaram à

Bahia. E os franceses, auxiliados pelos índios tamoios, reocuparam a ilha e reconstruíram a fortificação. "O preço da liberdade é a eterna vigilância". A 1º de março de 1565, Estácio de Sá, após ter largado de São Vicente com destino ao Rio de Janeiro, desta feita para ocupar o terreno e evitar essa lacuna, comandando uma expedição de seis navios de guerra, cinco barcos ligeiros e oito canoas, com cerca de duzentos homens embarcados, entre portugueses, mamelucos de São Vicente, escravos da Guiné e índios do Espírito Santo, depois aumentada por três embarcações de João de Andrade, vindas de Salvador, fundou a cidade do Rio de Janeiro, na várzea entre o morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar.

Todavia, a simples presença dos luso-brasileiros nas terras do Rio de Janeiro não foi suficiente para afugentar os franceses. Em certas situações só o argumento da força é respeitado. A 18 de janeiro de 1567, Mem de Sá regressa ao Rio de Janeiro com três galeões vindos de Lisboa, sob o comando de Cristóvão de Barros, mais dois navios de guerra que navegavam nas costas do Brasil, e seis ca-

ravelões. Com os luso-brasileiros de Estácio de Sá, que em razão do combate de janeiro de 1567 doou a sua vida à cidade que fundara, e dos índios do valente Arariboia, da Praia Grande, hoje Niterói, os franceses foram expulsos definitivamente. O sepulcro de Estácio de Sá encontra-se no Rio de Janeiro, na igreja de São Sebastião, junto com o marco padrão da fundação da cidade.

Em 1580, quatro navios de guerra franceses tentaram forçar a barra do Rio de Janeiro. Foram repelidos pelos tiros de três fortões então existentes.

Às vezes, as nações são como as pessoas. Vivem momentos de sorte e outros de azar. Se o início do século XVI foi áureo para Portugal, o seu final não foi tanto. Assim, em 1572, morre Mem de Sá. Em 4 de agosto de 1578, morre Dom Sebastião. Em 10 de junho de 1579, morre Luiz Vaz de Camões. Em 1580, morre o cardeal Dom Henrique. A 15 de abril de 1581, as Cortes de Tomar declaram, como Rei de Portugal, com o título de Filipe I, ao Rei da Espanha, Dom Filipe II, tio de Dom Sebastião. Seriam sessenta anos problemáticos para Portugal.

E o Brasil, como parte de Portugal, sofre as consequências da união dinástica. Os ingleses que estavam em luta contra a Espanha aproveitam as costas do Brasil para descarregar suas iras. Navios de guerra ingleses sob o comando de Eduardo Fenton depredam e saqueiam a cidade de Santos, em 24 de janeiro de 1583. Em dezembro de 1591, o corsário inglês Thomas Cavendish assaltou novamente Santos, ocupando-a por dois meses. Em abril de 1595, outro corsário inglês, James Lancaster, com a cooperação dos corsários franceses Venner e Jean Noyer, apoderam-se do Forte do Bom Jesus, em Pernambuco, e atacam Recife e Olinda.

A ausência do poder naval português incitava a ousadia dos inimigos. E o que se dizer de ingênuos que, nos dias atuais, acreditam em que as guerras não acontecerão jamais e, assim, as Marinhas de Guerra tornaram-se desnecessárias. No mínimo, têm vocação para escravo...

No século XVII

O profundo da perda da Independência de Portugal à Restauração, em 1^o de de-

zembro de 1640, no que diz respeito ao Brasil, não foi de grande atividade para a Marinha Portuguesa, isoladamente, embora nesse interim tenha acontecido uma das grandes crises em território brasileiro: a invasão dos holandeses.

Em 4 de novembro de 1615, podemos citar a expulsão dos franceses do Maranhão, onde fundaram a cidade de São Luís, hoje capital do estado, utilizando oito navios e trezentos soldados, a partir de Pernambuco.

E, em agosto de 1616, duas canoas armadas em guerra, sob o comando do alferes Pedro Teixeira e Gaspar de Macedo, incendiaram um navio holandês, em Belém, no Pará.

Os holandeses, ingleses, irlandeses e franceses sempre tiveram interesse pelo rio Amazonas. Para conseguir o seu domínio, teriam que, inicialmente, conquistar a sua foz. Assim, em 1623, Portugal enviou, ao Brasil, Luís Aranha de Vasconcelos, com uma caravela. Em Pernambuco recebeu a colaboração de António Vicente Cochado, condeedor da foz do Amazonas. Ao passar pelo Maranhão e Pará

recebeu o reforço de uma lancha, um bergantim, seis canoas, cerca de cinqüenta soldados portugueses, e trezentos índios armados com arco e flechas. Em 11 de junho começou a campanha. Afundaram uma canoa de índios simpáticos aos holandeses, destruíram dois pequenos fortes holandeses e capturaram 120 prisioneiros, entre holandeses e índios. Na foz do rio Tocantins, receberam o reforço de um caravelão e 22 canoas, sob o comando de Bento Maciel Parente. Este tomou mais dois fortes holandeses. Na foz do rio Cajari, uma nau holandesa foi destruída e seus tripulantes, na maioria, foram mortos.

O ataque à Bahia, em 1624, pelos holandeses através da Companhia das Índias Ocidentais, foi repelido por esquadra composta por forças portuguesas e espanholas. A "Armada da Coroa de Portugal", ou "Armada da Coroa de Portugal do Socorro do Brasil" é a que se segue, conforme nos apresenta o ilustre historiador naval brasileiro, Comandante Max Justo Guedes, na publicação inigualável "História Naval Brasileira":

Armada da Coroa de Portugal

(ou Armada da Coroa de Portugal do Socorro do Brasil)

Capitão-General: D. Manuel de Menezes

Almirante: D. Francisco de Almeida (Mestre-de-Campo do Terço da Armada)

Tipo de embarcação	Denominação	Comandante	Tonelagem	Armamento*	Gente de mar	Gente de guerra
Galeão	Santo Antônio e São Vicente (capitânia)	D. Manuel de Menezes	900	28+14	160	450
Galeão	Santana Maior (almirânia)					
Galeão	N. S. da Conceição	D. Francisco de Almeida	520	20+4	110	300
Galeão	São José	Antônio Muniz Barreto	430	11+12	100	200
Urca	Caridade	D. Rodrigo Lobo	400	11+12	100	200
Navais	Santa Cruz	Lançarote de França	300	2+18	90	100
Urca	São João Batista (Sol Dourado)	Constantino de Melo Pereira	280	2+16	80	100
Navio	N. S. do Rosário (do Porto)	Manuel Dias de Andrade	300	2+18	80	130
Navio	N. S. do Rosário Maior	Tristão de Mendonça Furtado	350	0+20	50	150
Navio	N. S. do Rosário Menor	Rui Barreto de Mora e Menezes	300	0+14	50	90
Navio	N. S. das Neves Maior	Crato Vâo Cabral	230	0+11	45	85
Urca	São Bartolomeu	Domingos Gil da Fonseca	220	0+10	40	30
Navio	São João Evangelista	Domingos da Câmara	230	0+13	40	110
Navio	N. S. da Ajuda	Diogo Ferreira	220	0+14	45	85
Navio	N. S. da Penha de França	Gregório Soares Pereira	200	0+14	50	80
Navio	N. S. da Boa Viagem	Diogo Varejão	200	0+18	50	60
Navio	N. S. das Neves Menor	Bento de Rego Barbosa	150	0+8	40	60
Navio	São Bom Homem	Gonçalo Lobo Barreto	150	0+9	40	50
Caravela	Conceição	João Casado Jâcomo	140	0+8	35	45
Caravela	Rosário	Sebastião Marques	139	0+0	22	10
Caravela	N. S. dos Remédios	Manuel Palhares Lobato	93	0+0	22	10
Caravela	São João	Roque de Montarros	120	0+0	22	10
		Cosme de Couto Barbosa	90	0+0	22	10

* bronze + ferro.

OBS.: A tonelada portuguesa era 10% maior que a castelhana.

Ainda nos informa o Comandante Max Justo Guedes:

"Segundo o Padre Bartolomeu Guerreiro, cronista da expedição, estava ela garnecida pelo melhor sangue do reino e conduzia dois terços (com cerca de 2.300 soldados), totalizando mais de 4.000 homens de mar e guerra. Um deles era o Terço da Armada, tropa de Infantaria de Marinha (precursora do nosso Corpo de

desastrosa derrota para os holandeses, que estrategicamente significou a expulsão dos batavos do Brasil.

Há um fato acontecido em julho de 1648, relatado pelo Barão do Rio Branco, nas suas "Efemérides Brasileiras", que bem demonstra a valentia, bravura, espírito-de-corpo e amor à Pátria do pessoal da Marinha Portuguesa. O Almirante de Witte, holandês, largou de Recife e cruzou as águas da

vés de seu filho Dom Pedro, Príncipe da Beira, o Brasil consegue a sua emancipação política. Aquele que seria o Imperador Dom Pedro I, do Brasil, tornar-se-á depois o Rei Dom Pedro IV, de Portugal. A filha deste, Dona Maria da Glória, nascida no Paço do Rio de Janeiro, viria a ser Dona Maria II, de Portugal. Os Braganças deixaram a alma portuguesa no trono do Brasil, e levaram a brasileira para Queluz e Sintra.

A transmigração da família real portuguesa para o Brasil impediu a Junot e a Napoleão que aprisionassem os membros da realeza. Desse forma, a sede do trono foi instalada no Rio de Janeiro, situação única nas Américas, em que um paço europeu exerceu seu poder.

A primeira sugestão conhecida para a mudança da Corte de Portugal para a terra do Brasil tem por mérito Martim Afonso de Sousa, então donatário de São Vicente, em meados do século XVI, feita a Dom João III.

Anos depois, estava no trono de Lisboa o Cardeal-Rei Dom Henrique. Surgiu a questão dinástica da sucessão. Este aconselhou a Infanta Dona Catarina, Duquesa de Bragança, a mais

legítima pretendente à Coroa portuguesa, que aceitasse a oferta que outro candidato, o Rei Filipe II, da Espanha, a ela havia feito, da cessão do Brasil, podendo o Duque, seu marido, tomar o título de Rei.

Após o falecimento do Cardeal, foi aclamado Rei o Prior do Crato, Dom António. O soberano espanhol levantou forças contra ele. Foi-lhe aconselhado então que seguisse para o Brasil, onde poderia estabelecer o seu trono.

Depois da restauração de Dom João IV, em face dos momentos difíceis que se apresentavam à monarquia portuguesa, o Rei pensou ceder o trono ao filho Dom Teodósio, primeiro Príncipe do Brasil, e, abdicando, vir a reinar no Brasil.

Malogrado o plano, do qual participara o Padre Antônio Vieira, renovou-o o Rei, para a hipótese do casamento daquele seu herdeiro com a filha de Filipe IV, da Espanha.

Durante a menoridade de Dom Afonso VI, a Regente, Dona Luisa de Gusmão, na guerra contra a Espanha, pensou em mandar abrigar-se, no Brasil, o herdeiro da Coroa.

No século XVIII, Dom Luis da Cunha, estadista

português, lembra a conveniência da mudança de Dom João V para o Rio de Janeiro, com o título de Imperador do Ocidente.

Por ocasião do terremoto de Lisboa, o Ministério do Marquês de Pombal mais uma vez cogitou do mesmo plano.

Em 1762, quando a capital esteve ameaçada de invasão espanhola, preparativos teriam sido feitos para o embarque de Dom José I para o Brasil.

Em 1801, o Marquês de Alorna, entre outros, durante nova guerra com a Espanha, esta provocada por Napoleão, aconselhou o Príncipe-Regente a transmitir para o "grande Império" de que dispunha a Coroa portuguesa no Brasil.

Assim, verificamos que a mudança do trono português para o Brasil era antigo plano do Governo de Lisboa, de cerca de três séculos.

INSTALAÇÃO NO BRASIL DA ALTA ADMINISTRAÇÃO NAVAL PORTUGUESA

No Rio de Janeiro, desde 7 de março de 1808, o Regente Príncipe Dom João reorganizou o seu ministério. Na pasta da Marinha foi conservado Dom José Ro-

drigues de Sá e Meneses, Visconde de Anadia. O Decreto que o reconduziu explicitava a nova situação política do Brasil, como sede do Governo Português, excluindo o Estado do Brasil dentre os Domínios Ultramarinos. A Secretaria de Estado continuou a ser regida pelo Alvará de 1736.

Guerra à França

A 1^a de maio de 1808, Dom João lançou ao mundo um Manifesto explicando a atitude que tomaria no dia 10 de junho de 1808, declarando guerra à França. Se- guiu-se a expedição contra a Guiana Francesa. A Marinha Portuguesa atuou com os brigues "Voador", sob o Comando do Capitão-de-Fragata José Antônio Salgado e "Infante D. Pedro", Comandado pelo Capitão-de-Fragata Luís da Cunha Moreira, levando a bordo tropa da Brigada Real da Marinha. A 1^a de dezembro, Caiena caiu sob ataque português. Quatro escunas francesas foram aprisionadas e rebatizadas com o nome de "Lusitana", "Dom Carlos", "Sidney Smith", e "Inven- cível Meneses". No dia 12 de janeiro de 1809, foi assinada a capitulação. A bandeira portuguesa tremulou,

vitoriosa, na possessão francesa. Quase nove anos a coroa portuguesa dominou a Guiana, ainda hoje um departamento de ultramar da França, único território não independente na América do Sul.

A Banda Oriental

O início do século XIX encontra na América do Sul a desagregação do domínio espanhol. Novos Estados surgem. Na Banda Oriental ou Uruguai de hoje, o clima também era efervescente. José Gervásio Artigas provoca invasões às fronteiras do Brasil. Dom João tomou providências. Uma divisão portuguesa, denominada de "Voluntários Reais do Príncipe" seguiu a doze de junho de 1816, do Rio de Janeiro para o Sul, embarcada numa divisão naval composta da nau capitânia "Vasco da Gama" (Capitão-de-fragata Pedro Antônio Nunes), avorando o pavilhão do Chefe-de-Esquadra Rodrigo José Ferreira Lobo; Fragata "Fênix" (Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Antônio da Silva Pacheco); corveta "Voador" (Capitão-Tenente João Afonso Neto); brigues: "Lebre" (Capitão-de-Fragata Antônio Maria Furtado de Mendonça), "Gaivota" (Ca-

pitão-Tenente Miguel de Sousa Melo e Alvim), "Falcão" (Capitão-Tenente José Gregório pegado), "Real João" (Primeiro-Tenente Joaquim Bento da Fonseca), "Previdente" (Primeiro-Tenente José Joaquim da Costa e Almeida) e "Água Voadante" (Mestre Joaquim José Machado); navios: "Sant'Iago Maior" (Segundo-Tenente Francisco de Assis Cabral), "Caridade" (Capitão-Tenente José Rodrigues de Oliveira), "Fênix" (Capitão-Tenente Antonio Joaquim de Avelar), "John Frith" (Capitão-Tenente Frederico Mariath) e "Fênix 2^a" (Primeiro-Tenente João Pedro).

Também do Rio de Janeiro, a 4 de agosto, partia uma nova flotilha composta da corveta "Calipso" (capitânia), sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra D. José Manuel de Menezes, posteriormente 1^a Marquês de Viana, que também acumulava o comando da flotilha; escuna "Tártara" (Primeiro-Tenente Vitorino A. J. Gregório), brigue "Real Pedro" (Segundo-Tenente José da Costa Couto) e transporte "Patrimônio" (Mestre Antônio Francisco Firmino). Essa força levava a missão de operar em combinação

com a Divisão dos "Voluntários Reais".

A Marinha Portuguesa continuava a ser a parceira do Exército contribuindo, com seu apoio de fogo, apoio logístico, reconhecimento e vigilância, para as vitórias da Força Terrestre. Para operar nas águas do rio Uruguai foi organizada uma flotilha composta pela escuna "Oriental", capitânia, e das barcas "Cos-saca", "Mameluca", e "Infante D. Sebastião". O Comando da flotilha coube ao Capitão-Tenente Jacinto Roque de Sena Pereira. A 2 de maio de 1818, a flotilha penetrou o rio, buscando estabelecer a necessária ligação entre as forças do Brigadeiro Carlos Frederico Lecor, futuro Visconde de Laguna, e do General Xavier Curado.

Na ocupação da Banda Oriental, merece destaque o ataque naval a Maldonado, por ser uma vitória importante, na qual a Marinha Portuguesa atuou sozinha. A flotilha do Capitão-de-Mar-e-Guerra Conde de Viana já se encontrava na Baía de Maldonado. O Chefe-de-Divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, a 23 de novembro de 1816, a bordo da nau "Vasco da Gama", surta defronte de Maldonado, comunica ao marquês de Aguiar o desem-

barque e ocupação de Maldonado, ocorridos no dia 22, inclusive usando tropa da Brigada Real da Marinha (Fuzileiros Navais), num total de trezentos homens, apoiados por quatro peças de campanha, puxadas em parte por marinheiros, estando à testa deles oficiais da Marinha. A Bandeira Portuguesa tremulou na Torre de Maldonado.

A 22 de janeiro de 1820, em terra, a Batalha de Taquarembó terminou a campanha com a vitória luso-brasileira.

No mar, o último episódio foi o apresamento do corsário "General Rivera", pela fragata portuguesa "Maria da Glória", comandada pelo Capitão-de-Fragata Diogo Jorge de Brito.

Em 31 de julho de 1821, uma assembléia formada por deputados representantes de todas as localidades orientais votou, unanimemente, a sua incorporação à Coroa Portuguesa, fazendo parte do Estado do Brasil, com o nome de Província Cisplatina.

A Revolução Pernambucana de 1817

Não é intuito deste trabalho relatar a revolução nativista de 6 de março de

1817, suas causas, a ação da Maçonaria, os reflexos do fato nas capitâncias da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia, a atuação do Padre José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, o famoso Padre Roma. É intuito, sim, tratar da ação da Marinha Portuguesa no Brasil. Por isso não será feita análise crítica ou tirada conclusão sobre o movimento político e militar que convulsionou o Nordeste do Brasil, no primeiro quartel do século XIX. Logo após a eclosão da rebelião, os revoltosos sentiram a necessidade de organizar um poder naval, e de ter uma política naval. Até o envio de um agente diplomático, o maçom Antônio Gonçalves da Cruz, aos Estados Unidos da América, para a compra ou fretamento de embarcações, foi realizado.

A reação do Governo Português, no mar, foi pronta. Foi enviada uma esquadilha, sob o comando do Capitão-Tenente Rufino Peres Batista, composta da Corveta "Espírito Santo", também conhecida pelo apelido de "Carrasco", do brigue "Mercúrio", e de uma escuna, em meados de abril, para bloquear o porto de Recife.

No dia 2 de abril deixou outra força o Rio de Janeiro. Compunham-na a fragata "Tetis" (de 30 peças e 320 homens de guarnição, comandada pelo Capitão-de-Fragata Luís da Cunha Moreira; nela seguiu Rodrigo Lobo), capitânia; brigues "Benjamin" (20 peças, Capitão-Tenente Fernando José de Melo Massa) e "Aurora" (20 peças, Capitão-de-Fragata João Feliz Pereira de Campos) e escuna "Maria Teresa" (14 peças de calibre 12, e 65 homens de guarnição, Capitão-Tenente D. Nuno José de Sousa Manuel de Meneses).

No final do mês de abril ultimaram-se os preparativos para a partida de outra expedição. Embarcada numa divisão naval comandada pelo Chefe-de-Divisão Brás Cardoso Barreto Piamentel, deixou o Rio de Janeiro a 4 de maio.

Compunham a divisão a nau "Vasco da Gama" (capitânia, 74 peças de calibres 18 e 24, em três baterias. Era navio de grande porte, 182 pés de quilha, construído em Lisboa, onde foi lançado ao Tejo em 1792), mais dez outras embarcações: navio "Santiago Maior" (Capitão-Tenente José de Oliveira), navio "Al-

mirante" (Segundo-Tenente Luís Antônio Ribeiro), e galera "Armonia" (Primeiro-Tenente Isidro da Costa Chaves), galera "Feliz Eugênia" (Segundo-Tenente Manuel Gonçalo Cristóvão), galera "Marquês de Aguiar" (Segundo-Tenente Francisco José Damaso), galera "Joaquim Guilherme" (Capitão Fernando José Carreirão), galera "Olímpia" (Capitão-Tenente José Domingues), brigue "Athenéu" (Segundo-Tenente Estêvão do Vale), sumaca "Bela Americana" (Segundo-Tenente Cipriano José Pires) e sumaca "Bonfim" (Segundo-Tenente José da Fonseca e Figueiredo). Levava embarcada esta divisão forças terrestres totalizando três mil homens, além de artilharia. Em Recife, o Chefe Rodrigo Lobo assumiu o comando-em-chefe. O bloqueio motivou o abandono da cidade pelos rebeldes, a vinte de maio.

ESTALEIROS E ARSENais

Para que tenha uma Marinha é necessário navios e homens que os guarnecam. Sobre os homens será dedicada atenção mais à frente quando for enfocada a Escola Naval, o Corpo de Fu-

zileiros Navais e os Marinheiros Portugueses que permaneceram no Brasil, após sete de setembro de 1822, jóias que a Marinha Portuguesa deixou de herança à Marinha Brasileira.

Quanto aos navios, a riqueza florestal do Brasil foi um incentivo para o desenvolvimento e aprimoramento da construção naval. Na Bahia, sede primeira do governo colonial, foi o local onde primeiro se desenvolveu a construção naval. A Carta Régia de 1650 determinava à "Ribeira das Naus" da Bahia o lançamento ao mar de um galeão, anualmente, de 700 a 800 toneladas.

Em 1714, foi lançada ao mar a nau "Padre Eterno", de um mil toneladas. Ainda, foram construídas a "Nossa Senhora das Palmas", "Santo Antônio", "São Pedro" e "São Francisco".

Em 1666, na Ilha Grande, litoral do Rio de Janeiro, foi criada a fábrica de fragatas, entre as quais a "Madre de Deus".

Em 1764, no Rio de Janeiro, foi criado o que hoje é o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, onde se lançou a nau "São Sebastião". Sobre o estaleiro do Pará serão dedicadas algumas linhas especiais.

ARSENAL DE MARINHA DO PARÁ

Ao espírito estratégico dos portugueses nunca escapou a importância do rio Amazonas. Em 1728 o Governador e Capitão-General do Maranhão e Grão-Pará, Alexandre de Souza Freire mandou construir, junto ao rio e defronte ao Palácio, telheiros destinados a proteger a construção, reparo e guarda das canoas de guerra. Assim nasceu a "Casa das Canoas", a primeira preocupação governamental portuguesa, com os meios flutuantes no Pará.

Em 1761, o Governador e Capitão-General do Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro, Manoel Bernardo de Melo e Castro decidiu instalar, no Hospício do Convento de São Boaventura, em abandono, o Arsenal de Marinha do Pará. A primeira embarcação construída no Arsenal foi a nau "Belém".

Em 15 de setembro de 1800, o Governador e Capitão-General do Grão-Pará, Francisco de Sousa Coitiño, em ofício ao Ministro da Marinha, comunica a construção, em dez anos, de quatro fragatas de 44 canhões, três charruas, três

bergantins e doze chalupas Artilheiras.

Ainda, informava o Governador que o Arsenal contava com mais de dois mil homens.

Em 1804, passou a funcionar, no Arsenal, a Escola de Práticos do Pará.

ACADEMIA REAL DOS GUARDAS-MARINHA

A preocupação da Marinha Portuguesa com seus navios, inclusive no Brasil, sempre mereceu destaque. Mas, com os seus homens, também manteve especial interesse. Desde a fase essencialmente portuguesa, o Infante Dom Henrique, o promontório de Sagres, e a Aula do Cosmógrafo-Mor, a partir de 1547, viria ser beneficiada a futura Marinha Brasileira pela transmissão de conhecimentos, experiência e tecnologia, pelos marinheiros portugueses que no litoral brasileiro operaram.

Pela Carta de sete de março de 1761, é criado o "Colégio Real dos Nobres", em Lisboa. Em dois de julho de 1761, é criada a graduação de Guarda-Marinha, na Armada Real. A 21 de março de 1762, o Rei Dom José I criou o posto de Tenente-de-Mar. O Decreto

Real de nove de julho de 1774, extinguia a graduação de Guarda-Marinha. A cinco de agosto de 1779, Dona Maria I cria a "Academia Real de Marinha". A Academia Real de Marinha formava: oficiais combatentes para a Marinha Real, em curso acadêmico de três anos, mais dois anos de embarque, do qual deveria constar viagem ao Brasil ou à Índia; pilotos para a Marinha Real ou Mercante; e oficial engenheiro.

Pelo Aviso de 26 de outubro de 1779, assinado pelo Visconde de Vila Nova da Cerveira à Real Mesa Censória, na pessoa do Arcebispo de Lacedemônia, a Academia Real de Marinha passa a funcionar no Colégio Real dos Nobres, inclusive com a possibilidade de aproveitamento pelos seus alunos. Em quatorze de dezembro de 1782, Dona Maria I, por Decreto, cria a "Companhia de Guardas-Marinha".

Foi recriada a graduação de Guarda-Marinha, que passou a existir em 1761 e fora extinta em 1774. A Companhia de Guardas-Marinha começou a funcionar em 25 de março de 1783, na Casa das Formas do Arsenal Real de Marinha.

De acordo com Alberto Cutileiro, na sua obra "O Uniforme Militar na Armada - Três Séculos de História", tomo II, a "Academia Real dos Guardas-Marinha", alicerce da Escola Naval Portuguesa, foi criada em 1783, em Lisboa, e extinta em Carta de Lei de 23 de abril de 1845.

O Decreto de quatorze de julho de 1788, criou a graduação de Aspirante-a-Guarda-Marinha.

A Carta de Lei de primeiro de abril de 1796, aprovou os Estatutos da Academia Real dos Guardas-Marinha, que estavam em vigor quando de sua mudança para o Brasil. Em 24 de julho de 1807, o Capitão-de-Mar-e-Guerra José Maria Dantas Pereira, Comandante da Companhia Real de Guardas-Marinha desde 1800, foi nomeado Diretor de Estudos da Academia Real dos Guardas-Marinha, cargo que exerceu até 1817, assegurando assim a continuidade no Brasil dos métodos usados em Portugal.

Através da Companhia Real de Guardas-Marinha e da Academia Real dos Guardas-Marinha a Marinha Portuguesa doou ao Brasil uma de suas jóias mais caras, a Escola Naval Brasileira, ce-

leiro de tantos oficiais dignos, ilustres e heróis da História Naval Brasileira.

A BRIGADA REAL DA MARINHA

Não foi só a Escola Naval que o Brasil herdou de Portugal. Outra organização de elite é fruto direto da presença portuguesa no Brasil. Trata-se do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, descendente da Brigada Real de Marinha. Voltamos um pouco ao passado.

Em 1618, D. António de Atayde foi nomeado Capitão-General da Armada, sendo provido como general perpétuo. Conseguiu do Rei a permissão para que se criasse e fosse organizado na Marinha um Terço de Infantaria natural, cujo primeiro Mestre-de-Campo foi o Almirante, também a título perpétuo, D. Francisco de Almeida.

Da leitura das "Epanóforas de Vária História Portuguesa", da autoria de Dom Francisco Manuel de Melo, editadas em 1660, em Lisboa, à página 184, temos:

"Antes de se constituir o Terço da Armada não houve em Portugal outras tropas que fossem organizadas em terço senão as que foram

levantadas para as ocasiões de campanha ou de ataque iminente."

Assim, o "Terço da Armada" foi o primeiro corpo de infantaria constituído em Portugal, com caráter permanente. O seu uniforme é também o primeiro traje militar português conhecido.

Durante o período em que as Coroas de Portugal e Espanha estiveram juntas, passou a denominar-se "Terço da Armada da Coroa de Portugal". Após 1640, teve o seu nome alterado para "Terço de Fuzileiros da Armada Real da Coroa de Portugal". No reinado de Dom Pedro II, de Portugal, teve o seu nome tornado para "Terço da Armada Real do Mar Oceano".

Os custos do Terço da Armada eram pagos a partir de um imposto criado em 1592, e conhecido como "Consulado", cujo propósito era o de financiar as Armadas da Costa. Tal imposto era de três por cento nas alfândegas, e destinava-se a armar todos os anos uma armada grossa de doze galeões

que pudesse guardar a costa e trazer seguras as frotas da Índia, do Brasil e das ilhas até Lisboa. Como podemos verificar, a idéia não é nova, com o mérito de bem defi-

nir a origem do recurso financeiro.

Dos primeiros combates do Terço da Armada, temos como o inicial a sua ação no Brasil, a partir de 29 de março de 1625, na reconquista da cidade de São Salvador da Bahia, em poder dos holandeses, a qual é concluída a primeiro de maio.

Em 1638, volta o Terço da Armada a combater os holandeses no Brasil, juntamente com os espanhóis.

Pelas "Novas Ordenanças" de 15 de novembro de 1707, de Dom João V, os antigos terços passariam a denominar-se regimentos, pelo que o "Terço de Fuzileiros da Armada Real da Coroa de Portugal" passou a denominar-se "Regimento da Armada Real".

Por decreto de 12 de setembro de 1754 é determinado pelo Rei Dom José I que "se conceda a primazia ao Regimento da minha Armada Real, por haver sido o primeiro a tornar organização militar fixa neste Reino". Da mesma forma aconteceu no Brasil posteriormente.

Frederico Guilherme Ernesto, Conde reinante de Schaumburg, Conde e nobre senhor de Lippe e Stramberg, Marechal-General das

tropas do Rei Dom José I de Portugal, Cavaleiro da Ordem Real da Águia Negra, nascido em Londres em 24 de janeiro de 1724 e que faleceu em seus domínios no Condado de Lippe, em 1777, propõe e consegue, por decreto de 10 de maio de 1763, a criação de 1º e do 2º Regimento de Infantaria da Marinha.

Por decreto de 13 de dezembro de 1791, a rainha Dona Maria I cria o Regimento de Artilharia de Marinha.

A 28 de agosto de 1797, por Alvará de Dona Maria I, foi criada a Brigada Real da Marinha com as tropas dos então extintos Regimento de Artilharia de Marinha e dos dois Regimentos de Infantaria da Armada.

No Brasil

A Brigada Real da Marinha era composta por três Corpos. Eram eles o Corpo de Artilheiros Marinheiros, o Corpo de Fuzileiros Marinheiros e o Corpo de Artífices e Lastradores Marinheiros.

Já ao desembarcar em terra carioca, a Brigada de Marinheiros Fuzileiros impressiona o povo quando desfilando levava "à frente a sua 'Música Marcial', com o

tambor-mor impecável de aprumo a manobrar destramente o bastão de compasso. Os músicos de pancada, como então se chamava aos tocadores de tambor e de bombo, e os chapéus chineses com campainhas, deslumbraram os brasileiros, assim como os coloridos uniformes encarnados agatados a ouro e as barretinas de altos penachos escarlates, tão ao gosto do príncipe regente. E foi assim, desta profusão de cores, de penachos e galões de ouro, que os fuzileiros da Brigada receberam a alcunha de 'papagaios', nome que perdurou enquanto a Corte se manteve no Brasil", tal nos conta Alberto Cutileiro.

A primeiro de maio de 1808, o Príncipe Dom João assinou o manifesto declarando guerra à França. Em dez de junho, o Regente complementou este ato baixando um interessante Decreto, cujo original pertence ao acervo do Serviço de Documentação da Marinha (SDM) no Rio de Janeiro. O ataque à Guiana Francesa estava projetado desde a mudança da Corte, e tinha em mira fazer represália ao Governo francês em mãos de Napoleão Bonaparte, pela invasão de Portugal. As

preparações e ações duraram desde julho de 1808 até doze de janeiro de 1809, data da capitulação de Caiena. Isto permitiu à Coroa portuguesa exercer soberania sobre todo o território, até o rio Maroni, fronteira da então colônia com a Guiana Holandesa, hoje Suriname, até 17 de novembro de 1817, portanto, por mais de oito anos. A Marinha tomou parte no ataque com o brigue "Voador", sob o comando do Capitão-de-Fragata José Antônio Salgado; com o brigue "Infante Dom Pedro", sob o comando do Capitão-Tenente Luís da Cunha Moreira, brasileiro, mais tarde Almirante e Visconde de Cabo Frio; e trezentos homens da Brigada Real da Marinha, entre fuzileiros e artilheiros, portanto quase a metade da força que o Tenente-Coronel Manuel Marques e o Capitão-de-Mar-e-Guerra (Captain) James Lucas Yeo dispunham de 751 praças combatentes. Os fuzileiros da Brigada receberam citações pela ação levada a cabo.

Mal regressados do extremo norte do país, já têm os marinheiros fuzileiros de cumprir missão no extremo sul. É a ocupação da Banda Oriental. Nas operações de 1810-1811, uma força de 625 marinheiros fuzileiros, embarcados sob o comando do Conde de Viana, atuou nos combates no Rio Grande do Sul e Banda Oriental. Desembarcou à viva força em Maldonado e tomou parte nas operações em Cerro Largo e Paissandu, juntamente com as forças do exército comandadas pelo General Manoel Marques de Souza. Em 1816, um destacamento de marinheiros fuzileiros, sob o comando do mesmo Capitão-de-Mar-e-Guerra, Conde de Viana, atua contra Artigas, novamente nos combates de São Borja, São Gabriel, Colônia do Sacramento, Cerro Largo e no bloqueio de Montevidéu. A presença da Brigada Real da Marinha em Maldonado é citada pelo Chefe-de-Divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, em ofício de 23 de novembro de

1816, escrito a bordo da nau "Vasco da Gama", em uma campanha que a Marinha de Guerra atuou sozinha.

Outra ação em que os fuzileiros da Brigada tomaram parte foi a revolução nativista pernambucana, que durou de 6 de março até 23 de maio de 1817.

Em 1821, Dom João VI regressa a Lisboa. Deixa no Brasil o Corpo de Marinheiros Fuzileiros, ao serviço do Príncipe Dom Pedro, por considerá-lo força disciplinada e de confiança. Entre os que ficaram contavam-se dez oficiais das Companhias de Fuzileiros. Quase todos os elementos da "Música Marcial" da Brigada desejaram permanecer no Brasil.

Ainda em 1822, em 31 de agosto, o Príncipe Regente, resolveu, por Provisão, dar nova organização ao Corpo de Marinheiros Fuzileiros, passando a denominar-se Corpo de Artilharia da Marinha. Com esse nome chegaram os fuzileiros navais à independência política do Brasil.

(CONTINUA)



X CONFERÊNCIA DE EDITORES IBEROAMERICANOS DE PUBLICAÇÕES MILITARES

Realizar-se-á, em setembro deste ano, no Rio de Janeiro, a X Conferência que reúne representantes de vários países de língua espanhola, inglesa e portuguesa.

Rejubila-se o Exército brasileiro por ser o anfitrião em 1997 de tão importante evento cultural.

GEOPOLÍTICA E GLOBALIZAÇÃO

Carlos de Meira Mattos*

A Geopolítica, que embriagou os alemães (Ratzel, Haushofer e Hitler), seduziu os ingleses (Mackinder e Lord Curzon), impôs-se aos norte-americanos (Mahan e Spykman), está submetida ao jústo mudancista que hoje varre o planeta. Os mais fanatizados pela globalização chegam a proclamar a sua extinção.

Entre os adeptos apaixonados da globalização da sociedade mundial salientam-se aqueles que defendem a tese de que o impacto da modernização torna obsoletos os valores fundamentais da Política nacional e internacional – Soberania e Autodeterminação dos povos. Essa obsoléncia se apóia no que consideram a inevitabilidade do desaparecimento da Soberania Nacional e na incontrolável transterritorialidade das fronteiras.

Uma coisa é se aceitar a incidência da globalização na economia e a invasão

quase instantânea das notícias e das mensagens através dos meios eletrônicos, de informática e de comunicações, outra coisa é se admitir que, por isso, o Estado nacional deve abrir mão de seus valores fundamentais.

A harmonia da sociedade mundial, a desejada paz universal dentro dos padrões democráticos, só será alcançada respeitando-se o direito soberano de cada povo e sua prerrogativa de autodeterminar o seu destino. O Direito Internacional se assenta no respeito a esses valores e na busca da igualdade de tratamento entre as nações.

Os fanáticos da globalização total já sepultaram até a História – veja-se o livro “O fim da História” do escritor norte-americano Francis Fukuyama. Sustentam que a Geopolítica é reminiscência do passado. Isso, porque, dizem, o espaço geográfico ficou reduzido a “uma aldeia”, em face da penetração da comunicação via Internet e do encurtamento das distâncias. Mas, vejamos até que ponto a tecnologia moderna atinge a existência da Geopolítica como ramo de conhecimen-

to que estuda e avalia a importância da Geografia no processo político.

A História é, essencialmente, a história dos acontecimentos políticos. O Fato Histórico está sempre relacionado com as condições de espaço e tempo.

Esses fatores – *tempo* e *espaço* – foram atingidos com intensidades desiguais pelo impacto da tecnologia moderna.

A quase instantaneidade da comunicação da imagem e do som a qualquer quadrante da terra, assim como o encurtamento drástico das distâncias pelos novos meios de transporte, volatizaram o fator *tempo*.

A transitoriedade, a fugacidade do tempo, foi uma questão que já preocupou Santo Agostinho (as três divisões do *tempo*, do livro “Confissões”) e mais recentemente o filósofo Einstein considerou o tempo relativo.

Quanto ao *espaço*, figurou sempre como o fator mais estável do binômio.

Para Descartes, “o espaço é concreto, o tempo não”.

Comparemos o grau de avanço da tecnologia a serviço da Política, no final dos dois últimos séculos – durante estes últimos 100 anos.

*General-de-divisão.

– principalmente as mais humildes, como também, todos os demais cidadãos, particularmente os menos afortunados –, não devam ter do *Estado* a mais ampla proteção, inclusive legislativa, que lhes permita uma vida digna e honrada e, especialmente, a possibilidade de se desenvolverem plenamente. Mas é óbvio que não fará qualquer sentido a outorga, – pura e simples – de tal *direito* de forma indistinta, sob o singelo (e, por esta razão equivocado) argumento de que “*todos são iguais perante a lei*”. Muito menos, quando essa outorga ocorre em sinérgico prejuízo dos demais cidadãos que, muitas vezes, com imensurável sacrifício, constituíram suas vidas calcados na crença inafastável da defesa dos valores mais sublimes que a sociedade brasileira, pelo menos em parte, logrou imprimir.

Por outro prisma, há muito, os mais renomados especialistas no assunto já chegaram à conclusão de que a *questão da violência*, muito embora de reconhecida matiz social, não se resume, de nenhuma maneira, a essa única dimensão, sendo certo, ao contrário, que a *impunidade* (e, especialmente, a divulga-

ção pública – contínua e permanente – da mesma) muito mais do que a própria miséria (e as desigualdades sociais) constitui-se na principal razão da *violência*, especialmente quando na atualidade contemporânea, de forma diversa da década de 40 (quando foi editado nosso Código Penal vigente), não é mais razoável concluir que um jovem entre 14 e 18 anos não tenha pleno acesso a *informação* e não possua absoluto *discernimento* para se conduzir de maneira socialmente aceitável.

Nesse diapasão, resta lembrar, em tom sublime de inexorável advertência, que praticamente todo o *mundo ocidental civilizado* já aperfeiçoou suas respectivas legislações, tornando, de uma forma ou de outra, puníveis os menores entre 14 e 18 anos, sendo que, em alguns países desenvolvidos, é até mesmo possível responsabilizar criminalmente menores de 14 anos, como nos EUA e na Inglaterra. Resta, nesse particular, uma questão indiscutivelmente de razoável bom senso: ou o Brasil está certo e o resto do mundo errado, ou, ao contrário, nosso país se encontra, mais uma vez, na *contramão da história*.

Por outra ótica, resta igualmente concluir que não é razoável que um país com reconhecida escassez de recursos opte, conscientemente, por desassistir seus verdadeiros *miseráveis* (trabalhadores que lutam o dia-a-dia com remuneração inferior ao salário-mínimo, enfermos e toda a sorte de desassistidos), desviando enorme soma de valores para aquelas pessoas que, em muitos casos, voluntária e conscientemente, optaram pela marginalidade e pelo emprego gratuito da violência, acobertados, em todos os casos, pelo monstro sagrado da *menoridade penal* ou da pretensa e genérica *excludente social* da, muitas vezes, falsa miserabilidade ou do próprio desequilíbrio social.

Não devemos nos esquecer, nesse contexto, que o *Direito* não é, em nenhuma hipótese, instrumento sinérgico de *vingança* e *punição* mas, particularmente, uma *ciência de projeção comportamental*, moldadora, em última análise, de *costumes e valores sociais*, mas que também pode servir como instrumento de virtual incentivo a condutas anti-sociais, como a própria *violência*, especialmente

quando de sua eventual inoperância, mormente na situação em que esse direito pode ser traduzido (ou efetivamente se traduz) em um ostensivo mecanismo de impunidade.

Nossos cidadãos honestos e trabalhadores, em última análise, – e não devemos nos esquecer deste fato – são os verdadeiros responsáveis pelo pouco que ainda resta de digno e humano em nossa sociedade e, com toda a certeza, não podem merecer um tratamento dessa natureza, profundamente injusto (e, porque não dizer insensato), que os condene sumariamente a uma posição de relativa *inferioridade legal*, impondo-lhes o pesado ônus da prova de *legítima defesa* (ou de qualquer das outras excludentes de ilicitude penal) quando se debatem involuntariamente contra *menores e maiores*, com extensas fichas criminais (ou por conduta anti-social) e infinitas passagens em casas de detenção e equivalentes.

A sociedade há de refletir se não é o momento de se propugnar por uma radical inversão de prioridades, passando a coletividade a se preocupar mais com o brasileiro honesto, pão de famí-

lia e cumpridor de suas obrigações (hoje, efetivamente, um *cidadão de 2ª classe*) e menos com o genérico *marginal* que, em essência, se coaduna muito mais como um produto do efetivo descompasso de nossas atuais regras de Direito Penal vis-a-vis com a realidade nacional, do que propriamente como um resultado de uma pretensa e abstrata injustiça social.

do de Bagnuolo, foram fortalecer a Bahia, instalando-se nas proximidades da Casa da Torre".

Em abril de 1638, Nassau quis corrigir esse erro, armando forte expedição, com a qual investiu contra a concentração luso-brasileira na área de Salvador. Mas não conseguiu destruir as forças regulares e irregulares que defenderam essa área. Meridiano destaque teve, então, por exemplo, Luiz Barbalho Bezerra, na derrota de Nassau.

Ocorrendo a insurreição pernambucana, em 1645, nossas forças de Salvador foram transportadas para Pernambuco e encerraram o grosso das forças holandesas na área Recife-Olinda, na qual estão incluídos os Montes Guararapes. Ainda como exemplo apenas, cabe citar o regimento, ou terço, de André Vidal de Negreiros, combatente na Bahia, em 1638, e agora participando do cerco aos invasores.

O fato é que, cercado na área de Recife-Olinda, os invasores estavam praticamente vencidos. Eis por que o saudoso mestre Pedro Calmon, em artigo na *Revista do Clube Militar*, foi bem explícito, ao registrar que a vitória decisiva sobre o do-

BATALHA DE GUARARAPES - UM INCENTIVO À MEDITAÇÃO DOS QUE SE DEDICAM AO ESTUDO OU À INTERPRETAÇÃO DO PASSADO BRASILEIRO

Francisco Ruas Santos*

Escreve o saudoso Pedro Calmon, na sua *História do Brasil*, volume II: "Na sua ofensiva de 1636, 'errou Nassau', tomando o São Francisco por baliza luso-holandesa, não perseguindo os nossos que, sob o coman-

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior. Sócio Benemérito do IGHMB. Fundador e Diretor do Centro de Informações Culturais.

mínio holandês foi obtida na Bahia, em 1638 – batalha de Salvador, aduzimos, e não, conclui-se facilmente, nas batalhas de Guararapes.

Recordemos essas batalhas.

A primeira resultou da marcha, daquela área para fora, de notável força holandesa que, investida pelos nossos combatentes sitiantes, recua, com pesadíssimas perdas.

Na segunda batalha, os holandeses, tendo ocupado, com outra força notável, os Montes Guararapes, daí foram expulsos pelos nossos, também com severas perdas para os invasores.

Anos depois, operando já forte expedição naval lusitana nas águas pernambucanas, os holandeses capitulam, chegando assim ao fim o chamado domínio holandês.

Interpretando-se o que acima foi dito à luz de Estratégia e Tática, aplicáveis nos três grandes eventos aqui recordados, podemos concluir que a vitória nossa de 1638 é estratégica, as de Guararapes são táticas, quando comparadas dentro do contexto "domínio holandês". Por outras palavras, isso não significa que, vitoriosos nos Montes Guararapes, os invasores tivessem

assegurado definitivamente o seu domínio no Brasil. Tendo perdido a batalha de Salvador, 1638, esse domínio ficou irremediavelmente perdido, graças à presença de forças combatentes brasileiras em Pernambuco e com a área Recife-Olinda fechada agora aos invasores também do lado marítimo.

O Exército Brasileiro tem suas raízes nas batalhas de Guararapes – é voz corrente.

Todavia, se um bom e racional exército é o "povo em armas", as raízes do nosso estão nas ordenanças do rei D. Sebastião, de 1570, organizando o povo para a nossa defesa territorial, através da posse e uso de armamento individual e da organização de unidades – companhias ou "bandeiras", pois cada uma dessas companhias tinha a sua bandeira ou estandarte. As "companhias de emboscada" da guerra holandesa estão perfeitamente incluídas nas ordenanças do infeliz soberano morto em Alcacer-Quibir. Tais como as bandeiras de Fernão Dias Pais, por exemplo, quer atuando no sul, quer indo em busca de riqueza mineral em Minas. Embora isso não seja aquela "voz corrente", está na His-

tória do Exército Brasileiro – *Perfil Militar de um Povo*, "a voz oficial" do Ministério do Exército, volume I.

Social ou racialmente, de 1630 a 1654, os nossos combatentes são brancos, negros, índios e respectivos mestiços, exatamente como hoje, o mesmo acontecendo com as bandeiras e a Guerra do Paraguai, ou a campanha da FEB, por exemplo. Logo, já tínhamos um povo, e a força armada terrestre, com unidades regulares e irregulares, é, realmente, a expressão desse povo. E foi este que, armado, derrotou o domínio holandês, ao cabo de 24 anos de guerra.

O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO E SEU PAPEL HISTÓRICO

João Evangelista Mendes da Rocha*

A implantação da obrigatoriedade do serviço militar, no Brasil, tem uma longa história que remonta ao princípio do século.

Idéia lançada por volta de 1907, só entre os anos de

* General-de-Brigada reformado.

1915 e 1916 veio a tomar corpo, com as pregações de Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, entre outros patriotas, fundadores da Liga de Defesa Nacional (LDN). Com ela levantaram a bandeira do Serviço Militar como instrumento capaz de apagar as fronteiras entre civis e militares, através da disseminação da "consciência civil" nos quartéis. Fruto desse processo de amalgama, surgiria a figura do "cidadão-soldado", identificando Exército e Nação, para o soerguimento de "uma força nacional real" a serviço dos interesses do País. A instituição do Serviço Militar obrigatório, em outubro de 1916, inseria-se no quadro maior de uma campanha nacionalista em grande escala, centrada no patriotismo e no culto às tradições brasileiras.

Decorridos 80 anos, essa modalidade de conscrição reveste-se dos mesmos valores democráticos que inspiraram os precursores da LDN, fazendo, do serviço militar obrigatório, o canal através do qual as Forças Armadas recebem, anualmente, cerca de 100 mil jovens (10% dos 1,3 milhão de alistados) de todos os segmentos da sociedade, sem

distinção de raça, classe social ou religião, irmanados no afã de servirem à Pátria.

Lastimável é a constatação de que, por motivos diversos, o número dos incorporados, a partir de 1992, venha diminuindo, ultrapassando a casa do milhão o número dos alistados dispensados. Em 1995, o Exército só incorporou 99.668 jovens de um contingente de quase 1 milhão e trezentos mil alistados e, em 1996, os incorporados não atingiram 92.000.

Foi na II Guerra Mundial, quando da organização da Força Expedicionária Brasileira, a nossa FEB, que tomou parte efetiva no conflito, a prova de fogo do acerto de nosso tipo de convocação. Elementos da ativa, reservistas de 1^a categoria e oficiais da reserva de 2^a classe, oriundos dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, os CPORs, recrutados em todos os rincões da Pátria e das mais diversas profissões, escreveram uma das mais gloriosas páginas de nossa história militar.

"Um país pleno de riquezas, despertadoras da cobiça internacional, jamais poderá abrir mão da juventude para defender sua

soberania. O acentuado amor que nosso povo demonstra pelo Brasil permite afirmar, sem dúvida, que a prestação de serviço militar, antes de caracterizar-se como um dever imposto e penoso, é encarada pelos jovens como exercício de um gratificante direito." (Diretoria do Serviço Militar, Revista do Exército Brasileiro, Abr/Jun-93).

Em contraposição ao serviço militar obrigatório, estão surgindo os defensores do fim dessa idéia e, em seu lugar, a institucionalização do serviço facultativo, profissional e melhor remunerado, com redução do efetivo das Forças Armadas. Com a nossa discordância desse ponto de vista, nada impediria que, na manutenção da atual modalidade do serviço militar, possa ser aproveitada a estrutura castrense na constituição de um grupamento profissional, de forma permanente, dotado de modernos recursos bélicos, e prontos para o cumprimento de missões especiais, em tempo de Paz, como ora acontece em Angola.

Consideramos de caráter perigosamente restritivo o conceito de Forças Armadas puramente profissionais,

desvinculadas das nossas atribuições internas, voltadas para as atividades complementares nas áreas econômicas, sociais e assistenciais, como vem acontecendo, com o apoio da sociedade civil.

Por outro lado, há motivos de sobra para se associar o fim do serviço militar aos interesses escusos das grandes potências, pela óbvia razão de que é mais fácil subjugar um país que não possui suas Forças Armadas perfeitamente afinadas com o povo.

DAVI VERSUS GOLIAS

Ney Salles*

O título tem tudo a ver com o artigo publicado em *O Globo*, de 2 de junho de 1996, assinado por Keay Davidson, "Alta Tecnologia Molda Soldado do Século XXI".

Em nosso Exército, a deficiência de equipamentos individuais e uniformes é conhecida de longa data. Aconteceu com a FEB na Itália, sendo necessário, na

chegada ao teatro de operações, distribuir, aos brasileiros, material americano.

Nas Malvinas, era evidente essa deficiência do lado argentino, em contraste com os equipamentos individuais e uniformes dos ingleses.

Na atualidade, temos, na Amazônia, um teatro de guerra em potencial. A primeira pergunta que fazemos é se essa parafernálio tecnológica é adequada às operações no ambiente amazônico? Temos nossas dúvidas, embora não descartemos de todo a possibilidade de vir a ser usada por um invasor que dela disponha. Resta-nos encontrar meios de enfrentá-la em uma situação real.

Claro está que *tecnologia se combate com tecnologia*. Mas isso não é tudo. No caso brasileiro e, principalmente, no ambiente operacional amazônico outros fatores devem ser considerados.

Soldado contra soldado, o nosso teria a seu favor maior rusticidade e melhor adaptabilidade ao ambiente operacional.

O meio físico regional é diversificado. Florestas, rios, planícies, elevações e pantanais intercalam-se nas diferentes áreas que compõem a Amazônia Brasileira.

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

A doutrina de guerra na selva em vigor no nosso Exército é constantemente atualizada pelo CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva, e reconhecida internacionalmente. Temos, além disso, experiência de guerra irregular na área.

A estrutura militar existente na Amazônia está em fase de ampliação, precisando ser dada prioridade ao projeto Calha Norte.

A capacitação tecnológica do militar brasileiro e da indústria nacional permite uma rápida familiarização com novos equipamentos e uma mobilização industrial para fins bélicos. A nosso ver, essa é, contudo, nossa principal vulnerabilidade.

Por isso dissemos, nas respostas/sugestões ao Info 1/96 KA – PADECEME, que não podemos assumir sozinhos a tarefa de manter nossa soberania na área. São necessárias outras medidas envolvendo os demais campos do Poder Nacional, principalmente o político-diplomático, através do Executivo.

Urge o quanto antes, o tempo é um dos fatores da decisão, criar uma Zona de Exclusão para o isolamento da área. Nesse aspecto, tivemos oportunidade de fa-

zer chegar essa opinião a quem tem condições de influir na decisão, a nível de governo.

Mas vamos ao que interessa. Com base nesses pressupostos, arriscamos listar algumas condicionantes relacionadas com o nosso preparo para a eventualidade de uma guerra na área. São elas: a guerra na selva assim como a guerra irregular é sobretudo um confronto entre vontades (forças morais); o combate aproximado nesse tipo de operações constitui uma realidade e não uma excepcionalidade (instrução); a selva impõe variadas restrições a um intruso e multiplica as vantagens do natural da terra (emprego); a alta tecnologia é confrontada pela rusticidade e primitivismo dos meios empregados (equipamento); e o ambiente operacional amazônico é compatível com o emprego de pequenas frações/unidades (organização).

Assim sendo, acreditamos que esse "guerreiro do futuro" possa ser enfrentado pelas seguintes razões: o combate aproximado torna o armamento de baixa potência (calibres menores e cartucheiras) e as armas silenciosas (faca e bestas) mais letais; o emaranhado da vegetação de baixo porte acarreta a dispersão dos feixes dirigidos por equipamentos dotados de sistemas de pontaria a laser e/ou infravermelhos; as ondas eletromagnéticas podem ser desorcidas pela vegetação de alto porte e por meios artificiais; os fumígenos têm a duração prolongada pela inversão da fumaça ao atingir a copa das árvores; as minas e armadilhas de madeira são de fácil construção e difícil detecção; o equipamento computadorizado é suscetível de ser neutralizado através de contramedidas eletrônicas (vírus); o emprego de viso-

res, sensores e detetores termo-eletrônicos pode ser iniciado por meios mecânicos (fogo) e artificiais (feixes eletrônicos); a munição explosiva de morteiro e artilharia tem seus efeitos ampliados pelo estilhaçamento, ricochete e ação do sopro; os cursos de água podem ser agravados com a utilização de minas flutuantes e/ou subaquáticas, dificultando a infiltração fluvial; e o tiro a curta distância, visando a cabeça e o peito do inimigo, danificará os equipamentos mais sensíveis tornando-o cego, mudo e desorientado.

Para terminar, voltamos ao título, "Davi versus Golias", para lembrar que com uma simples pedra lançada por uma funda contra um ponto vulnerável não protegido, Davi acabou matando Golias. E esse soldado híbrido não é nenhum super-homem. Apesar disso, não devemos incorrer no erro de subestimá-lo.

INSTALAÇÃO DO CEMITÉRIO MILITAR BRASILEIRO DE PISTÓIA

A Força Expedicionária Brasileira (FEB), como as demais forças aliadas, envolvidas na Segunda Guerra Mundial, teve necessidade de instalar o seu cemitério-militar, como consequência natural de suas ações de combates.

Assim, em novembro de 1944, quando a 1^a Divisão de Infantaria Expedicionária estava profundamente engajada em combates na cordilheira dos Apeninos contra a linha Gótica do dispositivo defensivo alemão, seu Comandante, General-de-Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes, determinou, com o aval de autoridades do V Exército dos Estados Unidos que a FEB integrava, que uma Comissão composta de brasileiros e americanos, escolhesse um terreno, na província de Pistoia, onde estava instalado o Quartel General Recuperado da FEB, para proceder à organização do Cemitério Militar Brasileiro.

Foi escolhido um terreno na localidade de São Roque,



Foto nº 1 – Vista parcial do Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia (ao fundo, a igreja da localidade de São Roque).

a 4 quilômetros do centro de Pistoia, nas proximidades do Cemitério Municipal e da Igreja local (foto nº 1).

Aprovada a escolha, em 2 de dezembro de 1944 foi feita a requisição militar da área, pelo Ajudante Geral do Estado-Maior Especial da 1^a DIE (1^a Divisão de Infantaria Expedicionária), Coronel Oswaldo Araújo Motta que, juntamente com o 1º Tenente R. F. Fitzsevald, representante do Comandante da Engenharia do V Exército, recebeu o terreno escolhido, do advogado Pietro Landini, seu proprietário.

A área requisitada era, inicialmente, de 15.389 metros quadrados, com uma frente de aproximadamente 200 metros, estendendo-se

do Cemitério de São Roque, já citado, até o cruzamento da antiga rua "Carota e Molina" com a rua "Sei Arcoli", que defronta o Cemitério Brasileiro.

Os organizadores reservaram uma faixa distando de quatro metros do cemitério italiano, para uma pequena estrada, que limitou a parte sul do Cemitério da FEB, e plantaram um jardim que circunda todo o local destinado às sepulturas.

Na mesma data, o recinto foi abençoado pelo Capelão Militar, Padre Noé Pereira, na presença do Capelão Chefe do Serviço Religioso Católico, Tenente-Coronel João Pheeney de Camargo e Silva, ambos efetivos da 1^a DIE.

Participaram da solene cerimônia o 1º Tenente Intendente Lafayette Vargas Moreira Brasiliano, todos os oficiais e praças do Pelotão de Sepultamento e muitos outros militares da tropa brasileira, vindos à Pistoia especialmente para assistir ao ato que consagrava aquela terra como destinada a acolher os heróis brasileiros tombados no cumprimento do dever militar em terras da Itália.

O 1º Tenente Lafayette Brasiliano, Comandante do 1º Pelotão de Sepultamento, foi o verdadeiro organizador do Cemitério, tendo como

Subcomandantes os 2ºs Tenentes Copérnico Arruda Cordeiro e Dalton Santos Martins da Costa que, segundo a necessidade do serviço, revezavam-se no desempenho da função. Esses oficiais contavam, também, com a valiosa colaboração do 1º Sargento Hiran Soley, sargeanteante.

Deveu-se, pois, a essa equipe a instalação do Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia.

Rapidamente o terreno foi demarcado e dividido em doze quadras. O Tenente Lafayette, certamente prevendo que nem todas se-

riam utilizadas, iniciou os sepultamentos pela quadra central, que tem, como base, o lado contíguo ao cemitério italiano de São Roque.

As quadras foram dispostas em coluna por três, e marcadas com letras maiúsculas do alfabeto: a quadra "A", foi a primeira do centro, seguida da "B" na mesma fila; à sua esquerda estava a quadra "C", seguida da quadra "D", também na mesma fila; à sua direita ficou a quadra "E", destinada a dar sepultura aos alemães recolhidos pelos brasileiros após os combates (foto nº 2).



Foto nº 2 – Vista parcial do Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia, com a organização das quadras de sepulturas (em primeiro plano, visitantes brasileiros).

Concomitantemente à instalação do Cemitério, foi assinada, pelo Major Aristides Espellet Humpierre, adjunto da Ajudância Geral da 1^a DIE, com a participação do 1^a Tenente R. F. Fitzsevald, representante do Comandante da Engenharia do V Exército dos Estados Unidos, a requisição do "Villa Landini", um velho edifício, ainda bem conservado, com quinze peças residenciais, para servir como sede do 1^º Pelotão de Sepultamento.

A casa estava situada na rua "Bartolomeo Sestini", a 150 metros do Cemitério Militar Brasileiro, em uma travessa paralela à rua "Sei Arcoli". Era propriedade do Engenheiro Landino Landini, irmão do advogado Pietro Landini.

O 1º Pelotão de Sepultamento, que fora constituído desde julho, quando o 1^º Escalão da FEB ainda se aproximava da Europa, contava agora com lugar seguro para o desempenho das tarefas de Comando e de Administração do Cemitério.

Os primeiros brasileiros mortos em combates perto do litoral tirrenico, tinham sido sepultados nos cemitérios militares dos Aliados, e

até mesmo em cemitérios municipais da Itália. A partir de dezembro de 1944, passaram a ser trazidos diretamente para o Cemitério Brasileiro, para onde foram transladados os brasileiros mortos anteriormente.

Com muita dedicação, do 1º Pelotão de Sepultamento tinha instalado o Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia.

Subtenente Miguel A. P. dos Santos Pereira

Zelador do Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia

dial. O exame do original da carta, que acompanha o protocolo (Figura 1), mostra claramente as dimensões do grande espaço territorial sobre o qual a Inglaterra e a França estenderam suas áreas de influência: à França coube o atual território da Síria, o Líbano, o norte do Iraque e parte da Anatólia (A); à Inglaterra, o restante do Iraque, a Jordânia e a região costeira do Golfo, na Península Arábica (B).

Com a entrada de Istambul na guerra, ao lado das potências mediterrâneas, em 29 de outubro de 1914, a Inglaterra resolveu tirar proveito do nacionalismo que brotava entre as minorias no Império Otomano. Entre julho de 1915 e março de 1916 teve origem acha-mada "correspondência Husayn-McMahon", uma troca de cartas na qual foram negociadas as condições de uma aliança anglo-árabe. Nela, Sir Henry McMahon, Alto comissário britânico no Egito, assegurava a Sharif Husayn, em Meca, o apoio de Londres à criação de um Estado nacional árabe, uno e independente. Em 5 de junho de 1916, conforme o combinado, os árabes se levantaram em armas, sob o comando do

filho de Husayn. A campanha

AS RAÍZES DO CONFLITO NO ORIENTE MÉDIO

O Tratado Sykes-Picot de 1916

As tensões no Oriente Médio têm raízes profundas. O Tratado Sykes-Picot de 1916, conhecido apenas pelos interessados no estudo da História, é tido por muitos como uma das principais causas da desconfiança até hoje presente na relação dos árabes com o Ocidente. A partilha do Império otomano, então aliado da Alemanha, foi decidida durante o transcurso da Primeira Guerra Mun-

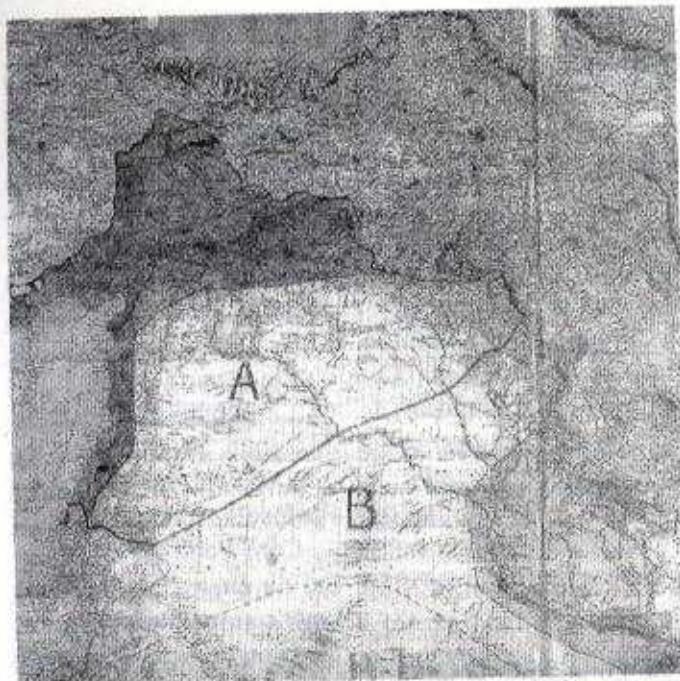


Figura 1 – Espaço territorial sobre o qual a Inglaterra e a França estenderam suas áreas de influência

nha, coordenada por britânicos e árabes, levou os turcos à trégua de 30 de outubro de 1918.

Já em 21 de outubro de 1915, Londres informara Paris acerca da correspondência Husayn-McMahon. O resultado dessa troca bilateral de interesses viria desaguar no acordo firmado a 9 de março de 1916, elaborado por Sir Mark Sykes e Charles Georges Picot, que, sem levar em consideração as promessas feitas a Husayn, repartia o Oriente Médio entre as potências da "entente cordiale". Itália e

Rússia ratificaram esse acordo logo em seguida.

Os principais beneficiários do tratado foram a França e a Grã-Bretanha. À França foi assegurada uma área que abrangia os atuais Estados da Síria e do Líbano, bem como o norte do Iraque e uma porção da Anatólia. À Inglaterra coube o território correspondente ao restante do Iraque, à Jordânia e à parte da Península Arábica na costa do Golfo, já sob domínio britânico desde antes da guerra. Cada uma dessas regiões foi ainda subdivi-

vidida em setores sob controle direto e "zonas de influência". A Rússia ficou com Istambul, os Dardanelos e algumas regiões da Armênia e do Kurdistão. Em abril de 1917, na forma do subsequente Tratado de Saint-Jean-de-Maurienne, foram entregues à Itália o sul e o sudeste da Anatólia. Sob pressão da Rússia, ficou acertado que a Palestina, em razão dos sítios sagrados, seria mantida sob administração internacional, ao invés do controle inglês inicialmente previsto. Haifa e Acre, contudo, permaneceriam britânicos.

Em novembro de 1917 a União Soviética tornou público o Tratado Sykes-Picot. Os árabes ficaram horrorizados. Entretanto, em visível contradição em relação aos acordos firmados com Husayn estava, também, a Declaração de Balfour, datada de 2 de novembro de 1917, na qual Londres hipotecava o seu apoio à criação de um Estado judeu na Palestina, diplomaticamente denominado "um lar para os judeus".

Em vista da previsível vitória da *Entente*, não restava a Husayn outra alternativa além de aceitar, em face dos protestos ingleses se-

cundados por Paris, a manutenção de sua palavra perante os árabes. Restou daí tão-somente a desconfiança.

As declarações conjuntas provenientes de Paris e Londres serviam para encobrir as divergências entre ambos aqueles Estados, que só haviam firmado o acordo Sykes-Picot mediante o reconhecimento conjunto de que qualquer interesse de uma das partes na região dependia, para a sua efetivação, da concordância da outra. Os dois aliados temiam ameaças estratégicas, caso o parceiro viesse a obter ganhos desproporcionais no Oriente Médio.

Em abril de 1920, por ocasião da Conferência de San Remo, o Tratado Sykes-Picot foi retocado, a fim de eliminar as diferenças franco-britânicas que nesse meio tempo se colocaram em franca evidência.

Também no decorrer de outras negociações do pós-guerra foram modificados alguns detalhes. As perdas territoriais localizadas no coração da Turquia foram rejeitadas por Istambul. As pretensões russas e italianas foram esquecidas. A região ao redor de Mosul foi reconhecida como zona britâni-

ca, e não francesa. A Palestina ficou sob administração britânica. Em linhas gerais, no entanto, as decisões sob mandato da Liga das Nações vieram ao encontro das linhas mestras do Tratado Sykes-Picot. A França, que não havia participado das operações militares no Oriente Médio e que somente debaixo de forte pressão diplomática conseguira obter da Inglaterra, na forma do acordo, a transferência do domínio sobre a Síria, conduziu uma política de ocupação com mão de ferro, ao contrário de Londres. Em 20 de março de 1920, o Congresso sírio declarou a independência e coroou Faysal, filho de Husayn, que aliás

havia sido previsto pela Inglaterra para ser o primeiro mandatário sírio, como rei. Londres não hesitou em apoiar a contenção, pela França, da insurreição síria, dando a Faysal, todavia, a título de pagamento por sua lealdade aos ingleses, o trono do Iraque. Como compensação, o irmão de Faysal, Abdallah, a quem havia sido prometido o trono de Bagdá, recebeu o Emirado da Jordânia, para tanto criado a partir de territórios iraquianos. Das reformas administrativas levadas a cabo pelos franceses, durante seu mandato sírio, resultou a separação do território em dois Estados – a Síria e o Líbano. Incluindo-se a Arábia



Políticos e Estrategistas – O Rei do Iraque, Faisal I (1883-1933) e Thomas Edward, conhecido como "Lawrence da Arábia" (terceiro a partir da direita), na Conferência de Paris de 1920

Saudita, assim surgiram, ao invés do originalmente idealizado Estado árabe unificado, cinco países árabes – na sua maioria conflitantes – e Israel. Alguns dos atuais problemas do Oriente Médio dizem respeito a reivindicações territoriais dos anos seguintes à Primeira Guerra Mundial. Os mais críticos, dentre estes, são as imprecisas cláusulas estabelecidas nas cartas trocadas entre Husayn e McMahon, com referência às fronteiras dos Estados árabes a serem criados.

Neste ponto, McMahon insistia na exclusão das “*regiões da Síria a oeste do Distrito de Damasco, Homs, Hama e Aleppo, que não poderiam ser caracterizadas como puramente árabes*”. Husayn aplicava o mesmo raciocínio ao Líbano e à costa síria, assim justificando as pretensões árabes sobre toda a antiga região da Palestina. Apesar dos indícios em contrário, Londres persistia, desde 1922, na idéia de considerar toda a faixa litorânea, do Sinai até a Turquia.

Apesar disso, houve oportunidades, logo após o término da I Guerra Mundial, para um acordo árabe-judaico. Em janeiro de 1919,

sob intermediação inglesa, Faisal e Chaim Weizmann, presidente do Movimento Sionista, assinaram um documento que aprovava “*a imigração em massa de judeus para a Palestina*”, desde que “*aos camponeses e arrendatários árabes fossem assegurados os seus direitos*”. Os sionistas, que sómente após a Declaração de Balfour haviam tomado conhecimento da correspondência Husayn-McMahon, se comprometeram a enviar uma comissão de peritos à região, para pesquisas as condições econômicas da Palestina, assim como dos “Estados árabes”.

O documento foi lavrado segundo “*a consciência do parentesco racial e dos antigos laços existentes entre os povos árabes e judeus, bem como o reconhecimento de que o caminho mais seguro [para a] concretização de nossas aspirações nacionais [passaria] pela cooperação mais estreita possível no desenvolvimento dos Estados árabes e da Palestina*”.

A condição imposta por Faisal era, contudo, o Estado árabe já previsto em acordo. Mas a insistência da França na exclusão de Faisal e em não se desviar

das esferas de interesse em jogo, torpedeou toda e qualquer nova tentativa de aproximação entre judeus e árabes. A solidariedade entre os europeus e, em particular, a recusa da França em manter, após a guerra, as promessas feitas aos árabes, constituíram as bases da persistente desconfiança desses últimos em relação ao Ocidente.

Atribuir igualmente à França e Inglaterra a culpa pela crise no Oriente Médio, seria uma simplificação inadmissível. Ambas agiram de acordo com as regras políticas da época, a fim de resguardar seus pretensos interesses. Há também que se considerar que uma política favorável ao Rei Faisal, no sentido da cooperação com um Estado judaico, contaria certamente com a desaprovação de uma grande parte da população. Míope, no entanto, foi a política europeia, ao despertar esperanças que não tinham qualquer chance de se concretizar. Acerca do nacionalismo árabe, Sir John Troutbeck escreveu o seguinte: “*Os árabes o aprenderam com a Europa e a América. Infelizmente, muitos deles o aprenderam na sua mais rudimentar e desmedida forma. Pois*

(...) ele prolifera no meio da raiva e da desconfiança".

Bibliografia

SACHAR, Howard, *The Emergence of the Middle East, 1914-1924*, Alfred Knopf, New York, 1969.

TROUTBECK, Sir John, "Stresses Within the Arab World." *Yearbook of World Affairs: 1958*, London.

ZEINE, Zeine N., *The Struggle for Arab Independence In Independence*. Caravan Books, Delmar, 1977.

*Sidney E. Dezn -
Politicólogo e Jornalista*

*(Matéria extraída de artigo
publicado na revista "IFTD",
editada pelas Forças Armadas
da Alemanha - n° 6, junho 1996.*

*Tradução pelo Coronel de
Artilharia e Estado-Maior
Roberto Rodrigues)*

TEMPO HISTÓRICO, ESPAÇO E CUL- TURA NO NORDESTE BRASILEIRO

O que se tem denominado Nordeste é o conjunto de nove estados brasileiros – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio

Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia – que se estendem, pelo litoral, da fronteira cacaueira da Bahia com o Espírito Santo até os limites da Bacia Amazônica e, para o interior, até os chapadões situados um pouco além do rio São Francisco e aquém do Tocantins.

A expressão "Nordeste" é recente e terá sido usada, pela primeira vez, por volta de 1912, pelo publicista pernambucano Arthur Orlando, germanista da Escola do Recife. Até então, aludia-se a *Norte do Brasil*, conceito que englobava, indistintamente, os estados brasileiros localizados acima da linha do Equador. Em torno dos anos vinte deste século, o conceito de Nordeste passou a adquirir feição mais cultural e sócio-econômica que geográfica, o que conduziu à *nordestinidade* esposada por pensadores que se sucederam – Arrojado Lisboa, Epitácio Pessoa, Agamenon Magalhães, José Américo de Almeida e Vicente Licínio Cardoso, entre outros.

Entre esses analistas, dois merecem menção especial – Gilberto Freyre e Djacir Menezes.

Enquanto Freyre, a partir de obras como *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Nordeste* (1937), deteve-se sobre a sub-região açucareira da zona da mata, com seus vales úmidos e solo peggioso, tipo massapê, Menezes fixou-se, com *O Outro Nordeste* (1937), em sub-região oposta àquela. Trata-se do Nordeste do semi-árido, marcado por secas devastadoras que esturricam as catingas. Sua base econômica residiu, historicamente, em complexo algodoeiro-pecuário presidido pelo criatório que, desgarrando-se da cana-de-açúcar litorânea, permitiu a ocupação do *hinterland* nordestino.

De um ponto-de-vista mais rigoroso, o Maranhão, embora fazendo parte do chamado Nordeste Ocidental, pertence à Bacia Amazônica. No extremo oposto, Bahia e Sergipe tiveram formação bastante peculiar, o mesmo ocorrendo, no Nordeste Ocidental, com o Piauí, constituído no rastro da irradiação das boiadas. Disso resultou a conformação geográfica bastante peculiar dessa unidade da Federação, larga por dentro e estreita por fora. O litoral não possui importância alguma para o Piauí, cuja ca-

pital sempre se localizou no interior, desde a antiga Oeiras à atual Teresina.

Firmadas essas observações, podemos concluir, com Gilberto Freyre em *O Livro do Nordeste* (1925) e Vamireh Chacon em *Pernambuco Marítimo - O Recife e a Economia Mundial* (1985), que o Nordeste propriamente dito se trata da área polarizada pelo porto do Recife e abrangendo os estados de Pernambuco, Alagoas (que, como a comarca de São Francisco, até 1824 pertenceu a Pernambuco), Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, este compreendendo mais a zona caririense, ao sul, que o eixo Aracati-Fortaleza-Sobral, ao Norte.

Para Vamireh Chacon, toda essa zona encontra-se unida por idêntica formação, tributária da Hansa Tropical do porto do Recife. Trata-se do *berço da nacionalidade*, na medida em que, no início do século XVII, três das capitâncias nordestinas - Pernambuco, Itamaracá e Paraíba - rendiam mais para a Coroa portuguesa que todo comércio com as Índias. Nesse mesmo século, o Nordeste plasmou sentimento de nacionalidade ao emanci-

par-se do jugo holandês, que tinha a seu favor o chamado "papel forte" do padre Antônio Vieira.

Decomposta em Nortes-te da cana-de-açúcar, no litoral, Nordeste do agreste, produtor de gêneros de subsistência, atrás do litoral, e Nordeste algodoeiro-pecuário, no sertão, a região nordestina - que não é homogênea, por compor-se de vários Nordestes - experimentou percalços que a empobreceram.

A primeira anomalia apresentou-se pelo caráter introvertido de atividades como a cana-de-açúcar e o algodão que, inicialmente apoiados no braço escravo, enrijeceram estrutura agrária centrada sobre grande propriedade de baixíssima rentabilidade. Sem conseguir, no século XVIII, competir com o açúcar antilhano, essa estrutura acusaria graves distorções na centúria seguinte, quando o eixo da economia brasileira se deslocou para o centro-sul.

Nessa perspectiva, o Nordeste passou a significar, no espaço econômico do capitalismo nacional, região periférica equivalente à zona de miséria, desemprego e fome. Quando, por volta dos anos sessenta desse século,

o Rio Grande do Sul empobreceu, não faltou quem o tachasse de "O Novo Nordeste".

A reação a esse estado de coisas sobreveio, historicamente, em termos de elite, com as Revoluções de 1817, 1824 e 1849. A nível do povo miúdo, através de movimentos como a Balaiada maranhense, a Cabanagem alagoana, o Ronco da Abelha paraibano e Quebra-Quilos. E no que tange aos coronéis sertanejos, com uma série de movimentos do tipo Padre Cícero, no Juazeiro cearense, e Princesa, na Paraíba, este último às vésperas da Revolução de 1930. Manifestações como cangaço e messianismo, particularmente ativas entre 1870 e 1940, são modernamente consideradas como *difusa resposta das massas* às injustiças que se acumulavam.

Em verdade, a História social do Nordeste significou a transposição da economia de abundância para a de escassez, o que explica a montagem de oligarquias destinadas a concentrar em poucas mãos a riqueza que escasseava.

A rigidez dessas oligarquias, pouco receptivas a mudanças, explica como

realizações do tipo "obras contra as secas", capturadas pelo poder político tradicional, trouxeram ao Nordeste benefícios inferiores aos investimentos procedidos. Mais recentemente, os esforços da SUDENE não melhoraram a estrutura da região, que continuou fragilizada e exposta à velha política de emergência em face das secas. *O problema nordestino não é de falta de água mas de estrutura agrária.* Assim é na região canavieira, onde o homem nordestino vive em piores condições. Entre 1958 e 1964, a irrupção das Ligas Camponesas deixou isso bastante claro.

Dentro desse quadro, a situação do Nordeste é bastante contraditória. Seu

povo, criador e inventivo, possui sentimento nacional bastante vivo, expressado em criações de real significado. Tal é o que se deduz com o barroco tropical na arquitetura, cordel e cantadores no folclore, regionalismo na literatura, tropicalismo na pintura e ainda na poesia, música, teatro e cinema. Neste, o chamado Cinema Novo, de Linduarte Noronha e Glauber Rocha, datado de 1960, impregnou-se de *espírito telúrico* como marca da verdadeira cultura nordestina (e brasileira).

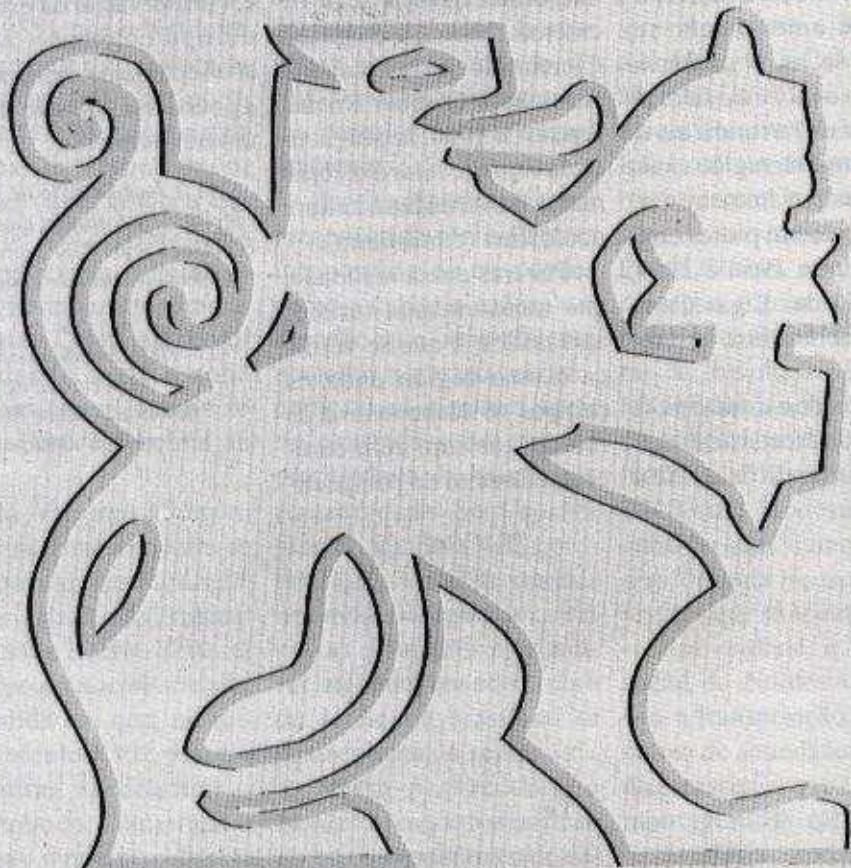
Por trás dessa realidade, que tanto encanta turistas apressados, o que se verifica é uma região onde os campos se despovoam e as cidades incham, com comprometimento de perspecti-

vas e qualidade de vida. A participação nordestina no produto interno do país tem decrescido nas últimas décadas. Data daí como se tem falado até na inviabilidade do Nordeste. Trata-se de sofisismo. O Nordeste não é inviável. O que o torna impraticável, em nossos dias, é a preservação da estrutura do tipo colonial – apenas artificialmente modernizada a pouco mais de sete anos de um novo milênio.

José Octávio de Arruda Mello – Historiador, doutor em História Social (USP), professor da Universidade Federal da Paraíba

(Informação extraída de matéria publicada na Revista do Clube Militar – nº 312, Jul/Ago-1993)

*Marques Saraiva.
Desde 1932, estabelecendo
parcerias de sucesso.*



Marques Saraiva Gráficos e Editores Ltda.
Rua Santos Rodrigues, 240 - Estácio - Rio de Janeiro RJ
Tels: (021) 502.9498
Fax: (021) 293.5580

DESTAQUES DA IMPRENSA

O BRASIL TEM HUMUS E TEM RAÍZES

O Dr. António Gomes da Costa vive no Rio de Janeiro, é Presidente da Federação das Associações Luso-Brasileiras, do Real Gabinete Português de Leitura e de outros organismos aglutinadores de Portugueses no Brasil, além de Presidente do Banco Itaú. Tem, ainda, outra qualificação importante: é nosso sócio dedicado e coloca o amor a Portugal acima de tudo, o que justifica os seus constantes escritos na imprensa brasileira na defesa de Portugal e da sua história.

A Revista SHIP e o Boletim Informativo têm publicado, sempre que possível, alguns dos seus trabalhos, mas para além do assunto sempre atual dos seus textos, acresce a vantagem de ficarmos a saber o que os brasileiros de agora – pelo menos uma parte bem representativa da “cultura” brasileira de hoje –, dizem de nós, portugueses. E as respostas adequadas e oportunas do Dr. Gomes da Costa a essas críticas ao nosso país.

Ao abrir o “Seminário Camões”, no Real Gabinete Português de Leitura, uma professora universitária, graduada em Antropologia e História, chamava a atenção do auditório para a tendência, muito comum no seio da “intelligentzia” nacional, de depreciarmos as origens e o passado. E colocava, em contraste com a nossa, a posição dos australianos. Estes tiveram o seu país colonizado, no início, exclusivamente pelas populações das massmorras britânicas. A Coroa inglesa determinou que se enviassem os condenados dos presídios para as novas terras conquistadas – e encheram-se os porões dos navios, no porto de Londres, não com trabalhadores do campo, ou carpinteiros, ou artesãos, mas com milhares de criminosos que foram despejados à força na colônia. Pois são esses homens, em débito com a sociedade da época, que, juntamente com os grupos aborígenes, começam a explorar o novo continente.

Ora, os australianos, quando hoje evocam as origens, não amaldiçoam Sua Majestade pela ordem régia de 1778, nem se lamentam porque a maioria dos ante-

passados não tinha folha corrida recomendável e deu com os costados nas enxovias de York, ou do golfo de Carpentária. Eles não dizem: *“com tantos degredados e malfeiteiros, não poderíamos ser melhores”*; entretanto, proclamam, batendo no peito, com um certo ufanismo e abençoando as manadas de cangurus: *“apesar dos ingleses nos terem mandado a escória, vejam o país bonito e próspero que construímos”*.

No Brasil, agimos diferente. Nunca realçamos o empenho dos portugueses, após o Descobrimento, em cuidar dos novos domínios do poente, como escreveu mestre Duarte Leite. Se exploraram o litoral; se organizaram expedições e chegaram ao Rio da Prata; se logo a seguir ao desembarque em Porto Seguro *“transportaram as cruzes, os evangelhos, os códigos, as armas, os gados, as charruas e as sementes”*; se estabeleceram, ao tempo de D. João III, o regime dos donatários para desenvolver uma colonização sistemática; se partiram para a conquista do território e o povoamento, a evangelização e a catequese, pouco importa a epopeia

ninguém liga! Pelo contrário: criam-se os "mitos da depreciação". Desde o degredado Afonso Ribeiro, que juntamente com mais dois, segundo a carta de Pero Vaz de Caminha, foram meter-se entre os índios e dormir com eles, até à pilhagem no comércio do pau-brasil, ou ao genocídio dos tupinambás, a idéia que se procura sempre fixar é a de que o país, tendo sido colonizado pelos portugueses, recebendo condenados e espiroquetas do Reino, não poderia dar melhor do que deu.

A certa altura, à sífilis lusitana, para escurecer o diagnóstico, junta-se o atraso do índio e a ignorância do negro – e pronto, da união "das três raças tristes" resultou, segundo a cartilha da escovaleta, o país que somos. Ou melhor, gerou-se o Brasil das desigualdades e das carências, do analfabetismo e das assimetrias regionais, do coronelismo e da corrupção, das mazelas e das exclusões. Do que recebemos de bom e de extraordinário ao correr da História não fala o Manoel Bonfim, nem o ex-Padre Torres.

Mas até os que trazem a lide, para os mal-julgar, os indígenas e os negros, mes-

mo esses não livram os portugueses da maior quota de responsabilidade: a origem dos nossos males e das nossas misérias está no modelo da colonização e nos gens trazidos da metrópole. Não somos um país que se formou graças à visão de estados, ou aos feitos de heróis; ao trabalho dos engenheiros e à mestiçagem; à coragem dos soldados e ao espírito de aventura dos bandeirantes, à tolerância e à cordialidade. Pelo contrário: para os desenraizados somos um Brasil forjado por gente ordinária e ignorante, por brancos cheios de escorbuto, por índios preguiçosos, por escravos rebeldes, por uma aristocracia dormente, por missionários despojados e por ouvidores e meirinhos sem escrúpulos. Com gente dessa qualidade parece até impossível como se fez o país que somos! Como se conquistou e defendeu o território imenso que possuímos!

Como fomos capazes de difundir, de norte a sul, a Língua e a Cristandade! Como vencemos os corsários que infestavam as costas atlânticas e desbravamos os sertões! Como plantamos nos trópicos uma Civilização! Como chegamos a ser,

enfim, a grande potência que já somos!

Agora, que entramos no ciclo das comemorações de Porto Seguro, precisamos corrigir a deformação e os juízos de valor. Jamais os sombrios e os complexados, na sua paranoíia, irão fazer com que nos orgulhemos das raízes. Cheiram a cemitério e por eles as crianças, nas escolas, e os jovens, nas Universidades, nunca descobririam o Brasil generoso e grande que foi o sonho e a obra de nossos maiores.

(Reprodução da matéria publicada no "Magazine SHIP" – Sociedade Histórica do Suplemento do Boletim Informativo nº 126 da Independência de Portugal, e assinada por A. Gomes da Costa)

TENTAÇÃO ARMADA

A Argentina começou pela Aeronáutica o engajamento das Forças Armadas no combate ao tráfico de drogas. A decisão argentina contraria opinião dos parceiros do Mercosul – Brasil, Uruguai e Paraguai – no sentido de não misturar questão militar com o combate aos cartéis

de drogas, tarefa eminentemente policial. No caso da Argentina, a Constituição estabelece que a função de enfrentar o narcotráfico cabe à Guarda Costeira, à Polícia Federal e à Polícia de Fronteiras, ligadas ao ministério do Interior.

São filigranas constitucionais que a Argentina trata de resolver, enquanto o narcotráfico se avoluma. Tal como no Brasil, quem deveria combater o tráfico não combate, daí a tentação de recorrer às Forças Armadas, que, no entanto, neste assunto, só devem contribuir com "apoio logístico".

Mas o presidente Menem, ao se decidir pelo engajamento das Forças Armadas, cedeu às pressões dos Estados Unidos, interessados em combater o fluxo de drogas na América do Sul de qualquer maneira. Em troca dessa posição, a Casa Branca ofereceu "parceria privilegiada" à Argentina na OTAN, o que significa, conforme observou um diplomata, "prestígio e equipamentos mais baratos".

E, assim, a Argentina, primeiro país sul-americano a enxugar sistematicamente o contingente militar, dentro da perspectiva mundial de repensar o papel das Forças

Armadas, abre de novo o debate. O narcotráfico, no entanto, exige dos blocos regionais ação conjunta. A flexibilidade dos cartéis e a vulnerabilidade das fronteiras levarão sempre vantagem sobre a lei e a ordem.

O que aconteceu recentemente na Colômbia deve servir de exemplo aos que permitem aos cartéis se estabelecer como Estado dentro do Estado. Depois que eles se firmam é quase impossível livrar-se deles. Mas é fundamental que as Forças Armadas fiquem afastadas do enorme poder de corrupção do narcotráfico.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 15/02/97).

A PAZ NA AMÉRICA DO SUL

Em 1985, há apenas dez anos, o panorama sul-americano era verdadeiramente sombrio. Todos os países da região tinham "hipóteses de guerra" ativas entre si ou, pelo menos, graves tensões.

Argentina com Brasil; Argentina com Chile; Bolívia com Paraguai; Bolívia com Chile; Bolívia com

Peru; Peru com Equador; Equador com Colômbia; Colômbia com Venezuela; Venezuela com Brasil... bingo!!!, uma "balcanização" quase perfeita.

Naquele momento, em 1985, a decisão histórica dos presidentes José Sarney, do Brasil, e Raúl Alfonsín, da Argentina, mudou o rumo da história. Com a "Declaração de Iguaçu", assinada em 30 de novembro de 1985, na cidade de Foz do Iguaçu, entre a Argentina e o Brasil, abandonou-se o caminho do conflito para transitar o caminho da associação. Dali chegou-se, aceleradamente, ao "Tratado de Assunção", assinado em 26 de março de 1991, em que se criou o Mercosul, junto com o Uruguai e o Paraguai.

Como uma avalanche, foram se sucedendo (com raras exceções) acordos que distenderam toda a América do Sul, levando-a rumo a uma situação de paz e estabilidade tanto política quanto econômica, assim como a um crescimento estável de, aproximadamente, 3% ao ano.

Em 1991, chegou o turno aos presidentes Fernando Collor, do Brasil, e Carlos Menem, da Argentina, os quais, com o Acordo de Co-

operação Nuclear Bilateral, além do Acordo Quadripartito, subscrito entre os dois países junto com a ABACC (Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade) e a OIEA (Organização Internacional de Energia Atômica), em 3 de dezembro de 1991, garantiram a absoluta desnuclearização militar da região.

Por último, em 1996, os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem dão um passo de extraordinária projeção: a institucionalização do diálogo no campo da defesa.

O que isso significa?

Durante os últimos dez anos, as três Forças Armadas (Exército, Aeronáutica e Marinha) de cada país vinharam desenvolvendo uma crescente "cooperação horizontal": exercícios conjuntos, intercâmbio de estudantes e professores das escolas de guerra, transparência em matéria de inteligência etc.

Nesse contexto, devem-se emoldurar os exercícios militares conjuntos Operação Cruzeiro do Sul, realizados em Monte Caseros, na província argentina de Corrientes, entre 12 e 18 de outubro último; os exercícios navais Fraterno, de 14 a 24 de novembro; as opera-

ções de superfície e aéreas, entre as Armadas do Brasil e da Argentina; e o operativo anual Araex 4 (de 8 a 14 de novembro), que vem se realizando desde 1993 e durante o qual, no porta-aviões Minas Gerais, da Marinha do Brasil, operam aviões Superstandard, da Armada Argentina, produzindo-se um fato inédito de cooperação bilateral nessa área, pelo segundo ano consecutivo.

A conclusão a que se chegou em 1996 é que a "fase 1" da integração no campo da defesa estava concluída: a cooperação entre as forças é ótima, e a confiança entre elas, absoluta. Em uma palavra, não há "hipóteses de conflito". O presidente Fernando Henrique Cardoso oficializou essa situação ao anunciar a nova Política de Defesa Nacional brasileira, em seu discurso do dia 6/11 passado.

Podemos, então, entrar na "fase 2", ou seja, o "pensamento conjunto de defesa" e a complementação das nossas Forças Armadas.

Cabe destacar que a "fase 3" desse processo – hoje ainda prematura – é a conformação de um comando militar conjunto.

A consolidação de um acordo estratégico de paz

entre a Argentina e o Brasil não é somente uma garantia de paz para os povos das nossas duas nações e sim uma poderosa arma dissuasória perante qualquer possibilidade de aventura bélica ou desestabilizadora na região.

Um elemento importante a ter em conta é a mais absoluta renúncia a desempenhar qualquer papel intervencionista; pelo contrário, tem-se ratificado a vocação de cooperação e a integração nesse campo com todos e com cada um dos nossos vizinhos, podendo verificar-se o notável avanço produzido nas relações hemisféricas durante a 2ª Conferência dos Ministros de Defesa do Continente Americano, que se realizou na cidade argentina de San Carlos de Bariloche entre os dias 7 e 9 de outubro de 1996.

O destacar desses avanços serve para revalorizar a projeção futura do Mercosul como uma "zona de paz e de integração" e não somente como uma "zona de livre comércio".

Os êxitos comerciais alcançados na América do Sul e, particularmente, os do Mercosul (que cada vez mais se transforma num pro-

duto sul-americano) são um instrumento que mostra a viabilidade e a conveniência de trabalharmos juntos para atingir, uma vez alcançadas a paz e a estabilidade econômica e política, o objetivo central dos nossos governos: o bem-estar da nossa gente e a necessária justiça social, sem os quais nossas nascentes democracias estariam condenadas à fragilidade de perpétua.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 06/01/97, e assinada por Diego Ramiro Guelar, Embaixador da Argentina no Brasil)

NO BALANÇO DO TCHAN

Ficamos sabendo pela imprensa que Carla Perez, a loura calipsgia do Tchan, foi convidada pela televisão para fazer um programa infantil. É verossímil. De um tempo para cá, essa entidade a que nos acostumamos a chamar de mídia, sempre capitaneada pela TV, vem associando o imaginário infantil a suas recorrentes fantasias lascivas. Talvez não seja muito evidente, mas o fato é que a mídia (princi-

palmente a de espetáculo), enquanto intelectual coletivo – perdoe-nos o velho Gramsci –, constitui o que uma certa sociologia charmosa de “grupo de imaginação”. Logo, ao criar e produzir, imagina, fantasia – violentamente, eroticamente etc. Além da óbvia oferta de *hard-core*, há fenômenos como o programa da Xuxa, que, em seu auge, seduzia, com a ambigüidade erótica de Branca de Neve e o futurismo sexy de Barbarella, impúberes e seus pais. Ou os Mamonas Assassinas que, a partir de uma cançoneta entre o fescenino e o debochado, constituíram-se num milagre de vendas para crianças. Agora há a performance do Tchan, em que moças e rapazes simulam os jogos preliminares de uma empalação, com notável êxito mercadológico junto ao público infanto-adulto.

Tudo isso merece alguma consideração ou análise que não incorra em regressivo moralismo cultural. Sabemos que é antiga a idéia de nivelamento de públicos para o espetáculo “de massa”. Na idade de ouro de Hollywood, produtores de cinema recomendavam a roteiristas e diretores que pensassem em filmes como

se o público tivesse idade média de 12 anos, para facilitar a aceitação. Mas se expurgava daí a sexualidade desabrida. Sob o influxo da televisão brasileira, o adulto e o infantil associam-se a um mesmo plano discursivo, só que numa atmosfera emocional plenamente sexualizada. Mesmo considerando-se que nem todas as crianças interpretam em termos estritamente libidinosos o que vêem ou ouvem, algo afi parece ir além das medidas. Na verdade, as crianças “lêem” não apenas o conteúdo literal do discurso erótico mas também, indiretamente, a excitação real e difusa do espectador adulto. Difusa, porque aos aspectos lascivos misturam-se marcas de um comportamento pândego, comprometido com o grotesco, isto é, com a estética das partes baixas do corpo e da hibridação violenta de contrários. Até o racismo apresenta-se como lúdico.

É violenta, sim, nada pacífica, essa homogeneização mediática de adultos e crianças. Não se transfere o infantil de um angélico e idealizado “oratorium” para um aberto e deslavado “fornicatório”, sem consequências psicossociais, sem um certo

grau de promiscuidade abusiva. O país mais trabalhado por mídia de espetáculo no mundo (os Estados Unidos) é também o campeão dos índices de violência adulta contra crianças.

Como todo "grupo de imaginação" catalisa formações de culpa da consciência coletiva, aparatos de Estado e mídia estão sempre à cata de episódicos bodes expiatórios, como bem demonstra o caso, falso, da Escola Base de São Paulo. A rapidez com que se aceitou a versão apressada dos fatos, destruindo-se sem maiores remorsos todo um trabalho educacional com crianças, é típica da pressão por um bode expiatório. Em alguma parte do imaginário industrializado parece alojar-se uma culpa intuitiva pela responsabilidade quanto a certos descaminhos no espaço público e no privado.

Descaminho é, por exemplo, a constatada demissão dos pais – em favor dos agentes da competência tecnoburocrática, dos meios de comunicação de massa – de suas tradicionais funções educativas ou socializantes dos filhos. No vazio da palavra pai, tem falado a droga como novo tipo de relação social. Mas é também

descaminho o descaso com que se trata da questão educacional, mera palavra-valise para a hipócrita afirmação de boa consciência da coalizão governante, na realidade preocupada apenas com a estabilidade monetária que lhe assegure a continuidade no poder político ou com a administração da dívida que paga o serviço da dívida externa.

Uma preocupação sincera com educação, com a moldagem do presente e do futuro do país, não poderia deixar de levar em conta que talvez se gaste demais ou se dê atenção excessiva à cultura do espetáculo orquestrada pela mídia. É escandalosa a coincidência temporal de ataques oficiais às classes profissionais da saúde e da educação com a avaliação presidencial, por escrito, de que a simples proliferação de canais de TV representa um avanço para a cultura pública nacional.

No império do casamento da mídia de espetáculo com a ideologia neoliberal, torna-se muito difícil convencer o tecnoburocrata da importância vital do educador, mas é fácil induzi-lo a gastar dinheiro público com campanhas promocionais ou com a produção de riso fá-

cil. Há de fato algo mais no ar do que aviões de carreira, como bem suspeitava o Barão de Itararé. Há saturação do éter, das ondas hertzianas, por um lixo cultural inédito em nossa história. Dissipa-se muito insumo social (medido em capital monetário e talento) em grotesco, descuida-se da infância tanto nas ruas quanto nos discursos eroticamente promis-
cuos. Há uma espécie de metástase do marketing.

Não faltará quem diga que vivemos um momento – pós-moderno e neoliberal – de estetização generalizada da vida social (cujos grandes agentes são o mercado de consumo, a televisão, o espetáculo) e que o prazer estético, como bem assinala Kant em sua *Crítica do juízo*, não é intelectual. É verdade. Mas no mesmo texto ele faz distinções, caracteriza a busca do mero "agradável" como o domínio dos sentidos pelas puras sensações e nos ensina que os seres "apenas sensíveis" são os animais irracionais. Do homem, espera-se também reflexão. Rir nem sempre é o melhor remédio. O riso fácil demais às vezes é só rictus de descarga nervosa, puro reflexo condicionado, que nos desvia de ver-

dades incômodas e graves. Isto vem sendo observado por alguns críticos do show generalizado em toda parte. Um deles, o norte-americano Neil Postman, preocupado com o excesso de espetáculo no jornalismo e na vida pública de seu país, diz suspeitar de que algo em nós pode estar morrendo de tanta diversão.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 13/01/97, e assinada por Muniz Sodré, escritor e professor titular da UFRJ)

O QUINTO MILÉNIO DA CHINA

Quando as cinzas de André Malraux estavam sendo transferidas para o Panteão, lembrei-me não do ministro gaullista da Cultura que embranqueceu a fachada da Notre Dame, mas do jovem piloto aventureiro enfolgado pelo sinistro torvelinho da guerra civil chinesa.

Dois livros simbolizaram para minha geração a trajetória da China neste meio de século. "A Condição Humana", de Malraux, e "Estrela Vermelha sobre a China", de Edgar Snow.

O primeiro, romântico na inspiração, foi sombriamente realista em transmitir a sensação física de perigo e medo que permeia o mundo da clandestinidade e da conspiração, a neblina onde se move o exército das sombras.

O segundo, embora em tese uma reportagem objetiva, acabou por ser a fonte principal do mito de Mao Zedong e do comunismo chinês.

É curioso como na raiz dos dois troncos da mitologia revolucionária, o século 20, encontramos livros de jornalistas americanos: "Os Dez Dias que Abalaram o Mundo", de John Reed, para a revolução bolchevista, e "Estrela Vermelha sobre a China", de Edgar Snow, para a chinesa.

Em outras palavras, para gente da minha idade, China e revolução eram praticamente sinônimos, e o país evocava ou as convulsões atrozes da guerra civil e da ocupação japonesa ou as promessas extravagantes do radicalismo das comunas e da Revolução Cultural.

Retorno agora, após ausência de quase seis anos, e sofro dois choques. De saída encontro Pequim transformada em gigantesca

Singapura, com engarrafamento de tráfego ao lado de moderníssimos hotéis e bancos cujo "skyline" pós-moderno lembra mais Houston ou Dallas do que a avenida Paulista.

Busco refúgio numa das ruelas escondidas de antiquários e lá, misturadas às antigüidades provavelmente falsas de finadas dinastias, vejo oferecidas a preço de banana as relíquias da última dinastia: dúzias de livrinhos vermelhos, bustos e velhas fotos do presidente Mao.

A linha mudou, mas a revolução continua. Que outra palavra, com efeito, poderia resumir a transmutação de um país que, há 17 anos ininterruptos, cresce à taxa média de 10% ao ano, saltou da posição de 36^a para a de 5^a maior exportador e 6^a maior importador e é o único candidato com alguma chance de rivalizar no próximo século com os EUA e tornar-se a maior economia do mundo em tamanho, embora não em nível de bem-estar?

Para o Brasil, igualmente uma nação-continento, o exemplo chinês oferece uma série de lições. A mais óbvia é que o sucesso não é

fruto do acaso nem de uma ingênuo globalização capaz de nos dispensar do esforço de criar um projeto nacional.

A fim de passar de US\$2 bilhões de exportações em 1972 a US\$150 bilhões agora, foi necessário aos chineses desenhar uma estratégia de comércio exterior que partiu dos produtos intensivos em mão-de-obra, como os calçados baratos e os têxteis, e está, aos poucos, diversificando a pauta com artigos eletrônicos e óticos de maior tecnologia e valor agregado.

Com taxas de poupança e investimento da ordem de mais de 30%, o país gerou a maior parte do capital de que precisava. Atraiu, ao mesmo tempo, a maior parcela dos investimentos estrangeiros destinados aos países em desenvolvimento (US\$38 bilhões de um total de US\$100 bilhões em 1995).

Só que, em vez de se concentrar no mercado interno por meio da aquisição de supermercados ou fábricas de biscoito, esse capital foi orientado para converter a China numa gigantesca plataforma de exportação para as transnacionais. É por isso que, em 1994, o total do co-

mércio externo das filiais chinesas das transnacionais atingiu US\$87,8 bilhões, mais do que o comércio exterior do Brasil, Indonésia ou da Rússia.

A experiência chinesa mostra, em seguida, que a inserção de um país-gigante na economia globalizada deve ser feita ao longo de etapas controladas, devido à complexidade de lidar com problemas de escala e disparidades.

A China preferiu o gradualismo à terapia de choque testada em outros países socialistas e ainda não completou o processo, ao qual falta enfrentar o desafio de uma dicotomia estrutural. Cedo ou tarde, o setor das empresas estatais terá de resolver o problema dos custos criados pelo número excessivo de empregados e pela assistência social a eles dispensada. Em compensação, o país se poupou a desastrosa contração da economia por anos a fio, o aumento da mortalidade, a desagregação e o gangsterismo da ex-URSS.

A terceira e mais importante das lições é a drástica redução do número de pessoas vivendo em pobreza absoluta. Há 17 anos, 1 em

cada 4 chineses estava nessa situação. Hoje, conforme ouvi do primeiro-ministro Li Peng, a proporção caiu para 1 em 24, pouco mais de 5%. Os salários reais primeiramente duplicaram para depois triplicarem.

Nos carnavales da minha infância se cantava uma marchinha que dizia: "Chineses, só come uma vez por mês". Nada mais falso em nossos dias. Come-se aqui o tempo todo na infinidade de restaurantes ao ar livre. As pessoas estão todas vestidas adequadamente para o inverno, as crianças são robustas e saudáveis.

É sempre uma tentação fácil apontar com o dedo para o muito que falta a fazer no terreno econômico ou político. Mas, antes de criticar, deveríamos perguntar quantos países teriam conseguido dar vida decente a 1,2 bilhão de indivíduos? No Brasil, por exemplo, será que poderíamos dizer o mesmo?

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 21/12/96, e assinada pelo diplomata Rubens Ricúpero, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)

CONSIDERAÇÕES DIPLOMÁTICAS EM NOVO ANO

O tempo diplomático jamais coincide com a cronologia gregoriana ou mesmo com a budista, judaica ou maometana, e até mesmo lunar. Ele não dispõe de calendário, pois trabalha com o *ex-ante* e o *ex-post*, adaptando-se a fatores circunstanciais. A diplomacia é um jogo em que o ganhador é o que viu antes (e não mais ou demais), como a China vai tentar fazê-lo, neste 1997, ao recuperar Hong Kong a 1º de julho. Ela prometeu e assinou com a Grã-Bretanha embalado de um papel chamado Declaração Conjunta, registrado nas Nações Unidas, que preservará e defenderá a autonomia do enclave, seu modo de vida e suas leis, até pelo menos 2047. Como será o mundo amanhã, daqui a cinco anos, 20, como adivinhá-lo dentro de meio século mais? Não é também essa a tarefa da diplomacia, que não utiliza ampulhetas nem mantém compromissos astrológicos. Ver antes é ver imediatamente, em fração de segundo, antes dos outros. A serviço da obra humana, a diplomacia vai

emoldurando os quadros que as nações ou os organismos internacionais desenham em tratativas e negociações. Como todos constróem castelos, por exemplo, o da globalização e da Era da Informação, a boa diplomacia tem um pé no chão e outro pronto a topa com os obstáculos que a vida internacional lhe impõe.

Quem poderia imaginar que a comemoração do 72º aniversário da Revolução Russa ficaria ensurdecida por marretadas devastadoras no Muro de Berlim? Quem ousaria, em consequência, pensar que as Rússias perderiam territórios no Cáucaso, nas regiões transcaspianas, no Báltico e na Ásia Central, os quais eram tidos como *faits accomplis* da soberania moscovita? E as erupções de antigas questões nacionais na Europa, como no Ulster, na Córsega, Normandia, nos Países Bascos, no Alto Adige-Tirol do Sul, mais essa tentativa degenerada de instaurar-se a Padânia, pelo Vale do Pô? E a secessão da Tchecoslováquia, da Iugoslávia e as guerras na Chechênia ou na Bósnia-Herzegovina? Quando essas coisas acontecem na América do Sul ou Central, na África ou na Ásia,

raramente são matérias de primeira página. Convém lembrar que a Revolução Argelina só se tornaria importante quando mataram o primeiro gendarme francês, e Paris só a tomou como guerra ao ver-se ameaçada de perder o rincão norte-africano que lhe servia de celeiro e campo de provas para suas primeiras explosões atômicas.

Na diplomacia econômica repete-se a mesma coisa. Os mais ricos, logo poderosos, impedem que a China – décima potência comercial do mundo – seja admitida na OMC; e não permitem a liberalização de fato dos produtos agropecuários, a imitação industrial (pois sorte teve o Japão, nos anos 50/60), a discussão de temas tabus (audiovisuais, bananas, serviços financeiros, de telecomunicações e transportes marítimos). O FMI, o Bird e a OMC (ex-Gatt), que um diplomata colombiano (Jaramillo) apelidou de Profana Trindade, são caudários dos poderes do mundo e adotam a máxima: "Para os fracos, a lei." Então, querem todos o poder, mas as fraquezas da grande maioria anunciam continuadas derrotas e resvaladas nos paus-de-sebo. O suces-

so inegável do Mercosul, em que quatro, seis agora, países sul-americanos descobriram complementaridades de suas vantagens comparativas, já começou a ser criticado pelos bem-pensantes. Acham estes que a associação regional, formada em 1991, destorce as regras do comércio internacional e promove a ineficiência.

Lícito concluir, portanto, que tudo farão para que não se concretize a Alcsa (Área de Livre-Comércio Sul-Americana), um "Mercosulão" que ampliaria os intercâmbios e as gamas comparativas de produção e competitividade. Em outras palavras, a liberalização contemplaria somente os bens e serviços cujas vantagens caberiam às grandes corporações multinacionais. Nunca as economias em desenvolvimento e menos desenvolvidas foram tão liberais como na presente década e experimentaram tantas frustrações como nestes tempos, graças ao protecionismo travestido de livre comércio das maiores potências. Há muito de podre em muitos reinos e cabe aos diplomatas atuarem nesses palcos com visão crítica, sem o que per-

deriam o dimensionamento dos interesses de seus governos em várias matérias. Uma delas é candente: direitos humanos e derivados (culturais, políticos e sociais). Quem os mede, identifica e denuncia as transgressões também é a razão dominadora. Determina que países os cumpram, solta os órgãos mediáticos como cachorros contra al-guns e refreia os noticiários a respeito dos que lhe interessam estratégica e economicamente.

As diplomacias, que já lidam com tópicos controversos, têm de sobreviver em meio aos dois pesos e duas medidas utilizados pelos que comandam. Ancilares dos respectivos poderes nacionais têm de atuar, sob instruções, junto aos poderes mundiais que os primeiros escolhem ao sabor de suas conveniências. Todas se submetem aos consensos, como o que entrou na declaração do I Encontro Ministerial da OMC em Singapura, no mês passado: 28 países que detêm 84% do comércio de produtos da tecnologia mais apurada, dois terços nas mãos dos EUA e com fatura em torno de US\$ 600 bilhões, resol-

veram assinar um ajuste na frente dos outros, aberto como um livro de adesões. É o ATI (Acordo sobre Tecnologias da Informação), no qual se prevêem draconianos cortes tarifários, em quatro etapas até o final do século, sobre o que os norte-americanos chamam de "carros e caminhões que se movem ao longo das autoestradas da informação". Entra uma porção de coisas af, dos condensadores aos circuitos eletrônicos, destes aos semicondutores, aos hardware de PCs e aparelhos de comunicação, e assim por diante. Televisores e aparelhos radiofônicos não entram, muitos pobres já os produzem faz anos, quanto aparelhos telefônicos, sim, pois sem estes não haveria a Microsoft e a Netscape digladiando-se na arena global da Internet. Não é, assim, difícil entender o porquê de tanto empenho norte-americano, europeu e japonês.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 15/01/97, e assinada pelo diplomata Arnaldo Carrilho, embaixador do Brasil na Tailândia, no Camboja e no Mianmar, ex-Birmânia)

A QUALIDADE DO AMBIENTE

No futuro, certamente, se dirá que o ano de 1972 marcou a mudança na visão da humanidade a respeito do planeta e do uso dos recursos naturais. Nesse ano, a I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Estocolmo, abriu o debate mundial sobre o impacto ambiental do atual modelo de desenvolvimento e do crescimento demográfico dos países do Terceiro Mundo. O Clube de Roma, no mesmo ano, divulgou o relatório *Limites do crescimento*, que demonstra a inviabilidade do atual ritmo de consumo registrado nos países do Primeiro Mundo, em face do previsível esgotamento dos recursos naturais e das fontes de energia.

Vinte anos depois, na Eco 92, esse movimento, já abraçado pela opinião pública, leva à elaboração da Agenda 21, programa de ação para implementar novo modelo de desenvolvimento que propicie o manejo sustentável dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade.

A aprovação da Agenda 21 foi razão de amplo deba-

te entre os países do Norte – que detêm a maior parte do capital e das tecnologias e são os maiores poluidores (só os Estados Unidos produzem 24% das emissões de dióxido de carbono no planeta) – e os do Sul, que possuem a maioria dos recursos naturais do planeta e as mais altas taxas de crescimento populacional.

Ao fim do debate, ficou acertado o repasse de 0,7% do produto interno bruto dos países ricos para financiar projetos ambientais nos países pobres. As obras de despoluição do Rio Tietê, em São Paulo, estão sendo financiadas com esses recursos.

Em decorrência desses movimentos, as questões ambientais ganharam enorme destaque e hoje perpassam todas as sociedades. Cada vez mais essas questões vêm pautando as ações de organismos de atuação mundial, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Desde 1991, o Bird condiciona seus empréstimos à apresentação de estudos de impacto ambiental. Em 1992, por exemplo, o banco destinou US\$ 19 bilhões para financiar projetos que buscassem erradicar a po-

breza, desenvolver tecnologias sustentáveis e proteger a natureza.

Os empresários também estão sensíveis ao movimento ambiental. Em 1991, a Câmara de Comércio Internacional aprovou a Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo os 16 principíos básicos da gestão ambiental que definem a postura estratégica a ser adotada.

No mesmo ano, iniciaram-se estudos preliminares para elaboração das normas série 11.000, que levaram à criação, em 1983, do Comitê Técnico 207, da International Standardization Organization (ISO). As normas de gestão ambiental também atendem à preocupação expressa na Agenda 21 de modificar os padrões de consumo, aperfeiçoando o uso dos recursos disponíveis e reduzindo o desperdício.

A contribuição das normas ambientais pode ser estimada pelo impacto da série ISO 9000. A partir dos anos 90, as grandes empresas brasileiras com maior inserção internacional passaram a se pronunciar mais intensamente sobre suas responsabilidades ambientais.

Isso, em parte, se deve ao debate da modalidade, que difundiu o conceito de Qualidade Total. Pesquisa de opinião produzida pela Price Waterhouse junto às 500 maiores empresas brasileiras revela que 16% delas se preocupam com o meio ambiente, 30% realizaram modificações substanciais no sistema de proteção ambiental, outros 30% fizeram modificações parciais e 24% não se preocupam com o tema.

Assim como na promoção dos sistemas de qualidade ISO 9000, o papel do Inmetro nesse processo é fundamental e o instituto não medirá esforços para que os sistemas ambientais sejam adotados em rigorosa sintonia com as normas 14.000.

Responsável pelo reconhecimento dos organismos certificadores, o Inmetro já começou a preparar o país para o movimento de normalização ambiental, criando as bases para formação de serviços especializados. Esse processo foi iniciado com a publicação das normas para a certificação de cursos de treinamento e auditores de gestão ambiental, dentro de programa piloto desenvolvido em coopera-

ção com a indústria nacional. A tendência é que sejam formados auditores capacitados a avaliar tanto sistemas de qualidade como os de gestão ambiental e que, até março de 97, dez empresas atinjam a certificação dentro do programa.

A participação dos consumidores é essencial na difusão da certificação ambiental no Brasil. Ao contrário da Europa, onde 15% dos cidadãos estariam dispostos a pagar mais por produto "verde", a atitude no país ainda não é a mesma. Segundo os empresários, a explicação para isso é a baixa renda da maioria de seus clientes, que optam por preço em lugar da qualidade. Pesquisa feita pelo IMES revela o desconhecimento dos termos ligados às questões ambientais, fato que aumenta a importância da mídia na difusão de informações ligadas ao consumo e ao meio ambiente, como forma de conscientizar os consumidores.

Outro dado que aponta a importância dos consumidores para o sucesso dos sistemas de gestão foi revelado pela pesquisa do Inmetro sobre a certificação ISO 9000 no Brasil. Os resultados sugerem que 90% das

empresas que implantaram sistemas da qualidade o fizeram por pressão dos seus clientes. Afinal, os maiores clientes de uma empresa são os consumidores de seus produtos.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 08/01/97, e assinada pelo engenheiro Julio Bueno, presidente do Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial)

A CRISE DA JUSTIÇA, O CIDADÃO E A ECONOMIA

A crise do Judiciário está presente em muitos países, inclusive naqueles políticamente maduros. É geral o clamor por uma Justiça eficaz, rápida, barata e acessível.

No Brasil, a percepção da crise é recente e ainda circunscrita a poucos. Felizmente, já é admitida às claras nos mais altos níveis da magistratura.

O Conselho de Reforma do Estado acaba de reconhecer que "o congestionamento de demandas no Poder Judiciário é, atualmente, o

principal fator de negação de acesso à Justiça para a grande maioria dos cidadãos".

"Por sua gravidade", diz ainda o conselho, "os problemas que afetam a eficácia e a rapidez da prestação jurisdicional deixaram de ser matéria que diga respeito exclusivamente à magistratura, aos advogados e aos membros do Ministério Público".

Há também a preocupação com o crescimento das despesas de pessoal do Judiciário a partir de 88 (cerca de 400% em termos reais). Uma parte do processo é consequência da necessária autonomia financeira que lhe foi atribuída pela Constituição.

A outra parte se explica por dois fatores: (1) a reestruturação do Judiciário pela mesma Constituição e (2) a ampliação das demandas, diante da democratização, da urbanização, da instabilidade das regras e do maior exercício da cidadania.

A crise do Judiciário também se agravou em virtude de suas notórias carencias materiais, da dificuldade de recrutar bons juízes e da baixa relação entre o número de magistrados e a população.

Seja como for, a morosidade, a imprevisibilidade e a dificuldade de acesso elevam os custos indiretos da Justiça. Por serem estes difusos, ficam despercebidos. Chamam mais a atenção os referidos gastos de pessoal.

O mau funcionamento da Justiça gera insegurança nos indivíduos e nas empresas. Aumenta os custos de transação da economia. Abre campo para o desrespeito aos contratos e para ações oportunistas dos que se fiam nas imperfeições e na demora dos julgamentos.

Na Justiça do Trabalho, o anacronismo é enorme. Seu uso compulsório para resolver conflitos trabalhistas, típico do seu marcante paternalismo, é incompatível com o visível amadurecimento das relações entre o capital e o trabalho.

A crise tem, portanto, sérias implicações na sociedade e na economia. Nega direitos essenciais da cidadania. Inibe o desenvolvimento. Falhas na proteção aos direitos de propriedade, interferem nas decisões de investir e estimulam o uso ineficiente dos recursos.

A solução para esses e outros problemas do Judiciário não será fácil nem rápi-

da. Será preciso reorganizar sua estrutura, reduzir o excesso de instâncias, rever os arcaísmos processuais e evitar os exageros da atividade recursal. É tarefa ciclópica, que exigirá muita reflexão, vontade política e paciência.

Já existem alternativas em debate. Uma que pode ser rapidamente introduzida é o efeito vinculante da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que julga o incrível número anual de 35 mil processos, mais de 80% mera repetição de decisões anteriores.

O Juizado de Pequenas Causas deve ser estimulado ao máximo. Na área trabalhista, caberia abandonar a visão tutelar do Estado Novo, permitindo a liberdade contratual.

Há que quebrar o monopólio judiciário do Estado. As partes têm condições de resolver suas disputas mediante caminhos como a mediação e arbitragem. É hora de perceber que a sociedade pode cuidar de seus próprios interesses.

É preciso, assim, buscar soluções extrajudiciais para descongestionar a pauta. Grande parte dos processos nem sequer se teria iniciado caso fosse obrigatória, a exemplo de outros países, a

tentativa de conciliação antes do ingresso no Judiciário.

A lei que criou o juízo arbitral é outra safada. Queira Deus que a visão idealista (ou corporativista) de procuradores e juízes não a ameace, como querem alguns que sustentam sua suposta constitucionalidade.

A reforma da Justiça tornou-se uma questão prioritária. Evitará que a intolerância social com os efeitos da crise acarrete indesejável desrespeito ao Poder Judiciário.

Aumentar a eficácia da Justiça é contribuir para o seu fortalecimento, essencial para a democracia, o Estado de Direito e a economia de mercado.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 03/01/97, e assinada pelo economista Mailson da Nóbrega, ex-Ministro da Fazenda)

NO BOM CAMINHO

Com o ingresso da Bolívia na zona de livre comércio do Mercosul, o Mercado Comum do Cone Sul amplia consideravelmente o poder de fogo. A partir de hoje, a

capacidade política, de infra-estrutura e logística do bloco formado originalmente por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, aumenta extraordinariamente, se se considerar que, desde 1º de outubro, o Chile já figura como membro filiado do Mercosul.

Chile e Bolívia chegaram a se enfrentar na Guerra do Pacífico, no fim do século passado. A Bolívia perdeu a guerra e parte do território que representava acesso ao mar, pelo Oceano Pacífico. Desde então, tornou-se país interior, dependente da boa vontade dos vizinhos para escoar a produção e fazer importações.

A aceitação da Bolívia pelos parceiros do Mercosul substitui rivalidades regionais por cooperação integrada. Algo que a Europa trouxe com sucesso até chegar à União Europeia. Como disse o presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, o ingresso de seu país representa o primeiro passo para que áreas do Cone Sul, como o Oeste do Brasil e o Noroeste da Argentina, encontrem a sonhada saída para o Pacífico. A Bolívia poderá encurtar a distância que separa o Brasil e o Mercosul da Ásia,

abrindo linha direta entre o Atlântico e o Pacífico.

Há um século essa ligação terrestre vem sendo estudada mediante a construção de ferrovia ligando Santa Cruz de la Sierra, quase na região fronteira com o Brasil (MS), com o altiplano boliviano de Cochabamba. A partir daí, a ferrovia atravessaria os Andes, chegando ao Pacífico. Superadas as desavenças com o Chile, o sonho poderá materializar-se como o primeiro grande empreendimento conjunto do Mercosul. A presença de grupos estrangeiros na privatização das ferrovias no Brasil viabiliza o projeto pelo lado brasileiro.

Por enquanto, há apenas antigos projetos binacionais no Mercosul, como Itaipu (Brasil e Paraguai), Yaciretá-Apipé (Argentina e Paraguai) e o recente aproveitamento do gás boliviano por Argentina e Brasil. O ingresso do Chile no Mercosul fez a chilena Chilectra comprar a Cerj, buscando integrar o mercado sul-americano de energia elétrica.

Com a futura adesão da Venezuela, rica em petróleo e gás natural (cuja aprovação deve marcar a reunião de presidentes que começa hoje em Fortaleza, encerran-

do a gestão de seis meses de Fernando Henrique na presidência do Mercosul), será dado passo gigantesco para a integração política de quase toda a América do Sul e o aproveitamento mais racional dos recursos naturais da região.

O saldo da gestão brasileira é significativo: o Mercosul abrange, agora, todo o Cone Sul da América do Sul; virou marca, com logotipo, que vai constar nos produtos e até nos passaportes dos cidadãos dos quatro países fundadores; e a agenda prioritária dos governos deixa de ser a integração comercial e passa a ser a união cultural. Esse foi o traço de identidade que consolidou a União Europeia de 15 países. Estamos no mesmo bom caminho.

(Reprodução de Editorial do Jornal do Brasil, edição de 17/12/96)

O QUE É O OCIDENTE NESTE FINAL DE SÉCULO?

Há 15 anos, procurei responder, essa questão, em palestra na Associação dos Sociólogos do Estado de São

Paulo, que proferi a convite do professor Tullio Vigevani. O tema merece ser revisado.

Não mais existe a confrontação Leste-Oeste, e a cena internacional se caracteriza por esquemas de poder imprecisos e por polaridades difusas. É mais difícil falar em negociações entre o Norte e o Sul quando este se fragmenta diante dos diferentes graus de êxito econômico dos países asiáticos, latino-americanos e africanos.

Entretanto, a relação entre países ricos e pobres continua a ser problemática, mesmo nesta época de globalização e regionalização. Com base no espírito religioso e na superioridade técnico-científica, a civilização ocidental tomou o caminho da universalização. No século 19, já se pensava em termos de equivalência plena entre civilização ocidental e universal.

Mais ainda, o Ocidente se equiparava ao próprio conceito de civilização. Desvalorizavam-se os padrões culturais não-ocidentais, que passavam a ser tidos como "locais" ou "periféricos", enquanto as civilizações que lhes correspondiam eram descritas de dis-

tintas maneiras, como "arcaicas", "fossilizadas" ou "tradicionalistas".

A "modernização", como quer o jargão deste século, dependeria da importação de técnicas ocidentais e do mimetismo cultural. Ortega y Gasset, nos anos 20, não hesitou em dar o passo adiante de associar a idéia de modernidade exclusivamente ao Ocidente.

Sempre existia, porém, a possibilidade de as "sociedades primitivas" serem promovidas, por seus próprios méritos, a uma condição semelhante à ocidental. Foram esses, de resto, os caminhos originalmente tomados pela Rússia imperial e pelo Japão.

No correr deste século, o Ocidente sofreu rudes golpes com a revolução socialista, a depressão econômica e a ascensão do nazi-fascismo. A idéia de Ocidente não mais agregava significados novos; o que entra em voga é a noção de declínio, visionariamente advogada por Spengler, entre outros. A esse golpe seguiu-se a 2ª Guerra.

Já no pós-guerra, o conceito de Ocidente passou por dois tipos de reducionismo: o primeiro deles foi equiparar a idéia de civilização oce-

dental apenas à de civilização industrial (e esta mesma restrita às sociedades democráticas e representativas). Cria-se uma confusão entre o Ocidente e o que viria a ser chamado de Primeiro Mundo.

Na nova configuração, o Ocidente abandonaria sua vocação universalizante e ficaria restrito aos países da OCDE (Europa Ocidental, EUA, Canadá e até mesmo Japão). Deixaria de ser exemplo para tornar-se exceção. Os caminhos históricos do progresso pareciam bloqueados. Os sucessos da Revolução Iraniana reforçaram a tese de que a modernização entrara ao menos em concordata.

A segunda forma de reducionismo é que a idéia extremamente densa do Ocidente, desenvolvida ao longo dos tempos, passou a ser encarada, apenas ou principalmente, como instrumento da luta ideológica e política entre Leste e Oeste; na verdade, porém, o Ocidente não representa a simples negação do comunismo.

As posições de Fukuyama e, mais recentemente, de Huntington indicam nova fase no debate. Os slogans do "fim da história" e do "conflito de civilizações"

correspondem a preocupações bem atuais, embora expressas em termos passadistas. Aos olhos desses teóricos, os presentes modelos políticos vieram, por assim dizer, para ficar. Firma-se no Ocidente a convicção de que a tranquilidade política e o bem-estar concentrado constituem agora a expressão última da civilização e devem ser defendidos a todo custo.

É fundamental participar desse novo debate. É rica a visão brasileira. País latino-americano pertencente ao Ocidente, mas, ao mesmo tempo, com raízes não-ocidentais, o Brasil busca uma sensibilidade política especial, particularmente nas situações que põem em jogo interesses fundamentais, de caráter político, econômico ou estratégico.

O Brasil nunca abdicará de sua herança ocidental, dos compromissos com a democracia representativa, o respeito ao pluralismo e ao direito de divergir.

Não abdica tampouco do direito ao desenvolvimento e ao bem-estar para todos. Deseja ver a comunidade internacional organizada por padrões que respeitem os princípios da Carta das Nações Unidas, que são, no es-

sencial, uma criação ocidental, e que fujam aos padrões de subordinação. O autoritarismo, o racismo, o colonialismo etc., quando aparecem no Ocidente, constituem aberrações que de forma alguma correspondem à lógica ocidental.

É necessário o diálogo. O jogo na globalização não está decidido, fechado. É, porém, uma tendência que não pode ser ignorada, pois se baseia em transformações qualitativas da estrutura produtiva e financeira mundial. O que se passa, principalmente, no Sudeste asiático e na China mostra que a aventura do progresso é ainda possível.

Em nossa região, o Mercosul aponta para o futuro. Ou o Ocidente se aceita como um espaço mais inclusivo ou os processos econômicos e políticos globais deixarão de realizar totalmente suas potencialidades, o que implica conviver com a perspectiva de uma crise permanente.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 05/02/97, e assinada pelo diplomata Ronaldo Mota Sardenberg, Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República)

Marques Saraiva.



Desde 1932 estabelecendo parcerias de sucesso.

Marques Saraiva Gráficos e Editores Ltda.

Rua Santos Rodrigues, 240 - Estácio - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20250-430

Tel.: (021) 502.9498 / Fax: 502.0635